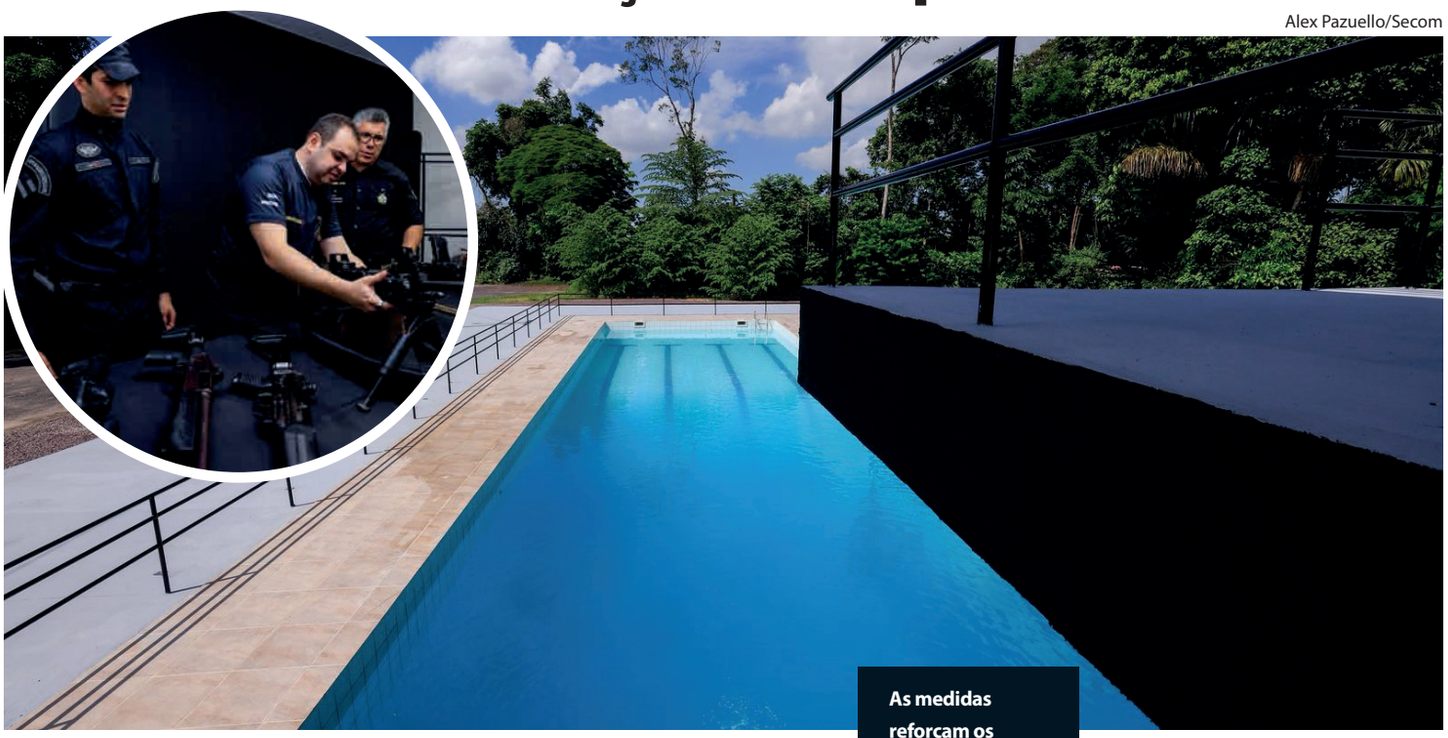
quarta-feira
17
jun/2026

DIÁRIO OFICIAL
ESTADO DO AMAZONAS

Número 35.723 | Ano CXXXIII
www.imprensaoficial.am.gov.br

Governo do Estado inaugura tanque tático da COE e assina criação do Bope no Amazonas

Alex Pazuello/Secom



As medidas reforçam os investimentos na modernização das forças de segurança e no fortalecimento das tropas especializadas

Proposta enviada à Aleam transforma Companhia de Operações Especiais em batalhão, fortalecendo a estrutura no Amazonas

O Governo do Amazonas inaugurou, no dia 28 de maio, o novo tanque tático da Companhia de Operações Especiais (COE) da Polícia Militar do Amazonas e anunciou a criação do Batalhão de Operações Policiais Especiais (Bope) no estado. As medidas reforçam os investimentos na modernização das forças de segurança e no fortalecimento das tropas especializadas que atuam no combate ao crime organizado e em operações de alta complexidade.

O tanque tático inaugurado permitirá a realização de treinamentos voltados a técnicas de salvamento, mergulho operacional, infiltração aquática e ações de resposta rápida em ambientes extremos, ampliando a capacidade de preparação dos policiais militares para ocorrências de alta complexidade. O equipamento foi projetado para atender padrões técnicos utilizados por tropas especializadas e deve fortalecer a formação contínua dos agentes da segurança pública no estado.

O tanque tático conta com área construída de 819 metros quadrados e estrutura voltada exclusivamente ao treinamento operacional especializado. O espaço conta, ainda, com piso em pedra mineira no entorno da piscina; área pavimentada em piso cimentício, com 516,54 m^2, para apoio operacional; casa de bombas com cobertura em laje; e plataforma de salto voltada às instruções táticas, com altura de 3 metros a primeira plataforma e 7 metros a segunda.

A Companhia de Operações Especiais é considerada a tropa de pronta resposta especializada da Polícia Militar, atuando em operações terrestres, fluviais e helitransportadas em todo o estado, principalmente em ações de combate ao narcotráfico, patrulhamento em áreas de selva e operações em regiões de fronteira.

A COE já lidera o ranking de apreensões de drogas entre as unidades operacionais da Polícia Militar, com mais de 8,4 toneladas de entorpecentes retiradas de circulação. O resultado dá continuidade aos números históricos alcançados em 2025, quando a Polícia Militar apreendeu 28 toneladas de drogas ao longo do ano, incluindo a maior apreensão já registrada no estado: 6,5 toneladas de entorpecentes em uma única ocorrência nas proximidades de Manacapuru.

Criação do Bope

Durante a inauguração também foi assinada a Mensagem Governamental encaminhada à Assembleia Legislativa do Amazonas (Aleam) que prevê a criação do Batalhão de Operações Policiais Especiais (Bope), elevando a atual Companhia de Operações Especiais ao status de batalhão especializado da PM.

Atualmente, a Companhia de Operações Especiais é composta por cerca de 70 policiais militares especializados, efetivo que deverá integrar a nova estrutura do batalhão. A medida permitirá ampliação da capacidade operacional, fortalecimento administrativo e maior acesso a investimentos, equipamentos e efetivo especializado.

Governo do Amazonas anuncia repasse da primeira parcela do FTI para fortalecer a saúde no interior

Alex Pazuello/Secom



Repasse integra investimento de R$ 160 milhões, ao longo de 2026, para ampliar e qualificar a assistência em saúde em todo o interior

O Governo do Amazonas anunciou, no dia 29 de maio, o pagamento da primeira parcela dos recursos do Fundo de Fomento ao Turismo, Infraestrutura, Serviços e Interiorização do Desenvolvimento do Amazonas (FTI), destinada ao fortalecimento da saúde pública nos 61 municípios do interior do estado.

A transferência faz parte de um investimento total de R$ 160 milhões pelo Governo do Amazonas ao longo de 2026. Nesta etapa, serão repassados R$ 53,3 milhões às prefeituras municipais para reforçar os serviços de assistência e ampliar a capacidade de atendimento à população. O repasse de recursos do FTI foi publicado no Decreto 54.239, assinado pelo governador Roberto Cidade.



Os recursos serão repassados em três parcelas, garantindo apoio financeiro direto às prefeituras para fortalecer a rede municipal de saúde e ampliar a oferta de serviços em todas as regiões do estado.

O repasse do FTI integra a estratégia do Amazonas de ampliar o financiamento da saúde no interior e fortalecer a assistência prestada à população nos municípios mais distantes da capital. A medida busca oferecer mais autonomia às gestões municipais para investir em custeio, manutenção de serviços, aquisição de insumos e melhoria da estrutura de atendimento.

Critérios

Os recursos serão distribuídos seguindo critérios que combinam equilíbrio regional e proporcionalidade. Parte do valor é destinada de forma igualitária aos municípios, outra parcela considera o tamanho da população de cada cidade e uma terceira leva em conta os municípios que atuam como polos regionais de atendimento, concentrando serviços de saúde para localidades vizinhas.

Os recursos serão repassados em três parcelas, garantindo apoio financeiro às prefeituras para fortalecer a rede municipal de saúde

A iniciativa reforça o processo de interiorização da saúde e amplia a capacidade dos municípios de responder às demandas locais, reduzindo a necessidade de deslocamentos frequentes para Manaus em busca de atendimento especializado e fortalecendo a resolutividade da rede assistencial no interior.

O investimento se soma, também, a outras ações implementadas pelo Governo do Amazonas para ampliar o acesso da população aos serviços de saúde, incluindo programas de fortalecimento da rede hospitalar com criação de leitos de UTI, expansão da Telessaúde, que hoje alcança todos os municípios, ampliação do serviço de UTI aérea, Carretas da Saúde, Barco Hospital, entre outras medidas.

O novo repasse do FTI se soma à Repactuação da Saúde no Interior, política inédita que passou a garantir investimentos contínuos para a média e alta complexidade e para a assistência farmacêutica. Desde o ano passado, o Governo do Amazonas já repassou fundo a fundo R$ 184,8 milhões, por meio do Termo de Compromisso de Gestão (TCG), para fortalecimento da assistência em saúde no interior do estado, sendo R$ 135,8 milhões em 2025, e R$ 49 milhões em 2026.

VÁLIDO SOMENTE COM AUTENTICAÇÃO

Divulgação/Secom



Somente nos primeiros meses de 2026, o Governo do Estado já entregou mais de 2 mil títulos definidos na capital e no interior

Solo Seguro: Governo do Amazonas reforça Compromisso com a regularização fundiária

Estado ultrapassou a marca de 2 mil títulos definitivos entregues em 2026 e segue ampliando ações para garantir segurança jurídica

No dia 28 de maio, o governador do Amazonas, Roberto Cidade, reforçou o compromisso do Governo do Estado com a política de regularização fundiária durante a solenidade de encerramento da edição Semana de Mobilização Solo Seguro Favela & Comunidades. O evento foi realizado no Salão Rio Solimões do Centro Cultural Palácio Rio Negro, em Manaus, reunindo representantes do Poder Judiciário, órgãos públicos e instituições ligadas à habitação e ao ordenamento territorial.

"Ações como essas trazem esperança para a população. Quando entregamos um título definitivo, é uma honra. Precisamos nos unir cada vez mais, olhar com muito carinho para as pessoas que mais precisam. Precisamos continuar fazendo entregas como essa, dando oportunidade para as pessoas tenham o documento da sua moradia própria", declarou o governador.

Somente nos primeiros meses de 2026, o Governo do Estado já entregou mais de 2 mil títulos definidos na capital e no interior. Por meio do programa Amazonas Meu Lar, mais de 23 mil regularizações fundiárias foram realizadas desde 2019, beneficiando famílias da capital e do interior com segurança jurídica, inclusão social e acesso ampliado a políticas públicas.

No mesmo dia, o Governo do Amazonas, por meio da Secretaria de Estado das Cidades e Territórios (Sect), realizou a entrega de mais 400 títulos definitivos para famílias da zona norte de Manaus. No início do mês, por meio da Superintendência Estadual de Habitação (Suhab), mais 800 famílias do Conjunto Cidadão 12 também foram beneficiadas com os títulos definitivos dos seus imóveis.

A expectativa é que novas ações, acompanhadas de atendimentos voltados à população, ocorram ao longo do ano em municípios como Parintins, Maués, Lábrea, Iranduba e Urucurituba, fortalecendo e ampliando as políticas de regularização fundiária em todo o estado.



Solo Seguro

A Semana de Mobilização Solo Seguro Favela & Comunidades aconteceu em todo o país entre os dias 25 e 29 de maio e integra uma iniciativa estratégica do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O objetivo foi ampliar resultados práticos do Programa Permanente de Regularização Fundiária Plena de Núcleos Urbanos Informais e Favelas.

A solenidade de encerramento da semana também contou com o lançamento do livro Moradia sobre as Águas – Regularização Fundiária das Palafitas no Brasil. A obra tem coordenação-geral do ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e corregedor nacional de Justiça, Mauro Campbell Marques, coordenação-executiva de André Azevedo Machado e autoria de Ayrton Klier Péres Júnior, Felipe Boni de Castro e Gustavo Braz Carneiro.

A programação fez parte do programa Solo Seguro – Favela, instituído pelo Provimento nº 158/2023 da Corregedoria Nacional de Justiça, que busca fomentar ações sociais, urbanísticas, jurídicas e ambientais voltadas à Regularização Fundiária Urbana (Reurb). O programa visa incorporar núcleos urbanos informais ao ordenamento territorial e garantir segurança jurídica às famílias por meio do registro formal dos imóveis.

Amazonas reduz desmatamento em 14,6% em 2025, aponta relatório do MapBiomas

Reprodução/Internet



O documento reforça a importância dos sistemas de monitoramento ambiental e da atuação integrada dos órgãos estaduais

Levantamento indica também queda de 30% nos alertas de desmatamento, que passaram de 5.235 para 3.667 no período analisado

O Amazonas registrou redução de 14,6% na área desmatada em 2025, conforme aponta o Relatório Anual do Desmatamento no Brasil (RAD 2025), divulgado no dia 27 de maio pela iniciativa MapBiomas Alerta. O estado passou de 79.569 hectares desmatados em 2024 para 67.986 hectares ano passado. O levantamento também mostra queda de 30% no número de alertas de desmatamento, que passaram de 5.235 para 3.667 registros no período analisado. O material completo está disponível em https://alerta.mapbiomas.org/relatorio.

Os resultados refletem o fortalecimento das ações integradas de monitoramento e combate aos ilícitos ambientais realizadas pelo Governo do Amazonas, por meio do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (Ipaam), da Secretaria de Estado do Meio Ambiente (Sema), da Secretaria de Segurança Pública do Amazonas (SSP-AM), da Polícia Militar do Amazonas (PMAM) e demais órgãos estaduais e federais que atuam nas operações ambientais desenvolvidas no estado, como a Operação Tamoiotatá 6.

O diretor-presidente do Ipaam, Gustavo Picanço, ressaltou que a redução dos índices está diretamente ligada ao planejamento estratégico das operações ambientais, à ampliação das ações de fiscalização em áreas prioritárias e ao fortalecimento do monitoramento realizado pelo Centro de Monitoramento Ambiental e Áreas Protegidas (CMAAP), responsável pelo acompanhamento dos alertas ambientais no estado.

"O Amazonas tem intensificado as ações de monitoramento remoto, por meio do CMAAP, fiscalização em campo e resposta rápida aos alertas ambientais, fortalecendo a presença do Estado nas regiões mais sensíveis ao desmatamento ilegal", afirmou Picanço.

Cenário nacional

O levantamento também aponta que a área desmatada no bioma Amazônia caiu 23,5%, passando de 378.254 hectares em 2024 para 289.478 hectares em 2025. O número de alertas de desmatamento também apresentou redução de 36,2%, passando de 29.470 registros para 18.796 no período analisado.

O RAD 2025 destaca ainda que, pela primeira vez desde o início da série histórica do MapBiomas Alerta, o Brasil registrou menos de 1 milhão de hectares desmatados em um único ano. Em 2025, foram contabilizados 984.794 hectares desmatados em todo o país, representando redução de 20,6% em comparação com 2024.

Segundo o relatório, todos os biomas brasileiros apresentaram redução na área desmatada no período analisado. O documento também reforça a importância dos sistemas de monitoramento ambiental e da atuação integrada dos órgãos estaduais no enfrentamento ao desmatamento ilegal.

No Amazonas, o Ipaam atua de forma contínua no monitoramento de alertas ambientais, fiscalização em campo e responsabilização de infratores ambientais, além de integrar operações estratégicas de combate a ilícitos ambientais em diferentes regiões do estado.

Produzido pela iniciativa MapBiomas Alerta, o relatório reúne dados consolidados de diversos sistemas de monitoramento ambiental e utiliza imagens de satélite de alta resolução para validação e refinamento dos alertas de desmatamento em todos os biomas brasileiros.

VÁLIDO SOMENTE COM AUTENTICAÇÃO

quarta-feira
17
jun/2026

DIÁRIO OFICIAL
ESTADO DO AMAZONAS

Número 35.723 | Ano CXXXIII
www.imprensaoficial.am.gov.br

PODER EXECUTIVO - SEÇÃO I

GOVERNADORIA

Governador do Estado do Amazonas
ROBERTO MAIA CIDADE FILHO

Vice-Governador do Estado do Amazonas
SERAFIM FERNANDES CORRÊA

Secretaria de Estado da Casa Civil
FLÁVIO CORDEIRO ANTONY FILHO

Secretaria de Estado da Casa Militar
CORONEL QOPM FABIANO MACHADO BÓ

Secretaria de Governo
LUIZ ALBERTO CARIJÓ DE GOSZTONYI

Secretário Particular do Governador
OTÁVIO QUEIROZ DE OLIVEIRA CABRAL JUNIOR

Secretário do Gabinete Pessoal do Governador
IGOR DANTE PANTOJA AFONSO

Secretaria de Estado de Coordenação Estratégica e Articulação Institucional
MÔNICA ELIZABETH SANTAELLA DA FONSECA

Procuradoria-Geral do Estado – PGE
GIORDANO BRUNO COSTA DA CRUZ

Controladoria-Geral do Estado – CGE
JEIBSON DOS SANTOS JUSTINIANO

Secretaria de Estado de Comunicação Social – SECOM
JOSICLÉCIA GOMES NOGUEIRA

Secretaria de Estado de Relações Federativas e Internacionais, com sede em Brasília – Distrito Federal – SERFI
INÊS CAROLINA BARBOSA FERREIRA SIMONETTI CABRAL

Escritório de Representação do Governo, em São Paulo – ERGSP
ALFREDO MONTEIRO LINS DE ALBUQUERQUE

SECRETARIAS DE ESTADO

Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ
DARIO JOSÉ BRAGA PAIM

Secretaria de Estado de Administração e Gestão – SEAD
ROBSON TOGNI DE ALMEIDA

Secretaria de Estado de Saúde – SES
LUIS ALBERTO SARAIVA SANTOS

Secretaria de Estado de Educação e Desporto Escolar – SEDUC
JANDER DE LIMA LASMAR

Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa – SEC
CAIO ANDRÉ PINHEIRO DE OLIVEIRA

Secretaria de Estado de Segurança Pública – SSP
Coronel QOPM ANÉZIO BRITO DE PAIVA

Secretaria de Estado de Administração Penitenciária – SEAP
PAULO CESAR GOMES DE OLIVEIRA JUNIOR

Secretaria de Estado de Infraestrutura – SEINFRA
CARLOS HENRIQUE DOS REIS LIMA

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Metropolitano – SEDURB
JÚLIO CÉSAR LANGBECK SOARES NETO

Secretaria de Estado das Cidades e Territórios – SECT
RENATA QUEIROZ PINTO MUSTAFA

Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania – SEJUSC
JUSSARA PEDROSA CELESTINO DA COSTA

Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência - SEPcD
SORAID DA SILVA NAVECA

Secretaria de Estado da Assistência Social e Combate à Fome – SEAS
ADILCE LANE EDWARDS DE ARAUJO

Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SEMA
EDUARDO COSTA TAVEIRA

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação – SEDECTI
GUSTAVO ADOLFO IGREJAS FILGUEIRAS

Secretaria de Estado de Energia, Mineração e Gás - SEMIG
RONNEY CESAR CAMPOS PEIXOTO

Secretaria de Estado de Produção Rural – SEPROR
RICELLI VIANA PONTES

Secretaria de Estado de Pesca e Aquicultura - SEPA
ALESSANDRO COHEN MELO

Secretaria de Estado de Proteção Animal - SEPET
EDGAR DUARTE NOGUEIRA

Secretaria de Estado do Desporto e Lazer – SEDEL
DIEGO AMERICO COSTA SILVA

Defesa Civil do Amazonas
Coronel QOBM CLOVIS ARAUJO PINTO JUNIOR (Respondendo)

Unidade Gestora de Projetos Especiais – UGPE
DANIELLA FALABELO JAIME

Unidade de Gerenciamento do Programa de Aceleração do Desenvolvimento da Educação do Amazonas - UGP-PADEAM
MÁRCIO BENTES LIMA

Centro de Serviços Compartilhados – CSC
IAN HENDERSON CARMO RIBEIRO

Polícia Civil do Estado do Amazonas– PC
BRUNO DE PAULA FRAGA

Polícia Militar do Estado do Amazonas – PMAM
Coronel QOPM MARCOS KLINGER DOS SANTOS PAIVA

Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Amazonas – CBMAM
Coronel QOBM ORLEILSO XIMENES MUNIZ

AUTARQUIAS

Imprensa Oficial do Estado do Amazonas – IOA
JOÃO RIBEIRO GUIMARÃES JÚNIOR

Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN
MARCOS JÂNIO DA SILVA COSTA

Junta Comercial do Estado do Amazonas – JUCEA
BELARMINO LINS DE ALBUQUERQUE

Superintendência Estadual de Habitação – SUHAB
JIVAGO AFONSO DOMINGUES DE CASTRO

Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Amazonas – IPEM-AM
RENATO MARINHO BEZERRA JUNIOR

Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas – IPAAM
GUSTAVO PICANÇO FEITOZA

Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas – IDAM
ELIANE FERREIRA DA SILVA

Centro de Educação Tecnológica do Amazonas – CETAM
SIDILANDE PICANÇO FERREIRA

Superintendência Estadual de Navegação, Portos e Hidrovias – SNPH
RENATO AROUCHA SENA

Instituto de Defesa do Consumidor – PROCON/AM
JALIL FRAXE CAMPOS

Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados e Contratados do Estado do Amazonas – ARSEPAM
RICARDO MENDES LASMAR

Agência de Defesa Agropecuária e Florestal do Estado do Amazonas – ADAF
JOSÉ AUGUSTO CORRÊA LIMA OMENA

FUNDAÇÕES PÚBLICAS

Fundação Centro de Controle de Oncologia do Estado do Amazonas – FCECON
GERSON ANTÔNIO DOS SANTOS MOURÃO

Fundação de Vigilância em Saúde do Estado do Amazonas "Dra. ROSEMARY COSTA PINTO" – FVS-RCP
TATYANA COSTA AMORIM RAMOS

Fundação de Medicina Tropical "Doutor Heitor Vieira Dourado – FMT-AM
MARCUS VINITIUS DE FARIAS GUERRA

Fundação Hospitalar e Hematologia e Hemoterapia do Amazonas – FHEMOAM
MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO SAMPAIO CARVALHO

Fundação Hospitalar Alfredo da Matta – FUHAM
CARLOS ALBERTO CHIRANO RODRIGUES

Fundação Hospital "ADRIANO JORGE" – FHAJ
AYLLON MENEZES DE OLIVEIRA

Fundação Hospital do Coração "FRANCISCA MENDES" – FHCFM
ROBERTA CAROLINA BARBOSA DO NASCIMENTO

Fundação Televisão e Rádio Cultura do Amazonas – FUNTEC
OSWALDO JODAS LOPES FILHO

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPEAM
MÁRCIA PERALES MENDES SILVA

Fundação Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas – AMAZONPREV
ROBERVANE MORAES DE MELLO COMPTON (Respondendo)

Universidade do Estado do Amazonas – UEA
ANDRÉ LUIZ NUNES ZOGAHIB

Fundação Estadual dos Povos Indígenas do Amazonas – FEPIAM
NILTON MAKAXI

Fundação Universidade Aberta da Terceira Idade - FUnATI
EULER ESTEVES RIBEIRO

SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA

Processamento de Dados do Amazonas – PRODAM
RENATO BORGES DE SOUZA

Companhia de Desenvolvimento do Estado do Amazonas – CIAMA
ANTÔNIO ALUÍZIO BRASIL BARBOSA FERREIRA

Companhia de Gás do Estado do Amazonas – CIGÁS
HERALDO BELEZA DA CÂMARA

Companhia de Saneamento do Amazonas – COSAMA
DEISIANE ERCULANO DE SOUZA

EMPRESAS PÚBLICAS

Empresa Estadual de Turismo – AMAZONASTUR
SÉRGIO PAULO MONTEIRO LITAIFF FILHO

Agência de Desenvolvimento e Fomento do Estado do Amazonas – AFEAM
CRISTINA COELHO DA SILVA

Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas – ADS
MICHELLE MACEDO BESSA

Companhia Amazonense de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos – CADA
ENDERSON THADEU SIMÕES MARQUES VIEDES

SERVIÇOS SOCIAIS AUTÔNOMOS

Agência Amazonense de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental – AADESAM
WILLIAM ALEXANDRE SILVA DE ABREU

Agência Amazonense de Desenvolvimento Cultural – AADC
CÂNDIDO JEREMIAS CUMARU NETO

SUMÁRIO

CADERNO I - PODER EXECUTIVO - Seção I
Leis 3
Decretos numerados 6
Decretos nominais 12

CADERNO II - PODER EXECUTIVO - Seção II
Secretaria de Estado da Casa Militar 1
Secretaria de Estado de Comunicação Social - SECOM 1
Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ 2
Secretaria de Estado de Saúde - SES-AM 3
Secretaria de Estado de Administração e Gestão - SEAD 5
Secretaria de Estado de Educação e Desporto Escolar- SEDUC 5
Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa - SEC 7
Secretaria de Estado de Segurança Pública - SSP 8
Secretaria de Estado de Infraestrutura - SEINFRA 9
Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania - SEJUSC 9
Secretaria de Estado da Assistência Social e Combate à Fome - SEAS 10
Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA 10
Secretaria de Estado da Produção Rural - SEPROR 11
Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência - SEPCD 12
Centro de Serviços Compartilhados – CSC 12
Polícia Civil do Estado do Amazonas – PC 13
Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Amazonas – CBMAM 13
Defesa Civil do Amazonas - DCAM 13
Imprensa Oficial do Estado do Amazonas – IOA 13
Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Amazonas – IPEM 15
Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas – IPAAM 15
Centro de Educação Tecnológica do Amazonas – CETAM 18
Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados e Contratados do Estado do Amazonas – ARSEPAM 18
Agência de Defesa Agropecuária e Florestal do Estado do Amazonas – ADAF 18
Fundação Centro de Controle de Oncologia do Estado do Amazonas – FCECON 19
Fundação Hospitalar de Hematologia e Hemoterapia do Amazonas – FHEMOAM 19
Fundação de Vigilância em Saúde do Amazonas - Dra. Rosemary Costa Pinto – FVS-RCP 19
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPEAM 20
Universidade do Estado do Amazonas - UEA 20
Fundação Estadual dos Povos Indígenas do Amazonas - FEPIAM 26
Fundo de Promoção Social e Erradicação da Pobreza - FPS 26
Empresa Estadual de Turismo – AMAZONASTUR 26
Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas - ADS 27
Agência Amazonense de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental - AADESAM 27
Companhia de Saneamento do Amazonas – COSAMA 28

CADERNO III - MUNICIPALIDADES
Apuí 1
Guajará 1
Itacoatiara 1
Jutaí 2

CADERNO IV - PUBLICAÇÕES DIVERSAS
Policlínica Governador Gilberto Mestrinho 1
Spa Eliameme Rodrigues Mady (Zona Norte) 1
Empresas Privadas 1

NESTA EDIÇÃO: 78 PÁGINAS

imprensa oficial
GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

GOVERNO DO AMAZONAS
A FORÇA DA NOSSA GENTE

EXPEDIENTE

JOÃO RIBEIRO GUIMARÃES JÚNIOR
Diretor-Presidente

ANTONIO DIAS DA CUNHA NETO
Diretor de Operações

NÚBIA MACIEL BARRETO
Diretora de Gestão-Financeira

Consulte o Diário Oficial na internet em nosso site:
www.imprensaoficial.am.gov.br
Fone: (92) 2101-7500

Rua Doutor Machado nº 86 - Centro
Cep: 69020-015
Manaus - Amazonas

Diário Oficial Eletrônico
Para dúvidas, sugestões e ou reclamações, use nossos canais de atendimento.
Segunda a Sexta-feira, das 8h às 17h.
Sistema IOANEWS: (92) 2101-7500
doe.suporte@imprensaoficial.am.gov.br
@imprensaoficialamazonas

VÁLIDO SOMENTE COM AUTENTICAÇÃO

LEI N.º 8.386, DE 17 DE JUNHO DE 2026

INSTITUI o Dia Estadual do Terapeuta e da Terapia Ocupacional e inclui no Calendário Oficial do Estado do Amazonas.

FAÇO SABER a todos os habitantes que a ASSEMBLEIA LEGISLATIVA decretou e eu sanciono a presente

L E I :

Art. 1.º Fica instituído o Dia do Terapeuta e da Terapia Ocupacional no Estado do Amazonas, que será comemorado no dia 19 de janeiro de cada ano.

Parágrafo único. O Dia Estadual do Terapeuta e da Terapia ocupacional passa a integrar o Calendário Oficial do Estado do Amazonas.

Art. 2.º As atividades a serem desenvolvidas no Dia do Terapeuta e da Terapia ocupacional terão cunho sociocultural e de valorização desses profissionais, nas mais diversas modalidades, podendo ser comemorado anualmente com reuniões, palestras, seminários, ou outros eventos, tendo como objetivo destacar o trabalho desses profissionais ligados à área da saúde que auxiliam na recuperação física do corpo humano.

Art. 3.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 17 de junho de 2026.

ROBERTO MAIA CIDADE FILHO
Governador do Estado do Amazonas

FLÁVIO CORDEIRO ANTONY FILHO
Secretário de Estado Chefe da Casa Civil

LUIS ALBERTO SARAIVA SANTOS
Secretário de Estado de Saúde

Protocolo 276369

LEI N.º 8.387, DE 17 DE JUNHO DE 2026

INSTITUI o Dia Estadual do Internacionalista, no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Amazonas.

FAÇO SABER a todos os habitantes que a ASSEMBLEIA LEGISLATIVA decretou e eu sanciono a presente

L E I :

Art. 1.º Fica instituído no âmbito do Estado do Amazonas, o Dia Estadual do Internacionalista, a ser comemorado anualmente no dia 26 de setembro.

Parágrafo único. O Dia Estadual do Internacionalista será incluído no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Amazonas.

Art. 2.º O Dia Estadual do Internacionalista, tem como objetivo homenagear os profissionais e estudantes de Relações Internacionais, reconhecendo sua importância estratégica para o desenvolvimento econômico, social e diplomático do Estado.

Art. 3.º Na semana que compreender o dia 26 de setembro, o poder público poderá promover eventos voltados ao debate sobre a inserção do Estado do Amazonas no cenário global, especialmente quanto a:

I *- cooperação internacional para a preservação da Amazônia*;

II *- atração de investimentos externos e comércio exterior*;

III *- fortalecimento da diplomacia subnacional e paradiplomacia.*

Art. 4.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 17 de junho de 2026.

ROBERTO MAIA CIDADE FILHO
Governador do Estado do Amazonas

FLÁVIO CORDEIRO ANTONY FILHO
Secretário de Estado Chefe da Casa Civil

Protocolo 276370

LEI N.º 8.388, DE 17 DE JUNHO DE 2026

INSTITUI o Selo Amarelo da Luta contra a Endometriose.

FAÇO SABER a todos os habitantes que a ASSEMBLEIA LEGISLATIVA decretou e eu sanciono a presente

L E I :

Art. 1.º Fica instituído o certificado denominado Selo Amarelo da Luta contra a Endometriose, a ser outorgado à pessoa jurídica pública ou privada que oferecer, voluntariamente, até três dias de licença-endometriose por mês, com remuneração integral, a todas as funcionárias diagnosticadas com endometriose profunda.

Parágrafo único. O benefício especial previsto no *caput* deste artigo é complementar e não substitui o direito trabalhista de afastamento da atividade previsto no art. 60 da Lei Federal n.º 8.213, de 24 de julho de 1991.

Art. 2.º A comprovação da endometriose profunda se dará pela apresentação de laudo médico ao departamento de recursos humanos da pessoa jurídica com a qual a funcionária mantenha o vínculo, devendo ser renovado a cada seis meses.

Art. 3.º O Poder Executivo poderá incluir no selo a ser outorgado, além da identificação da pessoa jurídica e o número desta Lei, outras informações relevantes que ajudem a promover a conscientização e a orientação sobre a endometriose.

Art. 4.º A concessão do Selo Amarelo da Luta contra a Endometriose assegurará à pessoa jurídica agraciada o direito de utilizá-lo na divulgação de seus produtos e serviços.

Art. 5.º Ulterior disposição regulamentar desta Lei definirá o detalhamento técnico de sua execução.

Art. 6.º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 7.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 17 de junho de 2026.

ROBERTO MAIA CIDADE FILHO
Governador do Estado do Amazonas

FLÁVIO CORDEIRO ANTONY FILHO
Secretário de Estado Chefe da Casa Civil

LUIS ALBERTO SARAIVA SANTOS
Secretário de Estado de Saúde

Protocolo 276371

LEI N.º 8.389, DE 17 DE JUNHO DE 2026

INSTITUI o Dia Estadual do Parajiu-Jitsu.

FAÇO SABER a todos os habitantes que a ASSEMBLEIA LEGISLATIVA decretou e eu sanciono a presente

L E I :

Art. 1.º Fica instituído, no âmbito do Estado do Amazonas, o Dia Estadual do Parajiu-Jitsu, a ser comemorado anualmente no dia 12 de fevereiro.

Art. 2.º Na data referida no artigo anterior deverão ser efetivadas ações de comemoração e promoção da prática do esporte para crianças e adolescentes nas escolas da rede oficial de ensino e em outros lugares promovidos pelo Poder Executivo.

Parágrafo único. As ações a serem implementadas no referido dia terão o condão de promover a prática do Parajiu-jitsu esportivo, disseminar as técnicas inerentes a referida arte marcial, além de serem proferidas palestras para esclarecer a população acerca da origem da luta no Brasil e a inclusão das pessoas com deficiência.

Art. 3.º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei para a sua fiel execução.

Art. 4.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 17 de junho de 2026.

ROBERTO MAIA CIDADE FILHO
Governador do Estado do Amazonas

FLÁVIO CORDEIRO ANTONY FILHO
Secretário de Estado Chefe da Casa Civil

DIEGO AMERICO COSTA SILVA
Secretário de Estado do Desporto e Lazer

SORAID DA SILVA NAVECA
Secretária de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência

Protocolo 276372

LEI N.º 8.390, DE 17 DE JUNHO DE 2026

INSTITUI o Dia Estadual de Conscientização sobre a Importância dos Protocolos de Segurança na Assistência à Saúde.

FAÇO SABER a todos os habitantes que a ASSEMBLEIA LEGISLATIVA decretou e eu sanciono a presente

L E I :

Art. 1.º Fica instituído, no Calendário Oficial do Estado do Amazonas, o Dia Estadual de Conscientização sobre a Importância dos Protocolos de Segurança na Assistência à Saúde, a ser comemorado, anualmente, em 23 de novembro, com o objetivo de promover ações educativas e preventivas sobre a adoção de protocolos rigorosos na prestação de serviços de saúde, visando a redução de riscos e a elevação da qualidade do atendimento ao cidadão amazonense.

Parágrafo único. O Dia de que trata este artigo não configura feriado, ponto facultativo ou qualquer forma de interrupção de atividades, nem gera despesa adicional ao erário público estadual.

Art. 2.º Poderá o Poder Público Estadual, em parceria com a Secretaria de Estado da Saúde (SES-AM), Conselhos Profissionais, Fundação de Vigilância em Saúde do Amazonas (FVS/AM), Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e entidades da sociedade civil, realizar eventos como palestras, seminários, campanhas educativas e materiais informativos sobre protocolos de segurança na assistência à saúde, com ênfase na prevenção de falhas que possam comprometer a integridade física e a vida dos pacientes.

Art. 3.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 17 de junho de 2026.

ROBERTO MAIA CIDADE FILHO
Governador do Estado do Amazonas

FLÁVIO CORDEIRO ANTONY FILHO
Secretário de Estado Chefe da Casa Civil

LUIS ALBERTO SARAIVA SANTOS
Secretário de Estado de Saúde

Protocolo 276373

LEI N.º 8.391, DE 17 DE JUNHO DE 2026

ALTERA a Lei n.º 6.670, de 22 de dezembro de 2023, que: "*INSTITUI o Código de Direito e Bem-Estar Animal do Amazonas*".

FAÇO SABER a todos os habitantes que a ASSEMBLEIA LEGISLATIVA decretou e eu sanciono a presente

L E I:

Art. 1.º Acrescente-se o Capítulo V ao Título I da Lei n.º 6.670, de 22 de dezembro de 2023, com a seguinte redação:

" ***CAPÍTULO V***
DA RESPONSABILIDADE AO AUTOR DE MAUS-TRATOS PELO CUSTEIO DO TRATAMENTO VETERINÁRIO E RECUPERAÇÃO DO ANIMAL

Art. 8.º-T *A pessoa ou entidade, no âmbito do Estado do Amazonas, praticante de crime caracterizado como maus-tratos a animais, arcará com os custos do tratamento veterinário e recuperação do animal vítima de maus-tratos.*

Parágrafo único*. Esta Lei abrange crimes realizados contra fauna silvestre e doméstica.*

Art. 8.º-U *O não cumprimento desta Lei acarretará multa de R$ 2.000,00 (dois mil reais) ao infrator.*

Art. 8.º-V*. O disposto nesta Lei não exclui a aplicação ao infrator de outros diplomas legais, como as sanções já previstas.*

Art. 8.º-W *A fiscalização e a aplicação de multas serão de responsabilidade de órgãos e instituições estaduais, determinados pelo Poder Executivo.*

Art. 8.º-X *Para melhor utilização dos valores arrecadados com multas, o Poder Executivo poderá reverter parte de tais montantes para o custeio de programas e ações de prevenção e conscientização sobre este tema e apoio a entidades e projetos voltados para o bem-estar animal, com preferência para a cidade em que ocorreu o atropelamento.*"*(NR)*

Art. 2.º Fica revogada a Lei n.º 5.408, de 24 de fevereiro de 2021.

Art. 3.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 17 de junho de 2026.

ROBERTO MAIA CIDADE FILHO
Governador do Estado do Amazonas

FLÁVIO CORDEIRO ANTONY FILHO
Secretário de Estado Chefe da Casa Civil

EDGAR DUARTE NOGUEIRA
Secretário de Estado de Proteção Animal

Protocolo 276374

LEI N.º 8.392, DE 17 DE JUNHO DE 2026

INSTITUI a "Campanha de Conscientização sobre o Bruxismo no Estado do Amazonas"

FAÇO SABER a todos os habitantes que a ASSEMBLEIA LEGISLATIVA decretou e eu sanciono a presente

L E I :

Art. 1.° Fica instituída a Campanha permanente de Conscientização sobre o Bruxismo no âmbito do Estado do Amazonas.

Art. 2.º Entende-se por bruxismo a condição caracterizada pelo ato involuntário de ranger ou apertar os dentes, que pode ocorrer durante o dia ou durante o sono, sendo frequentemente associada ao estresse, ansiedade e distúrbios do sono.

Art. 3.º São objetivos da presente campanha:

I - a conscientização acerca das principais causas do bruxismo, seus tipos e principais sintomas.

II - promover orientações para prevenção e para o alívio da sintomatologia.

Art. 4.º O Poder Executivo, por meio das Secretarias de Estado, regulamentará a presente Lei e poderá firmar parcerias com entidades públicas e privadas, organizações não governamentais e profissionais da área de saúde, visando promover ações que contribuam para a conscientização sobre o bruxismo.

Art. 5.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 17 de junho de 2026.

ROBERTO MAIA CIDADE FILHO
Governador do Estado do Amazonas

FLÁVIO CORDEIRO ANTONY FILHO
Secretário de Estado Chefe da Casa Civil

LUIS ALBERTO SARAIVA SANTOS
Secretário de Estado de Saúde

Protocolo 276375

LEI N.º 8.393, DE 17 DE JUNHO DE 2026

INSTITUI diretrizes para a promoção da saúde digestiva e a prevenção de distúrbios gástricos no âmbito do Estado do Amazonas.

FAÇO SABER a todos os habitantes que a ASSEMBLEIA LEGISLATIVA decretou e eu sanciono a presente

L E I :

Art. 1.º Ficam instituídas, no âmbito do Estado do Amazonas, diretrizes para a promoção da saúde digestiva e a prevenção de distúrbios gástricos, com foco na educação em saúde, na prevenção e na orientação da população.

Art. 2.º Para os fins desta Lei, consideram-se distúrbios gástricos, entre outros, a gastrite, a dispepsia funcional, o refluxo gastroesofágico e demais alterações digestivas relacionadas a hábitos alimentares inadequados.

Art. 3.º Constituem diretrizes da política de promoção da saúde digestiva:

I - incentivo à adoção de hábitos alimentares saudáveis, com redução do consumo excessivo de alimentos ultraprocessados, gordurosos e condimentados;

II - orientação quanto ao consumo moderado de bebidas estimulantes, especialmente café e bebidas energéticas;

III - estímulo à realização de refeições regulares, evitando longos períodos de jejum;

IV - incentivo à ingestão adequada de água e fibras alimentares;

V - promoção de ações educativas sobre os impactos do estresse e da alimentação desregrada na saúde digestiva;

VI - estímulo à identificação precoce de sinais e sintomas de distúrbios gástricos;

VII - incentivo à busca por avaliação médica diante de sintomas persistentes.

Art. 4.º A implementação das diretrizes previstas nesta Lei observará a conveniência e oportunidade do Poder Executivo.

Art. 5.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 17 de junho de 2026.

ROBERTO MAIA CIDADE FILHO
Governador do Estado do Amazonas

FLÁVIO CORDEIRO ANTONY FILHO
Secretário de Estado Chefe da Casa Civil

LUIS ALBERTO SARAIVA SANTOS
Secretário de Estado de Saúde

Protocolo 276376

LEI N.º 8.394, DE 17 DE JUNHO DE 2026

INSTITUI Diretrizes para criação do Programa Estadual de apoio a saúde mental no Esporte.

FAÇO SABER a todos os habitantes que a ASSEMBLEIA LEGISLATIVA decretou e eu sanciono a presente

L E I:

Art. 1.º Ficam instituídas as diretrizes para criação do Programa Estadual de apoio a saúde mental no Esporte, no âmbito do Estado do Amazonas.

Art. 2.º Constituem diretrizes do Programa Estadual de apoio a saúde mental no Esporte:

I - promover a saúde mental como parte essencial da performance e do bem-estar dos profissionais do esporte;

II - o incentivo à criação e manutenção de grupos de apoio psicológico, coordenados por profissionais qualificados;

III - estimular o desenvolvimento de campanhas educativas para a desmitificação dos transtornos mentais no meio esportivo;

IV - priorizar a articulação entre as secretarias estaduais de Saúde e Esporte para fortalecer o apoio psicológico dentro do ambiente esportivo;

V - capacitar treinadores, dirigentes e profissionais da saúde para identificar sinais de sofrimento psíquico em esportistas;

VI - estimular a criação de protocolos de acolhimento e encaminhamento em casos de crises psicológicas no ambiente esportivo.

Art. 3.º As diretrizes para implementação do Programa incluem:

I - parceria com instituições públicas e privadas de saúde e educação;

II - estabelecimento de um canal de atendimento e denúncia para casos de abuso psicológico, *bullying* e pressão indevida no esporte;

III - incentivo à realização de eventos, palestras, oficinas e atividades que abordem a importância do cuidado com a saúde mental.

Art. 4.º O programa terá prioridade de implantação nas seguintes modalidades:

I - esportes individuais de alto rendimento;

II - modalidades com histórico de altos índices de abandono por exaustão emocional;

III - categorias de base e centros de formação de atletas.

Art. 5.º A coordenação e execução do Programa serão de responsabilidade da Secretaria de Estado do Desporto e Lazer, em conjunto com a Secretaria de Estado de Saúde, podendo firmar convênios e parcerias com organizações da sociedade civil, universidades, conselhos de classe e entidades esportivas.

Art. 6.º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no que couber.

Art. 7.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 17 de junho de 2026.

ROBERTO MAIA CIDADE FILHO
Governador do Estado do Amazonas

FLÁVIO CORDEIRO ANTONY FILHO
Secretário de Estado Chefe da Casa Civil

DIEGO AMERICO COSTA SILVA
Secretário de Estado do Desporto e Lazer

LUIS ALBERTO SARAIVA SANTOS
Secretário de Estado de Saúde

Protocolo 276377

LEI N.º 8.395, DE 17 DE JUNHO DE 2026

INSTITUI a Semana do Empreendedorismo Feminino da Mulher Ribeirinha e dá outras providências.

FAÇO SABER a todos os habitantes que a ASSEMBLEIA LEGISLATIVA decretou e eu sanciono a presente

L E I :

Art. 1. Fica instituída a Semana do Empreendedorismo Feminino da Mulher Ribeirinha, no âmbito do Estado do Amazonas a ser comemorado anualmente, na penúltima semana do mês de novembro, com o objetivo de fortalecer o empreendedorismo da mulher ribeirinha.

Parágrafo único. A semana que trata o *caput* deste artigo passa a integrar o Calendário Oficial do Estado do Amazonas.

Art. 2.º A Semana de que trata esta Lei tem como diretrizes e objetivos:

I - incentivar atuação da mulher ribeirinha em empreender, visando à conscientização da importância do empreendedorismo da mulher;

II - promover cursos, palestras, debates que ajudem em políticas públicas destinadas a formar e difundir o empreendedorismo da mulher ribeirinha;

III - incentivar o empreendedorismo da mulher ribeirinha com o escopo de diminuir a desigualdade de gênero;

IV - estimular que a mulher ribeirinha atinja sua independência financeira;

V - fomentar ações e técnicas para capacitar a mulher ribeirinha no estudo de mercado, planejamento, organização do negócio, bem como possibilitar a troca de experiências com outras mulheres ribeirinhas que conseguiram empreender; e

VI - assegurar a importância da produção cultural e tradicional da mulher ribeirinha para o desenvolvimento econômico e social do Estado do Amazonas.

Art. 3.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 17 de junho de 2026.

ROBERTO MAIA CIDADE FILHO
Governador do Estado do Amazonas

FLÁVIO CORDEIRO ANTONY FILHO
Secretário de Estado Chefe da Casa Civil

JUSSARA PEDROSA CELESTINO DA COSTA
Secretária de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania

RICELLI VIANA PONTES
Secretário de Estado de Produção Rural

GUSTAVO ADOLFO IGREJAS FILGUEIRAS
Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação

Protocolo 276378

LEI N.º 8.396, DE 17 DE JUNHO DE 2026

DISPÕE sobre a criação de cargos de provimento em comissão que especifica, no quadro de cargos da Defesa Civil do Amazonas, constante da Lei Delegada n.º 123, de 31 de outubro de 2019, e dá outras providências.

FAÇO SABER a todos os habitantes que a ASSEMBLEIA LEGISLATIVA decretou e eu sanciono a presente

L E I :

Art. 1.º Ficam criados, no âmbito da Defesa Civil do Amazonas, os seguintes cargos de confiança e de provimento em comissão:

I - 10 (dez) cargos de provimento em comissão de Assessor I, AD-1;

II - 10 (dez) cargos de provimento em comissão de Assessor III, AD-3; e

III - 01 (um) cargo de provimento em comissão de Assessor Técnico.

Parágrafo único. A remuneração dos cargos criados neste artigo obedecerá ao padrão remuneratório já estabelecido para cargos de mesma denominação, nos termos da legislação vigente.

Art. 2.º O quadro de cargos de confiança e de provimento em comissão da Defesa Civil do Amazonas, constante do Anexo Único, Parte 60, da Lei Delegada n.º 123, de 31 de outubro de 2019, passa a vigorar com a inclusão dos cargos de provimento em comissão criados pelo art. 1.º desta Lei, na forma do Anexo Único desta Lei.

Art. 3.º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias consignadas no orçamento da Defesa Civil do Amazonas.

Art. 4.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 17 de junho de 2026.

ROBERTO MAIA CIDADE FILHO
Governador do Estado do Amazonas

FLÁVIO CORDEIRO ANTONY FILHO
Secretário de Estado Chefe da Casa Civil

CEL QOBM CLÓVIS ARAÚJO PINTO JÚNIOR
Secretário de Estado de Defesa Civil, em exercício

ROBSON TOGNI DE ALMEIDA
Secretário de Estado de Administração e Gestão

DARIO JOSÉ BRAGA PAIM
Secretário de Estado da Fazenda

ANEXO ÚNICO

QUADRO DE CARGOS E DE PROVIMENTO EM COMISSÃO LEI DELEGADA Nº 123, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019

PARTE 60		
DEFESA CIVIL DO AMAZONAS		
CARGOS DE CONFIANÇA E DE PROVIMENTO EM COMISSÃO		
QUANTIDADE	**CARGOS/FUNÇÃO**	**SIMBOLOGIA**
01	Secretário de Estado	-
01	Secretário Executivo	-
03	Secretário Executivo Adjunto	-
02	Coordenador	-
01	Assessor Técnico	-

09	Coordenador Regional	AD-1
01	Chefe de Gabinete	
13	Chefe de Departamento	
18	Assessor I	
10	Assessor II	AD-2
15	Assessor III	AD-3
25	Gerente I	AD-2
99	**TOTAL**	

Protocolo 276379

LEI N.º 8.397, DE 17 DE JUNHO DE 2026

ALTERA, na forma que especifica, a Lei Ordinária n.º 7.004, de 18 de julho de 2024, que: "*DISPÕE Sobre a Criação do Selo Abraço da Vida".*

FAÇO SABER a todos os habitantes que a ASSEMBLEIA LEGISLATIVA decretou e eu sanciono a presente

L E I :

Art. 1.º Fica acrescido o art. 6.º-A à Lei Ordinária n.º 7.004, de 18 de julho de 2024, com a seguinte redação:

"Art. 6.º- A*. O modelo oficial do cartaz sobre a manobra de Heimlich, denominada "Abraço da Vida", será elaborado pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Amazonas (CBMAM).*

§ 1.º *O cartaz deverá conter instruções visuais e objetivas, em linguagem simples e acessível, sobre a aplicação da manobra de Heimlich em:*

I - *bebês;*

II - *crianças acima de um ano de idade; III - adultos;*

IV *- gestantes; e*

V - *pessoas cadeirantes.*

§ 2.º *O material deverá conter, ainda:*

I - *os números dos serviços de emergência, especialmente o SAMU (192) e o Corpo de Bombeiros Militar (193);*

II - *o logotipo institucional do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Amazonas; e*

III *- um código QR-code que direcione a vídeo instrutivo elaborado pelo CBMAM.*

§ 3.º *O modelo oficial do cartaz poderá ser disponibilizado para download no sítio eletrônico do CBMAM, cabendo aos estabelecimentos imprimir e fixar o material em local de ampla visibilidade.*

§ 4.º *O conteúdo do cartaz e do vídeo instrutivo deverá ser revisado, no máximo, a cada 24 (vinte e quatro) meses, de forma a garantir a atualização das informações técnicas.*" (NR)

Art. 2.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 17 de junho de 2026.

ROBERTO MAIA CIDADE FILHO
Governo do Estado do Amazonas

FLÁVIO CORDEIRO ANTONY FILHO
Secretário de Estado Chefe da Casa Civil

CORONEL QOPM. ANÉZIO BRITO DE PAIVA
Secretário de Estado de Segurança Pública

Protocolo 276381

DECRETO Nº 54.412, DE 17 DE JUNHO DE 2026.

ABRE crédito adicional suplementar que especifica, no Orçamento da Seguridade vigente da Administração Indireta.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a autorização contida nos artigos 4º e 5º, Inciso I, da Lei nº 8.015 de 31 de dezembro de 2025

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Seguridade vigente da Administração Indireta, crédito adicional suplementar no valor de **R$2.500.000,00 (DOIS MILHÕES E QUINHENTOS MIL REAIS)**, para atender às dotações indicadas no **Anexo I** deste Decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação das dotações indicadas no **Anexo II** deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 17 de junho de 2026.

ROBERTO MAIA CIDADE FILHO
Governador do Estado do Amazonas

DARIO JOSÉ BRAGA PAIM
Secretário de Estado da Fazenda

ANEXOS DO DECRETO Nº 54.412, DE 17 DE JUNHO DE 2026

ANEXO I (Artigo 1º) - SUPLEMENTAÇÃO

17000 SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
17701 FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE

PT	REGIÃO	TIPO AÇÃO	FONTE DE RECURSOS	NATUREZA DA DESPESA	PESSOAL E ENCARGOS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
SEGURIDADE										
3305 SAÚDE EM REDE										
10 302 3305 2692 - Aplicação de Emendas Parlamentares Estaduais na Saúde										
	0005	A	1.500.121	3341			400.000,00			
	0011	A	1.500.121	3341			500.000,00			
	0011	A	1.500.121	3341			500.000,00			
	0011	A	1.500.121	3341			600.000,00			
	0011	A	1.500.121	4441				500.000,00		
	TOTAL						2.000.000,00	500.000,00		
TOTAL POR SECRETARIA										2.500.000,00

ANEXO II (Artigo 2º) - ANULAÇÃO

99000 RESERVA DE CONTINGÊNCIA
99999 RESERVA DE CONTINGENCIA

PT	REGIÃO	TIPO AÇÃO	FONTE DE RECURSOS	NATUREZA DA DESPESA	RESERVA DE CONTINGÊNCIA
FISCAL					
9999 RESERVA DE CONTINGÊNCIA					
99 999 9999 2646 - Reserva Técnica					
	0001	A	1.500.121	9999	400.000,00
	0001	A	1.500.121	9999	500.000,00
	0001	A	1.500.121	9999	500.000,00
	0001	A	1.500.121	9999	500.000,00
	0001	A	1.500.121	9999	600.000,00
	TOTAL				2.500.000,00
TOTAL POR SECRETARIA					2.500.000,00

Protocolo 276382

DECRETO Nº 54.413, DE 17 DE JUNHO DE 2026.

ABRE crédito adicional suplementar que especifica, nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade vigentes da Administração Direta e Indireta.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a autorização contida nos artigos 4º e 5º, Inciso I, da Lei nº 8.015 de 31 de dezembro de 2025

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto, nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade vigentes da Administração Direta e Indireta, crédito adicional suplementar no valor de **R$4.550.000,00 (QUATRO MILHÕES E QUINHENTOS E CINQUENTA MIL REAIS)**, para atender às dotações indicadas no **Anexo I** deste Decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação das dotações indicadas no **Anexo II** deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 17 de junho de 2026.

ROBERTO MAIA CIDADE FILHO
Governador do Estado do Amazonas

DARIO JOSÉ BRAGA PAIM
Secretário de Estado da Fazenda

ANEXOS DO DECRETO Nº 54.413, DE 17 DE JUNHO DE 2026

ANEXO I (Artigo 1º) - SUPLEMENTAÇÃO

18000 SECRETARIA DE ESTADO DE PRODUÇÃO RURAL
18101 SECRETARIA DE ESTADO DE PRODUÇÃO RURAL

PT	REGIÃO	TIPO AÇÃO	FONTE DE RECURSOS	NATUREZA DA DESPESA	PESSOAL E ENCARGOS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA

FISCAL

3310 APLICAÇÃO DE EMENDAS PARLAMENTARES

20 122 3310 2773 - Desenvolvimento de Ações Decorrentes de Emendas Parlamentares

0007	A	1.501.160	3340	50.000,00	
		TOTAL		50.000,00	
		TOTAL POR SECRETARIA			50.000,00

20000 SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA
20101 SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA

PT	REGIÃO	TIPO AÇÃO	FONTE DE RECURSOS	NATUREZA DA DESPESA	PESSOAL E ENCARGOS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA

FISCAL

3310 APLICAÇÃO DE EMENDAS PARLAMENTARES

13 122 3310 2773 - Desenvolvimento de Ações Decorrentes de Emendas Parlamentares

0007	A	1.501.160	3340	800.000,00	
0007	A	1.501.160	3350	2.000.000,00	
0011	A	1.501.160	3350	1.500.000,00	
		TOTAL		4.300.000,00	
		TOTAL POR SECRETARIA			4.300.000,00

31000 SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
31701 FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PT	REGIÃO	TIPO AÇÃO	FONTE DE RECURSOS	NATUREZA DA DESPESA	PESSOAL E ENCARGOS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA

SEGURIDADE

3310 APLICAÇÃO DE EMENDAS PARLAMENTARES

08 122 3310 2773 - Desenvolvimento de Ações Decorrentes de Emendas Parlamentares

0004	A	1.501.160	3341	200.000,00	
		TOTAL		200.000,00	
		TOTAL POR SECRETARIA			200.000,00
		TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES			4.550.000,00

ANEXO II (Artigo 2º) - ANULAÇÃO

99000 RESERVA DE CONTINGÊNCIA
99999 RESERVA DE CONTINGENCIA

PT	REGIÃO	TIPO AÇÃO	FONTE DE RECURSOS	NATUREZA DA DESPESA	RESERVA DE CONTINGÊNCIA

FISCAL

9999 RESERVA DE CONTINGÊNCIA

99 999 9999 2646 - Reserva Técnica

0001	A	1.501.160	9999	50.000,00
0001	A	1.501.160	9999	200.000,00
0001	A	1.501.160	9999	800.000,00
0001	A	1.501.160	9999	1.500.000,00
0001	A	1.501.160	9999	2.000.000,00
		TOTAL		4.550.000,00
		TOTAL POR SECRETARIA		4.550.000,00

Protocolo 276383

DECRETO Nº 54.414, DE 17 DE JUNHO DE 2026.

ABRE crédito adicional suplementar que especifica, no Orçamento da Seguridade vigente da Administração Indireta.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a autorização contida nos artigos 4º e 5º, Inciso I, da Lei nº 8.015 de 31 de dezembro de 2025

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Seguridade vigente da Administração Indireta, crédito adicional suplementar no valor de **R$1.000.000,00 (HUM MILHÃO DE REAIS)**, para atender à dotação indicada no **Anexo I** deste Decreto.

Art. 2º O recurso necessário à execução do disposto no artigo anterior decorrerá de anulação da dotação indicada no **Anexo II** deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 17 de junho de 2026.

ROBERTO MAIA CIDADE FILHO
Governador do Estado do Amazonas

DARIO JOSÉ BRAGA PAIM
Secretário de Estado da Fazenda

ANEXOS DO DECRETO Nº 54.414, DE 17 DE JUNHO DE 2026

ANEXO I (Artigo 1º) - SUPLEMENTAÇÃO

17000 SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
17701 FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE

PT	REGIÃO	TIPO AÇÃO	FONTE DE RECURSOS	NATUREZA DA DESPESA	PESSOAL E ENCARGOS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA

SEGURIDADE

3305 SAÚDE EM REDE

10 302 3305 2792 - Aplicação de Emendas Parlamentares de Bancada Estadual na Saúde

0011	A	1.500.121	3341	1.000.000,00	
		TOTAL		1.000.000,00	
		TOTAL POR SECRETARIA			1.000.000,00

ANEXO II (Artigo 2º) - ANULAÇÃO

99000 RESERVA DE CONTINGÊNCIA
99999 RESERVA DE CONTINGENCIA

PT	REGIÃO	TIPO AÇÃO	FONTE DE RECURSOS	NATUREZA DA DESPESA	RESERVA DE CONTINGÊNCIA

FISCAL

9999 RESERVA DE CONTINGÊNCIA

99 999 9999 2790 - Reserva Técnica de Bancada

0001	A	1.500.121	9999		1.000.000,00
		TOTAL			1.000.000,00
		TOTAL POR SECRETARIA			1.000.000,00

Protocolo 276384

DECRETO Nº 54.415, DE 17 DE JUNHO DE 2026.

ABRE crédito adicional suplementar que especifica, no Orçamento Fiscal vigente da Administração Direta.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a autorização contida nos artigos 4º e 5º, Inciso I, da Lei nº 8.015 de 31 de dezembro de 2025

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento Fiscal vigente da Administração Direta, crédito adicional suplementar no valor de **R$1.500.000,00 (HUM MILHÃO E QUINHENTOS MIL REAIS)**, para atender às dotações indicadas no **Anexo I** deste Decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação das dotações indicadas no **Anexo II** deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 17 de junho de 2026.

ROBERTO MAIA CIDADE FILHO
Governador do Estado do Amazonas

DARIO JOSÉ BRAGA PAIM
Secretário de Estado da Fazenda

ANEXOS DO DECRETO Nº 54.415, DE 17 DE JUNHO DE 2026

ANEXO I (Artigo 1º) - SUPLEMENTAÇÃO

18000 SECRETARIA DE ESTADO DE PRODUÇÃO RURAL
18101 SECRETARIA DE ESTADO DE PRODUÇÃO RURAL

PT	REGIÃO	TIPO AÇÃO	FONTE DE RECURSOS	NATUREZA DA DESPESA	PESSOAL E ENCARGOS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
FISCAL										
3310 APLICAÇÃO DE EMENDAS PARLAMENTARES										
20 122 3310 2793 - Desenvolvimento de Ações Decorrentes de Emendas Parlamentares de Bancada										
	0011	A	1.501.160	3340			1.000.000,00			
			TOTAL				1.000.000,00			
			TOTAL POR SECRETARIA							1.000.000,00

20000 SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA
20101 SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA

PT	REGIÃO	TIPO AÇÃO	FONTE DE RECURSOS	NATUREZA DA DESPESA	PESSOAL E ENCARGOS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
FISCAL										
3310 APLICAÇÃO DE EMENDAS PARLAMENTARES										
13 122 3310 2793 - Desenvolvimento de Ações Decorrentes de Emendas Parlamentares de Bancada										
	0011	A	1.501.160	3350			500.000,00			
			TOTAL				500.000,00			
			TOTAL POR SECRETARIA							500.000,00
			TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES							1.500.000,00

ANEXO II (Artigo 2º) - ANULAÇÃO

99000 RESERVA DE CONTINGÊNCIA
99999 RESERVA DE CONTINGENCIA

PT	REGIÃO	TIPO AÇÃO	FONTE DE RECURSOS	NATUREZA DA DESPESA	RESERVA DE CONTINGÊNCIA
FISCAL					
9999 RESERVA DE CONTINGÊNCIA					
99 999 9999 2790 - Reserva Técnica de Bancada					
	0001	A	1.501.160	9999	500.000,00
	0001	A	1.501.160	9999	1.000.000,00
			TOTAL		1.500.000,00
			TOTAL POR SECRETARIA		1.500.000,00

Protocolo 276385

DECRETO Nº 54.416, DE 17 DE JUNHO DE 2026.

ABRE crédito adicional suplementar que especifica, no Orçamento da Seguridade vigente da Administração Indireta.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a autorização contida no artigo 5º, Inciso IV, da Lei nº 8.015 de 31 de dezembro de 2025

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Seguridade vigente da Administração Indireta, crédito adicional suplementar no valor de **R$1.807.073,04 (HUM MILHÃO**, **OITOCENTOS E SETE MIL**, **SETENTA E TRÊS REAIS E QUATRO CENTAVOS)**, para atender às dotações indicadas no **Anexo I** deste Decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de Superávit Financeiro da Fonte 2.600.231 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS Provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde, apurado no Balanço Patrimonial do FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 17 de junho de 2026.

ROBERTO MAIA CIDADE FILHO
Governador do Estado do Amazonas

DARIO JOSÉ BRAGA PAIM
Secretário de Estado da Fazenda

ANEXO DO DECRETO Nº 54.416, DE 17 DE JUNHO DE 2026

ANEXO I (Artigo 1º) - SUPLEMENTAÇÃO

17000 SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
17701 FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE

PT	REGIÃO	TIPO AÇÃO	FONTE DE RECURSOS	NATUREZA DA DESPESA	PESSOAL E ENCARGOS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
SEGURIDADE										
3274 VIGIAR SUS										
10 305 3274 2805 - Operacionalização das Ações de Vigilância em Saúde										
	0001	A	2.600.231	3390			7.073,04			
3305 SAÚDE EM REDE										
10 302 3305 2803 - Aplicação de Emendas Parlamentares Federais na Saúde										
	0011	A	2.600.231	3390			120.000,00			
	0011	A	2.600.231	3390			800.000,00			
	0011	A	2.600.231	3390			880.000,00			
			TOTAL				1.807.073,04			
			TOTAL POR SECRETARIA							1.807.073,04

Protocolo 276386

DECRETO Nº 54.417, DE 17 DE JUNHO DE 2026.

ABRE crédito adicional suplementar que especifica, no Orçamento Fiscal vigente da Administração Direta.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a autorização contida no artigo 5º, Inciso II, da Lei nº 8.015 de 31 de dezembro de 2025

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento Fiscal vigente da Administração Direta, crédito adicional suplementar no valor de **R$314.545,42 (TREZENTOS E QUATORZE MIL**, **QUINHENTOS E QUARENTA E CINCO REAIS E QUARENTA E DOIS CENTAVOS)**, para atender às dotações indicadas no **Anexo I** deste Decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de Excesso de Arrecadação, Fonte 1.703.285 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres de Outras Entidades - Outras Fontes, a se verificar no Exercício Financeiro.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 17 de junho de 2026.

ROBERTO MAIA CIDADE FILHO
Governador do Estado do Amazonas

DARIO JOSÉ BRAGA PAIM
Secretário de Estado da Fazenda

ANEXO DO DECRETO Nº 54.417, DE 17 DE JUNHO DE 2026

ANEXO I (Artigo 1º) - SUPLEMENTAÇÃO

22000 SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
22104 CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO AMAZONAS

PT	REGIÃO	TIPO AÇÃO	FONTE DE RECURSOS	NATUREZA DA DESPESA	PESSOAL E ENCARGOS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
FISCAL										
3264 AMAZONAS SEGURO										
06 182 3264 2153 - Atendimento a Ocorrências										
	0001	A	1.703.285	3390			44.347,74			
	0001	A	1.703.285	3390			177.056,00			
	0001	A	1.703.285	4490				93.141,68		
			TOTAL				221.403,74	93.141,68		
			TOTAL POR SECRETARIA							314.545,42

Protocolo 276387

DECRETO Nº 54.418, DE 17 DE JUNHO DE 2026.

ABRE crédito adicional suplementar que especifica, no Orçamento Fiscal vigente da Administração Direta.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a autorização contida no artigo 5º, Inciso IV, da Lei nº 8.015 de 31 de dezembro de 2025

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento Fiscal vigente da Administração Direta, crédito adicional suplementar no valor de **R$20.000.000,00 (VINTE MILHÕES DE REAIS)**, para atender à dotação indicada no **Anexo I** deste Decreto.

Art. 2º O recurso necessário à execução do disposto no artigo anterior decorrerá de Superávit Financeiro da Fonte 2.500.121 - Recursos não Vinculados de Impostos - FPE, apurado no Balanço Patrimonial do ESTADO DO AMAZONAS.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 17 de junho de 2026.

ROBERTO MAIA CIDADE FILHO
Governador do Estado do Amazonas

DARIO JOSÉ BRAGA PAIM
Secretário de Estado da Fazenda

ANEXO DO DECRETO Nº 54.418, DE 17 DE JUNHO DE 2026

ANEXO I (Artigo 1º) - SUPLEMENTAÇÃO

43000 SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E METROPOLITANO
43102 UNIDADE GESTORA DE PROJETOS ESPECIAIS

PT	REGIÃO	TIPO AÇÃO	FONTE DE RECURSOS	NATUREZA DA DESPESA	PESSOAL E ENCARGOS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA

FISCAL

3300 MAIS INFRA

17 512 3300 1547 - Infraestrutura Urbana, Social, Ambiental e Habitacional de Projetos Especiais

0001	P	2.500.121	4490				20.000.000,00			
TOTAL							20.000.000,00			

TOTAL POR SECRETARIA 20.000.000,00

Protocolo 276388

DECRETO Nº 54.419, DE 17 DE JUNHO DE 2026.

ABRE crédito adicional suplementar que especifica, nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade vigentes da Administração Direta e Indireta.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a autorização contida no artigo 4º da Lei nº 8.015 de 31 de dezembro de 2025

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto, nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade vigentes da Administração Direta e Indireta, crédito adicional suplementar no valor de **R$3.012.014,23 (TRÊS MILHÕES, DOZE MIL, QUATORZE REAIS E VINTE E TRÊS CENTAVOS)**, para atender às dotações indicadas no **Anexo I** deste Decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação das dotações indicadas no **Anexo II** deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 17 de junho de 2026.

ROBERTO MAIA CIDADE FILHO
Governador do Estado do Amazonas

DARIO JOSÉ BRAGA PAIM
Secretário de Estado da Fazenda

ANEXOS DO DECRETO Nº 54.419, DE 17 DE JUNHO DE 2026

ANEXO I (Artigo 1º) - SUPLEMENTAÇÃO

02000 TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS
02101 TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS

PT	REGIÃO	TIPO AÇÃO	FONTE DE RECURSOS	NATUREZA DA DESPESA	PESSOAL E ENCARGOS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA

SEGURIDADE

0056 CONTROLE EXTERNO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS

01 331 0056 2058 - Amparo ao Servidor do TCE

0001	A	1.500.100	3390				2.500.000,00			
TOTAL							2.500.000,00			

TOTAL POR SECRETARIA 2.500.000,00

03000 PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
03101 PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

PT	REGIÃO	TIPO AÇÃO	FONTE DE RECURSOS	NATUREZA DA DESPESA	PESSOAL E ENCARGOS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA

FISCAL

3234 DESENVOLVIMENTO E GARANTIA DA ATUAÇÃO INSTITUCIONAL

03 091 3234 2537 - Amparo e Proteção às Vítimas e Testemunhas Ameaçadas no Amazonas

0001	A	1.700.280	4450					14.099,53		
TOTAL								14.099,53		

TOTAL POR SECRETARIA 14.099,53

28000 SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E DESPORTO
28101 SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

PT	REGIÃO	TIPO AÇÃO	FONTE DE RECURSOS	NATUREZA DA DESPESA	PESSOAL E ENCARGOS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA

FISCAL

0001 PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO

12 122 0001 2001 - Administração da Unidade

0001	A	1.500.100	3390				454.476,00			

3283 EDUCAR PARA TRANSFORMAR

12 362 3283 1553 - Reforma e Ampliação de Unidade Escolar e Quadra Poliesportiva para o Ensino Médio

0011	P	1.500.100	4490					39.103,27		

12 361 3283 2548 - Apoio ao Desenvolvimento da Formação do Aluno no Ensino Fundamental

0001	A	1.500.121	3390				135,43			
TOTAL							454.611,43	39.103,27		

TOTAL POR SECRETARIA 493.714,70

43000 SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E METROPOLITANO
43201 SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE HABITAÇÃO

PT	REGIÃO	TIPO AÇÃO	FONTE DE RECURSOS	NATUREZA DA DESPESA	PESSOAL E ENCARGOS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA

FISCAL

0003 OPERAÇÕES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS

28 846 0003 0002 - Cumprimento de Sentenças Judiciais, Transitadas em Julgado, Devidas pelo Estado, Autarquias e Fundações Públicas

0001	E	1.501.201	3390				4.200,00			
TOTAL							4.200,00			

TOTAL POR SECRETARIA 4.200,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 3.012.014,23

VÁLIDO SOMENTE COM AUTENTICAÇÃO

ANEXO II (Artigo 2º) - ANULAÇÃO

02000 TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS
02101 TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS

PT	REGIÃO	TIPO AÇÃO	FONTE DE RECURSOS	NATUREZA DA DESPESA	PESSOAL E ENCARGOS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
SEGURIDADE										
0002 PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DO ESTADO										
01 272 0002 0001 - Encargos com Pessoal Inativo e Pensionistas										
	0001	E	1.500.100	3190	2.500.000,00					
TOTAL					2.500.000,00					
TOTAL POR SECRETARIA										2.500.000,00

03000 PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
03101 PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

PT	REGIÃO	TIPO AÇÃO	FONTE DE RECURSOS	NATUREZA DA DESPESA	PESSOAL E ENCARGOS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
FISCAL										
3234 DESENVOLVIMENTO E GARANTIA DA ATUAÇÃO INSTITUCIONAL										
03 091 3234 2537 - Amparo e Proteção às Vítimas e Testemunhas Ameaçadas no Amazonas										
	0001	A	1.700.280	3350			14.099,53			
TOTAL							14.099,53			
TOTAL POR SECRETARIA										14.099,53

28000 SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E DESPORTO
28101 SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

PT	REGIÃO	TIPO AÇÃO	FONTE DE RECURSOS	NATUREZA DA DESPESA	PESSOAL E ENCARGOS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
FISCAL										
0001 PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO										
12 122 0001 2001 - Administração da Unidade										
	0001	A	1.500.121	3390			135,43			
3283 EDUCAR PARA TRANSFORMAR										
12 122 3283 2489 - Operacionalização da Gestão Administrativa										
	0001	A	1.500.100	3390			25.782,29			
	0001	A	1.500.100	3390			328.693,71			
12 361 3283 2550 - Manutenção de Unidade Escolar do Ensino Fundamental										
	0001	A	1.500.100	3390			100.000,00			
12 423 3283 2781 - Operacionalização da Gestão da Educação Básica - Ensino Indígena										
	0001	A	1.500.100	3390			39.103,27			
TOTAL							493.714,70			
TOTAL POR SECRETARIA										493.714,70

43000 SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E METROPOLITANO
43201 SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE HABITAÇÃO

PT	REGIÃO	TIPO AÇÃO	FONTE DE RECURSOS	NATUREZA DA DESPESA	PESSOAL E ENCARGOS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
FISCAL										
0001 PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO										
16 122 0001 2001 - Administração da Unidade										
	0001	A	1.501.201	3390			4.200,00			
TOTAL							4.200,00			
TOTAL POR SECRETARIA										4.200,00
TOTAL DAS ANULAÇÕES										3.012.014,23

Protocolo 276389

DECRETO Nº 54.420, DE 17 DE JUNHO DE 2026.

ABRE crédito adicional suplementar que especifica, no Orçamento Fiscal vigente da Administração Direta.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a autorização contida nos artigos 4º e 5º, Inciso I, da Lei nº 8.015 de 31 de dezembro de 2025

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento Fiscal vigente da Administração Direta, crédito adicional suplementar no valor de **R$210.000,00 (DUZENTOS E DEZ MIL REAIS)**, para atender à dotação indicada no **Anexo I** deste Decreto.

Art. 2º O recurso necessário à execução do disposto no artigo anterior decorrerá de anulação da dotação indicada no **Anexo II** deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 17 de junho de 2026.

ROBERTO MAIA CIDADE FILHO
Governador do Estado do Amazonas

DARIO JOSÉ BRAGA PAIM
Secretário de Estado da Fazenda

ANEXOS DO DECRETO Nº 54.420, DE 17 DE JUNHO DE 2026

ANEXO I (Artigo 1º) - SUPLEMENTAÇÃO

20000 SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA
20101 SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA

PT	REGIÃO	TIPO AÇÃO	FONTE DE RECURSOS	NATUREZA DA DESPESA	PESSOAL E ENCARGOS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
FISCAL										
3303 IDENTIDADE AMAZONENSE										
13 392 3303 2449 - Administração e Apoio à Execução de Políticas de Desenvolvimento Cultural										
	0001	A	1.501.156	3350			210.000,00			
TOTAL							210.000,00			
TOTAL POR SECRETARIA										210.000,00

ANEXO II (Artigo 2º) - ANULAÇÃO

99000 RESERVA DE CONTINGÊNCIA
99999 RESERVA DE CONTINGENCIA

PT	REGIÃO	TIPO AÇÃO	FONTE DE RECURSOS	NATUREZA DA DESPESA	RESERVA DE CONTINGÊNCIA
FISCAL					
9999 RESERVA DE CONTINGÊNCIA					
99 999 9999 2341 - Reserva de Contingência					
	0001	A	1.501.156	9999	210.000,00
TOTAL					210.000,00
TOTAL POR SECRETARIA					210.000,00

Protocolo 276390

DECRETO Nº 54.421, DE 17 DE JUNHO DE 2026.

ABRE crédito adicional suplementar que especifica, no Orçamento Fiscal vigente da Administração Direta.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a autorização contida nos artigos 4º e 5º, Inciso I, da Lei nº 8.015 de 31 de dezembro de 2025

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento Fiscal vigente da Administração Direta, crédito adicional suplementar no valor de **R$5.550.000,00 (CINCO MILHÕES E QUINHENTOS E CINQUENTA MIL REAIS)**, para atender às dotações indicadas no **Anexo I** deste Decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação das dotações indicadas no **Anexo II** deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 17 de junho de 2026.

ROBERTO MAIA CIDADE FILHO
Governador do Estado do Amazonas

DARIO JOSÉ BRAGA PAIM
Secretário de Estado da Fazenda

ANEXOS DO DECRETO Nº 54.421, DE 17 DE JUNHO DE 2026

ANEXO I (Artigo 1º) - SUPLEMENTAÇÃO

20000 SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA
20101 SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA

PT	REGIÃO	TIPO AÇÃO	FONTE DE RECURSOS	NATUREZA DA DESPESA	PESSOAL E ENCARGOS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
FISCAL										
3303 IDENTIDADE AMAZONENSE										
13 392 3303 2449 - Administração e Apoio à Execução de Políticas de Desenvolvimento Cultural										
	0001	A	1.501.119	3350			550.000,00			
	0001	A	1.501.119	3350			5.000.000,00			
			TOTAL				5.550.000,00			
TOTAL POR SECRETARIA										5.550.000,00

ANEXO II (Artigo 2º) - ANULAÇÃO

99000 RESERVA DE CONTINGÊNCIA
99999 RESERVA DE CONTINGENCIA

PT	REGIÃO	TIPO AÇÃO	FONTE DE RECURSOS	NATUREZA DA DESPESA	RESERVA DE CONTINGÊNCIA
FISCAL					
9999 RESERVA DE CONTINGÊNCIA					
99 999 9999 2341 - Reserva de Contingência					
	0001	A	1.501.119	9999	550.000,00
	0001	A	1.501.119	9999	5.000.000,00
			TOTAL		5.550.000,00
TOTAL POR SECRETARIA					5.550.000,00

Protocolo 276391

DECRETO Nº 54.422, DE 17 DE JUNHO DE 2026.

ABRE crédito adicional suplementar que especifica, nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade vigentes da Administração Direta e Indireta.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a autorização contida nos artigos 4º e 5º, Inciso I, da Lei nº 8.015 de 31 de dezembro de 2025

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto, nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade vigentes da Administração Direta e Indireta, crédito adicional suplementar no valor de **R$1.514.662,50 (HUM MILHÃO**, **QUINHENTOS E QUATORZE MIL**, **SEISCENTOS E SESSENTA E DOIS REAIS E CINQUENTA CENTAVOS)**, para atender às dotações indicadas no **Anexo I** deste Decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação das dotações indicadas no **Anexo II** deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 17 de junho de 2026.

ROBERTO MAIA CIDADE FILHO
Governador do Estado do Amazonas

DARIO JOSÉ BRAGA PAIM
Secretário de Estado da Fazenda

ANEXOS DO DECRETO Nº 54.422, DE 17 DE JUNHO DE 2026

ANEXO I (Artigo 1º) - SUPLEMENTAÇÃO

22000 SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
22101 SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA

PT	REGIÃO	TIPO AÇÃO	FONTE DE RECURSOS	NATUREZA DA DESPESA	PESSOAL E ENCARGOS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
FISCAL										
3264 AMAZONAS SEGURO										
06 122 3264 1216 - Fortalecimento da Frota do Sistema de Segurança Pública										
	0007	P	1.501.160	3390			528.000,00			
			TOTAL				528.000,00			
TOTAL POR SECRETARIA										528.000,00

31000 SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
31701 FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PT	REGIÃO	TIPO AÇÃO	FONTE DE RECURSOS	NATUREZA DA DESPESA	PESSOAL E ENCARGOS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
SEGURIDADE										
3235 AMAZONAS SOCIAL										
08 244 3235 2752 - Apoio ao Desenvolvimento de Projetos de Assistência Social										
	0001	A	1.501.160	3390			986.662,50			
			TOTAL				986.662,50			
TOTAL POR SECRETARIA										986.662,50
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES										1.514.662,50

ANEXO II (Artigo 2º) - ANULAÇÃO

99000 RESERVA DE CONTINGÊNCIA
99999 RESERVA DE CONTINGENCIA

PT	REGIÃO	TIPO AÇÃO	FONTE DE RECURSOS	NATUREZA DA DESPESA	RESERVA DE CONTINGÊNCIA
FISCAL					
9999 RESERVA DE CONTINGÊNCIA					
99 999 9999 2341 - Reserva de Contingência					
	0001	A	1.501.160	9999	528.000,00
	0001	A	1.501.160	9999	986.662,50
			TOTAL		1.514.662,50
TOTAL POR SECRETARIA					1.514.662,50

Protocolo 276392

DECRETO Nº 54.423, DE 17 DE JUNHO DE 2026.

ABRE crédito adicional suplementar que especifica, no Orçamento Fiscal vigente da Administração Indireta.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a autorização contida no artigo 5º, Inciso II, da Lei nº 8.015 de 31 de dezembro de 2025

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento Fiscal vigente da Administração Indireta, crédito adicional suplementar no valor de **R$15.443.400,00 (QUINZE MILHÕES**, **QUATROCENTOS E QUARENTA E TRÊS MIL E QUATROCENTOS REAIS)**, para atender à dotação indicada no **Anexo I** deste Decreto.

Art. 2º O recurso necessário à execução do disposto no artigo anterior decorrerá de Excesso de Arrecadação, Fonte 1.759.111 - Recursos não Vinculados de Impostos - Acordo RECOFARMA, a se verificar no Exercício Financeiro.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 17 de junho de 2026.

ROBERTO MAIA CIDADE FILHO
Governador do Estado do Amazonas

DARIO JOSÉ BRAGA PAIM
Secretário de Estado da Fazenda

ANEXO DO DECRETO Nº 54.423, DE 17 DE JUNHO DE 2026

ANEXO I (Artigo 1º) - SUPLEMENTAÇÃO

20000 SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA
20701 FUNDO ESTADUAL DE CULTURA

PT	REGIÃO	TIPO AÇÃO	FONTE DE RECURSOS	NATUREZA DA DESPESA	PESSOAL E ENCARGOS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
FISCAL										
3303 IDENTIDADE AMAZONENSE										
13 392 3303 2083 - Fortalecimento do Ecossistema da Cultura e da Economia Criativa no Estado do Amazonas										
	0007	A	1.759.111	3350			15.443.400,00			
			TOTAL				15.443.400,00			
TOTAL POR SECRETARIA										15.443.400,00

Protocolo 276393

DECRETO DE 17 DE JUNHO DE 2026

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, no exercício da competência que lhe confere o artigo 54, XIX, da Constituição Estadual, e

CONSIDERANDO o Memorando n.º 338/2026-SECEXACC, subscrito pela Secretária Executiva Adjunta da Casa Civil, resolve:

EXONERAR, nos termos do artigo 55, II, *a*, da Lei n.º 1.762, de 14 de novembro de 1986, **LILIAN DA SILVA GOMES MELO** do cargo de confiança de Secretária Executiva da SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA, DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA, constante do Anexo Único, Parte 20, da Lei Delegada n.º 123, de 31 de outubro de 2019.

GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 17 de junho de 2026.

ROBERTO MAIA CIDADE FILHO
Governador do Estado do Amazonas

FLÁVIO CORDEIRO ANTONY FILHO
Secretário de Estado Chefe da Casa Civil

JUSSARA PEDROSA CELESTINO DA COSTA
Secretária de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania

ROBSON TOGNI DE ALMEIDA
Secretário de Estado de Administração e Gestão

Protocolo 276394

DECRETO DE 17 DE JUNHO DE 2026

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, no exercício da competência que lhe confere o artigo 54, XIX, da Constituição Estadual, e

CONSIDERANDO o Memorando n.º 338/2026-SECEXACC, subscrito pela Secretária Executiva Adjunta da Casa Civil, resolve:

NOMEAR, nos termos do artigo 7.º, II, da Lei n.º 1.762, de 14 de novembro de 1986, **ARNOUD LUCAS ANDRADE DA SILVA** para exercer o cargo de confiança de Secretário Executivo da SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA, DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA, constante do Anexo Único, Parte 20, da Lei Delegada n.º 123, de 31 de outubro de 2019.

GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 17 de junho de 2026.

ROBERTO MAIA CIDADE FILHO
Governador do Estado do Amazonas

FLÁVIO CORDEIRO ANTONY FILHO
Secretário de Estado Chefe da Casa Civil

JUSSARA PEDROSA CELESTINO DA COSTA
Secretária de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania

ROBSON TOGNI DE ALMEIDA
Secretário de Estado de Administração e Gestão

DARIO JOSÉ BRAGA PAIM
Secretário de Estado da Fazenda

Protocolo 276395

DECRETO DE 17 DE JUNHO DE 2026

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, no exercício da competência que lhe confere o artigo 54, XIX, da Constituição Estadual, e

CONSIDERANDO o Memorando n.º 336/2026-SECEXACC, subscrito pela Secretária Executiva Adjunta da Casa Civil, resolve:

NOMEAR, nos termos do artigo 7.º, II, da Lei n.º 1.762, de 14 de novembro de 1986, **EVANDRO O DONELL REBELO DE ALENCAR JUNIOR** para exercer o cargo de confiança de Secretário Executivo Adjunto da SECRETARIA DE GOVERNO, constante do Anexo Único da Lei n.º 6.105, de 23 de dezembro de 2022.

GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 17 de junho de 2026.

ROBERTO MAIA CIDADE FILHO
Governador do Estado do Amazonas

FLÁVIO CORDEIRO ANTONY FILHO
Secretário de Estado Chefe da Casa Civil

LUIZ ALBERTO CARIJÓ DE GOSZTONYI
Secretário de Governo

ROBSON TOGNI DE ALMEIDA
Secretário de Estado de Administração e Gestão

DARIO JOSÉ BRAGA PAIM
Secretário de Estado da Fazenda

Protocolo 276396

DECRETO DE 17 DE JUNHO DE 2026

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, no exercício da competência que lhe confere o artigo 54, IV, da Constituição Estadual, e

CONSIDERANDO o Memorando n.º 329/2026-SECEXACC, subscrito pela Secretária Executiva Adjunta da Casa Civil, resolve:

I - EXONERAR, a contar de 1.º de junho de 2026, nos termos do artigo 55, II, "*a*", da Lei n.° 1.762, de 14 de novembro de 1986, **GABRIELLE GYOVANA PINHEIRO GOMES** do cargo de provimento em comissão de Secretário de Escola de Educação Profissional, AD-2, do CENTRO DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO AMAZONAS, constante do Anexo Único, Parte 39, da Lei Delegada n.º 123, de 31 de outubro de 2019;

II - NOMEAR, a contar de 1.º de junho de 2026, nos termos do artigo 7.º, II, da Lei n.º 1.762, de 14 de novembro de 1986, **CARLOS ALBERTO DA SILVA JUNIOR** para exercer, no CENTRO DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO AMAZONAS, o cargo de provimento em comissão mencionado no item I deste Decreto.

GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 17 de junho de 2026.

ROBERTO MAIA CIDADE FILHO
Governador do Estado do Amazonas

FLÁVIO CORDEIRO ANTONY FILHO
Secretário de Estado Chefe da Casa Civil

JANDER DE LIMA LASMAR
Secretário de Estado de Educação e Desporto Escolar

ROBSON TOGNI DE ALMEIDA
Secretário de Estado de Administração e Gestão

DARIO JOSÉ BRAGA PAIM
Secretário de Estado da Fazenda

Protocolo 276397

DECRETO DE 17 DE JUNHO DE 2026

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, no exercício da competência que lhe confere o artigo 54, IV, da Constituição Estadual, e

CONSIDERANDO o Memorando n.º 326/2026-SECEXACC, subscrito pela Secretária Executiva Adjunta da Casa Civil, resolve:

I - EXONERAR, a contar de 1.º de junho de 2026, nos termos do artigo 55, II, "*a*", da Lei n.° 1.762, de 14 de novembro de 1986, **HAMIDA ISSA YACUB** do cargo de provimento em comissão de Consultor Técnico III da CASA CIVIL, constante do Anexo Único, Parte 1, da Lei Delegada n.º 123, de 31 de outubro de 2019;

II - NOMEAR, a contar de 1.º de junho de 2026, nos termos do artigo 7.°, II, da Lei n.° 1.762, de 14 de novembro de 1986, **THIAGO BARROS GOMES** para exercer, na CASA CIVIL, o cargo de provimento em comissão mencionado no item I deste Decreto.

GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 17 de junho de 2026.

ROBERTO MAIA CIDADE FILHO
Governador do Estado do Amazonas

FLÁVIO CORDEIRO ANTONY FILHO
Secretário de Estado Chefe da Casa Civil

ROBSON TOGNI DE ALMEIDA
Secretário de Estado de Administração e Gestão

DARIO JOSÉ BRAGA PAIM
Secretário de Estado da Fazenda

Protocolo 276398

DECRETO DE 17 DE JUNHO DE 2026

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, no exercício da competência que lhe confere o artigo 54, IV, da Constituição Estadual, e

CONSIDERANDO o Memorando n.º 327/2026-SECEXACC, subscrito pela Secretária Executiva Adjunta da Casa Civil, resolve:

I - EXONERAR, a contar de 1.º de junho de 2026, nos termos do artigo 55, II, "*a*", da Lei n.° 1.762, de 14 de novembro de 1986, **JOSÉ FRANCISCO SANTOS SILVA** do cargo de provimento em comissão de Assessor I, AD-1,

da CASA CIVIL, constante do Anexo Único, Parte 1, da Lei Delegada n.º 123, de 31 de outubro de 2019;

II - NOMEAR, a contar de 1.º de junho de 2026, nos termos do artigo 7.°, II, da Lei n.° 1.762, de 14 de novembro de 1986, **DANIEL JORDANO DA SILVA MIRANDA** para exercer, na CASA CIVIL, o cargo de provimento em comissão mencionado no item I deste Decreto.

GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 17 de junho de 2026.

ROBERTO MAIA CIDADE FILHO
Governador do Estado do Amazonas

FLÁVIO CORDEIRO ANTONY FILHO
Secretário de Estado Chefe da Casa Civil

ROBSON TOGNI DE ALMEIDA
Secretário de Estado de Administração e Gestão

DARIO JOSÉ BRAGA PAIM
Secretário de Estado da Fazenda

Protocolo 276399

DECRETO DE 17 DE JUNHO DE 2026

O **GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS**, no exercício da competência que lhe confere o artigo 54, XIX, da Constituição Estadual, e

CONSIDERANDO o Memorando n.º 333/2026-SECEXACC, subscrito pela Secretária Executiva Adjunta da Casa Civil, resolve:

I - EXONERAR, a contar de 1.º de junho de 2026, nos termos do artigo 55, II, a, da Lei n.° 1.762, de 14 de novembro de 1986, **FRANCISCA PAULA CORDEIRO MONTEIRO** do cargo de provimento em comissão de Assessor I, AD-1, da SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE HABITAÇÃO, constante do Anexo Único, Parte 35, da Lei Delegada n.º 123, de 31 de outubro de 2019;

II - NOMEAR, a contar de 1.º de junho de 2026, nos termos do artigo 7.º, II, da Lei n.º 1.762, de 14 de novembro de 1986, **KAMYLLA REBECA BEIRA MAR RODRIGUES** para exercer, na SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE HABITAÇÃO, o cargo de provimento em comissão mencionado no item I deste Decreto.

GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 17 de junho de 2026.

ROBERTO MAIA CIDADE FILHO
Governador do Estado do Amazonas

FLÁVIO CORDEIRO ANTONY FILHO
Secretário de Estado Chefe da Casa Civil

JÚLIO CESAR LANGBECK SOARES NETO
Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano e Metropolitano

ROBSON TOGNI DE ALMEIDA
Secretário de Estado de Administração e Gestão

DARIO JOSÉ BRAGA PAIM
Secretário de Estado da Fazenda

Protocolo 276400

DECRETO DE 17 DE JUNHO DE 2026

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, no exercício da competência que lhe confere o artigo 54, IV, da Constituição Estadual, e

CONSIDERANDO o Memorando n.º 328/2026-SECEXACC, subscrito pela Secretária Executiva Adjunta da Casa Civil, resolve:

I - EXONERAR, a contar de 1.º de junho de 2026, nos termos do artigo 55, II, *a*, da Lei n.º 1.762, de 14 de novembro de 1986, os ocupantes dos cargos de provimento em comissão da CASA CIVIL- SECRETARIA EXECUTIVA DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL, constantes do Anexo Único, Parte 1, da Lei Delegada n.º 123, de 31 de outubro de 2019, conforme as especificações abaixo:

NOME	CARGO	SIMB.
EDIMIRK DE VASCONCELOS COSTA	Assessor I	AD-1
GLORIA HONORAIDA DE LIMA		

II - NOMEAR, a contar de 1.º de junho de 2026, nos termos do artigo 7.°, II, da Lei n.º 1.762, de 14 de novembro de 1986, para exercerem os cargos de provimento em comissão da CASA CIVIL- SECRETARIA EXECUTIVA DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL, constantes do Anexo Único, Parte 1, da Lei Delegada n.º 123, de 31 de outubro de 2019, conforme as especificações abaixo:

NOME	CARGO	SIMB.
RICARDO SANTOS MACHADO DE SOUSA	Assessor I	AD-1
ROBERTA PINTO DOS SANTOS		

GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 17 de junho de 2026.

ROBERTO MAIA CIDADE FILHO
Governador do Estado do Amazonas

FLÁVIO CORDEIRO ANTONY FILHO
Secretário de Estado Chefe da Casa Civil

ROBSON TOGNI DE ALMEIDA
Secretário de Estado de Administração e Gestão

DARIO JOSÉ BRAGA PAIM
Secretário de Estado da Fazenda

Protocolo 276401

DECRETO DE 17 DE JUNHO DE 2026

O **GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS**, no exercício da competência que lhe confere o artigo 54, XIX, da Constituição Estadual, e

CONSIDERANDO o pedido constante do Ofício n.º 0176/2026-GDP/IOA, subscrito pelo Diretor-Presidente da Imprensa Oficial do Estado do Amazonas, e o que mais consta do Processo n.º 01.03.011206.000873/2026-01, resolve:

I - EXONERAR, a contar de 1.º de junho de 2026, nos termos do artigo 55, II, "*a*", da Lei n.° 1.762, de 14 de novembro de 1986, os ocupantes dos cargos de provimento em comissão da IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO AMAZONAS, constantes do Anexo Único, Parte 32, da Lei Delegada n.º 123, de 31 de outubro de 2019, conforme as especificações abaixo:

NOME	CARGO	SIMB.
ANA CRISTINA RIBEIRO PEREIRA	Assessor I	AD-1
KETHNY RAYCY RODRIGUES DOS SANTOS	Assessor II	AD-2
SONYARA TALITA DA ROCHA DINIZ	Assessor IV	AD-4

II - NOMEAR, a contar de 1.º de junho de 2026, nos termos do artigo 7.º, II, da Lei n.° 1.762, de 14 de novembro de 1986, para exercerem os cargos de provimento em comissão da IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO AMAZONAS, constantes do Anexo Único, Parte 32, da Lei Delegada n.º 123, de 31 de outubro de 2019, conforme as especificações abaixo:

NOME	CARGO	SIMB.
CREUZA DA SILVA ROCHA CARVALHO	Assessor I	AD-1
SONYARA TALITA DA ROCHA DINIZ	Assessor II	AD-2
KETHNY RAYCY RODRIGUES DOS SANTOS	Assessor IV	AD-4

GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 17 de junho de 2026.

ROBERTO MAIA CIDADE FILHO
Governador do Estado do Amazonas

FLÁVIO CORDEIRO ANTONY FILHO
Secretário de Estado Chefe da Casa Civil

ROBSON TOGNI DE ALMEIDA
Secretário de Estado de Administração e Gestão

DARIO JOSÉ BRAGA PAIM
Secretário de Estado da Fazenda

Protocolo 276402

DECRETO DE 17 DE JUNHO DE 2026

O **GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS**, no exercício da competência que lhe confere o artigo 54, XIX, da Constituição Estadual, e

CONSIDERANDO o Memorando n.º 331/2026-SECEXACC, subscrito pela Secretária Executiva Adjunta da Casa Civil, resolve:

I - EXONERAR, a contar de 1.º de junho de 2026, nos termos do artigo 55, II, "*a*", da Lei n.° 1.762, de 14 de novembro de 1986, os ocupantes dos cargos de provimento em comissão da SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE HABITAÇÃO, constantes do Anexo Único, Parte 35, da Lei Delegada n.º 123, de 31 de outubro de 2019, conforme as especificações abaixo:

NOME	CARGO	SIMB.
ALEX PINTO MATOS	Assessor II	AD-2
CRISTIANE DO SOCORRO PAIVA REIS		

II - NOMEAR, a contar de 1.º de junho de 2026, nos termos do artigo 7.º, II, da Lei n.° 1.762, de 14 de novembro de 1986, para exercerem os cargos de provimento em comissão da SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE HABITAÇÃO, constantes do Anexo Único, Parte 35, da Lei Delegada n.º 123, de 31 de outubro de 2019, conforme as especificações abaixo:

NOME	CARGO	SIMB.
GEYSE DE LIMA FIGUEIREDO	Assessor II	AD-2
TAYANA MARIA JAÑA PINTO DE SOUZA		

GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 17 de junho de 2026.

ROBERTO MAIA CIDADE FILHO
Governador do Estado do Amazonas

FLÁVIO CORDEIRO ANTONY FILHO
Secretário de Estado Chefe da Casa Civil

JÚLIO CESAR LANGBECK SOARES NETO
Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano e Metropolitano

ROBSON TOGNI DE ALMEIDA
Secretário de Estado de Administração e Gestão

DARIO JOSÉ BRAGA PAIM
Secretário de Estado da Fazenda

Protocolo 276403

DECRETO DE 17 DE JUNHO DE 2026

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, no exercício da competência que lhe confere o artigo 54, IV, da Constituição Estadual, e

CONSIDERANDO o Memorando n.º 330/2026-SECEXACC, subscrito pela Secretária Executiva Adjunta da Casa Civil, resolve:

I - EXONERAR, a contar de 1.º de junho de 2026, nos termos do artigo 55, II, *a*, da Lei n.º 1.762, de 14 de novembro de 1986, **ISMAEL ABDEL AZIZ** do cargo de provimento em comissão de Assessor II, AD-2, da SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA, DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA, constante do Anexo Único, Parte 20, da Lei Delegada n.º 123, de 31 de outubro de 2019;

II - NOMEAR, a contar de 1.º de junho de 2026, nos termos do artigo 7.º, II, da Lei n.º 1.762, de 14 de novembro de 1986, **ZAIRA NOGUEIRA QUEIROZ** para exercer, na SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA, DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA, o cargo de provimento em comissão mencionado no item I deste Decreto.

GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 17 de junho de 2026.

ROBERTO MAIA CIDADE FILHO
Governador do Estado do Amazonas

FLÁVIO CORDEIRO ANTONY FILHO
Secretário de Estado Chefe da Casa Civil

JUSSARA PEDROSA CELESTINO DA COSTA
Secretária de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania

ROBSON TOGNI DE ALMEIDA
Secretário de Estado de Administração e Gestão

DARIO JOSÉ BRAGA PAIM
Secretário de Estado da Fazenda

Protocolo 276404

DECRETO DE 17 DE JUNHO DE 2026

O **GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS**, no exercício da competência que lhe confere o artigo 54, XIX, da Constituição Estadual, e

CONSIDERANDO o Memorando n.º 332/2026-SECEXACC, subscrito pela Secretária Executiva Adjunta da Casa Civil, resolve:

I - EXONERAR, a contar de 1.º de junho de 2026, nos termos do artigo 55, II, *a*, da Lei n.° 1.762, de 14 de novembro de 1986, **DANIEL PINTO DE BARROS** do cargo de provimento em comissão de Assessor III, AD-3, da SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES E TERRITÓRIOS, constante do Anexo Único, Parte 19, da Lei Delegada n.º 123, de 31 de outubro de 2019;

II - NOMEAR, a contar de 1.º de junho de 2026, nos termos do artigo 7.º, II, da Lei n.º 1.762, de 14 de novembro de 1986, **ESTEFANY SOUZA FREIRE** para exercer, na SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES E TERRITÓRIOS, o cargo de provimento em comissão, mencionado no item I deste Decreto.

GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 17 de junho de 2026.

ROBERTO MAIA CIDADE FILHO
Governador do Estado do Amazonas

FLÁVIO CORDEIRO ANTONY FILHO
Secretário de Estado Chefe da Casa Civil

RENATA QUEIROZ PINTO
Secretária de Estado das Cidades e Territórios

ROBSON TOGNI DE ALMEIDA
Secretário de Estado de Administração e Gestão

DARIO JOSÉ BRAGA PAIM
Secretário de Estado da Fazenda

Protocolo 276405

DECRETO DE 17 DE JUNHO DE 2026

O **GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS**, no exercício da competência que lhe confere o artigo 54, XIX, da Constituição Estadual, e

CONSIDERANDO o Memorando n.º 335/2026-SECEXACC, subscrito pela Secretária Executiva Adjunta da Casa Civil, resolve:

NOMEAR, a contar de 1.º de junho de 2026, nos termos do artigo 7.º, II, da Lei n.° 1.762, de 14 de novembro de 1986, para exercerem os cargos de provimento em comissão da CASA CIVIL, constantes do Anexo Único, Parte 1, da Lei Delegada n.º 123, de 31 de outubro de 2019, conforme as especificações abaixo:

NOME	CARGO	SIMB.
ANDRE LUIZ BARROS GIOIA	Assessor Técnico	-
ANA CAROLINA DA COSTA MAIA		

GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 17 de junho de 2026.

ROBERTO MAIA CIDADE FILHO
Governador do Estado do Amazonas

FLÁVIO CORDEIRO ANTONY FILHO
Secretário de Estado Chefe da Casa Civil

ROBSON TOGNI DE ALMEIDA
Secretário de Estado de Administração e Gestão

DARIO JOSÉ BRAGA PAIM
Secretário de Estado da Fazenda

Protocolo 276406

DECRETO DE 17 DE JUNHO DE 2026

O **GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS**, no exercício da competência que lhe confere o artigo 54, XIX, da Constituição Estadual, e

CONSIDERANDO o Memorando n.º 334/2026-SECEXACC, subscrito pela Secretária Executiva Adjunta da Casa Civil, resolve:

NOMEAR, a contar de 09 de junho de 2026, nos termos do artigo 7.º, II, da Lei n.º 1.762, de 14 de novembro de 1986, **LARYSSA FARIAS FEITOZA LOBATO** para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor I, AD-1, da SECRETARIA DE GOVERNO, constante do Anexo Único da Lei n.º 6.105, de 23 de dezembro de 2022, alterado pela Lei n.º 7.270, de 23 de dezembro de 2024.

GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 17 de junho de 2026.

ROBERTO MAIA CIDADE FILHO
Governador do Estado do Amazonas

FLÁVIO CORDEIRO ANTONY FILHO
Secretário de Estado Chefe da Casa Civil

LUIZ ALBERTO CARIJÓ DE GOSZTONYI
Secretário de Governo

ROBSON TOGNI DE ALMEIDA
Secretário de Estado de Administração e Gestão

DARIO JOSÉ BRAGA PAIM
Secretário de Estado da Fazenda

Protocolo 276407

DECRETO DE 17 DE JUNHO DE 2026

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, no exercício da competência que lhe confere o artigo 54, IV, da Constituição Estadual, e

CONSIDERANDO o pedido contido no Ofício n.º 23/2025-GG, do Governo do Estado do Pará, e a necessidade de regularizar a situação funcional da servidora interessada;

CONSIDERANDO a manifestação conclusiva sobre a matéria, exarada no Parecer n.º 2627/2026-ASSJUR/SEDUC, da Assessoria Jurídica da Secretaria de Estado de Educação e Desporto Escolar;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 109, XXIII, da Constituição do Estado do Amazonas, combinado com o artigo 16, Parágrafo único, III, *b*, da Lei n.º 3.951, de 04 de novembro de 2013, alterada pela Lei n.º 4.168, de 09 de março de 2015, e o que mais consta do Processo n.º 01.01.011101.002133/2025-18, resolve;

I - CONSIDERAR À DISPOSIÇÃO do Governo do Estado Pará, para o período de 03/06/2025 a 02/06/2026, no exercício do cargo de confiança de Diretora de Planejamento de Rede, na Secretaria de Estado de Educação, com ônus para o órgão de origem, a servidora **SILVANA DA SILVA MORAIS**, ocupante do cargo de Professor PF40-LPL-IV, Matrícula n.º 160.385-0H, do Quadro do Magistério Público da Secretaria de Estado de Educação e Desporto Escolar.

II - AUTORIZAR a Secretaria de Estado de Educação e Desporto Escolar a manter em folha de pagamento a servidora referida no item I, mediante convênio com o Governo do Estado do Pará, com vistas ao ressarcimento das despesas relativas à remuneração bruta e encargos sociais.

GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 17 de junho de 2026.

ROBERTO MAIA CIDADE FILHO
Governador do Estado do Amazonas

FLÁVIO CORDEIRO ANTONY FILHO
Secretário de Estado Chefe da Casa Civil

JANDER DE LIMA LASMAR
Secretário de Estado de Educação e Desporto Escolar

ROBSON TOGNI DE ALMEIDA
Secretário de Estado de Administração e Gestão

DARIO JOSÉ BRAGA PAIM
Secretário de Estado da Fazenda

Protocolo 276408

DECRETO DE 17 DE JUNHO DE 2026

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, no exercício da competência que lhe confere o artigo 54, IV, da Constituição Estadual, e

CONSIDERANDO o disposto do artigo 28, XVIII, da Constituição Estadual, combinado com o Decreto Legislativo n.º 1.149, de 20 de maio de 2026, publicado no Diário Oficial do Legislativo, edição do dia 21 do mesmo mês e ano, página 2, que aprovou a indicação dos nomes dos Auditores Fiscais de Tributos Estaduais da Secretaria de Estado da Fazenda do Amazonas, para exercerem as funções de Julgadores de Primeira Instância e de Suplentes, integrantes de Turmas de Julgamento colegiadas, no âmbito da Auditoria Tributária da SEFAZ;

CONSIDERANDO a solicitação contida no Ofício n.° 0590/2026-GSEFAZ, subscrito pelo Secretário de Estado da Fazenda, e o que mais consta do Processo n.º 01.01.014101.187621/2026-65, resolve

DESIGNAR, nos termos do artigo 223 da Lei Complementar n.º 19, de 29 de dezembro de 1997 - Código Tributário Estadual, combinado com os artigos 3.º e 4.º da Lei Complementar n.º 281, de 29 de dezembro de 2025, os Auditores Fiscais de Tributos Estaduais da Secretaria de Estado da Fazenda do Amazonas para exercerem as funções de Julgadores de Primeira Instância e de Suplentes, integrantes de Turmas de Julgamento colegiadas, no âmbito da Auditoria Tributária da SEFAZ, a fim de cumprirem o mandato de 02 (dois) anos, correspondente ao biênio 2026/2027, referente ao período de 1.º de janeiro de 2026 a 31 de dezembro de 2027, na forma a seguir:

JULGADORES DE PRIMEIRA INSTÂNCIA	SUPLENTES
AUDREY CRISTINY SIMOES ASSAYAG	LUO MEI LING
VERUSKA MARIA PEREIRA CANDIDO FONSECA	ROBERTA VILLAS MARTINS ESTEVES
ANDREA EUNICE PAULAIN CORADO	IVAN JOAO FEITEN
ANA GLAUCIA DE ARAUJO MARTINS	ANA ISABEL DA SILVA AUGUSTO
FERNANDO SILVA MARQUEZINI	ALFREDO BARROSO DA COSTA LIMA JUNIOR
FERNANDO ROSADO FONSECA	JOAO MARCELO DE SOUZA LUZEIRO
FLAVIA CAROLINA ESTEVES DE PAIVA	NILCELENE RIBEIRO TEIXEIRA FALCAO
ANDRESSA DOS SANTOS CARNEIRO	DANIELA RAMOS TORRES
JOSE BARBOSA DE SOUZA JUNIOR	WILLIAM BARROS CUNHA
MARCELO LYRA FALCAO	LUIZ HENRIQUE SOUZA FERREIRA
MARCOS AUGUSTO BARRETO SANTA RITA	RICARDO WAGNER FACANHA MENDES
NARA DE MORAIS BRITO	DEBORA CRISTIANY PINTO BARROS DE FARIAS

GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 17 de junho de 2026.

ROBERTO MAIA CIDADE FILHO
Governador do Estado do Amazonas

FLÁVIO CORDEIRO ANTONY FILHO
Secretário de Estado Chefe da Casa Civil

DARIO JOSÉ BRAGA PAIM
Secretário de Estado da Fazenda

Protocolo 276409

DECRETO DE 17 DE JUNHO DE 2026

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, no exercício da competência que lhe confere o artigo 54, IV, da Constituição Estadual,

CONSIDERANDO a solicitação formulada pela administração da Fundação Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas, por intermédio do Ofício n.º 2008/2026 - AMAZONPREV/GEJUR;

CONSIDERANDO o Decreto de 28 de setembro de 2023, publicado no Diário Oficial do Estado, edição da mesma data, que promoveu pela promoção especial ao posto imediato, a contar de 1.º de agosto de 2017, até o posto de 2.º Tenente PM, o policial militar **FRANCISCO PETRÔNIO DA CRUZ E SOUZA**, do Quadro de Oficiais de Administração (QOAPM) da Polícia Militar do Estado do Amazonas, em cumprimento à Decisão Judicial proferida no **ACÓRDÃO DA 1.ª TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS CÍVEIS, CRIMINAIS E DA FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS**, nos autos do Recurso Inominado n.º 0646381-65.2019.8.04.0001;

CONSIDERANDO que o policial militar foi transferido, *ex officio*, para a reserva remunerada, por intermédio do Decreto de 07 de agosto de 2019, publicado no Diário Oficial do Estado, edição da mesma data;

CONSIDERANDO a necessidade de se proceder à correção, com vistas a regularizar a situação funcional do policial militar;

CONSIDERANDO, ainda, que as despesas decorrentes de decisão judicial não são consideradas para o limite previsto no artigo 19, inciso II, da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000, na forma do § 1.º, inciso IV, do mesmo diploma legal, e o que mais consta do processo n.º 2024.J.06867EXE-AMAZONPREV (01.01.011103.0016506/2024-37), resolve

RETIFICAR, na forma abaixo, o Decreto de 07 de agosto de 2019, publicado no Diário Oficial do Estado, edição da mesma data, conferindo-lhe a seguinte redação:

"**TRANSFERIR**, *ex officio*, para a reserva remunerada da Polícia Militar do Estado do Amazonas, nos termos dos artigos 88 II e 90, II, da Lei n.° 1.154, de 09 de dezembro de 1975, combinado com o artigo 3.° da Lei Complementar n.º 43, de 20 de maio de 2005, o **2.º Tenente QOAPM FRANCISCO PETRÔNIO DA CRUZ E SOUZA**, Matricula n.º 121.799-2A, com direito a percepção do soldo correspondente ao posto de 2.º Tenente, no valor de R$5.665,30 (cinco mil, seiscentos e sessenta e cinco reais e trinta centavos), de acordo com o artigo 1.°, Anexo I, da Lei n.° 3 725, de 19 de março de 2012, alterado pelo artigo 2.° da Lei n.º 4 618, de 05 de julho de 2018, acrescido das seguintes parcelas: R$91,35 (noventa e um reais e trinta e cinco centavos), referentes a 10% (dez por cento), sobre o soldo no valor de R$665,80 (seiscentos e sessenta e cinco reais e oitenta centavos), de Gratificação Adicional por Tempo de Serviço, equivalentes a 02 (dois) quinquênios (artigo 4.º da Lei n.º 2.531, de 16 de abril de 1999);

R$5.245,42 (cinco mil, duzentos e quarenta e cinco reais e quarenta e dois centavos), de Gratificação de Tropa (artigo 1.º, Anexo I, da Lei n.º 3.725, de 19 de março de 2012, alterado pelo artigo 2.° da Lei n.º 4.618, de 05 de julho de 2018), totalizando seus proventos em R$11.002,07 (onze mil, dois reais e sete centavos) mensais."

GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 17 de junho de 2026.

ROBERTO MAIA CIDADE FILHO
Governador do Estado do Amazonas

FLÁVIO CORDEIRO ANTONY FILHO
Secretário de Estado Chefe da Casa Civil

CORONEL QOPM. ANÉZIO BRITO DE PAIVA
Secretário de Estado de Segurança Pública

BRUNO PATRÍCIO DE AZEVEDO CAMPOS
Comandante-Geral da Polícia Militar do Amazonas, em exercício

ROBSON TOGNI DE ALMEIDA
Secretário de Estado de Administração e Gestão

DARIO JOSÉ BRAGA PAIM
Secretário de Estado da Fazenda

Protocolo 276410

DECRETO DE 17 DE JUNHO DE 2026

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, no exercício da competência que lhe confere o artigo 54, IV, da Constituição Estadual,

CONSIDERANDO a solicitação formulada pela administração da Fundação Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas, por intermédio do Ofício n.º 288/2026 - AMAZONPREV/GEJUR;

CONSIDERANDO o Decreto de 09 de setembro de 2025, publicado no Diário Oficial do Estado, edição da mesma data, que promoveu pela promoção especial ao posto imediato, a contar de 1.º de abril de 2023, ao posto de 2.º Tenente PM, o policial militar **TARCÍSIO PENA TAVARES**, do Quadro de Oficiais de Administração (QOAPM) da Polícia Militar do Estado do Amazonas, em cumprimento à Decisão Judicial proferida no **ACÓRDÃO DO TRIBUNAL PLENO DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**, nos autos do Mandado de Segurança n.º 4007692-91.2023.8.04.0000;

CONSIDERANDO que o policial militar foi transferido para a reserva remunerada, por intermédio do Decreto de 21 de maio de 2025, publicado no Diário Oficial do Estado, edição da mesma data;

CONSIDERANDO a necessidade de se proceder à correção, com vistas a regularizar a situação funcional do policial militar;

CONSIDERANDO, ainda, que as despesas decorrentes de decisão judicial não são consideradas para o limite previsto no artigo 19, inciso II, da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000, na forma do § 1.º, inciso IV, do mesmo diploma legal, e o que mais consta do Processo n.º 2025.S.04841EXE-AMAZONPREV (01.01.011103.011565/2025-08), resolve

RETIFICAR, na forma abaixo, o Decreto de 21 de maio de 2025, publicado no Diário Oficial do Estado, edição da mesma data, conferindo-lhe a seguinte redação:

"**TRANSFERIR**, para a reserva remunerada da Polícia Militar do Estado do Amazonas, nos termos do artigo 24-G, I e parágrafo único, do Decreto-Lei n.º 667, de 02 de julho de 1969, incluído pela Lei n.º 13.954, de 16 de dezembro de 2019, o **2.º Tenente QOAPM TARCÍSIO PENA TAVARES**, Matrícula n.º 148.652-7A, com direito à percepção do soldo correspondente ao posto de 2.° Tenente, no valor de R$6.998,61 (seis mil, novecentos e noventa e oito reais e sessenta e um centavos), de acordo com o artigo 1.º, Anexo I, da Lei n.º 3.725, de 19 de março de 2012, alterado pelo artigo 4.º, parágrafo único, Anexo VIII, da Lei n.º 7.014, de 19 de agosto de 2024, acrescido das seguintes parcelas: R$55,20 (cinquenta e cinco reais e vinte centavos), referentes a 5% (cinco por cento), sobre o soldo no valor de R$651,49 (seiscentos e cinquenta e um reais e quarenta e nove centavos), de Gratificação Adicional por Tempo de Serviço, equivalente a 1 (um) quinquênio (artigo 4.° da Lei n.º 2.531, de 16 de abril de 1999); R$6.479,92 (seis mil, quatrocentos e setenta e nove reais e noventa e dois centavos), de Gratificação de Tropa (artigo 1.º, Anexo I, da Lei n.º 3.725, de 19 de março de 2012, alterado pelo artigo 4.º, parágrafo único, Anexo VIII, da Lei n.º 7.014, de 19 de agosto de 2024); R$3.369,63 (três mil, trezentos e sessenta e nove reais e sessenta e três centavos), de Gratificação de Curso, correspondentes a 25% (vinte e cinco por cento), sobre a soma dos valores do soldo e Gratificação de Tropa (artigo 2.º - A, I, da Lei n.º 3.725, de 19 de março de 2012, incluído pelo artigo 1.º da Lei n.º 5.748, de 23 de dezembro de 2021), totalizando seus proventos em R$16.903,36 (dezesseis mil, novecentos e três reais e trinta e seis centavos) mensais."

GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 17 de junho de 2026.

ROBERTO MAIA CIDADE FILHO
Governador do Estado do Amazonas

FLÁVIO CORDEIRO ANTONY FILHO
Secretário de Estado Chefe da Casa Civil

CORONEL QOPM. ANÉZIO BRITO DE PAIVA
Secretário de Estado de Segurança Pública

BRUNO PATRÍCIO DE AZEVEDO CAMPOS
Comandante-Geral da Polícia Militar do Amazonas, em exercício

ROBSON TOGNI DE ALMEIDA
Secretário de Estado de Administração e Gestão

DARIO JOSÉ BRAGA PAIM
Secretário de Estado da Fazenda

Protocolo 276411

DECRETO DE 17 DE JUNHO DE 2026

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, no exercício da competência que lhe confere o artigo 54, IV, da Constituição Estadual,

CONSIDERANDO a resposta formulada pelo Procurador do Estado do Amazonas, por intermédio do Ofício n.º 1805/2026 - AMAZONPREV/GEJUR;

CONSIDERANDO o Decreto de 21 de outubro de 2025, publicado no Diário Oficial do Estado, edição da mesma data, que promoveu pela promoção especial ao posto imediato, a contar de 1.º de julho de 2018, até o posto de 2.º Tenente PM, o policial militar **RAIMUNDO FRANCISCO GOMES PIRES**, do Quadro de Oficiais de Administração (QOAPM) da Polícia Militar do Estado do Amazonas, em cumprimento à Decisão Judicial proferida na **SENTENÇA DO MM. JUIZ DE DIREITO DA 2.ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA**, nos autos da Ação Ordinária n.º 0621337-39.2022.8.04.0001;

CONSIDERANDO que o policial militar foi transferido, *ex officio*, para a reserva remunerada por intermédio do Decreto de 09 de setembro de 2021, publicado no Diário Oficial do Estado, edição da mesma data, retificado pelo Decreto de 06 de abril de 2022, publicado no Diário Oficial do Estado, edição da mesma data;

CONSIDERANDO a necessidade de se proceder à correção, com vistas a regularizar a situação funcional do policial militar;

CONSIDERANDO, ainda, que as despesas decorrentes de decisão judicial não são consideradas para o limite previsto no artigo 19, inciso II, da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000, na forma do § 1.º, inciso IV, do mesmo diploma legal, e que mais consta do Processo n.º 2026.J.00674-AMAZONPREV (01.02.013301.000932/2026-45), resolve

RETIFICAR, na forma abaixo, o Decreto de 06 de abril de 2022, publicado no Diário Oficial do Estado, edição da mesma data, que retificou o Decreto de 09 de setembro de 2021, publicado no Diário Oficial do Estado, edição da mesma data, conferindo-lhe a seguinte redação:

"**TRANSFERIR**, *ex officio*, para a reserva remunerada da Polícia Militar do Estado do Amazonas, nos termos dos artigos 88, II e 90, II, da Lei n.º 1.154, de 09 de dezembro de 1975, combinado com o artigo 3.º da Lei Complementar n.º 43, de 20 de maio de 2005, o **2.º Tenente QOAPM RAIMUNDO FRANCISCO GOMES PIRES**, Matrícula n.º 125.503-7A, com direito a percepção do soldo correspondente ao posto de 2.º Tenente, no valor de R$6.474,00 (seis mil, quatrocentos e setenta e quatro reais), de acordo com o artigo 1.º, Anexo I, da Lei n.º 3.725, de 19 de março de 2012, alterado pelo artigo 1.º da Lei n.º 4.865, de 15 de julho de 2019, combinado com o artigo 2.º da Lei n.º 4.618, de 05 de julho de 2018, com reajuste de 9,27%, acrescido das seguintes parcelas: R$323,70 (trezentos e vinte e três reais e setenta centavos), referente a 5% (cinco por cento), sobre o soldo no valor de R$6.474,00 (seis mil, quatrocentos e setenta e quatro reais), de Gratificação de Adicional por Tempo de Serviço, equivalente a 1 (um) quinquênio (artigo 4.º da Lei n.º 2.531, de 16 de abril de 1999, combinado com a Lei n.º 4.904, de 02 de agosto de 2019); R$5.994,18 (cinco mil, novecentos e noventa e quatro reais e dezoito centavos), de Gratificação de Tropa (artigo 1.º, Anexo I, da Lei n.º 3.725, de 19 de março de 2012, alterado pelo artigo 1.º da Lei n.º 4.865, de 15 de julho de 2019, combinado com o artigo 2.º da Lei n.º 4.618, de 05 de julho de 2018, com reajuste de 9,27%), totalizando seus proventos em R$12.791,88 (doze mil, setecentos e noventa e um reais e oitenta e oito centavos) mensais."

GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 17 de junho de 2026.

ROBERTO MAIA CIDADE FILHO
Governador do Estado do Amazonas

FLÁVIO CORDEIRO ANTONY FILHO
Secretário de Estado Chefe da Casa Civil

CORONEL QOPM. ANÉZIO BRITO DE PAIVA
Secretário de Estado de Segurança Pública

BRUNO PATRÍCIO DE AZEVEDO CAMPOS
Comandante-Geral da Polícia Militar do Amazonas, em exercício

ROBSON TOGNI DE ALMEIDA
Secretário de Estado de Administração e Gestão

DARIO JOSÉ BRAGA PAIM
Secretário de Estado da Fazenda

Protocolo 276412

DECRETO DE 17 DE JUNHO DE 2026

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, no exercício da competência que lhe confere o artigo 54, IV, da Constituição Estadual,

CONSIDERANDO o **ACÓRDÃO N.º 216/2026 - TCE**, da **SEGUNDA CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**, em sessão do dia 24 de março de 2026, referente à transferência, *ex officio*, para a reserva remunerada do policial militar **JOSUÉ DOS SANTOS GONÇALVES**, que determinou a retificação do ato de transferência, e o que mais consta do Processo n.º 2026.T.04793EXE-AMAZONPREV (01.02.013301.001065/2026-65),resolve

RETIFICAR, na forma abaixo, o Decreto de 14 de novembro de 2025, publicado no Diário Oficial do Estado edição da mesma data, conferindo-lhe a seguinte redação:

"**TRANSFERIR**, *ex officio*, para a reserva remunerada da Polícia Militar do Estado do Amazonas, nos termos dos artigos 88, II e 90, II, da Lei n.º 1.154, de 09 de dezembro de 1975, combinado com o artigo 3.º da Lei Complementar n.º 43, de 20 de maio de 2005, o **2.º Tenente QOAPM JOSUÉ DOS SANTOS GONÇALVES**, Matrícula n. 110.502-7B, com direito a percepção do soldo correspondente ao posto de 2.º Tenente, no valor de R$7.273,66 (sete mil, duzentos e setenta e três reais e sessenta e seis centavos), de acordo com o artigo 1.º, Anexo I, da Lei n.° 3.725, de 19 de março de 2012, alterado pelo artigo 1.°, Anexo I, da Lei n.° 7.445, de 24 de abril de 2025, acrescido das seguintes parcelas: R$363,68 (trezentos e sessenta e três reais e sessenta e oito centavos), referentes a 5% (cinco por cento), sobre o soldo no valor de R$7.273,66 (sete mil, duzentos e setenta e três reais e sessenta e seis centavos), de Gratificação Adicional por Tempo de Serviço, equivalente a 1 (um) quinquênio (artigo 4.º da Lei n.º 2.531, de 16 de abril de 1999); R$6.734,58 (seis mil, setecentos e trinta e quatro reais e cinquenta e oito centavos), de Gratificação de Tropa (artigo 1.°, Anexo I, da Lei n.° 3.725, de 19 de março de 2012, alterado pelo artigo 1.º, Anexo I, da Lei n.° 7.445, de 24 de abril de 2025), totalizando seus proventos em R$14.371,92 (quatorze mil, trezentos e setenta e um reais e noventa e dois centavos) mensais."

GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 17 de junho de 2026.

ROBERTO MAIA CIDADE FILHO
Governador do Estado do Amazonas

FLÁVIO CORDEIRO ANTONY FILHO
Secretário de Estado Chefe da Casa Civil

CORONEL QOPM. ANÉZIO BRITO DE PAIVA
Secretário de Estado de Segurança Pública

BRUNO PATRÍCIO DE AZEVEDO CAMPOS
Comandante-Geral da Polícia Militar do Amazonas, em exercício

ROBSON TOGNI DE ALMEIDA
Secretário de Estado de Administração e Gestão

DARIO JOSÉ BRAGA PAIM
Secretário de Estado da Fazenda

Protocolo 276413

DECRETO DE 17 DE JUNHO DE 2026

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, no exercício da competência que lhe confere o artigo 54, XIX, da Constituição Estadual,

CONSIDERANDO o Ofício n.º 0614/2026-GS/SEAG/SEAD, da Secretaria de Estado de Administração e Gestão, e o que mais consta do Processo n.º 01.01.014101.100013/2026-54, resolve

EXONERAR, a pedido, a contar de 02 de janeiro de 2026, nos termos do artigo 55, I, da Lei n.º 1.762, de 14 de novembro de 1986, o servidor **CARLOS MURILO FERREIRA DE SOUZA**, Matrícula n.º 276.294-3A, do cargo de Auditor Fiscal de Tributos Estaduais, 5.ª Classe, Padrão I, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado da Fazenda.

GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 17 de junho de 2026.

ROBERTO MAIA CIDADE FILHO
Governador do Estado do Amazonas

FLÁVIO CORDEIRO ANTONY FILHO
Secretário de Estado Chefe da Casa Civil

DARIO JOSÉ BRAGA PAIM
Secretário de Estado da Fazenda

ROBSON TOGNI DE ALMEIDA
Secretário de Estado de Administração e Gestão

Protocolo 276414

DECRETO DE 17 DE JUNHO 2026

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, no exercício da competência que lhe confere o artigo 54, XIX, da Constituição Estadual,

CONSIDERANDO a solicitação de exoneração do cargo de Procurador do Estado de 3.ª Classe por posse em cargo inacumulável contida no Despacho à fl. 54, subscrito pelo Procurador-Chefe da Procuradoria de Pessoal Civil da Procuradoria Geral do Estado;

CONSIDERANDO a manifestação contida no Parecer n.º 0054/2026-PPC/PGE, e o que mais consta do Processo n.º 01.01.011103.000732/2026-68, resolve

EXONERAR, a pedido, a contar de 18 de novembro de 2025, nos termos do artigo 55, I, da Lei n.º 1.762, de 14 de novembro de 1986, a servidora **VANESSA LIMA DO NASCIMENTO**, Matrícula n.º 226.305-0B, do cargo de provimento efetivo de Procurador do Estado de 3.ª Classe, do Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral do Estado.

GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 17 de junho de 2026.

ROBERTO MAIA CIDADE FILHO
Governador do Estado do Amazonas

FLÁVIO CORDEIRO ANTONY FILHO
Secretário de Estado Chefe da Casa Civil

GIORDANO BRUNO COSTA DA CRUZ
Procurador-Geral do Estado do Amazonas

ROBSON TOGNI DE ALMEIDA
Secretário de Estado de Administração e Gestão

Protocolo 276415

DECRETO DE 17 DE JUNHO DE 2026

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, no exercício da competência que lhe confere o artigo 54, XIX, da Constituição Estadual,

CONSIDERANDO o Ofício n.º 0675/2026-GS/SEAG/SEAD, do Secretário de Estado de Administração e Gestão, à fl.59, e o que mais consta do Processo n.º 01.01.022101.004111/2026-90, resolve

EXONERAR, a pedido, a contar de 20 de março de 2026, nos termos do artigo 55, I, da Lei n.º 1.762, de 14 de novembro de 1986, a servidora **VITORIA CRISPIM DUARTE**, Matrícula n.º 275.781-8A, do cargo de Assistente Operacional III, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Amazonas.

GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 17 de junho de 2026.

ROBERTO MAIA CIDADE FILHO
Governador do Estado do Amazonas

FLÁVIO CORDEIRO ANTONY FILHO
Secretário de Estado Chefe da Casa Civil

CORONEL QOPM. ANÉZIO BRITO DE PAIVA
Secretário de Estado de Segurança Pública

ROBSON TOGNI DE ALMEIDA
Secretário de Estado de Administração e Gestão

Protocolo 276416

DECRETO DE 17 DE JUNHO DE 2026

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, no exercício da competência que lhe confere o artigo 54, XIX, da Constituição Estadual,

CONSIDERANDO o Ofício n.º 0461/2026-GS/SEAG da Secretaria de Estado de Administração e Gestão à fl. 83, e o que mais consta do Processo n.º 01.01.017111.000185/2025-17, resolve

EXONERAR, a pedido, a contar de 28 de maio de 2025, nos termos do artigo 55, I, da Lei n.º 1.762, de 14 de novembro de 1986, a servidora **FABIENE PEREIRA DE SOUZA**, Matrícula n.º 247.056-0A, do cargo de Agente Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado de Saúde.

GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 17 de junho de 2026.

ROBERTO MAIA CIDADE FILHO
Governador do Estado do Amazonas

FLÁVIO CORDEIRO ANTONY FILHO
Secretário de Estado Chefe da Casa Civil

LUIS ALBERTO SARAIVA SANTOS
Secretário de Estado de Saúde

ROBSON TOGNI DE ALMEIDA
Secretário de Estado de Administração e Gestão

Protocolo 276417

DECRETO DE 17 DE JUNHO DE 2026

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, no exercício da competência que lhe confere o artigo 54, XIX, da Constituição Estadual,

CONSIDERANDO o Ofício n.º 0671/2026-GS/SEAD, do Secretário de Estado de Administração e Gestão, e o que mais consta do Processo n.º 01.01.028101.008831/2026-00, resolve

EXONERAR, a pedido, a contar de 27 de fevereiro de 2026, nos termos do artigo 45, I, da Lei n.º 1.778, de 14 de novembro de 1987, o servidor **JOÃO VICTOR DE MACEDO NOVAIS**, Matrícula n.º 253.205-0A, do cargo de Professor PF20.ESP-III, do Quadro do Magistério Público da Secretaria de Estado de Educação e Desporto Escolar.

GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 17 de junho de 2026.

ROBERTO MAIA CIDADE FILHO
Governador do Estado do Amazonas

FLÁVIO CORDEIRO ANTONY FILHO
Secretário de Estado Chefe da Casa Civil

JANDER DE LIMA LASMAR
Secretário de Estado de Educação e Desporto Escolar

ROBSON TOGNI DE ALMEIDA
Secretário de Estado de Administração e Gestão

Protocolo 276418

DECRETO DE 17 DE JUNHO DE 2026

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, no exercício da competência que lhe confere o artigo 54, XIX, da Constituição Estadual,

CONSIDERANDO o Despacho do Secretário de Estado de Administração e Gestão exarado à fl. 52, e o que mais consta do Processo n.º 01.02.017306.000432/2026-14, resolve

EXONERAR, a pedido, a contar de 27 de fevereiro de 2026, nos termos do artigo 55, I, da Lei n.º 1.762, de 14 de novembro de 1986, o servidor **RONILDO BAIATONE ALENCAR**, Matrícula n.º 229.092-8B, do cargo de Epidemiologista, do Quadro de Pessoal da Fundação de Vigilância em Saúde do Amazonas “Dra. Rosemary Costa Pinto”.

GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 17 de junho de 2026.

ROBERTO MAIA CIDADE FILHO
Governador do Estado do Amazonas

FLÁVIO CORDEIRO ANTONY FILHO
Secretário de Estado Chefe da Casa Civil

LUIS ALBERTO SARAIVA SANTOS
Secretário de Estado de Saúde

ROBSON TOGNI DE ALMEIDA
Secretário de Estado de Administração e Gestão

Protocolo 276419

DECRETO DE 17 DE JUNHO DE 2026

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, no exercício da competência que lhe confere o artigo 54, XIX, da Constituição Estadual,

CONSIDERANDO o Ofício n.º 0693/2026-GS/SEAD da Secretaria de Estado de Administração e Gestão, à fl.103, e o que mais consta do Processo n.º 01.01.017106.000343/2025-08, resolve

EXONERAR, a pedido, a contar de 23 de outubro de 2025, nos termos do artigo 55, I, da Lei n.º 1.762, de 14 de novembro de 1986, o servidor **DANIEL FERREIRA NERES**, Matrícula n.º 192.663-2A, do cargo de Agente Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado de Saúde.

GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 17 de junho de 2026.

ROBERTO MAIA CIDADE FILHO
Governador do Estado do Amazonas

FLÁVIO CORDEIRO ANTONY FILHO
Secretário de Estado Chefe da Casa Civil

LUIS ALBERTO SARAIVA SANTOS
Secretário de Estado de Saúde

ROBSON TOGNI DE ALMEIDA
Secretário de Estado de Administração e Gestão

Protocolo 276420

DECRETO DE 17 DE JUNHO DE 2026

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, no exercício da competência que lhe confere o artigo 54, XIX, da Constituição Estadual, e

CONSIDERANDO o Ofício n.º 0476/2026-GS/SEAG/SEAD do Secretário de Estado de Administração e Gestão exarado à fl.48, e o que mais consta do Processo n.º 01.01.028101.042210/2025-75, resolve

EXONERAR, a pedido, a contar de 19 de setembro de 2025, nos termos do artigo 55, I, da Lei n.º 1.762, de 14 de novembro de 1986, o servidor **VANDERNILTON DE SOUZA FIGUEIREDO**, Matrícula n.º 259.840-0A, do cargo de Merendeiro PNF.MNF-III, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado de Educação e Desporto Escolar.

GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 17 de junho de 2026.

ROBERTO MAIA CIDADE FILHO
Governador do Estado do Amazonas

FLÁVIO CORDEIRO ANTONY FILHO
Secretário de Estado Chefe da Casa Civil

JANDER DE LIMA LASMAR
Secretário de Estado de Educação e Desporto Escolar

ROBSON TOGNI DE ALMEIDA
Secretário de Estado de Administração e Gestão

Protocolo 276421

DECRETO DE 17 DE JUNHO DE 2026

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, no exercício da competência que lhe confere o artigo 54, XIX, da Constituição Estadual, e

CONSIDERANDO o Ofício n.º 0673/2026-GS/SEAG/SEAD, do Secretário de Estado de Administração e Gestão, à fl.82, e o que mais consta do Processo n.º 01.01.022101.006139/2026-61, resolve

EXONERAR, a pedido, a contar de 04 de março de 2026, nos termos do artigo 55, I, da Lei n.º 1.762, de 14 de novembro de 1986, a servidora **KRYSLAINE DE OLIVEIRA SILVA**, Matrícula n.º 215.743-8B, do cargo de Técnico de Nível Superior, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Amazonas.

GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 17 de junho de 2026.

ROBERTO MAIA CIDADE FILHO
Governador do Estado do Amazonas

FLÁVIO CORDEIRO ANTONY FILHO
Secretário de Estado Chefe da Casa Civil

CORONEL QOPM. ANÉZIO BRITO DE PAIVA
Secretário de Estado de Segurança Pública

ROBSON TOGNI DE ALMEIDA
Secretário de Estado de Administração e Gestão

Protocolo 276422

DECRETO DE 17 DE JUNHO DE 2026

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, no exercício da competência que lhe confere o artigo 54, IV, da Constituição Estadual,

CONSIDERANDO a solicitação formulada pela administração da Fundação Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas, por intermédio do Ofício n.º 915/2026-AMAZONPREV/GADIR;

CONSIDERANDO o Decreto de 17 de março de 2025, publicado no Diário Oficial do Estado, edição da mesma data, que promoveu pela promoção especial ao posto imediato, a contar de 1.º de janeiro de 2023, ao posto de 2.º Tenente PM, o policial militar **JEFFERSON SILVEIRA BENJAMIM**, do Quadro de Oficiais de Administração (QOAPM) da Polícia Militar do Estado do Amazonas, em cumprimento à Decisão Judicial proferida no **ACÓRDÃO DO TRIBUNAL PLENO DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**, nos autos do Mandado de Segurança Cível n.º 4009142-69.2023.8.04.0000;

CONSIDERANDO que o policial militar foi transferido para a reserva remunerada, por intermédio do Decreto de 18 de outubro de 2024, publicado no Diário Oficial do Estado, edição da mesma data, retificado pelo Decreto de 31 de outubro de 2025, publicado no Diário Oficial do Estado, edição da mesma data;

CONSIDERANDO a necessidade de se proceder à correção, com vistas a regularizar a situação funcional do policial militar;

CONSIDERANDO, ainda, que as despesas decorrentes de decisão judicial não são consideradas para o limite previsto no artigo 19, inciso II, da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000, na forma do § 1.º, inciso IV, do mesmo diploma legal, e o que mais consta do Processo n.º 2024.M.00291EXER1-AMAZONPREV (01.02.013301.000422/2026-78), resolve

RETIFICAR, na forma abaixo, o Decreto de 31 de outubro de 2025, publicado no Diário Oficial do Estado, edição da mesma data, que retificou o Decreto de 18 de outubro de 2024, publicado no Diário Oficial do Estado, edição da mesma data, conferindo-lhe a seguinte redação:

"**TRANSFERIR**, para a reserva remunerada da Polícia Militar do Estado do Amazonas, nos termos do artigo 24-G, I e parágrafo único, do Decreto-Lei n.º 667, de 02 de julho de 1969, incluído pela Lei n.º 13.954, de 16 de dezembro de 2019, o **2.º Tenente QOAPM JEFFERSON SILVEIRA BENJAMIM**, Matrícula n.° 148.823-6A, com direito a percepção do soldo correspondente ao posto de 2.º Tenente, no valor de R$6.474,00 (seis mil, quatrocentos e setenta e quatro reais), de acordo com o artigo 1.º, Anexo I, da Lei n.º 3.725, de 19 de março de 2012, alterado pelo artigo 2.º da Lei n.º 5.772, de 10 de janeiro de 2022, acrescido das seguintes parcelas: R$323,70 (trezentos e vinte e três reais e setenta centavos), referentes a 5% (cinco por cento), sobre o soldo no valor de R$6.474,00 (seis mil, quatrocentos e setenta e quatro reais), de Gratificação Adicional por Tempo de Serviço, equivalente a 1 (um) quinquênio (artigo 4.° da Lei n.° 2.531, de 16 de abril de 1999); R$5.994,18 (cinco mil, novecentos e noventa e quatro reais e dezoito centavos), de Gratificação de Tropa (artigo 1.°, Anexo I, da Lei n.° 3.725, de 19 de março de 2012, alterado pelo artigo 2.º da Lei n.º 5.772, de 10 de janeiro de 2022); R$3.117,05 (três mil, cento e dezessete reais e cinco centavos), de Gratificação de Curso, correspondentes a 25% (vinte e cinco por cento), sobre a soma dos valores do soldo e Gratificação de Tropa (artigo 2.º - A, I, da Lei n.º 3.725, de 19 de março de 2012, incluído pelo artigo 1.º da Lei n.º 5.748, de 23 de dezembro de 2021), totalizando seus proventos em R$15.908,93 (quinze mil, novecentos e oito reais e noventa e três centavos) mensais."

GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 17 de junho de 2026.

ROBERTO MAIA CIDADE FILHO
Governador do Estado do Amazonas

FLÁVIO CORDEIRO ANTONY FILHO
Secretário de Estado Chefe da Casa Civil

CORONEL QOPM. ANÉZIO BRITO DE PAIVA
Secretário de Estado de Segurança Pública

BRUNO PATRÍCIO DE AZEVEDO CAMPOS
Comandante-Geral da Polícia Militar do Amazonas, em exercício

ROBSON TOGNI DE ALMEIDA
Secretário de Estado de Administração e Gestão

DARIO JOSÉ BRAGA PAIM
Secretário de Estado da Fazenda

Protocolo 276423

DECRETO DE 17 DE JUNHO DE 2026

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, no exercício da competência que lhe confere o artigo 54, IV, da Constituição Estadual, e

CONSIDERANDO que o Decreto de 15 de junho de 2026, publicado no Diário Oficial do Estado, edição de mesma data, página 15, no item II, apresentou incorreção referente ao nome do Senhor ROCLESTE RODRIGUES DO CARMO;

CONSIDERANDO a necessidade de se proceder a correção, com vistas a regularizar a situação funcional do servidor;

CONSIDERANDO a solicitação contida no Ofício n.º 038/DAF/CM-2026, subscrito pelo Secretário de Estado Chefe da Casa Militar, e o que mais consta do Processo n.º 01.01.011108.000618/2026-98, resolve:

RETIFICAR Decreto de 15 de junho de 2026, publicado no Diário Oficial do Estado, edição de mesma data, página 15, no item II, na parte referente ao nome do Senhor **ROCLESTE RODRIGUES DO CARMO**, erroneamente grafado como ROCLESTE RODRIGO DO CARMO, que promoveu sua nomeação para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor IV, AD-4, da CASA MILITAR, constante do Anexo Único, Parte 2, da Lei Delegada n.º 123, de 31 de outubro de 2019, combinado com o Anexo II, Parte 1, do Decreto n.º 43.032, de 17 de novembro de 2020, que aprovou o Regimento Interno da Casa Militar do Estado do Amazonas - CMEAM.

GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 17 de junho de 2026.

ROBERTO MAIA CIDADE FILHO
Governador do Estado do Amazonas

FLÁVIO CORDEIRO ANTONY FILHO
Secretário de Estado Chefe da Casa Civil

CEL. QOPM. FABIANO MACHADO BÓ
Secretário de Estado Chefe da Casa Militar

ROBSON TOGNI DE ALMEIDA
Secretário de Estado de Administração e Gestão

DARIO JOSÉ BRAGA PAIM
Secretário de Estado da Fazenda

Protocolo 276424

DECRETO DE 17 DE JUNHO DE 2026

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, no exercício da competência que lhe confere o artigo 54, IV e XIX, da Constituição Estadual, e

CONSIDERANDO a solicitação contida no Ofício n.º 4477/2026-GS/SEDUC, subscrito pela Secretária de Estado de Educação e Desporto Escolar, e o que mais consta do Processo n.º 01.01.028101.023791/2026-27, resolve:

RETIFICAR, na forma abaixo, o Decreto de 15 de junho de 2026, publicado no Diário Oficial do Estado, edição da mesma data, página 19, conferindo-lhe a seguinte redação:

"***I - TORNAR SEM EFEITO*** *o Decreto de 03 de junho de 2026, publicado no Diário Oficial do Estado, edição da mesma data, páginas 12 e 13, no item II, na parte em que nomeou* ***EDUARDA CRISTINA ALBUQUERQUE DOS SANTOS*** *para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor II, AD-2, da SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E DESPORTO ESCOLAR, constante do Anexo Único, Parte 14, da Lei Delegada n.º 123, de 31 de outubro de 2019*;

II - NOMEAR, *a contar de 1.º de junho de 2026, nos termos do artigo 7.°, II, da Lei n.º 1.762, de 14 de novembro de 1986,* **WILSON MAQUINÉ DA ROCHA** *para exercer, na SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E DESPORTO ESCOLAR, o cargo de provimento em comissão mencionado no item I deste Decreto.*"

GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 17 de junho de 2026.

ROBERTO MAIA CIDADE FILHO
Governador do Estado do Amazonas

FLÁVIO CORDEIRO ANTONY FILHO
Secretário de Estado Chefe da Casa Civil

JANDER DE LIMA LASMAR
Secretário de Estado de Educação e Desporto Escolar

ROBSON TOGNI DE ALMEIDA
Secretário de Estado de Administração e Gestão

DARIO JOSÉ BRAGA PAIM
Secretário de Estado da Fazenda

Protocolo 276425

DECRETO DE 17 DE JUNHO DE 2026

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, no exercício da competência que lhe confere o artigo 54, XIX, da Constituição Estadual, e

CONSIDERANDO a solicitação contida no Ofício n.º 1.175/2026-CG-SSP/SSP-AM, subscrito pelo Secretário de Estado de Segurança Pública, em exercício, e o que mais consta do Processo n.º 01.01.022101.018454/2026-31, resolve:

RETIFICAR, na forma abaixo, o Decreto de 11 de junho de 2026, publicado no Diário Oficial do Estado, edição da mesma data, página 12, conferindo-lhe a seguinte redação:

"***I - EXONERAR***, *nos termos do artigo 55, II, a, da Lei n.º 1.762, de 14 de novembro de 1986,* ***EMILY DRUMOND TEÓFILO*** *do cargo de provimento em comissão de Assessor III, AD-3, da Secretaria Executiva Adjunta de Inteligência, órgão integrante da estrutura da SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA, constante do Anexo Único, Parte 16, da Lei Delegada n.º 123, de 31 de outubro de 2019*;

II - NOMEAR, *nos termos do artigo 7.°, II, da Lei n.º 1.762, de 14 de novembro de 1986,* ***JOSÉ EDIVALDO CHAVES JÚNIOR*** *para exercer, na Secretaria Executiva Adjunta de Inteligência, órgão integrante da estrutura da SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA, o cargo de provimento em comissão mencionado no item I deste Decreto.*"

GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 17 de junho de 2026.

ROBERTO MAIA CIDADE FILHO
Governador do Estado do Amazonas

FLÁVIO CORDEIRO ANTONY FILHO
Secretário de Estado Chefe da Casa Civil

CORONEL QOPM. ANÉZIO BRITO DE PAIVA
Secretário de Estado de Segurança Pública

ROBSON TOGNI DE ALMEIDA
Secretário de Estado de Administração e Gestão

DARIO JOSÉ BRAGA PAIM
Secretário de Estado da Fazenda

Protocolo 276426

DECRETO DE 17 DE JUNHO DE 2026

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, no exercício da competência que lhe confere o artigo 54, IV, da Constituição Estadual, e

CONSIDERANDO o Memorando n.º 325/2026-SECEXACC, subscrito pela Secretária Executiva Adjunta da Casa Civil, resolve:

TORNAR SEM EFEITO o Decreto de 09 de junho de 2026, publicado no Diário Oficial do Estado, edição da mesma data, página 12, na parte em que exonerou **RAIMUNDO LIRA DE CASTRO** do cargo de provimento em comissão de Assessor III, AD-3, da SECRETARIA DE GOVERNO, constante do Anexo Único da Lei n.º 6.105, de 23 de dezembro de 2022, alterado pela Lei n.º 7.270, de 23 de dezembro de 2024.

GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 17 de junho de 2026.

ROBERTO MAIA CIDADE FILHO
Governador do Estado do Amazonas

FLÁVIO CORDEIRO ANTONY FILHO
Secretário de Estado Chefe da Casa Civil

LUIZ ALBERTO CARIJÓ DE GOSZTONYI
Secretário de Governo

ROBSON TOGNI DE ALMEIDA
Secretário de Estado de Administração e Gestão

DARIO JOSÉ BRAGA PAIM
Secretário de Estado da Fazenda

Protocolo 276427

DECRETO DE 17 DE JUNHO DE 2026

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, no exercício da competência que lhe confere o artigo 54, IV, da Constituição Estadual, e

CONSIDERANDO o Memorando n.º 337/2026-SECEXACC, subscrito pela Secretária Executiva Adjunta da Casa Civil, resolve:

TORNAR SEM EFEITO o Decreto de 15 de junho de 2026, publicado no Diário Oficial do Estado, edição da mesma data, página 15, nos itens I e II, na parte em que exonerou **SANDRA DOS SANTOS LIMA** do cargo de provimento em comissão de Ajudante de Ordem, AD-1, da CASA MILITAR, constante do Anexo Único, Parte 2, da Lei Delegada n.º 123, de 31 de outubro de 2019, combinado com o Anexo II, Parte 1, do Decreto n.º 43.032, de 17 de novembro de 2020, que aprovou o Regimento Interno da Casa Militar do Estado do Amazonas - CMEAM, e nomeou **FABIELE CASTRO PEREIRA** para exercer o referido cargo de provimento em comissão.

GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 17 de junho de 2026.

ROBERTO MAIA CIDADE FILHO
Governador do Estado do Amazonas

FLÁVIO CORDEIRO ANTONY FILHO
Secretário de Estado Chefe da Casa Civil

CEL. QOPM. FABIANO MACHADO BÓ
Secretário de Estado Chefe da Casa Militar

ROBSON TOGNI DE ALMEIDA
Secretário de Estado de Administração e Gestão

DARIO JOSÉ BRAGA PAIM
Secretário de Estado da Fazenda

Protocolo 276428

RESENHA DE AUTORIZAÇÃO DE VIAGENS, NOS TERMOS DO ARTIGO 4º, II, DO DECRETO Nº 40.691, DE 16 DE MAIO DE 2019, COMBINADO COM A COMPETÊNCIA DA CASA CIVIL, NOS TERMOS DO ARTIGO 16, II, "a", DO MESMO DIPLOMA LEGAL.

Sua Excelência, o Senhor ROBERTO MAIA CIDADE FILHO, Governador do Estado, considerou autorizado o seguinte deslocamento de Titular de Órgão e Entidade do Poder Executivo da Administração Direta e Indireta.

1.Nome e cargo: JOSÉ AUGUSTO CORRÊA LIMA OMENA, Diretor-Presidente.
Órgão de origem: Agência de Defesa Agropecuária e Florestal - ADAF.
Destino, Período e objetivo: Manaus-AM/Cuiabá-MT/Manaus-AM - 15 a 18 de junho de 2026. Participar da 9ª conferência Nacional sobre Defesa Agropecuária na cidade de Cuibá - MT.
Referência Processo n.º 01.01.018202.003080/2026-44-SIGED.

Sua Excelência, o Senhor ROBERTO MAIA CIDADE FILHO, Governador do Estado, autorizou o seguinte deslocamento de Titular de Órgão e Entidade do Poder Executivo da Administração Direta e Indireta.

2.Nome e cargo: ANÉZIO BRITO DE PAIVA, Secretario de Estado.
Órgão de origem: Secretaria de Estado de Segurança Publica - SSP-AM.
Destino, Período e objetivo: Manaus-AM/Fortaleza-CE/Manaus-AM - 17 a 20 de junho de 2026. Participar em módulo do curso de Doutorado em Direito Constitucional em execução ao eixo Melhoria da Qualidade de Vida Termo de Adesão 012/2025-MJSP.
Referência Processo n.º 01.01.022101.020544/2026-92-SIGED.
3.Nome e cargo: ORLEILSO XIMENES MUNIZ, Coronel QOBM-Comandante Geral.
Órgão de origem: Corpo de Bombeiros Militar do Amazonas-CBMAM
Destino, Período e objetivo: Manaus-AM/Parintins-AM/Manaus-AM - 23 a 29 de junho de 2026. Prevenção da operação do 59º Festival Folclorico de Parintins, a ser realizado no município de Parintins-Am.
Referência Processo n.º 01.01.022104.001374/2026-17-SIGED.
4.Nome e cargo: ANÉZIO BRITO DE PAIVA, Secretario de Estado.
Órgão de origem: Secretaria de Estado de Segurança Publica - SSP-AM.
Destino, Período e objetivo: Manaus-AM/Fortaleza-CE/Manaus-AM - 29 de julho a 01 de agosto de 2026. Participar em módulo do curso de Doutorado em Direito Constitucional em execução ao eixo melhoria da Qualidade de Vida Termo de Adesão 012/2025-MJSP.
Referência Processo n.º 01.01.022101.020555/2026-72-SIGED.
Secretário de Estado Chefe da Casa Civil, em Manaus, 17 de junho de 2026.

FLÁVIO CORDEIRO ANTONY FILHO
Secretário de Estado Chefe da Casa Civil

Protocolo 276429

---

quarta-feira
17
jun/2026

DIÁRIO OFICIAL
ESTADO DO AMAZONAS

Número 35.723 | Ano CXXXIII
www.imprensaoficial.am.gov.br

PODER EXECUTIVO - SEÇÃO II

Secretaria de Estado da Casa Militar

EXTRATO DA PORTARIA Nº 029/2026

I - EXONERAR, a partir de **01 de junho de 2026**, o servidor relacionado no **Extrato da Portaria n° 051/2026** (publicada no DOE n° 35.569 de 16/10/2025, pág. 02 - Caderno Poder Executivo - Seção II), **da função de Gestor de Contrato da Secretaria de Estado da Casa Militar**.

II - NOMEAR, a contar de **01 de junho de 2026**, o servidor relacionado, conforme quadro abaixo para exercer a função de **Gestor de Contratos em vigor desta Secretaria, conforme Lei 14.133/21**:

Nome	Função	Matrícula
Francisco Silva de Carvalho - Cap QOPM	Chefe de Departamento	189.541-9 D

CEL. QOPM. FABIANO MACHADO BÓ
Secretário de Estado Chefe da Casa Militar

Protocolo 275929

PORTARIA Nº 028/2026 - CASA MILITAR

O Secretário de Estado Chefe da Casa Militar, no uso de suas atribuições legais. **CONSIDERANDO** a necessidade de **controle dos Materiais Permanentes desta Secretaria**, e uma **análise de suas condições de uso**; **CONSIDERANDO** a necessidade de **controle e recebimento de material de consumo**;

CONSIDERANDO a necessidade de acompanhamento na **execução de serviços em geral contratados**, bem como dos serviços de Locação de Aeronaves, Barcos e de Veículos; **CONSIDERANDO** o que preceitua a Lei 14.133/21; **RESOLVE:**

I - EXONERAR, a partir de **01 de junho de 2026**, os servidores relacionados no Extrato da Portaria n° 050/2026 (publicada no DOE n° 35.569 de 16/10/2025, págs. 1 e 2 - Caderno Poder Executivo - Seção II), das funções relacionados da Comissão de **Recebimento e Exame de Material Permanente e de Material de Consumo** adquiridos pela Casa Militar, **bem como a fiscalização de Serviços em Geral Contratados**, assim como as execuções dos **Serviços prestados para Locação de Aeronaves, Embarcação e Veículos.**

II - NOMEAR os servidores abaixo relacionados, para a Comissão de **Recebimento e Exame de Material Permanente e de Material de Consumo** adquiridos pela Casa Militar, **bem como a fiscalização de Serviços em Geral Contratados**, assim como as execuções dos **Serviços prestados para Locação de Aeronaves**, **Embarcação e Veículos**, **a contar de 01 de junho de 2026.**

PRESIDENTE

FUNÇÃO	NOME	MATRÍCULA
CHEFE DE DEPARTAMENTO	AUDRAN MAGNO OLIVEIRA FERREIRA PINTO	215.601-6 D
MEMBRO		
FUNÇÃO	NOME	MATRÍCULA
CHEFE DE DEPARTAMENTO	SAID DE OLIVEIRA GÓIS	141.791-6 E
CHEFE DE DEPARTAMENTO	ISRAEL MOTA DE QUEIROZ	216.095-1 D
ASSESSOR II	REINALDO DE CASTRO MONTEIRO	141.940-4 C
SUPLENTE		
FUNÇÃO	NOME	MATRÍCULA
AJUDANTE DE ORDEM	ALCIMAR DE ANDRADE SILVA	141.808-4 G

A presente Comissão fica constituída conforme quadro acima, a qual deverá apresentar ao Chefe do Departamento Administrativo e Financeiro da Casa Militar relatório circunstanciado do material permanente e de consumo recebido, salientando a qualidade do material e a quantidade entregue, bem como o de cumprimento dos serviços realizados no âmbito da Casa Militar. Manaus-Am, 17 de junho de 2026.

CEL. QOPM. FABIANO MACHADO BÓ
Secretário de Estado Chefe da Casa Militar

Protocolo 275943

Secretaria de Estado de Comunicação Social - SECOM

EXTRATO DA CARTA-CONTRATO Nº 001/2026 - SECOM

DATA DA ASSINATURA: 16/06/2026. **PARTES:** Secretaria de Estado de Comunicação Social - SECOM e **PRODAM - PROCESSAMENTO DE DADOS AMAZONAS S.A**. **OBJETO:** Prestação dos Serviços de TI necessários à cobertura do 59º Festival Folclórico de Parintins, compreendendo a Locação de Equipamentos de Informática, Serviços de Instalação, Disponibilização de Circuito de Transmissão de Dados com Acesso Gerenciado à Rede Mundial (Internet), suporte técnico “in loco” à infraestrutura montada para as Salas de Imprensa durante todo o evento, e, ainda, a construção de um Hot Site para a divulgação do evento. **PRAZO:** A vigência desta Carta-Contrato será de 30 (trinta) dias a contar da assinatura deste termo. **VALOR:** O valor global da presente Carta-Contrato é de R$ 209.796,97 (duzentos e nove mil, setecentos e noventa e seis reais e noventa e sete centavos). **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E EMPENHO:** As despesas decorrentes desta Ordem de Execução de Serviços correrão à conta da seguinte dotação: Unidade Orçamentária **37101**, Programa de Trabalho **24.122.0001.2643.0001**, Fonte **1.720.147.0.0000.0000**, Natureza da Despesa **33904007**, tendo sido emitida a Nota de Empenho nº **2026NE0000256**, em 16 de junho de 2026, no valor de **R$ 209.796,97 (duzentos e nove mil**, **setecentos e noventa e seis reais e noventa e sete centavos)**, do Orçamento do Estado, vigente no corrente exercício. **CIENTIFIQUE-SE**, **PUBLIQUE-SE** NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO - DOE E CUMPRA-SE. Manaus, 16 de junho de 2026.

JOSICLECIA GOMES NOGUEIRA
Secretária de Estado de Comunicação Social

Protocolo 275777

RESENHA DAS AUTORIZAÇÕES DA SECRETÁRIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

conforme Decreto nº 26.337, de 12 de dezembro de 2006. A Secretária de Estado de Comunicação Social considera autorizados os seguintes deslocamentos de servidores:

1. Nome e Cargo: Júlia Lúcia Barroso Rodrigues - Assessor II AD2 e Thaissa Barbara da Silva Cordeiro - Assessor II AD2.
Destino e Período: Manaus/Humaitá/Manaus 13 a 15.05.26.
Objetivo: Cobertura jornalística das ações do governo, agenda do governador Roberto Cidade. Entregas de cadeiras de rodas, cheques dos programas Crédito Rosa e Mais Crédito Amazonas, kits mototaxista, materiais desportivos, equipamentos para o Hospital Regional de Humaitá e assinatura do Promove.

2. Nome e Cargo: Alex Gomes de Souza - Assessor II AD2, Antônio Soares Lima - Assessor II AD2, Matheus da Costa Pereira - Assessor II AD2 e Mayssa Santana Lima - Assessor III AD3.
Destino e Período: Manaus/Manacapuru/Manaus 29.04.26.
Objetivo: Cobertura jornalística das ações do governo. Produção e gravação de imagens e entrevistas sobre a nova unidade do CETAM no município.

3. Nome e Cargo: Alex Gomes de Souza - Assessor II AD2, Patrick Costa de Amorim Lima - Assessor II AD2 e Raimundo Nonato de Almeida Duarte - Motorista.
Destino e Período: Manaus/Autazes/Manaus 01.06.2026

Objetivo: Cobertura jornalística das ações do governo. Visita técnica para o evento de entrega da obra de revitalização do sistema viário da comunidade Novo Céu.
4. Nome e Cargo: Ronald Pimentel de Brito - Assessor I AD1.
Destino e Período: Manaus/Parintins/Manaus 16 a 29.06.26
Objetivo: Cobertura jornalística das ações institucionais do Governo do Amazonas e preparação da Sala de Imprensa para o 59º Festival de Parintins 2026.
5. Nome e Cargo: Gibson Yuri da Silva Oliveira - Assessor II AD2.
Destino e Período: Manaus/Parintins/Manaus 16 a 30.06.26
Objetivo: Cobertura jornalística das ações institucionais do Governo do Amazonas e preparação da Sala de Imprensa para o 59º Festival de Parintins 2026.**Secretaria de Estado de Comunicação Social**, em Manaus, 16 de junho de 2026.

JOSICLECIA GOMES NOGUEIRA
Secretária de Estado de Comunicação Social

Protocolo 275775

Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ

DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO

A SECRETÁRIA EXECUTIVA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO o conteúdo do Processo nº 01.01.014101.226766/2025-08-SEFAZ, relativo ao Pregão Eletrônico nº 121/2026-CSC, e
CONSIDERANDO o Parecer nº 091/2026-ASSEJ/SEA/SEFAZ e a inexistência de qualquer recurso pendente ao referido Processo Licitatório,
R E S O L V E :
HOMOLOGAR a deliberação do Centro de Serviços Compartilhados que referendou, em sua plenitude, o procedimento administrativo que declarou como vencedor e adjudicou o objeto do certame a empresa **AMAZONAS COPIADORAS LTDA**, CNPJ n° 01.657.353/0001-21, arrematante do lote único, referente à aquisição, pelo menor preço global, de notebooks, para atender as necessidades da Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ/AM, pelo menor preço global, arrematados no valor de **R$740.000,00** (setecentos e quarenta mil reais).**GABINETE DA SECRETARIA EXECUTIVA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**, em Manaus, 16 de junho de 2026**.**

ALANA BARBOSA VALÉRIO TOMAZ
Secretária Executiva de Assuntos Administrativos

Protocolo 275942

ERRATA AO EXTRATO Nº 23/2026-SEFAZ

ONDE SE LÊ: "**Fundamentação Legal:** Art. 107 da Lei nº 14.133/2021 c/c art. 231 do Decreto nº 47.133/2023 e Art. 92, inciso V, da Lei nº 14.133/2021, com base no Parecer nº 047/2026-ASSEJ/SEA/SEFAZ, e consta nos autos do Processo nº 01.01.014101.169902/2026-36-SEFAZ".
LEIA-SE: "**Fundamentação Legal:** Art. 107, art. 132 e art. 92, inciso V e §4º, inciso I, todos da Lei nº 14.133/2021, c/c art. 231 do Decreto nº 47.133/2023, com base no Parecer nº 047/2026-ASSEJ/SEA/SEFAZ e na Nota Técnica nº 078/2026-ASSEJ/SEA/SEFAZ, e consta nos autos do Processo nº 01.01.014101.169902/2026-36-SEFAZ".**GABINETE DA SECRETÁRIA EXECUTIVA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**, em Manaus, 15 de junho de 2026.

ALANA BARBOSA VALÉRIO TOMAZ
Secretária Executiva de Assuntos Administrativos

Protocolo 275863

ERRATA AO EXTRATO Nº 22/2026-SEFAZ

ONDE SE LÊ: "**Fundamentação Legal:** Art. 107 da lei nº 14.133/21, com base no Parecer nº 072/2026-ASSEJ/SEA/SEFAZ, e consta nos autos do Processo nº 01.01.014101.169904/2026-25-SEFAZ".
LEIA-SE: "**Fundamentação Legal:** Art. 107, art. 92, inciso I, §4º e art. 124, inciso I, alínea "a" da Lei nº 14.133/21, com base no Parecer nº 072/2026-ASSEJ/SEA/SEFAZ e Nota Técnica nº 77/2026-ASSEJ/SEA/SEFAZ, e consta nos autos do Processo nº 01.01.014101.169904/2025-25-SEFAZ".**GABINETE DA SECRETÁRIA EXECUTIVA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**, em Manaus, 15 de junho de 2026.

ALANA BARBOSA VALÉRIO TOMAZ
Secretária Executiva de Assuntos Administrativos

Protocolo 275865

EXTRATO N° 030/2026-SEFAZ

Espécie, Número, Data: Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 01/2025-SEFAZ, firmado em 15.06.2026. **Partes:** O Estado do Amazonas, por intermédio da Secretaria de Estado da Fazenda e a empresa **ORACLE DO BRASIL SISTEMAS LTDA. Objeto:** Supressão do item 01 do objeto do Termo de Contrato nº 01/2025-SEFAZ, com fulcro no art. 125 da Lei nº 14.133/21, conforme consta no Termo de Referência. **Vigência:** A partir da assinatura do Termo, de 15.06.2026 a 05/02/2027. **Valor Mensal:** R$ 123.094,78 (cento e vinte e três mil, noventa e quatro reais e setenta e oito centavos). **Valor Global:** R$ 1.107.853,02 (Um milhão, cento e sete mil, oitocentos e cinquenta e três reais e dois centavos.). DO: UO: 14701, PT: 04.126.3229.1062.0001, Fonte: 1.759.2010.0000.0000; ND: 33904009, em 29/05/2026, a Nota de Empenho n.º 0037/2026, no valor de R$ 246.189,56 (duzentos e quarenta e seis mil, cento e oitenta e nove reais e cinquenta e seis centavos). **Fundamento Legal:** Art. 125 da Lei nº 14.133/2021, com base no Parecer nº 070/2026-ASSEJ/SEA/SEFAZ e conforme consta nos autos do Processo nº 01.01.014101.188389/2026-82-SEFAZ.**GABINETE DA SECRETÁRIA EXECUTIVA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**, em Manaus, 16 de junho de 2026.

ALANA BARBOSA VALÉRIO TOMAZ
Secretária Executiva de Assuntos Administrativos

Protocolo 275931

RESENHA DE PORTARIAS

0213/2026-GSEFAZ-29.05.26 DELEGA à titular da Secretaria Executiva de Assuntos Administrativos as competências que especifica e dá outras providências. Publicada na íntegra no DOE/SEFAZ, Edição 0187, de 01.06.26, pgs. 1-2. 0214/2026-GSEFAZ-29.05.26 AUTORIZA a liberação de adiantamento para MARIA ZENILDA DA SILVA SENA, Subgerente, mat. G242523, no valor global de R$ 5.200,00, para atender a demanda de compra de materiais e/ou serviços, sendo R$ 5.200,00 no elemento de despesas 339030-Material de Consumo. Publicada na íntegra no DOE/SEFAZ, Edição 0188, de 01.06.26, pgs. 1-4. 0215/2026-GSEFAZ-29.05.26 DESIGNA FELIPE SILVA ALBUQUERQUE GUIMARÃES, TAFE, mat. 275.771-0A, responder pela Gerência de Capacitação-GCAP, viagem à serviço da titular Valeska Brenda da Silva e Silva, mat. 240.920-8C, no período de 16 a 19.06.2026. Publicada na íntegra no DOE/SEFAZ, Edição 0187, de 01.06.26, pg. 2. 0216/2026-GSEFAZ-29.05.26 DESIGNA RODRIGO FIGUEIREDO DE ALBUQUERQUE, GTIFE, mat. 189.877-9A, LIDIANE ANDRADE GUERRA, GTIFE, mat. 189.881-7A, MATEUS RIBEIRO MOTA, GTIFE, mat. 189.888-4A e VANDERSON DA SILVA ROCHA, GTIFE, mat. 269.829-3A, para FISCALIZAÇÃO do Contrato nº 11/2026-SEFAZ e a empresa ORACLE DO BRASIL SISTEMAS LTDA. Publicada na íntegra no DOE/SEFAZ, Edição 0187, de 01.06.26, pgs. 2-3. 0217/2026-GSEFAZ-29.05.26 LOTA ALESSANDRO MOREIRA SILVA, AFCTE, mat. 190.653-4A, no Departamento de Planejamento da Política Fiscal e Estudos de Finanças Públicas-DEFIP, a contar de 04.05.2026. Publicada na íntegra no DOE/SEFAZ, Edição 0187, de 01.06.26, pg. 3. 0218/2026-GSEFAZ-01.06.26 INTERROMPE a licença para tratamento de interesse particular concedida pela Portaria nº 0163/2026-GSEFAZ, ao servidor THOMAS EDUARDO EURICH, CARE, mat. 269.894-3. Publicada na íntegra no DOE/SEFAZ, Edição 0190, de 03.06.26, pg. 1. 0219/2026-GSEFAZ-02.06.26 ALTERA a composição dos membros da Comissão Estadual Extraordinária da Reforma Tributária (CEERT) prevista na Portaria nº 0122/2024-GSEFAZ. Publicada na íntegra no DOE/SEFAZ, Edição 0194, de 10.06.26, pg. 1. 0220/2026-GSEFAZ-02.06.26 DESIGNA RODRIGO FIGUEIREDO DE ALBUQUERQUE, GTIFE, mat. 189.877-9A, LIDIANE ANDRADE GUERRA, GTIFE, mat. 189.881-7A, ALCIMAR DE SOUZA MARTINS, Assessor I, AD-1, mat. 173.589-6E e PAULO CAPUTO E OLIVEIRA, GTIFE, mat. 189.878-7A, para FISCALIZAÇÃO do Contrato nº 09/2026-SEFAZ e a empresa DATEN TECNOLOGIA LTDA. Publicada na íntegra no DOE/SEFAZ, Edição 0192, de 08.06.26, pg. 1. 0221/2026-GSEFAZ-03.06.26 DISPÕE sobre o resultado final da apuração mensal correspondente a maio de 2026, em que consta a relação dos servidores aptos ao recebimento do Benefício Assistencial, conforme disposto no Art. 19 da Portaria nº 0088/2025, que regulamenta o Programa de Qualificação e Capacitação Continuada da SEFAZ/AM. Publicada na íntegra no DOE/SEFAZ, Edição 0191, de 03.06.26, pgs. 1-65. 0222/2026-GSEFAZ-08.06.26 INSTITUI Comissão de Sindicância e dá outras providências. Publicada na íntegra no DOE/SEFAZ, Edição 0193, de 09.06.26, pg. 1. 0223/2026-GSEFAZ-09.06.26 HOMOLOGA os cursos realizados por iniciativa dos servidores para efeito de Promoção por Merecimento, na forma abaixo. Publicada na íntegra no DOE/SEFAZ, Edição 0197, de 12.06.26, pgs. 1-3. 0224/2026-GSEFAZ-09.06.26 DESIGNA FRAN CLINTON ANDRADE BEZERRA, Chefe de Departamento, mat. 244.627-8D, RUBENS MARQUES FURTADO, TAFE, mat. 192.869-4A, OZIEL BRAGA DA SILVA, Subgerente,

mat. 244.616-2A e GLAUBER DA SILVA FALCÃO, TAFE, mat. 192.451-6A, para FISCALIZAÇÃO do Empenho nº 0521/2026-SEFAZ e a empresa FEITOZA E SALDANHA LTDA. Publicada na íntegra no DOE/SEFAZ, Edição 0194, de 10.06.26, pgs. 1-2. 0225/2026-GSEFAZ-09.06.26 DESIGNA BIANCA FALCÃO AZEDO, TAFE, mat. 192.876-7A, RAFAEL CAVALCANTE DE ARAÚJO, TAFE, mat. 190.416-7A, FELIPE SILVA ALBUQUERQUE GUIMARÃES, TAFE, mat. 275.771-0A e VALESKA BRENDA DA SILVA E SILVA, Gerente, mat. 240.920-8C, para FISCALIZAÇÃO do Empenho nº 36/2026-SEFAZ e a empresa ELOGROUP DESENVOLVIMENTO E CONSULTORIA LTDA. Publicada na íntegra no DOE/SEFAZ, Edição 0194, de 10.06.26, pg. 2. 0226/2026-GSEFAZ-09.06.26 DESIGNA RODRIGO FIGUEIREDO DE ALBUQUERQUE, GTIFE, mat. 189.877-9A, LIDIANE ANDRADE GUERRA, GTIFE, mat. 189.881-7A, MATEUS RIBEIRO MOTA, GTIFE, mat. 189.888-4A e VANDERSON DA SILVA ROCHA, GTIFE, mat. 269.829-3A, para FISCALIZAÇÃO do Contrato nº 12/2026-SEFAZ e a empresa SYSTECH SISTEMAS E TECNOLOGIA EM INFORMÁTICA LTDA. Publicada na íntegra no DOE/SEFAZ, Edição 0194, de 10.06.26, pg. 3. 0227/2026-GSEFAZ-10.06.26 DESIGNA GILMAR CASTRO DE AQUINO JUNIOR, TAFE, mat. 224.951-0B, responder pela Gerência de Infraestrutura-GINF, licença especial ao titular Alessandro Vicente de Oliveira Ferro, mat. 192.874-0A, no período de 08 a 19.06.2026. Publicada na íntegra no DOE/SEFAZ, Edição 0198, de 12.06.26, pgs. 1-2. 0228/2026-GSEFAZ-10.06.26 DESIGNA PRISCYLLA DA SILVA MACEDO, Comissionado, mat. 215.654-7E, responder pela Gerência da Dívida Pública-GDPB, folga legal ao titular Edson Melo de Sousa, mat. 192.892-9A. Publicada na íntegra no DOE/SEFAZ, Edição 0199, de 12.06.26, pgs. 1-2. 0229/2026-GSEFAZ-10.06.26 DESIGNA PRISCYLLA DA SILVA MACEDO, Comissionado, mat. 215.654-7E, responder pela Gerência da Dívida Pública-GDPB, férias ao titular Edson Melo de Sousa, mat. 192.892-9A, no período de 11 a 20.05.2026. Publicada na íntegra no DOE/SEFAZ, Edição 0200, de 12.06.26, pgs. 1-2. 0230/2026-GSEFAZ-10.06.26 DESIGNA NEUZA CARINE SILVEIRA SARAIVA GUALTER, Comissionado, mat. 275.926-8A, responder pela Gerência de Material e Patrimônio-GMAP, folga legal ao titular Glauber da Silva Falcão, mat. 192.451-6A, no período de 01 a 03.06.2026. Publicada na íntegra no DOE/SEFAZ, Edição 0201, de 12.06.26, pgs. 1-2. 0231/2026-GSEFAZ-10.06.26 DESIGNA GABRIELLE FERREIRA DORNELES, Comissionado, mat. 271.775-1A, responder pela Gerência de Administração de Haveres-GEHA, férias à titular Mayara da Costa Alves, mat. 261.433-2A, no período de 08 a 17.06.2026. Publicada na íntegra no DOE/SEFAZ, Edição 0202, de 12.06.26, pgs. 1-2. 0232/2026-GSEFAZ-10.06.26 DESIGNA LUAN DE FREITAS BALREIRA, Comissionado, mat. 272.485-5A, responder pela Subgerência de Dívida Ativa-SRDA, licença especial ao titular Rodrigo Castro Miranda, mat. 191.022-1A, no período de 01.06 a 29.08.2026. Publicada na íntegra no DOE/SEFAZ, Edição 0203, de 12.06.26, pgs. 1-2. 0233/2026-GSEFAZ-10.06.26 DESIGNA FRAN CLINTON ANDRADE BEZERRA, Chefe de Departamento, mat. 244.627-8D, RUBENS MARQUES FURTADO, TAFE, mat. 192.869-4A, OZIEL BRAGA DA SILVA, Subgerente, mat. 244.616-2A e GLAUBER DA SILVA FALCÃO, TAFE, mat. 192.451-6A, para FISCALIZAÇÃO do Empenho nº 0508/2026-SEFAZ em favor da empresa POLLYANA MELO DA SILVA LUSTOZA. Publicada na íntegra no DOE/SEFAZ, Edição 0196, de 11.06.26, pg. 1. 0234/2026-GSEFAZ-10.06.26 DESIGNA FRAN CLINTON ANDRADE BEZERRA, Chefe de Departamento, mat. 244.627-8D, RUBENS MARQUES FURTADO, TAFE, mat. 192.869-4A, OZIEL BRAGA DA SILVA, Subgerente, mat. 244.616-2A e GLAUBER DA SILVA FALCÃO, TAFE, mat. 192.451-6A, para FISCALIZAÇÃO do Empenho nº 0481/2026-SEFAZ em favor da empresa SUPRIMED COMÉRCIO DE ARTIGOS MÉDICOS LTDA. Publicada na íntegra no DOE/SEFAZ, Edição 0196, de 11.06.26, pgs. 1-2. 0235/2026-GSEFAZ-10.06.26 DESIGNA FRAN CLINTON ANDRADE BEZERRA, Chefe de Departamento, mat. 244.627-8D, RUBENS MARQUES FURTADO, TAFE, mat. 192.869-4A, OZIEL BRAGA DA SILVA, Subgerente, mat. 244.616-2A e GLAUBER DA SILVA FALCÃO, TAFE, mat. 192.451-6A, para FISCALIZAÇÃO do Empenho nº 0480/2026-SEFAZ em favor da empresa POLLYANA MELO DA SILVA LUSTOZA. Publicada na íntegra no DOE/SEFAZ, Edição 0196, de 11.06.26, pg. 2. 0236/2026-GSEFAZ-10.06.26 DESIGNA FRAN CLINTON ANDRADE BEZERRA, Chefe de Departamento, mat. 244.627-8D, RUBENS MARQUES FURTADO, TAFE, mat. 192.869-4A, OZIEL BRAGA DA SILVA, Subgerente, mat. 244.616-2A e GLAUBER DA SILVA FALCÃO, TAFE, mat. 192.451-6A, para FISCALIZAÇÃO do Empenho nº 0479/2026-SEFAZ em favor da empresa AFC COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE ALIMENTOS LTDA. Publicada na íntegra no DOE/SEFAZ, Edição 0196, de 11.06.26, pgs. 2-3. 0237/2026-GSEFAZ-10.06.26 DESIGNA FRAN CLINTON ANDRADE BEZERRA, Chefe de Departamento, mat. 244.627-8D, RUBENS MARQUES FURTADO, TAFE, mat. 192.869-4A, OZIEL BRAGA DA SILVA, Subgerente, mat. 244.616-2A e GLAUBER DA SILVA FALCÃO, TAFE, mat. 192.451-6A, para FISCALIZAÇÃO do Empenho nº 0478/2026-SEFAZ em favor da empresa M C COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA. Publicada na íntegra no DOE/SEFAZ, Edição 0196, de 11.06.26, pg. 3. 0238/2026-GSEFAZ-11.06.26 DESIGNA VITOR GUILHERME LIMA DE SOUZA, AFE, mat. 240.872-4B, responder pela Subgerência de Arquivo-SARQ, licença-maternidade à titular Ivana Brito de Souza, mat. 265.357-5A, no período de 16.05 a 13.11.2026 e férias no período de 14 a 23.11.2026. Publicada na íntegra no DOE/SEFAZ, Edição 0204, de 12.06.26, pgs. 1-2. 0239/2026-GSEFAZ- 11.06.26 DESIGNA JOSÉ CARLOS BRANDÃO SAMPAIO, AFCTE, mat. 190.542-2A, responder pelo Departamento Financeiro do Estado-DEFIN, viagem à serviço ao titular Marcos André Pontes Cavalcanti, mat. 190.400-0A, no período de 09 a 12.06.2026. Publicada na íntegra no DOE/SEFAZ, Edição 0205, de 12.06.26, pgs. 1-2. 0240/2026-11.06.26 DESIGNA MARIA DO SOCORRO DA SILVA LIMA, AFCTE, mat. 106.907-1A, responder pelo Departamento de Encargos Gerais, Dívida Pública e Haveres do Estado-DEDIV, viagem à serviço do titular Leonardo dos Santos do Rego Barros, mat. 190.392-6A, no período de 09 a 12.06.2026. Publicada na íntegra no DOE/SEFAZ, Edição 0197, de 12.06.26, pg. 4. 0241/2026-GSEFAZ-11.06.26 DESIGNA FRAN CLINTON ANDRADE BEZERRA, Chefe de Departamento, AD-1, mat. 244.627-8D, RUBENS MARQUES FURTADO, TAFE, mat. 192.869-4A, KATHLEEN CARVALHO DE LIMA, Assessor II, AD-2, mat. 263.628-0A e VANESSA CRUZ CALDAS, Assessor II, AD-2, mat. 256.997-3E, para FISCALIZAÇÃO do Termo de Contrato nº 10/2026-SEFAZ e a empresa CLARO NXT TELECOMUNICAÇÕES S.A. Publicada na íntegra no DOE/SEFAZ, Edição 0197, de 12.06.26, pg. 4. 0242/2026-GSEFAZ-11.06.26 DESIGNA FRAN CLINTON ANDRADE BEZERRA, Chefe de Departamento, AD-1, mat. 244.627-8D, RUBENS MARQUES FURTADO, TAFE, mat. 192.869-4A, OZIEL BRAGA DA SILVA, Subgerente, AD-3, mat. 244.616-2A e GLAUBER DA SILVA FALCÃO, TAFE, mat. 192.451-6A, para FISCALIZAÇÃO do Empenho nº 0514/2026-SEFAZ em favor da empresa TH MIX LTDA. Publicada na íntegra no DOE/SEFAZ, Edição 0197, de 12.06.26, pg. 5. 0243/2026-GSEFAZ- 11.06.26 INTERROMPE a Portaria nº 0033/2026-GSEFAZ e adota outras providências. Publicada na íntegra no DOE/SEFAZ, Edição 0197, de 12.06.26, pg. 5.**GABINETE DA SECRETÁRIA EXECUTIVA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**, em Manaus, 17 de junho de 2026.

ALANA BARBOSA VALÉRIO TOMAZ
Secretária Executiva de Assuntos Administrativos

Protocolo 275941

Secretaria de Estado de Saúde - SES-AM

ERRATAS

1. Que se faz a PORTARIA Nº 458/2026-GAB/SES-AM, publicada no DOE do dia 12.06.2026, Poder Executivo - Seção II, página 4.

ONDE SE LÊ:

[…] DISPENSAR a Sra. SUELLEN DO NASCIMENTO BARBOSA, da função de **APOIO TÉCNICO-ESPECÍFICO** do Grupo de Trabalho constituído por esta SES-AM […]

LEIA-SE:

[…] DISPENSAR a Sra. SUELLEN DO NASCIMENTO BARBOSA, da função de **SUBCOORDENADOR** do Grupo de Trabalho constituído por esta SES-AM […]

2. Que se faz a PORTARIA Nº 462/2026-GAB/SES-AM, publicada no DOE do dia 16.06.2026, Poder Executivo - Seção II, página 5.

ONDE SE LÊ:

[…] DESIGNAR a Sra. LAURA NASCIMENTO DOS SANTOS, para a função de **APOIO TÉCNICO-ESPECÍFICO** […]

LEIA-SE:

[…] DESIGNAR a Sra. LAURA NASCIMENTO DOS SANTOS, para a função de **SUBCOORDENADOR** […]

CIENTIFIQUE-SE, CUMPRA-SE, ANOTE-SE E PUBLIQUE-SE.

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE. Em Manaus, 17 de junho de 2026.

LUIS ALBERTO SARAIVA SANTOS
Secretário de Estado de Saúde

Protocolo 275896

DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO

O **SECRETÁRIO EXECUTIVO**, no uso de suas atribuições legais, e CONSIDERANDO a publicação do Edital de Chamada Pública nº 004/2026 - CPCSE/GAB/SES-AM, no Diário Oficial do Estado do Amazonas (DOE nº 35.693, de 04 de maio de 2026), destinado ao credenciamento de pessoas jurídicas de direito privado, com ou sem fins lucrativos, interessadas em

realizar serviços de DIAGNÓSTICO EM LABORATÓRIO CLÍNICO E CITOPATOLOGIA para procedimentos de média e alta complexidade, conforme condições, especificações e requisitos estabelecidos no Anexo I - Termo de Referência, que obedece a critérios estabelecidos nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Federal nº 8.080/90 e Decreto Estadual n° 47.133/2023, sem prejuízo das demais normas pertinentes; **CONSIDERANDO** o Resultado apresentado pela Comissão Permanente de Credenciamento de Serviços Complementares do Sistema Único de Saúde (SUS) e Serviços Especiais - CPSCE/SES-AM, referente à análise documental dos processos protocolados até a data de 12/05/2026; **CONSIDERANDO** que a classificação dos credenciados observou os critérios estabelecidos em conformidade ao Edital de Credenciamento nº 004/2026 - CPCSE/GAB/SES-AM e seu Anexo I -Termo de Referência; **RESOLVE: I** - **HOMOLOGAR** o resultado do processo de credenciamento referente ao **Edital de Convocação Pública - Aviso de Credenciamento nº 004/2025 - SES/AM**; **II** - **TORNAR PÚBLICO O RESULTADO** da análise documental constante do **Processo nº 01.01.017101.010047/2026-46**, que tratou das propostas de habilitação e oferta de serviços apresentadas em resposta ao referido Edital, observados os critérios técnicos e normativos acima mencionados, conforme empresas **APTAS** relacionadas abaixo: **1.** ANÁLISES LABORATORIAIS FIGUEIREDO BORGES LTDA - **LOTE 1**, **2.**CLÍNICA LABNORTE LTDA - **LOTE 1 e 10**, **3.**CLINILAB CLÍNICA LABORATORIAL E BIOLÓGICA LTDA - **LOTE 1 e 10**, **4.** FAL - FARMACÊUTICOS ASSOCIADOS LTDA - **LOTE 1**, **5.**LABMASTER SERVIÇOS LABORATORIAIS LTDA - **LOTE 1**, **6.**LABORATÓRIO NOBEL LTDA - **LOTE 1**, **7.** LABORATÓRIOS REUNIDOS DA AMAZÔNIA S/A - **LOTE 1**, **8.** LABORATÓRIO DE CITOLOGIA E ANÁLISES CLÍNICAS LTDA - **LOTE 1 e 10**, **9.** MARREIROS & NERI LTDA - **LOTE 1**, **10.** MEDIC-LAB DIAGNÓSTICOS DO AMAZONAS LTDA - **LOTE 1**, **11.** MICRO-LAB LTDA - **LOTE 1 e 10**, **12.** PONTESCLIN CLÍNICA MÉDICA E ODONTOLÓGICA LTDA - **LOTE 1 e 10**, **13.** SANTA EDWIGES DIAGNÓSTICOS LTDA **LOTE 1** e, **14.** TARGINO E SOLEDADE LABORATÓRIO CLÍNICO LTDA - **LOTE 1 e 10.** Manaus, 17 de junho de 2026.

PEDRO GUILHERME GIOIA DE MORAES
Secretário Executivo

Protocolo 275919

PORTARIA Nº 437/2026 - DEGETS/SES-AM

O **SECRETÁRIO EXECUTIVO**, no uso de suas atribuições legais e; **CONSIDERANDO** que tal ato não implicará em acréscimos financeiros, pois trata-se apenas de retificação de dados pessoais; **CONSIDERANDO** ainda o que consta no **Processo SIGED n.º 01.01.017101.020073/2026-82/SES-AM**.

RESOLVE: RETIFICAR a **PORTARIA Nº 395/2026** - **DGTES/SES-AM**, publicada no Diário Oficial do Estado de 29 de maio de 2026, Poder Executivo - Seção II, Pág. 06, o **nome** da servidora **JESIANE PAIXAO**, na forma a seguir: **ONDE SE LÊ:** JEZIANE PAIXAO, **LEIA-SE:** JESIANE PAIXAO. **CIENTIFIQUE-SE**, **CUMPRA-SE**, **REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE. GABINETE DO SECRETÁRIO EXECUTIVO**. Manaus, 10 de junho de 2026.

PEDRO GUILHERME GIOIA DE MORAES
Secretário Executivo

Protocolo 275923

PORTARIA Nº 436/2026 - DEGETS/SES-AM

O **SECRETÁRIO EXECUTIVO**, no uso de suas atribuições legais, e; **CONSIDERANDO** o que dispõe o artigo 65, IV, c/c art. 74 da Lei nº 1762, de 14 de novembro de 1986, Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado do Amazonas e artigo 226, caput, da Constituição Federal de 1988; **CONSIDERANDO** ainda o que consta no **Processo SIGED n.º 01.01.017101.011137/2026-54/SES-AM** e no **Parecer Referencial n.º 034/2025-PGE/AM**.

RESOLVE: CONCEDER LICENÇA PARA ACOMPANHAR CÔNJUGE à servidora **LUCIANA MARQUES SERAFICO DE ASSIS CARVALHO**, Psicóloga, matrícula nº 245.005-4A, lotada no Centro de Reabilitação em Dependência Química Ismael Abdel Aziz, **a contar de 01/07/2026**. Tendo em vista a essencialidade do cargo da servidora e em consonância com o Art. 74, parágrafo único, da Lei Estadual n.º 1.762/1986, a servidora exercerá suas atividades laborais na **Secretaria de Estado de Relações Federativas e Internacionais** - **SERFI**, situada em Brasília/DF, **com ônus para o órgão de origem**, enquanto perdurar a transferência de seu cônjuge. **CIENTIFIQUE-SE**, **CUMPRA-SE**, **REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE. GABINETE DO SECRETÁRIAO EXECUTIVO**. Manaus, 10 de junho de 2026.

PEDRO GUILHERME GIOIA DE MORAES
Secretário Executivo

Protocolo 275928

PORTARIA Nº 446/2026 - DEGETS/SES-AM

O **SECRETÁRIO EXECUTIVO**, no uso de suas atribuições legais, e; **CONSIDERANDO** o disposto no Art. 65, VII, c/c Art. 78 da Lei n.º 1.762 de 14 de novembro de 1986, Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Amazonas; **CONSIDERANDO**, o que consta nos requerimentos de **LICENÇA ESPECIAL** nos Processos nº 01.01.017101.015727/2026-56; 01.01.017101.014010/2026-97;01.01.017101.016967/2026-78; 01.01.017121.000134/2026-57;01.01.017101.010660/2026-63; 01.01.017101.014563/2026-40;01.01.017101.016310/2026-00; 01.01.017101.011366/2026-79;01.01.017101.014962/2026-00; 01.01.017115.000554/2025-31/SES-AM.

R E S O L V E: CONCEDER LICENÇA ESPECIAL para os servidores relacionados a seguir, conforme Nome, Cargo, Matrícula, Exercício, Período e Lotação: 01- ADIVANIA BATISTA MATOS, Técnico de Enfermagem, 240.418-4 A, 2017 a 2022, 01/06/2026 a 29/08/2026, Unidade Mista de Novo Aripuanã; 02- ANTONIO CELIO SOARES DA COSTA, Técnico de Enfermagem, 241.472-4 A, 2017 a 2022, 01/09/2026 a 29/11/2026, Centro de Saúde de Apuí; 03- CASSIO MURILO FREIRE PINTO, Auxiliar de Radiologia Médica, 189.490-0 A, 2015 a 2020, 11/06/2026 a 08/09/2026, Unidade Mista de Iranduba; 04- CHIRLENE SOUTO MAIA DE LIMA, Enfermeiro, 140.154-8 E, 2015 a 2025, 01/06/2026 a 27/11/2026, Maternidade Azilda Marreiro; 05- JADER JAMES COLARES DA ROCHA JUNIOR, Técnico de Radiologia Médica, 249.469-8 A, 2019 a 2024, 01/06/2026 a 29/08/2026, Unidade Mista de Humaitá; 06- KAROLINE SOCORRO DA FONSECA SANTOS, Agente Administrativo, 242.740-0 A, 2017 a 2022, 20/05/2026 a 17/08/2026, Departamento de Logística; 07- LAIS OLIVEIRA LIMA, Técnico, 203.099-3 A, 2014 a 2019, 03/08/2026 a 31/10/2026, Ouvidoria Estadual do Sus; 08- MAYTE BENITAH MARTINS DA SILVA VALÉRIO DE HOLANDA, Enfermeiro, 244.789-4 A, 2018 a 2023, 05/05/2026 a 03/08/2026, Departamento de Gestão do Trabalho em Saúde; 09- RISONETE CORREA OLIVEIRA, Auxiliar de Serviços Gerais, 241.176-8 A, 2016 a 2021, 01/06/2026 a 29/08/2026, Unidade Mista de Alvarães; 10- ROSELY FRANCA BATISTA, Auxiliar de Serviços Gerais, 101.352-1 A, 2017 a 2022, 01/02/2026 a 01/05/2026, Hospital e Pronto Socorro da Criança Zona Oeste. **CIENTIFIQUE-SE**, **CUMPRA-SE**, **REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE. GABINETE DO SECRETÁRIO EXECUTIVO**. Manaus,17 de Junho de 2026.

PEDRO GUILHERME GIOIA DE MORAES
Secretário Executivo

Protocolo 275932

PORTARIA N.º 443/2026 - SEAGA/GAB-SES/AM

O ORDENADOR DE DESPESAS DA SES/AM, no uso de suas atribuições legais e **CONSIDERANDO** o Art. 74, I, da Lei N.º 14.133/21, de 01 de abril de 2021 que preceitua ser inexigível a licitação para aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo; **CONSIDERANDO** finalmente, o que consta no Processo Administrativo nº 01.01.017101.051583/2025-10; **RESOLVE: I** - **DECLARAR** inexigível o procedimento licitatório, nos termos do art. 74, I da Lei nº 14.133/21 e no art. 167 do Decreto Estadual nº 47.133, de 10 de março de 2021, para contratação de empresa, concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica, para o fornecimento contínuo e regular de energia elétrica de baixa e média tensão às unidades de saúde sob gestão da Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas - SES/AM, pela empresa **AMBAR ENERGIA AMAZONAS S.A** - CNPJ Nº: 02.341.467/0001-20; **II** - **ADJUDICAR** o objeto da Inexigibilidade em questão pelo valor global de R$ 23.803.256,28 (Vinte e três milhões, oitocentos e três mil, duzentos e cinquenta e seis reais e vinte e oito centavos). CIENTIFIQUE-**SE**, **CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE. GABINETE DO ORDENADOR DE DESPESAS DA SES/AM**. Manaus, 09 de junho de 2026.

PEDRO GUILHERME GIOIA DE MORAES
Ordenador de Despesas

RATIFICO, a decisão supra, nos termos do Art. 151 do Decreto Estadual nº 47.133, de 10 de março de 2021. **GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE** - **GAB/SES**-AM. Manaus, 09 de junho de 2026.

LUIS ALBERTO SARAIVA SANTOS
Secretário de Estado de Saúde

Protocolo 275944

PORTARIA Nº 448/2026 - DCCAI/SEAGA/GAB/SES-AM

O SECRETÁRIO EXECUTIVO, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Decreto de 21 de março de 2024, e; **CONSIDERANDO** o que consta no Processo Administrativo nº 01.01.017101.010113/2026-88-SES/AM.**RESOLVE: I** - **DESIGNAR** a servidora **TAYANE CRISTINE VERÇOSA**

DE VASCONCELOS, como **GESTORA** responsável pelo controle e fiscalização da execução do **TERMO DE FOMENTO Nº 032/2025**, firmado entre a SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE - SES-AM e a FUNDAÇÃO NILTON LINS, cujo objeto é a conjugação de recursos para contratação de profissionais, visando assegurar a continuidade das ações promovidas pelo Instituto, em SUBSTITUIÇÃO à servidora ANNE KAROLYNE FERREIRA DA COSTA, a contar de 29/05/2026. **CIENTIFIQUE-SE**, **CUMPRA-SE**, **ANOTE-SE E PUBLIQUE-SE. GABINETE DO SECRETÁRIO EXECUTIVO**. Manaus, 10 de junho de 2026.

PEDRO GUILHERME GIOIA DE MORAES
Secretário Executivo

Protocolo 275946

***PORTARIA Nº 011/2026-CEMA**

A ORDENADORA DE DESPESAS DA CEMA, no uso de suas atribuições legais, e **CONSIDERANDO** que o art. 75, inc. VIII da Lei nº 14.133 de Abril de 2021, preceitua ser dispensável a licitação nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 1 (UM) ano, contado da data de ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos e a recontratação da empresa já contratada com base no disposto neste inciso;

CONSIDERANDO, finalmente o que consta do processo n° **01.01.017130.003461/2025-70SIGED - DLE2.83/2025**;

RESOLVE:

I - DECLARAR dispensável o procedimento licitatório, nos termos do art. 75, inciso VIII, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e no art. 157 do Decreto Estadual nº. 47.133, de 10 de março de 2023, visando à Aquisição pelo menor preço por Item, de Material Hospitalar para atender demanda judicial processo de **nº 0408753-50.2024.8.04.0001**, **em favor de JOÃO LUCAS SANTOS DE BARROS**, **pelas empresas JUPITER DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA (CNPJ 05.793.185/0001-52)** e **OCS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (CNPJ 05.390.782/0001-36).**

II - ADJUDICAR os objetos da dispensa em questão pelo valor global **R$ 146.447,28 (CENTO E QUARENTA E SEIS MIL QUATROCENTOS E QUARENTA E SETE REAIS E VINTE E OITO CENTAVOS)**; à consideração do Coordenador - CEMA, para ratificação.

CIENTIFIQUE-SE, CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE.

GABINETE DA ORDENADORA DE DESPESAS DA CEMA, em Manaus, 17 de junho de 2026.

GABINETE DO (A) COORDENADOR (A) DA CEMA, em Manaus, 17 de junho de 2026.

*Republicada por haver saído com incorreção no DOE do dia 08 de Junho de 2026, Protocolo 274328.

MARIA DO SOCORRO FREIRE DA SILVA
Ordenador de Despesa

RATIFICO, a decisão supra, nos termos do art. 152, inc. II do Decreto Estadual nº 47.133, de 10 de Março de 2023, de acordo com as disposições acima citadas.

HERBENYA SILVA PEIXOTO
Coordenadora da Central de Medicamentos

Protocolo 275930

Secretaria de Estado de Administração e Gestão - SEAD

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
CITAÇÃO COM PRAZO DE 15 DIAS

De ordem da Senhora Presidente da Comissão de Regime Disciplinar-CRD, faço saber que está correndo em termos legais, os autos em desfavores dos seguintes servidores: **SEFORA DA SILVA BELEM, auxiliar de serviços gerais, matrícula Nº 161.945-4A - SEDUC - (PAD Nº 0090/2025-CRD)**; **JEAN PIERRE MANIKAM, merendeiro, matrícula Nº 187.442-0A-SEDUC-(PAD Nº 0106/2025 - CRD)**; **DEUZENIR ALVES DE ARAUJO**, **merendeiro, matrícula Nº 184.460-1A - SEDUC - (PAD Nº 0096/2025-CRD)**; **RUAM STAYNE BATALHA BASTOS, agente administrativo, matrícula Nº 240.580-6A - SES/AM - (PAD. Nº 0114/2024-CRD)**; **MARIA LELIA DA SILVA, auxiliar de serviços gerais, matrícula Nº 161.887-3A - SEDUC - (PAD. Nº 0100/2025-CRD)**; que não foram localizados nos endereços constantes nos autos, ficam pelo presente **EDITAL**, citados para no prazo de **15 (quinze)** dias, sob pena de revelia, comparecerem perante esta Comissão, instalada no prédio da Secretaria de Administração e Gestão - SEAD, sito a Avenida Constelação, nº 30, Quadra: 27 Conjunto Morada do Sol - Aleixo, a fim de responderem sobre a falta que lhe são imputadas, nos termos da Lei nº. 1762/86 - ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS CIVIS DO ESTADO DO AMAZONAS, a ser publicado no diário Oficial do Estado das amazonas, **por 03 (três) dias consecutivos**.

OCIMAR PIRES DE SOUZA
Secretário da Comissão de Regime Disciplinar

Protocolo 275371

Secretaria de Estado de Educação e Desporto Escolar- SEDUC

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 57/2022

DATA DA ASSINATURA: 12.06.2026. **PARTES CONTRATANTES:** O Estado do Amazonas, através da Secretaria de Estado de Educação e Desporto Escolar e, do outro lado, a empresa **PS SERVIÇOS DE CONSTRUÇÕES LTDA. OBJETO:** Prorrogação de prazo por mais **doze (12) meses**, contados de **14.06.2026 até 14.06.2027** para dar continuidade aos serviços em manutenção, instalação, avaliação e elaboração de laudo técnico de aparelhos de ar-condicionado para atender as necessidades das Unidades Educacionais da Capital e Interior, pertencentes à Secretaria de Educação e Desporto Escolar do Amazonas, Lotes 01 e 03, em atendimento ao Memo. n°. 064/2026-NGCC, Projeto Básico e Parecer n°. 2.653/2026-ASSJUR, partes integrantes do ajuste. **VALOR: R$ 14.583.778,70** (quatorze milhões, quinhentos e oitenta e três mil, setecentos e setenta e oito reais e setenta centavos). **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária: **028101**; Programa de Trabalho: **12.361.3283.2550.0011, 12.362.3283.2554.0011, 12.361.3283.2550.0001, 12.362.3283.2554.0001 e 12.122.0001.2001.0001**; Natureza da Despesa: **33903917. FUNDAMENTO DO ATO: Processo Administrativo nº. 01.01.028101.012222/2026-56.**

JANDER DE LIMA LASMAR
Secretário de Estado de Educação e Desporto Escolar

Protocolo 275846

PORTARIA GS Nº 597, DE 15 DE JUNHO DE 2026.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E DESPORTO ESCOLAR, no uso de suas atribuições,

CONSIDERANDO o art. 74, inciso I, da Lei Federal n°14.133, de abril de 2021, é inexigível a licitação quando inviável a competição;

CONSIDERANDO o teor do **Processo n° 01.01.028101.017134/2024-89-SIGED/SEDUC.**

RESOLVE:

I. DECLARAR INEXIGÍVEL o procedimento licitatório nos termos do art. 74, inciso I, da Lei n°14.133, de abril de 2021, contratação de empresa especializada em serviços de distribuição de água e esgoto, destinado a atender as escolas estaduais e unidades administrativas localizadas na capital do estado do Amazonas, pertencentes à Secretaria de Estado de Educação e Desporto Escolar/SEDUC.

II. ADJUDICAR o objeto licitado, à empresa **MANAUS AMBIENTAL S/A**, CNPJ 03.264.927/0001-27, com valor total de R$ 36.000.000,00 (Trinta e Seis Milhões de Reais), por um período de 60 (sessenta) meses.

CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Manaus, 15 de junho 2026.

JANDER DE LIMA LASMAR
Secretário de Estado de Educação e Desporto Escolar

Protocolo 275869

PORTARIA GS Nº 550, de 11 DE JUNHO DE 2026.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E DESPORTO ESCOLAR, no uso de suas atribuições,

CONSIDERANDO a edição da Lei nº 3.301, de 08 de outubro de 2008, que dispõe sobre o vencimento e disciplina a concessão da Gratificação de Atividades Técnico-Administrativas-GATA dos servidores do Poder Executivo Estadual, ocupantes de cargos de provimento em comissão;

CONSIDERANDO a edição da Lei nº 5.498, de 15 de junho de 2021, que regulamenta a concessão da Gratificação de Atividades Técnico-

-Administrativas aos servidores do Poder Executivo Estadual, ocupantes de cargos de provimento efetivo e em comissão;
CONSIDERANDO o que consta no Decreto de 03 de junho de 2026, publicado no Diário Oficial do Estado, em edição de mesma data;
CONSIDERANDO o teor do **MEMO Nº 084/2026-GEFOP/SEDUC/SIGED**,
RESOLVE:
ATRIBUIR a Gratificação de Atividade Técnico-Administrativa ao servidor do Poder Executivo Estadual, ocupante de cargo de provimento em comissão, especificados no quadro abaixo, nos valores fixados para os respectivos níveis da tabela constante da Lei nº 3.301, de 08 de outubro de 2008.

Nome	Cargo/Simb.	Nível	A contar
RUAN DOUGLAS CIRIACO JUCÁ	ASSESSOR II, AD-2	14	25/05/2026

CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Manaus, 11 de junho de 2026.

JANDER DE LIMA LASMAR
Secretário de Estado de Educação e Desporto Escolar

ROBSON TOGNI DE ALMEIDA
Secretário de Estado de Administração e Gestão

Protocolo 275872

PORTARIA GS N° 601, DE 16 DE JUNHO DE 2026
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E DESPORTO ESCOLAR, no uso das atribuições legais;
CONSIDERANDO o pedido de pagamento relativo à prestação de serviço da empresa especializada para execução de serviços de água e saneamento básico, constante nos autos do Processo nº 01.01.028101.023782/2026-36/SEDUC/SIGED; Processo juntado nº 01.01.028101.004512/2021-11/SEDUC/SIGED; tendo como interessada a Empresa COHASB/Companhia Humaitaense de Águas e Saneamento Básico, CNPJ nº 05.610.079/0001-96.
CONSIDERANDO a necessidade de compor comissão para conduzir o processo administrativo, além de analisar os fatos e circunstâncias, de acordo com o que determina o art. 158, da Lei 14.133/2021, como nos casos da realização de despesas sem prévio empenho, vedada pelo artigo 60 da Lei 4.320/1960;
CONSIDERANDO a necessidade de instauração de processo administrativo, com os fins de apurar a responsabilidade de quem supostamente tenha dado causa à prestação de serviços ou fornecimento de bens, sem a devida cobertura contratual, como determina o artigo 277 do Decreto nº 47.133/23, que converge com o teor dos artigos 6º, 7º e 8º da Instrução Normativa CGE/AM nº 02/2024, que define diretrizes e instrui procedimentos para os pagamentos, no âmbito da Administração Pública;
CONSIDERANDO as sanções previstas no artigo 149, caput, e artigo 155, incisos IV, IX e X, da Lei 14.133/2021, tal como a estabelecida no artigo 6º da supracitada Instrução Normativa;
RESOLVE:
I. INSTAURAR procedimento administrativo para apurar a responsabilidade dos envolvidos em possível reconhecimento de dívida referente a prestação de serviços de água e saneamento básico para o total de 6.926,36 (seis mil, novecentos e vinte e seis reais e trinta e seis centavos), correspondente aos períodos a seguir mencionados respectivamente: dos meses de junho a dezembro de 2015, e possíveis danos causados à Administração Pública, assegurando aos interessados o direito constitucional ao contraditório e à ampla defesa, nos termos do art. 5º, LV da Constituição Federal;
II. DESIGNAR os servidores **Davi da Silva Macedo**, matrícula funcional 223412-2A, **Eneida Alessandra Carvalho de Albuquerque**, matrícula funcional 166.859-5B e **Anabel Georgia Teixeira Muller**, matrícula funcional 223358-4A, sob a presidência do primeiro para a condução do feito;
III. INSTRUIR os servidores para, quando houver necessidade de conhecimento técnico-jurídico, encaminhar os autos ao setor correspondente para manifestação, em até 05 (cinco) dias antes da emissão do relatório final, e que se adotem todas as medidas legais necessárias para resolução do feito, observados os princípios e normas que regem o processo administrativo;
IV. DETERMINAR o prazo de 90 (noventa) dias para apresentação de relatório conclusivo;
V. ESTA PORTARIA entra em vigor na data de sua publicação.
CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Manaus, 16 de junho de 2026.

JANDER DE LIMA LASMAR
Secretário de Estado de Educação e Desporto Escolar

Protocolo 275876

PORTARIA GS N° 600, DE 16 DE JUNHO DE 2026
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E DESPORTO ESCOLAR, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO o disposto na Portaria GS nº 579, de 06/06/2025, publicada no Diário Oficial do Estado na mesma data, que dispõe sobre os critérios e procedimentos a serem observados para o provimento da função de Diretor Escolar da Rede Estadual de Ensino do Amazonas, com base em critérios de mérito e desempenho;
CONSIDERANDO o disposto no art. 12, parágrafo único, da Portaria supracitada, que prevê a realização de Processo Seletivo Interno pela Secretaria de Estado de Educação e Desporto Escolar - SEDUC na hipótese de ausência ou esgotamento de candidatos aprovados, após a adoção de todos os procedimentos de convocação previstos;
CONSIDERANDO o teor do **Processo n° 01.01.028101.023259/2026-00-SEDUC/SIGED** e o **MEMO N° 290/2026-DEGESC/SEDUC/SIGED**,
RESOLVE
DESIGNAR para a função de Diretor(a) Escolar da **Escola Estadual Professor Djalma da Cunha Batista**, (Simbologia FAEI-1), da Coordenadoria Distrital de Educação CDE 02, do município de Manaus, o(a) servidor(a) **RENATO DA SILVA REIS**, PROFESSOR PF20.ESP-III/PROFESSOR PF20.ESP-III, matrícula nº 128743-5B/C, a contar de 03/06/2026.
CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Manaus, 16 de junho de 2026.

JANDER DE LIMA LASMAR
Secretário de Estado de Educação e Desporto Escolar

Protocolo 275879

PORTARIA GS Nº 603, 15 DE JUNHO DE 2026.
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E DESPORTO ESCOLAR, no uso das atribuições legais;
CONSIDERANDO a necessidade de dar continuidade aos trabalhos e de analisar acuradamente os elementos em relação ao processo nº **01.01.028101.000094/2026-06-SEDUC/SIGED (Processo juntado nº 01.01.028101.035042/2022-19-SEDUC/SIGED**, tendo como interessada Serviço **Autônomo de Água e Esgoto-SAAE/Parintins/AM, CNPJ nº 04.597.340/0001-00,**
RESOLVE:
PRORROGAR, **a contar de 13/04/2026**, por mais 90 (noventa) dias, os efeitos da **Portaria GSE nº 029**, **de 09/01/2026**, publicada no Diário Oficial do Estado, de 13/01/2026, objetivando a conclusão dos trabalhos, em virtude das dificuldades enfrentadas para notificação das partes interessadas.
CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Manaus, 15 de junho de 2026.

JANDER DE LIMA LASMAR
Secretário de Estado de Educação e Desporto Escolar

Protocolo 275882

PORTARIA GS Nº 604, DE 16 DE JUNHO 2026.
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E DESPORTO ESCOLAR, no uso de suas atribuições,
CONSIDERANDO a necessidade de publicação de ato de admissão com efeitos retroativos ao período da prestação do serviço;
CONSIDERANDO o determinado no art. 6º, XII, da Resolução nº 02/2014- TCE/AM;
CONSIDERANDO a manifestação da Procuradoria Geral do Estado, por meio do Parecer nº 38/17-PPT/PGE,
RESOLVE:
CONVALIDAR, nos termos do art. 55 da Lei nº 2.794, de 06 de maio de 2003, o ato de admissão para fins de regularização funcional, sem ônus atual para a Secretaria de Estado de Educação e Desporto Escolar, do (a) servidor (a), conforme abaixo:
PROCESSO Nº 01.01.028101.022942/2026-20-SEDUC/SIGED
GILBERTO VITAL, cargo PROFESSOR, matrícula nº 012.233-5A, município de São Gabriel da Cachoeira/AM, com datas retroativas aos períodos de 01/11/1999 a 31/12/1999 e de 01/03/2000 a 30/06/2000.
CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Manaus, 16 de junho de 2026.

JANDER DE LIMA LASMAR
Secretário de Estado de Educação e Desporto Escolar

Protocolo 275885

RESENHA DAS AUTORIZAÇÕES DE DESLOCAMENTOS DOS SERVIDORES, CONFORME MEMO Nº 075/2026-GTRANS/SEDUC/SIGED, O SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E DESPORTO ESCOLAR, no uso de suas atribuições.

Nome/Cargo: Júlio César Soares Caxias/Colaborador. Destino/Período: Mao/Parintins/Mao/09 de junho a 01 de julho de 2026.**Objetivo:** Acompanhar as manutenções nas Escolas Estaduais no município de Parintins. **Nome/Cargo:1. Jezanias Rosa de Souza/Professor**. **Nome/Cargo: 2. Diego Pacheco Sobrinho/Assessor. Destino/Período:** Mao/Codajás/Coari/Mao/14 a 23 de junho de 2026. **Objetivo:** Realizar visita técnica de acompanhamento e fiscalização da alimentação escolar no âmbito SEDUC/PNAE/FNDE. **Nome/Cargo: 1. Maria Rosa Fonseca Soares/Merendeira**. **Nome/Cargo: 2. Ronaldo Dias Anselmo/Assessor. Destino/Período:** Mao/Parintins/Mao/15 a 30 de junho de 2026. **Objetivo:** Realizar a coordenação e o acompanhamento dos serviços de apoio ao Festival Folclórico de 2026. **Nome/Cargo: Gleicyanne Oliveira de Souza Portela/Assistente Técnico. Destino/Período:** Mao/Parintins/Mao/20 a 29 de junho de 2026. **Objetivo:** Acompanhar as manutenções nas Escolas Estaduais no município de Parintins. **Nome/Cargo: Rosania Maria Soares Viana/Professora. Destino/Período:** Mao/Parintins/Mao/22 a 30 de junho de 2026.**Objetivo:** Realizar a coordenação geral e o acompanhamento dos serviços de apoio ao Festival Folclórico de 2026. **Nome/Cargo. Adriana Albuquerque Fonseca/Assessora. Destino/Período:** Mao/Parintins/Mao/24 a 29 de junho de 2026.**Objetivo:** Coordenar e Acompanhar o Cerimonial para os preparativos de entrega de Escolas de Revitalização com ações Educacionais, com a presença do Exmo. Governador e do Secretário de Educação. **Nome/Cargo: 1. Maria de Nazaré Santos Vieira/Assessora. Nome/Cargo: 2. Rafaela Karen Batista de Oliveira/Assessora. Destino/Período:** Mao/Parintins/Mao/27 de junho a 04 de julho de 2026.**Objetivo:** Realização de visita técnica administrativa à Coordenadoria Regional de Educação e Escolas Estaduais no Município de Parintins-AM, além de participação em ações governamentais. **Nome/Cargo. Elinaldo Braga de Almeida/Colaborador. Destino/Período:** Mao/Tefé/Alvarães/Tefé/Mao/30 de junho a 04 de julho de 2026.**Objetivo:** Realizar visita técnica a fim de executar serviços de manutenção em equipamentos de informática e infraestrutura de rede nas Escolas.

CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Manaus, 16 de junho 2026.

JANDER DE LIMA LASMAR
Secretário de Estado de Educação e Desporto Escolar

Protocolo 275886

PORTARIA GS Nº 583, DE 15 DE JUNHO DE 2026.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E DESPORTO ESCOLAR, no uso de suas atribuições,

CONSIDERANDO o teor do **Processo nº 01.01.028101.022263/2026-50 / SEDUC/SIGED** e do **Laudo Médico nº 341759/2026,**

RESOLVE:

I. READAPTAR Definitivamente, nos termos do art. 32 e Parágrafo Único da Lei nº 1778/87, o(a) servidor(a) **SORAYA FERREIRA FERNANDES DE OLIVEIRA**, PROFESSOR PF40.LPL-IV, matrícula nº 172635-8C, lotada no Anexo da Escola Estadual Elias Novoa Alvarez /Iranduba, turno matutino e vespertino na função AUX. BIBLIOTECA, a contar de 13/05/2026;

II. DETERMINAR ao Departamento de Gestão de Pessoas/Gerência de Lotação que atribua ao(à) professor(a) as atividades, conforme estabelecido no art. 4º e seus parágrafos, da Portaria nº 017, de 09 de janeiro de 1987.

CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Manaus, 15 de junho 2026.

JANDER DE LIMA LASMAR
Secretário de Estado de Educação e Desporto Escolar

Protocolo 275887

PORTARIA CEE/AM N. º 018 DE 15 DE JUNHO DE 2026.

O PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO AMAZONAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas;

CONSIDERANDO o §1° do artigo 2° do Regimente Interno do Conselho Estadual de Educação do Amazonas,

RESOLVE:

I. Delegar à Conselheira Darci Martins Neves para exercer a função de Presidente Substituta do Conselho Estadual de Educação do Amazonas, a contar de 12 de maio de 2026, em casos de ausência e impedimentos do Titular da pasta, bem como, exercer as atribuições constantes no artigo 7° do Regimento Geral do CEE/AM, publicado no Diário Oficial do Estado do Amazonas de 18/06/1997, a saber:

"I - convocar e presidir as reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho;
II - aprovar a pauta de cada reunião;
III - dirigir a discussão, concedendo a palavra aos Conselheiros, coordenando os debates e neles intervindo para esclarecimentos;
IV - resolver as questões de ordem;
V - definir a matéria objeto de votação;
VI - impedir debates durante o período de votação;
VII - exercer, nas reuniões plenárias, o direito do voto simples, se relator, e o de qualidade, nos casos de empate;
VIII - avocar processos e qualquer órgão do Conselho;
IX - constituir as Câmaras e Comissões, ouvido o Plenário;
X - superintender os serviços administrativos do Conselho, provendo o seu regular, funcionamento e providenciando os recursos necessários para atender aos seus serviços;
XI - promover a execução e o controle orçamentário do Conselho;
XII - designar o Secretário Executivo e funcionários para o desempenho de encargos sociais;
XVIII - autorizar a realização de estudos técnicos, cuja execução tenha sido indicada pelo Plenário;
XIV - assinar as Resoluções do Conselho e os Pareceres aprovados pelo Colegiado;
XV - distribuir às Câmaras e Comissões as matérias de suas respectivas competências;
XVI - representar o Colegiado ou delegar sua representação;
XVII - manter intercâmbio com o Conselho Nacional de Educação, Conselhos Estaduais e congêneres;
XVIII - comunicar às autoridades competentes as decisões do Conselho e encaminhar- lhes as deliberações e pareceres que reclamem ulteriores providências;
XIX - tomar decisões; ad referendum do Conselho, durante os meses de recesso;
XX - deliberar sobre outras matérias que lhe foram submetidas, no limite de sua competência."

II. Revogar a Portaria n.º 014/2026-CEE/AM, de 12 de maio de 2026, publicada no Diário Oficial do Estado do Amazonas de 19/05/2026, págs. 03 e 04, Poder Executivo-Seção II.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO AMAZONAS, em Manaus, 15 de junho de 2026.

JANDER DE LIMA LASMAR
Presidente do Conselho Estadual de Educação

Protocolo 275915

Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa - SEC

RESULTADO FINAL DA HABILITAÇÃO DOCUMENTAL

O PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA, no uso de suas atribuições legais, torna público a publicação do **RESULTADO FINAL DA HABILITAÇÃO DOCUMENTAL DOS PROJETOS APRESENTADOS REFERENTES AO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2026 - FEC - PONTOS DE CULTURA**. A íntegra do Edital e seus anexos está disponível desde a data no site https://pnab.cultura.am.gov.br/ **CIENTIFIQUE-SE, CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE**. Manaus, 16/06/2026.

CAIO ANDRÉ PINHEIRO DE OLIVEIRA
Secretário de Estado de Cultura e Economia Criativa

Protocolo 275947

AVISO DE EDITAL

O PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA, no uso de suas atribuições legais, torna público a publicação do **EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2026 - FEC - PONTOS DE CULTURA** em 11.02.2026. A íntegra do Edital e seus anexos está disponível desde a data no site https://pnab.cultura.am.gov.br/. **CIENTIFIQUE-SE, CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE.** Manaus, 16/06/2026.

CAIO ANDRÉ PINHEIRO DE OLIVEIRA
Secretário de Estado de Cultura e Economia Criativa

Protocolo 275948

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 07/2025

O PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste divulgar o **RESULTADO FINAL DA FASE HABILITAÇÃO DOCUMENTAL DOS SUPLENTES CONVOCADOS DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 07/2025 -TERRITÓRIO CRIATIVO**, Todas as informações correspondentes aos

documentos apresentados estão disponíveis através da plataforma https://pnab.cultura.com.br/. **CIENTIFIQUE-SE**, **PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE**. Manaus, 16.06.2026.

CAIO ANDRÉ PINHEIRO DE OLIVEIRA
Secretário de Estado de Cultura e Economia Criativa

Protocolo 275949

TERMOS DE EXECUÇÃO CULTURAL DO EDITAL Nº 07/2025-FEC
Data: 28.04.2026. Concedente: Estado do Amazonas/FEC. Valor Global: R$ 3.000.000,00 (três milhões de reais). UO: 20701, PT: 13.392.3303.2812.0001, ND: 33604501, FT: 2.719.2250.0000.0000, NE nº 2026NE0000002 em 28.04.2026, no valor de R$ 900.000,00 (novecentos mil reais). UO: 20701, PT: 13.392.3303.2812.0001, ND: 33903101, FT: 2.719.2250.0000.0000, NE nº 2026NE0000003 em 28.04.2026, no valor de R$ 2.100.000,00 (dois milhões e cem mil reais). Proc. n° 01.01.020701.000344/2025-48-FEC. TEC Nº 10/2026-FEC. Proponente: Instituto Novos Lideres do Amazonas. Representante: Gabriel de Souza Mendes. Objeto: EducaSamba - Sons da Comunidade / 4213. Valor: R$ 300.000,00 (trezentos mil reais). Vigência: 12 (doze) meses a conta da assinatura do termo. Manaus, 16.06.2026.

CAIO ANDRÉ PINHEIRO DE OLIVEIRA
Secretário de Estado de Cultura e Economia Criativa

Protocolo 275950

ALTERAÇÃO DE EDITAL
O PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA, no uso de suas atribuições legais, torna-se pública a **1ª RETIFICAÇÃO do EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 09/2025 - MULTILINGUAGENS - FEC**. O edital e suas retificações encontram-se disponíveis no site https://pnab.cultura.am.gov.br/. **CIENTIFIQUE-SE**, **PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.** Manaus, 16.06.2026.

CAIO ANDRÉ PINHEIRO DE OLIVEIRA
Secretário de Estado de Cultura e Economia Criativa

Protocolo 275951

TERMO DE FOMENTO Nº 06/2026-SEC
Data: 16.06.2026. Partes: Estado do Amazonas/SEC e Instituto Cultural De Desporto E Lazer Do Estado Do Amazonas - ICDLAM. CNPJ nº 14.548.156./0001-16. Objeto: Apoio Financeiro, por meio da Emenda Parlamentar Individual nº 028/2026, para apoio ao Festival De Verão na zona leste, nas dependências do Liga Desportiva Municipal Do Nova Floresta, a ser realizado nos dias 02 a 05 de Julho de 2026. Valor Global: R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais); UO: 20101, PT: 13.122.3310.2773.0011, ND: 33504199, FT: 1.501.1606.0226.0000, NE nº 2026NE000375, emitida em 16/06/2026, no valor de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais). Prazo: 16.06.2026 a 16.07.2026. Fiscal: José Rodrigo Alves Travessa, Mat: 272.300-0 A, Proc. nº 01.01.020101.002324/2026-51-SEC. Manaus, 16.06.2026.

CAIO ANDRÉ PINHEIRO DE OLIVEIRA
Secretário de Estado de Cultura e Economia Criativa

Protocolo 275953

TERMO DE DENÚNCIA AO CONTRATO DE GESTÃO Nº 38/2026-SEC
Data: 03.06.2026. Partes: Estado do Amazonas/SEC e a Agência Amazonense de Desenvolvimento Cultural-AADC. CNPJ nº 13.659.617/0001-65. Objeto: Fica denunciado e sem qualquer efeito legal, o Contrato de Gestão nº 38/2026-SEC, originalmente celebrado entre as partes, em razão do não cumprimento da Cláusula Nona - Dos Recursos Orçamentários e Financeiros, inviabilizando a execução do objeto contratado dentro do prazo previsto. Fundamentação Legal: PARECER Nº 340/2026/SEC/DECOF/ASJUR. Proc. n.º 01.01.020101.004940/2026-47. Manaus, 16.06.2026.

CAIO ANDRÉ PINHEIRO DE OLIVEIRA
Secretário de Estado de Cultura e Economia Criativa

Protocolo 275959

CONTRATO DE GESTÃO Nº 52/2026-SEC
Data: 16.06.2026. Partes: Estado do Amazonas/SEC e a Agência Amazonense de Desenvolvimento Cultural-AADC. CNPJ nº 13.659.617/0001-65. Objeto: Apoio financeiro por meio de Emenda Parlamentar de Bancada (Bancada: UNIÃO BRASIL) nº 013/2026, para formalização do Contrato de Gestão "Folclore Popular" a ser realizado no mês de junho, na capital de Manaus e no município de Caapiranga, interior do Estado do Amazonas. Valor Global: R$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais). UO: 20101, FT: 1.501.1606.0227.0000; PT: 13.122.3310.2793.0001, ND: 33508599, NE nº 2026NE0000373, emitida em 16/06/2026, no valor de R$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais). Prazo: 16.06.2026 a 16.09.2026. Fiscal: João Paulo Fredorme Souza Bentes. Mat: 274.192-0 A, Proc. nº 01.01.020101. 004099/2026-98 -SEC. Manaus, 16.06.2026.

CAIO ANDRÉ PINHEIRO DE OLIVEIRA
Secretário de Estado de Cultura e Economia Criativa

Protocolo 275960

142º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE GESTÃO Nº 06/2023-SEC
Data: 17.06.2026. Partes: Estado do Amazonas/SEC e a Agência Amazonense de Desenvolvimento Cultural-AADC. CNPJ nº 13.659.617/0001-65. Objeto: Termo aditivo de suplementação financeira do Contrato de Gestão nº 06/2023 "Eventos Artísticos e Culturais", que acontecerão na Capital e Interior do Estado do Amazonas, no período de Junho de 2026 a janeiro de 2027. Valor Global: R$ 5.550.000,00 (cinco milhões, quinhentos e cinquenta mil de reais). UO: 20101, FT: 1.501.1190.0000.0000; PT: 13.392.3303.2449.0001, ND: 33508599, NE nº 2026NE0000378, emitida em 17/06/2026, no valor de R$ 5.550.000,00 (cinco milhões, quinhentos e cinquenta mil de reais). Proc. n.º 01.01.020101.005551/2026-39 -SEC. Manaus, 17.06.2026.

CAIO ANDRÉ PINHEIRO DE OLIVEIRA
Secretário de Estado de Cultura e Economia Criativa

Protocolo 275974

CONTRATO DE GESTÃO Nº 02/2026-FEC
Data: 17.06.2026. Partes: Estado do Amazonas/SEC e a Agência Amazonense de Desenvolvimento Cultural-AADC. CNPJ nº 13.659.617/0001-65. Objeto: Formalização do Contrato de Gestão "RAÍZES DA AMAZÔNIA", observando o cumprimento de sua finalidade básica quanto formação, articulação e suporte técnico voltada aos agentes culturais, por intermédio do Fundo Estadual de Cultura - FEC e Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa - SEC em parceria com a Agência Amazonense Desenvolvimento Cultural - AADC, no período de junho a Setembro 2026. Valor Global: R$ 15.443.400,00 (Quinze milhões, Quatrocentos e Quarenta e Três Mil e Quatrocentos Reais). UO: 20701, FT: 1.759.111.0.0000.0000; Programa de Trabalho: 13.392.3303.2083.0007, Natureza da Despesa: 33508599, Nota de Empenho nº 2026NE0000013, emitida em 17.06.2026, no valor de R$ 15.443.400,00 (Quinze Milhões, Quatrocentos e Quarenta e Três Mil e Quatrocentos Reais). Prazo: 17.06.2026 a 17.09.2026. Fiscal: José Castelo do Nascimento. Mat: 050.055-0 C, Proc. nº 01.01.020101.00017 2/2026-93-FEC. Manaus, 17.06.2026.

CAIO ANDRÉ PINHEIRO DE OLIVEIRA
Secretário de Estado de Cultura e Economia Criativa

Protocolo 275975

Secretaria de Estado de Segurança Pública - SSP

EXTRATO
ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 023/2025-SSP; **DATA DA ASSINATURA:** 16/06/2026; **PARTES CONTRATANTES**: Estado do Amazonas, por intermédio da Secretaria de Estado de Segurança Pública, e a empresa **RARSS RESTAURANTE LTDA**; **OBJETO**: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato n.º 023/2025-SSP, para prorrogação de vigência por 12 (doze) meses, bem como a supressão em 35,981% ao valor do Contrato primitivo; **VIGÊNCIA:** A vigência deste Termo Aditivo é de 12 (doze) meses, a contar de 16/06/2026 a 16/06/2027; **VALOR TOTAL**: R$ 226.361,60 (Duzentos e vinte e seis mil, trezentos e sessenta e um reais e sessenta centavos); **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DO EMPENHO**: Unidade Orçamentária: 022101; Programa de Trabalho: 06.122.0001.2643.0001; Fonte de Recurso: 1.501.1600.0000.0000; Natureza da Despesa: 33903941; tendo sido emitidas, em 15/06/2026, as Nota de Empenho 2026NE0000945, no valor de R$ 226.361,60 (Duzentos e vinte e seis mil, trezentos e sessenta e um reais e sessenta centavos). **DO FUNDAMENTO JURÍDICO**: art. 107 da Lei nº 14.133/2021, art. 125 da Lei nº 14.133/2021. **Gabinete do Secretário de Estado de Segurança Pública,** Manaus-AM,16 de junho de 2026.

CORONEL QOPM. ANÉZIO BRITO DE PAIVA
Secretário de Estado de Segurança Pública

Protocolo 275903

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE SEGURANÇA PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE** autorizar a concessão de adiantamento ao(s) servidor(es) de acordo com o artigo 6º, inciso I, do Decreto 51.352, de 13.03.2025
PORTARIA Nº 0029/2026 - GSE
I - DENIS CAETANO GOMES CAVALCANTE
VALOR: R$ 5.200,00 (cinco mil e duzentos reais); 33903089 - 5.200,00.
APLICAÇÃO: 30 dias PRESTAÇÃO DE CONTAS: 30 dias

Manaus, 17 de junho de 2026

CORONEL QOPM. ANÉZIO BRITO DE PAIVA
Secretário Executivo de Segurança Pública

Protocolo 275877

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE SEGURANÇA PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE** autorizar a concessão de adiantamento ao(s) servidor(es) de acordo com o artigo 6º, inciso I, do Decreto 42.655, de 21.08.2020
PORTARIA Nº 0030/2026 - GSE
I - MARIA KAROLYNE ALEGRIA PAZ
VALOR: R$ 5.200,00 (cinco mil e duzentos reais); 33903089 - 5.200,00.
APLICAÇÃO: 30 dias PRESTAÇÃO DE CONTAS: 30 dias

Manaus, 17 de junho de 2026

CORONEL QOPM. ANÉZIO BRITO DE PAIVA
Secretário Executivo de Segurança Pública

Protocolo 275940

Secretaria de Estado de Infraestrutura - SEINFRA

EXTRATO DA PORTARIA/FIDEAM/GDP/N.º 00090/2026
ESPÉCIE: Destaque de Crédito Orçamentário em favor da: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Metropolitano - SEDURB; VALOR: R$ 50.000,00; OBJETO: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de kit de tratamento de água para atender as necessidades da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Metropolitano - SEDURB; NOTA DE CRÉDITO N. 015/2026; PROCESSO N. 01.01.025704.000087 /2026-19.

CARLOS HENRIQUE DOS REIS LIMA
Secretário de Estado de Infraestrutura

Protocolo 275956

PORTARIA/SEINFRA/GS/N.00379/2026
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais;
RESOLVE:
AUTORIZAR o desconto das faltas não justificadas dos servidores abaixo

Servidor (a)	Matrícula	Dias de Faltas	Atrasos	Total de Faltas
Ayrton Augusto Fonseca da Silva	260.084-6 B	5, 20 e 25/05/2026		3
Douglas Galvão Monteiro Junior	255.470-4 B	04/05/2026		1
Fernando Thiago França Rocha	255.472-0 A	7 e 27/05/2026	4, 20, 28 e 29/05/2026	3
Gisele Simone Lima Cerf Levy	265.655-8 A		4, 5, 6, 7, 8, 12, 14 e 18/05/2026	2
Jordy Jorge de Oliveira Correa	276.460-1 A	19/05/2026		1
Kemilly Vitória Alves Marinho	265.427-0 A	18/05/2026		1
Mario Rodrigues Monteiro Junior	207.941-0 D		11, 12, 13, 14, 18, 22, 27 e 28/05/2026	2
Thaís Campos Sampaio Vieiralves	244.576-0 C		5, 6, 7, 14, 15, 20, 21 e 22/05/2026	2

Manaus, 17 de junho de 2026

CARLOS HENRIQUE DOS REIS LIMA
Secretário de Estado de Infraestrutura

Protocolo 275958

Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania - SEJUSC

RESENHA DE AUTORIZAÇÃO DE DESLOCAMENTO
Conforme o Inciso II, Art. 16º do Decreto Nº. 40.691, de 16 de maio de 2019.
Órgão De Origem: SEJUSC/AM
Nome, cargo, destino, período e objetivo: **LILIAN DA SILVA GOMES MELO**, **SECRETÁRIA EXECUTIVA** - (MANAUS - AM / PARINTINS - MANAUS - AM no período de 23.06 a 29.06.2026) - o servidor irá se deslocar com a finalidade contribuir com os órgãos públicos ou instituições da sociedade civil na fiscalização do cumprimento das normas de proteção aos direitos das mulheres durante o festival folclórico de Parintins. **Referência ao processo n° 01.01.021101.009219/2026-06.**

JUSSARA PEDROSA CELESTINO DA COSTA
Secretária de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania

Protocolo 275852

PORTARIA Nº 57/2026 - GSEJUSC
A Secretária de Justiça, **Direitos Humanos e Cidadania** - **SEJUSC**, no uso das suas atribuições legais, e **CONSIDERANDO** o teor do Memorando nº 149/2026 - SECID/SEJUSC e do Processo SIGED nº 01.01.021101.007969/2026-43, que comunica o furto de 01 (um) notebook, marca Samsung, nas dependências do PAC Compensa; **CONSIDERANDO** a observância estrita às disposições da Constituição Federal de 1988, especialmente seus princípios administrativos previstos no art. 37; **CONSIDERANDO** o dever que a Administração Pública possui de apurar minuciosamente todas as irregularidades e ilegalidades ocorridas em seu âmbito; **CONSIDERANDO** os termos dos arts. 175 a 178 da Lei Estadual nº 1.762/1986; **RESOLVE: I** - **INSTITUIR** Comissão de Sindicância para realizar a apuração inicial dos fatos relativos ao furto de 01 (um) notebook, nas dependências do PAC Compensa, a ser composta pelos seguintes membros/servidores: **SÍLVIA CHRISTINA LIMA DE MATOS** - Presidente; **RONEI FLEURY DA SILVA** - Membro; **MANUEL MAGALHAES BANDEIRA** - Membro; **II** - **ESTABELECER** o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da publicação desta Portaria, para que a Comissão apresente relatório conclusivo, podendo tal prazo ser prorrogado, mediante justificativa e anuência da Secretária Titular. Registre-se, Publique-se e Cumpra-se. **Gabinete da Secretária de Estado de Justiça**, **Direitos Humanos e Cidadania** - **SEJUSC**, em Manaus, 16 de junho de 2026.

JUSSARA PEDROSA CELESTINO DA COSTA
Secretária de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania

Protocolo 275853

PORTARIA Nº 058/2026 - GSEJUSC
A Secretária de Justiça, **Direitos Humanos e Cidadania** - **SEJUSC**, no uso das suas atribuições legais, e **CONSIDERANDO** o art. 74, IV, da Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021, que preceitua ser inexigível a licitação quando houver contratação por meio de credenciamento; **CONSIDERANDO** que o futuro contratado é credenciado, nos termos do Edital de Credenciamento nº 001/2024 - CSC; **CONSIDERANDO** que os serviços prestados serão remunerados em conformidade com os valores estabelecidos; **CONSIDERANDO**, finalmente, o que consta no Processo nº 01.01.021101.005580/2026-63; **RESOLVE: I** - **DECLARAR** inexigível o procedimento licitatório, nos termos do art. 74, Inciso IV, da Lei nº 14.133/21 para contratação de empresa especializada em recrutamento e seleção de estagiários pelo **INSTITUTO TRIMONTE DE DESENVOLVIMENTO-ITD**, inscrito no CNPJ nº 28.023.581/0001-04; **II** - **ADJUDICAR e HOMOLOGAR** o objeto da contratação em questão pelo valor global de R$ 1.707.308,40 (um milhão, setecentos e sete mil, trezentos e oito reais e quarenta centavos). **CIENTIFIQUE-SE**, **CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE. GABINETE DA SECRETÁRIA DE ESTADO DE JUSTIÇA**, **DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA** - **SEJUSC**, em Manaus, 16 de junho de 2026.

JUSSARA PEDROSA CELESTINO DA COSTA
Secretária de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania

Protocolo 275856

PORTARIA Nº 059/2026 - GSEJUSC
A Secretária de Justiça, **Direitos Humanos e Cidadania** - **SEJUSC**, no uso das suas atribuições legais, **RESOLVE: I** - **SUBSTITUIR**, a Sra. **ANA CLÁUDIA SOARES VIANA**, pela servidora **SILVIA CHRISTINA LIMA DE MATOS**, matrícula nº 275.535-1 A, respectivamente, como presidente da Comissão de Sindicância para realizar a apuração inicial dos fatos relativos

ao desaparecimento de 01 (um) aparelho celular que era utilizado pelos servidores para atividades institucionais do PAC STUDIO 5; **II** - **MANTER** a servidora **TANA PEREIRA DA SILVA MARTINS**, matrícula nº 227.001-3 J, e o servidor **MANUEL MAGALHAES BANDEIRA**, matrícula nº 008.513-8 H, como membros da comissão **III** - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação. Publique-se, Cientifique-se e Cumpra-se. **Gabinete da Secretária de Estado de Justiça**, **Direitos Humanos e Cidadania** - **SEJUSC**, em Manaus, 17 de junho de 2026.

JUSSARA PEDROSA CELESTINO DA COSTA
Secretária de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania

Protocolo 275858

Secretaria de Estado da Assistência Social e Combate à Fome - SEAS

ERRATA

RETIFICAÇÃO DA PUBLICAÇÃO DE 15/06/2026, Edição 35.721 do DOE, **PORTARIA N° 299/2026** - **GSEAS**, que INSTITUI a Comissão de Análise e a Comissão Recursal do Edital de Chamamento Público n° 01.2026 -GSEAS.
ONDE SE LÊ: VICTÓRIA KAROLINE PEREIRA DE OLIVEIRA - SECRETÁRIA
LEIA-SE: CAROLINE VICTORIA PEREIRA OLIVEIRA - SECRETÁRIA

Manaus, 16 de junho de 2026.

LUIS FONSECA DE ARAÚJO FILHO
Secretário de Estado da Assistência Social e Combate à Fome, em exercício

Protocolo 275776

CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CEAS/AM
RESOLUÇÃO CEAS Nº 25, DE 16 DE JUNHO DE 2026

Dispõe sobre a aprovação do parecer da Comissão de Políticas da Assistência Social acerca do Plano de Ação do Saldo Reprogramado atualizado, referente ao Plano de Ação para Ampliação e Fortalecimento do SUAS junto aos Povos da Terra Indígena Yanomami.
O **Conselho Estadual de Assistência Social** - **CEAS**/**AM**, no uso da competência que lhe confere a Lei 2.358, de 29 de novembro de 1995 (DOE 01/12/1995) e Regimento Interno do CEAS-AM (DOE 22/03/2016) e,
Considerando a 303ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS/AM, realizada em 11 de junho de 2026 e,
Considerando a Lei nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993 (DOU 8.12.1998), alterada pela Lei nº 12.435 de 06 de junho de 2011(DOU 7/7/2011).
RESOLVE:
Art.1º - Aprovar o Parecer da Comissão de Políticas da Assistência Social - CPAS acerca do Plano de Ação do Saldo Reprogramado atualizado, referente ao Plano de Ação para Ampliação e Fortalecimento do SUAS junto aos Povos da Terra Indígena Yanomami.
Art.2º - Revogam-se às disposições em contrário.
Art.3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.
CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, em Manaus-AM, 16 de junho de 2026.

MARA TALITA PEREIRA DE SOUSA
Presidente do Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS

Protocolo 275892

EXTRATO Nº 107/2026-SEAS

Espécie: 2º Termo Aditivo ao TERMO DE FOMENTO nº 074/2025-FEAS. **Partes:** ESTADO DO AMAZONAS, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E COMBATE À FOME**, CNPJ nº 01.742.414/0001-59, através do **FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**, CNPJ nº 01.079.142/0001-59, e a **ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES FÍSICOS DO AMAZONAS** - **ADEFA**, CNPJ nº 04.770.319/0001-57; **Objeto:** prorrogação da vigência por mais 2 meses; **Vigência:** a contar de 22/04/2026 até 22/06/2026;Manaus, 15 de junho de 2026

LUIS FONSECA DE ARAÚJO FILHO
Secretário de Estado da Assistência Social e Combate à Fome, em exercício

Protocolo 275773

EXTRATO Nº 108/2026-SEAS

Espécie: 2º Termo Aditivo ao TERMO DE FOMENTO nº 034/2025-FEAS. **Partes:** ESTADO DO AMAZONAS, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E COMBATE À FOME**, CNPJ nº 01.742.414/0001-59, através do **FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**, CNPJ nº 01.079.142/0001-59, e a **ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES FÍSICOS DO AMAZONAS** - **ADEFA**, CNPJ nº 04.770.319/0001-57; **Objeto:** prorrogação da vigência por mais 30 dias; **Vigência:** a contar de 15/04/2026 até 15/05/2026;Manaus, 15 de junho de 2026

LUIS FONSECA DE ARAÚJO FILHO
Secretário de Estado da Assistência Social e Combate à Fome, em exercício

Protocolo 275774

Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA

ERRATA DA RESENHA N. º 011/2026-SECOMP/SEMA

Colaborador da SEMA, Vitory José Eloi Ferreira, no D.O.E N. º 35.720 DE 12/06/2026.
1. Onde se lê: [...] **Período**: 18 a 30/06/2026.
Leia-se: [...] **Período**: 17 a 30/06/2026.
CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE. GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE, em Manaus, 17 de junho de 2026.

EDUARDO COSTA TAVEIRA
Secretário de Estado do Meio Ambiente

Protocolo 275878

PORTARIA SEMA Nº 042/2026 - GS

CONSIDERANDO, a edição da Lei 3.301, de 08 de outubro de 2008, que dispõe sobre o vencimento e disciplina a concessão da Gratificação de Atividades Técnico - Administrativas - GATA dos Servidores do Poder Executivo Estadual, ocupantes de cargos de provimento em comissão; **CONSIDERANDO**, o disposto no Decreto nº 28.020 de 29 de outubro de 2008, que dispõe sobre os procedimentos e critérios para concessão da Gratificação de Atividades Técnico-Administrativas aos servidores do Poder Executivo Estadual, ocupantes de cargos de provimento efetivo e em comissão; **CONSIDERANDO** a edição da Lei nº5.498, de 15 de junho de 2021, que regulamenta a concessão da Gratificação de Atividade Técnico-Administrativas; resolve
I. ATRIBUIR a Gratificação de Atividades Técnico- Administrativas do servidor do Poder Executivo Estadual, ocupantes de cargo de provimento em comissão conforme abaixo especificado, no valor respectivo de níveis da Tabela constante da Lei nº 3.301, de 08 de outubro de 2008

NOME	CARGO/SMB	NÍVEL	A CONTAR DE
Kauê Souza Carvalho	Assessor III AD-3	13	1º.06.2026

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE, em Manaus, 15 de junho de 2026.

EDUARDO COSTA TAVEIRA
Secretário de Estado do Meio Ambiente

ROBSON TOGNI DE ALMEIDA
Secretário de Estado de Administração e Gestão

Protocolo 275894

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO N.º 01/2024 - FEMA

Espécie: 2º Termo Aditivo ao Termo de Contrato nº 01/2024. **Processo n°**: 01.01.030701.000020/2026-44. **Data:** 03/06/2026. **Partes:** Fundo Estadual do Meio Ambiente - FEMA e a empresa Instituto Nacional Veritas De Cultura Ltda. **Objeto:** O 2º Termo Aditivo visa a prorrogação por mais 12 meses do Termo de Contrato nº 001/2024, referente à prestação de serviços de fornecimento de Coffee Break para atender as reuniões do Conselho Estadual do Meio Ambiente - CEMAAM, bem como suas Câmaras Técnica Permanente e Temporárias e o Comitê Gestor do Fundo Estadual do Meio Ambiente - FEMA. Vigência: O presente 2º Termo Aditivo terá sua vigência prorrogada pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar de 03/06/2026 a 03/06/2027, com eficácia após a publicação de seu extrato no Diário Oficial do Estado do Amazonas - DOE/AM. **Valor:** O valor global estimado do contrato atual é de R$ 30.412,80 (trinta mil quatrocentos e doze reais e oitenta centavos) e o valor mensal estimado passará a ser R$ 2.534,40 (dois mil quinhentos e trinta e quatro reais e quarenta centavos). **Dotação Orçamentária: Unidade Orçamentária:** 030701; **Programa de Trabalho:** 18.541.3248.2426.0001; **Natureza da Despesa:** 33903941; **Fonte de Recursos:** 1.759.2010.0000.0000. **Evento:** 400091; **Modalidade:** 2 -

Estimativo, referente à **Nota de Empenho Nº 2026NE0000003**, no valor de R$ 2.534,40 (dois mil quinhentos e trinta e quatro reais e quarenta centavos), emitida em 03/06/2026. **Ratificação:** Ficam mantidas e ratificadas, em seu inteiro teor, todas as demais Cláusulas e condições do Contrato originário, não modificadas pelo presente instrumento.
CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE. Gabinete da SEMA, em Manaus, 17 de junho de 2026.

EDUARDO COSTA TAVEIRA
Secretário de Estado do Meio Ambiente

Protocolo 275850

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO N.º 04/2025
Espécie: 1º Termo Aditivo ao Termo de Contrato nº 04/2025. **Processo n**°: 01.01.030101.002563/2026-65. **Data:** 03/06/2026. **Partes:** Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA e a empresa ASN LTDA. **Objeto:** O 1º Termo Aditivo visa a prorrogação por mais 11 meses do Termo de Contrato nº 04/2025, referente ao reajuste no percentual de 9,68%, referente à aquisição de 260 (duzentos e sessenta) pacotes de Leite Integral em Pó, para atender as necessidades da Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA. **Vigência:** O presente 1º Termo Aditivo terá sua vigência prorrogada pelo prazo de 11 (onze) meses, a contar de 03/06/2026 a 03/05/2027, com eficácia após a publicação de seu extrato no Diário Oficial do Estado do Amazonas - DOE/AM. **Valor:** O valor global estimado do contrato atual é de R$ 4.420,00 (quatro mil quatrocentos e vinte reais). e o valor mensal estimado passará a ser R$ 340,00 (trezentos e quarenta reais). **Dotação Orçamentária: Unidade Orçamentária:** 030101; **Programa de Trabalho:**18122000120010001; **Natureza da Despesa:**33903007; **Fonte de Recursos:** 1708140000000000. **Evento:** 400091; **Modalidade:** 2 - Estimativo, referente à Nota de Empenho Nº 2026NE0000183, no valor de R$ 340,00 (trezentos e quarenta reais), emitida em 03/06/2026. **Ratificação:** Ficam mantidas e ratificadas, em seu inteiro teor, todas as demais Cláusulas e condições do Contrato originário, não modificadas pelo presente instrumento.
CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE. Gabinete da SEMA, em Manaus, 17 de junho de 2026.

EDUARDO COSTA TAVEIRA
Secretário de Estado do Meio Ambiente

Protocolo 275916

Secretaria de Estado da Produção Rural - SEPROR

EXTRATO Nº 19/2026 - DEPLAN/SEPROR
ESPÉCIE: Termo de Fomento nº 07/2026 - SEPROR.
PARTES: Secretaria de Estado de Produção Rural - SEPROR e Instituto Amazônia Equatorial - AME.
OBJETO: O presente Termo de Fomento tem por objeto a capacitação dos produtores rurais, visando melhorar a produtividade e ampliar a renda dos produtores do município de Presidente Figueiredo/AM, conforme Plano de Trabalho SISCONV nº 006973, decorrente da Emenda Parlamentar Individual nº 006/2026, de autoria do Deputado Estadual Wanderley Caldeira Monteiro, integrante deste instrumento para todos os efeitos legais.
VALOR GLOBAL: R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), a serem repassados pela CONCEDENTE em parcela única.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: UNIDADE 18101; **PROGRAMA DE TRABALHO:** 20.122.3310.2773.0001; **NATUREZA DE DESPESA:** 33504199; **FONTE:** 1.501.1606.0182.0000; **NOTA DE EMPENHO:** 2026NE0000284, emitida em 10/06/2026.**PROCESSO ADMINISTRATIVO :**01.01.018101.000408/2026-09 (SIGED-SEPROR).
CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DE PRODUÇÃO RURAL, em Manaus, 17 de junho de 2026.

RICELLI VIANA PONTES
Secretário de Estado de Produção Rural

Protocolo 275957

EXTRATO Nº 20/2026 - DEPLAN/SEPROR
ESPÉCIE: Termo de Fomento nº 09/2026 - SEPROR.
PARTES: Secretaria de Estado de Produção Rural - SEPROR e Instituto Amazônia Equatorial - AME.
OBJETO: O presente Termo de Fomento tem por objeto a capacitação dos produtores rurais, visando melhorar a produtividade e ampliar a renda dos produtores do município de Itacoatiara/AM, conforme Plano de Trabalho SISCOV nº 006969, decorrente da Emenda Parlamentar de Bancada AVANTE nº 033/2026, integrante deste instrumento para todos os efeitos legais.
VALOR GLOBAL: R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), a serem repassados pela CONCEDENTE em parcela única.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: UNIDADE 18101; **PROGRAMA DE TRABALHO:** 20.122.3310.2793.0001; **NATUREZA DE DESPESA:** 33504199; FONTE: 1.501.1606.0224.0000; NOTA DE EMPENHO: 2026NE0000286, emitida em 10/06/2026.**PROCESSO ADMINISTRATIVO:** 01.01.018101.000391/2026-90 (SIGED-SEPROR).
CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DE PRODUÇÃO RURAL, em Manaus, 17 de junho de 2026.

RICELLI VIANA PONTES
Secretário de Estado de Produção Rural

Protocolo 275962

EXTRATO Nº 21/2026 - DEPLAN/SEPROR
ESPÉCIE: Termo de Fomento nº 08/2026 - SEPROR.
PARTES: Secretaria de Estado de Produção Rural - SEPROR e Instituto Amazônia Equatorial - AME.
OBJETO: O presente Termo de Fomento tem por objeto a capacitação dos produtores rurais, visando melhorar a produtividade e ampliar a renda dos produtores do município de Manaquiri/AM, conforme Plano de Trabalho SISCOV nº 006974, decorrente da Emenda Parlamentar Individual nº 017/2026, de autoria do Deputado Estadual Wanderley Caldeira Monteiro, integrante deste instrumento para todos os efeitos legais.
VALOR GLOBAL: R$ 816.318,21 (oitocentos e dezesseis mil, trezentos e dezoito reais e vinte e um centavos), a serem repassados pela CONCEDENTE em parcela única.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: UNIDADE 18101; **PROGRAMA DE TRABALHO:** 20.122.3310.2773.0001; **NATUREZA DE DESPESA:** 33504199; **FONTE:** 1.501.1606.0195.0000; **NOTA DE EMPENHO:** 2026NE0000285, emitida em 10/06/2026.**PROCESSO ADMINISTRATIVO:** 01.01.018101.000517/2026-26 (SIGED-SEPROR).
CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DE PRODUÇÃO RURAL, em Manaus, 17 de junho de 2026.

RICELLI VIANA PONTES
Secretário de Estado de Produção Rural

Protocolo 275965

PORTARIA Nº 131/2026 - GAB/SEPROR
O **SECRETÁRIO DE ESTADO DE PRODUÇÃO RURAL**, no uso de suas atribuições legais, e;
CONSIDERANDO o que dispõe a Lei Delegada n. 84/2007 e a Lei Estadual n. 4.163/2016;
CONSIDERANDO o que dispõe o art. 22, da Resolução nº 12, de 31 de maio de 2012;
CONSIDERANDO o disposto no item II, letra "A", da cláusula quarta - **DAS RESPONSABILIDADES - PROCESSO ADMINISTRATIVO: 01.01.018101.000408/2026-09, DO TERMO DE FOMENTO Nº 07/2026 - SEPROR**;
RESOLVE:
I. DESIGNAR, em conformidade às normativas vigentes, o colaborador **Alberto Rogério Figueiredo Larrat**, Matrícula: 17421, Cargo: Coordenador, para assumir a responsabilidade da função de Fiscal Titular do referido instrumento, conforme estabelecido no acordo firmado entre a Secretaria de Produção Rural - SEPROR e o Instituto Amazônia Equatorial - AME.
CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DE PRODUÇAO RURAL, em Manaus, 17 de junho de 2026.

RICELLI VIANA PONTES
Secretário de Estado de Produção Rural

Protocolo 275954

PORTARIA Nº 132/2026 - GAB/SEPROR
O **SECRETÁRIO DE ESTADO DE PRODUÇÃO RURAL**, no uso de suas atribuições legais, e;
CONSIDERANDO o que dispõe a Lei Delegada n. 84/2007 e a Lei Estadual n. 4.163/2016;
CONSIDERANDO o que dispõe o art. 22, da Resolução nº 12, de 31 de maio de 2012;
CONSIDERANDO o disposto no item II, letra "A", da cláusula quarta - **DAS RESPONSABILIDADES - PROCESSO ADMINISTRATIVO: 01.01.018101.000391/2026-90, DO TERMO DE FOMENTO Nº 09/2026 - SEPROR**;

RESOLVE:
I. DESIGNAR, em conformidade às normativas vigentes, o colaborador **Alberto Rogério Figueiredo Larrat**, Matrícula: 17421, Cargo: Coordenador, para assumir a responsabilidade da função de Fiscal Titular do referido instrumento, conforme estabelecido no acordo firmado entre a Secretaria de Produção Rural - SEPROR e o Instituto Amazônia Equatorial - AME.
CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DE PRODUÇÃO RURAL, em Manaus, 17 de junho de 2026.

RICELLI VIANA PONTES
Secretário de Estado de Produção Rural

Protocolo 275961

PORTARIA Nº 133/2026 - GAB/SEPROR
O **SECRETÁRIO DE ESTADO DE PRODUÇÃO RURAL**, no uso de suas atribuições legais, e;
CONSIDERANDO o que dispõe a Lei Delegada n. 84/2007 e a Lei Estadual n. 4.163/2016;
CONSIDERANDO o que dispõe o art. 22, da Resolução nº 12, de 31 de maio de 2012;
CONSIDERANDO o disposto no item II, letra "A", da cláusula quarta - **DAS RESPONSABILIDADES - PROCESSO ADMINISTRATIVO: 01.01.018101.000517/2026-26, DO TERMO DE FOMENTO Nº 08/2026 - SEPROR**;
RESOLVE:
I. DESIGNAR, em conformidade às normativas vigentes, o colaborador **Alberto Rogério Figueiredo Larrat**, Matrícula: 17421, Cargo: Coordenador, para assumir a responsabilidade da função de Fiscal Titular do referido instrumento, conforme estabelecido no acordo firmado entre a Secretaria de Produção Rural - SEPROR e o Instituto Amazônia Equatorial - AME.
CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DE PRODUÇÃO RURAL, em Manaus, 17 de junho de 2026.

RICELLI VIANA PONTES
Secretário de Estado de Produção Rural

Protocolo 275963

Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência - SEPCD

PORTARIA Nº 052/2026 - SEPcD
A SECRETÁRIA DE ESTADO DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 7.404, de 11 de março de 2025, e demais disposições legais, **CONSIDERANDO** a necessidade de adequação administrativa e orçamentária relacionada às atividades desenvolvidas pelo Grupo de Trabalho; **RESOLVE: Art. 1º** Ficam dispensados, a contar de 1º de junho de 2026, os membros do Grupo de Trabalho instituído para a condução de estudos, análises e proposição de medidas relacionadas à implementação e regulamentação da Lei Estadual nº 6.458, de 12 de maio de 2023, que institui e consolida a legislação protetiva às pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), no âmbito da Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência - SEPcD. **Art. 2º** A dispensa de que trata o artigo anterior aplica-se aos seguintes integrantes: I - MARIA JANE SELMA BANES TRINDADE; II - EMER DE SENNA GOMES; III - JOSE FABIO PORTO GALVAO; IV - LOHAN FERNANDES VERAS; V - AFONSO VIEIRA FERREIRA; VI - ISABELLE SAENZ DE MEDEIROS; VII - ROSA CECILMA FRANCA DE MORAIS LOPES. **Art. 3º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a contar de 1º de junho de 2026. Manaus, 17 de junho de 2026.

SORAID DA SILVA NAVECA
Secretária de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência

Protocolo 275843

PORTARIA N° 053/2026 - GABSEC/SEPcD
A SECRETÁRIA DE ESTADO DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, no uso de suas atribuições legais, consubstanciada no Regimento Interno, conforme Decreto nº 41.981, de 02 de março de 2020 e Lei Delegada nº 122 de 15 de outubro de 2019; **CONSIDERANDO** o Decreto Estadual nº 36.819 de 31 de março de 2016, que regulamenta o acesso à informação no âmbito do Poder Executivo Estadual, e a Lei Federal nº 12.527 de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação); **CONSIDERANDO** o Decreto Estadual nº 46.558, de 04 de novembro de 2022 que estabelece a obrigatoriedade do uso da assinatura eletrônica, com certificação digital (e-CPF), no sistema de Administração Financeira Integrada-AFI, pelos órgãos e Entidades do Poder Executivo Estadual; **CONSIDERANDO** a Instrução Normativa nº 001/2023,que institui o acesso ao Sistema AFI e a Concessão de Assinatura Digital no Âmbito do Poder Executivo Estadual; **RESOLVE: I - DESIGNAR**, a servidora **ELEM GLAUCIA DE OLIVEIRA CUNHA**, que está ocupando o cargo de Secretária Executiva Adjunta, matrícula 278.148-4 A, CPF nº 879.027.372-91, para responder como **GESTOR ORÇAMENTÁRIO** e **GESTOR FINANCEIRO da UNIDADE GESTORA 046.101**, conforme a Instrução Normativa acima mencionada, a contar do dia 15 de junho de 2026; **II - DESIGNAR**, o servidor **ALISON PAULIK TAVARES OLIVEIRA**, que está ocupando o cargo de assessor Administrativo e Financeiro, matrícula 266.719-3D, CPF nº 702.483.642-35, para responder como **GESTOR ORÇAMENTÁRIO e GESTOR FINANCEIRO da UNIDADE GESTORA 046.101**, conforme a Instrução Normativa acima mencionada, a contar do dia 15 de junho de 2026; **III - DESIGNAR**, a servidora **DARFFYLEN PATRICIA COSTA AZEVEDO**, que está ocupando o cargo de assessora do Financeiro, matrícula 264.366-9D, CPF nº 793.747.272-34, para responder como **GESTOR ORÇAMENTÁRIO E GESTOR FINANCEIRO da UNIDADE GESTORA 046.101**, conforme a Instrução Normativa acima mencionada, a contar do dia 15 de junho de 2026; **CIENTIFIQUE-SE**,**PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.** GABINETE DA SECRETÁRIA DE ESTADO DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA ,em Manaus/AM, 17 de junho de 2026

SORAID DA SILVA NAVECA
Secretária de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência

Protocolo 275854

Centro de Serviços Compartilhados – CSC

PORTARIA Nº 53/2026-CORR/CSC
O CORREGEDOR DO CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS no uso de suas atribuições e competências consubstanciadas na Portaria nº 193/2023 - GP/CSC e no Art. 4º do Anexo I do Decreto n. 43.973, de 01 de junho de 2021, e, **CONSIDERANDO** a Portaria nº 54/2025 - CORR/CSC que determinou o prazo de 90 (noventa) dias para conclusão dos trabalhos da Comissão Processante, que apura a conduta da empresa **X BRASIL LTDA**, CNPJ nº **22.646.044/0001-26**, investigada no processo administrativo n. **01.01.013102.010965/2024-42** - SIGED/CSC, **RESOLVE PRORROGAR** os trabalhos da Comissão Processante por 90 (noventa) dias. **CIENTIFIQUE-SE E PUBLIQUE-SE** no Diário Oficial do Estado do Amazonas, em Manaus, 15 de junho de 2026.

CARLOS AUGUSTO LAURIA NORONHA
Corregedor - CSC

Protocolo 275866

PORTARIA Nº 035/2026/GP/CSC
O PRESIDENTE DO CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS, no uso de suas atribuições legais, e
CONSIDERANDO, a Lei Delegada nº 5.498, de 15 de junho de 2021, que regulamenta e dispõe sobre os procedimentos e critérios da concessão de Gratificação de Atividades Técnico Administrativa, previstas na Lei nº 3.301, de 08 de outubro de 2008, dos servidores do Poder Executivo Estadual, ocupantes de cargos de provimento em comissão;
CONSIDERANDO, a Lei Delegada nº 122, de 15 de outubro de 2019, e Lei Delegada nº 123, de 31 de outubro de 2019, que trata de nova estrutura e quadro de servidores do Centro de Serviços Compartilhados;
CONSIDERANDO, ainda, que a presente atribuição não representará impacto financeiro na folha de pagamento do Órgão, tendo em vista tratar-se de nomeação e exoneração, conforme Decreto Governamental de 09 de junho de 2026.
RESOLVE ATRIBUIR, Gratificação de Atividade Técnico-Administrativa aos servidores do Poder Executivo Estadual, ocupantes de cargos de provimento em comissão, conforme abaixo especificado, no valor fixado para os respectivos níveis, da Tabela constante da Lei nº 3.301, de 08 de outubro de 2008.

Nome	Cargo/símbolo	Nível	A contar de
Jhoselayne Gadelha Aristoteles	Assessor I, AD-1	15	01/06/2026
Raynner Silva Siqueira	Gerente,AD-2	14	
Raimundo do Socorro Pereira dos Santos	Assessor III,AD-3	13	

O PRESIDENTE DO CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS, em Manaus, 12 de junho de 2026.

IAN HENDERSON CARMO RIBEIRO
Presidente do Centro de Serviços Compartilhados

ROBSON TOGNI DE ALMEIDA
Secretário de Estado de Administração e Gestão

Protocolo 275848

Polícia Civil do Estado do Amazonas – PC

PORTARIA Nº 812/2026-GDG/PC

O DELEGADO-GERAL ADJUNTO E ORDENADOR DE DESPESAS DA POLÍCIA CIVIL, no uso de suas atribuições legais, e CONSIDERANDO que o art. 74, caput, da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, preceitua ser inexigível a licitação quando inviável a competição;
CONSIDERANDO a justificativa da escolha da contratada às fls. 65-68.
CONSIDERANDO, finalmente, o que consta do Processo nº 01.01.022102.013124/2026-40;
RESOLVE:
I - DECLARAR inexigível o procedimento licitatório, nos termos do art. 74, V, da Lei 14.133/21 e art. 167 do Decreto Estadual nº 47.133/23, para locação de imóvel de pessoa jurídica para atender as necessidades da Polícia Civil do Estado do Amazonas durante o Festival Folclórico de Parintins de 2026.
II - ADJUDICAR o objeto da inexigibilidade em favor da empresa CARDOSO E VIANA LTDA pelo valor global de R$60.000,00 (sessenta mil reais);
CIENTIFIQUE-SE, CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE.
GABINETE DO DELEGADO-GERAL ADJUNTO DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 16 de junho de 2026.

GUILHERME TORRES FERREIRA
Delegado-Geral Adjunto

RATIFICO, a decisão supra, nos termos do art. 152, inc. II do Decreto Estadual n. 47.133, de 10 de março de 2021, de acordo com as disposições acima citadas. **GABINETE DO DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO AMAZONAS**, em Manaus, 16 de junho de 2026.

BRUNO DE PAULA FRAGA
Delegado-Geral da Policia Civil do Estado do Amazonas

Protocolo 275867

RESENHA DA PORTARIA Nº 810/2026-GDG/PC

Proc. 01.01.022102.013791/2026-22. O DELEGADO-GERAL DE POLÍCIA, no uso de suas atribuições e prerrogativas, etc. **RESOLVE: I - REMOVER RUDIVAL MAGNO PEREIRA**, Comissário, Mat. 172.466-5A, da 78ªDIP/Codajás para 43ªDIP/Nhamundá, **com adicional de penosidade, com ajuda de custo e com auxílio moradia, a contar desta data.** Manaus, 15/06/2026.

BRUNO DE PAULA FRAGA
Delegado-Geral da Policia Civil do Estado do Amazonas

Protocolo 275884

RESENHA DA PORTARIA Nº 809/2026-GDG/PC

Proc. 01.01.022102.019691/2025-29. O DELEGADO-GERAL DE POLÍCIA, no uso de suas atribuições e prerrogativas, etc. **RESOLVE: I - REMOVER JARDEL RODRIGUES DE OLIVEIRA**, DPC, Mat. nº 211.126-8A, do DPI para DIP/São Gabriel da Cachoeira, **com ajuda de custo, com auxílio moradia e com adicional de penosidade, a contar desta data.** Manaus, 15/06/2026.

BRUNO DE PAULA FRAGA
Delegado-Geral da Policia Civil do Estado do Amazonas

Protocolo 275888

RESENHA DA PORTARIA Nº 752/2026-GDG/PC

MEMO Nº102/2026-36º DIP/PCAM. O DELEGADO-GERAL DE POLÍCIA, no uso de suas atribuições e prerrogativas, etc. **RESOLVE: I -DESIGNAR SAYMON CESAR DE AZEVEDO F LEITE**, EPC, Mat.nº.276575-6A, para **o recebimento da FG-3 (Chefia de Cartório-36ªRio Preto da Eva), a contar de 25/05/2026.** Manaus,01/06/2026.

BRUNO DE PAULA FRAGA
Delegado-Geral da Policia Civil do Estado do Amazonas

Protocolo 275890

RESENHA DA PORTARIA Nº 813/2026-GDG/PC

Proc. 01.01.022102.006665/2026-11. O DELEGADO-GERAL DE POLÍCIA, no uso de suas atribuições e prerrogativas, etc. **RESOLVE: AUTORIZAR** o deslocamento e o pagamento de diárias ao(s) servidor(es) GUSTAVO KALLIL FURBINO SIMAN, DPC, Mat. 267957-4 A, JONATAS DA SILVA LOPES, IPC, Mat. 270939-2 A, ALDERLI JOSE BARBOSA DO VALE, IPC, Mat. 202265-6 B para se deslocarem de Boca do Acre/AM para Rio Branco/AC, via terrestre, pelo período de 10.02.2026 a 13.02.2026. Manaus, 16.06.2026.

BRUNO DE PAULA FRAGA
Delegado-Geral da Policia Civil do Estado do Amazonas

Protocolo 275891

Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Amazonas – CBMAM

RESENHA DA PORTARIA Nº 444/DP, 15 DE JUNHO DE 2026
(PUBLICADA NO BG N° 106, DE 15/06/2026)

Em cumprimento a decisão judicial relativo ao processo nº 0093474-39.2026.8.04.1000, assinada pelo Juiz de Direito GONÇALO BRANDÃO DE SOUSA, O **CMT-G DO CBMAM**, no uso das atribuições estabelecidas no art. 58, § 2º, da Constituição do Estado do Amazonas de 1989, conforme o art. 8º combinado com o art. 10, inciso I, e art. 11, inciso IV, da Lei nº 4.163, de 09 de março de 2015, de acordo com as competências definidas no art. 5º, inciso I, e art. 6º, da Lei Delegada n.º 89, de 18 de maio de 2.007, e que lhe confere o art. 16, inciso I, e art. 17, inciso IV, da Lei Delegada n.º 67, de 18 de maio de 2.007, resolve:
1. **ATRIBUIR O PAGAMENTO DE GRATIFICAÇÃO DE CURSO COM INCIDÊNCIA DE 25%** (vinte e cinco por cento) a serem calculados sobre a remuneração (SOLDO E GT) em conformidade com a Lei nº 5.748 de 23 de dezembro de 2021, à seguinte servidora: **AGNES SEMELLI SARAIVA E SOUZA**, 274.919 -0 A, com efeitos financeiros a contar de 2/3/2026.

CEL QOBM ORLEILSO XIMENES MUNIZ
Comandante Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Amazonas

Protocolo 275837

Defesa Civil do Amazonas - DCAM

EXTRATO Nº 011/2026 DO CONTRATO N.º 009/2026 - FUNDO ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL.

Partes: **FUNDO ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL**, CNPJ: 45.811.649/0001-20 e a **SB SERVIÇOS DE CONSULTORIA E TREINAMENTO LTDA**, CNPJ: 20.710.305/0001-02, **Objeto:** Contratação de empresa especializada em Segurança e Medicina do Trabalho. **Valor Global:** R$ 64.920,00, **D.O:** 06.182.3264.2190.0001, **Fonte:** 1.501.170.0.0000.0000, **ND:** 339039.05, **NE:** 2026NE0000013 de 29/05/2026. **Vigência:** 15/06/2026 a 15/09/2026 **Assinatura:** 15/06/2026. Manaus, 16 de junho de 2026.

CEL QOBM CLÓVIS ARAÚJO PINTO JÚNIOR
Presidente do Conselho de Administração do FEPDEC, em exercício

Protocolo 275857

RESENHA DA PORTARIA Nº 0087/2026 - GAB DEFESA CIVIL

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE DEFESA CIVIL, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE** autorizar a concessão de adiantamento a servidora de acordo com o artigo 6º, inciso I, do Decreto 51.352, de 13.03.2025. **I - EDMILSON DE SOUZA LIMA.** VALOR: R$ 5.000,00 (cinco mil reais); 33903089. **APLICAÇÃO:** 75 dias. **PRESTAÇÃO DE CONTAS:** 30 dias. Manaus, 10 de junho de 2026.

CEL QOBM CLÓVIS ARAÚJO PINTO JÚNIOR
Secretário de Estado de Defesa Civil, em exercício

Protocolo 275851

Imprensa Oficial do Estado do Amazonas – IOA

ERRATA Nº 006/2026-GDP/IOA

RETIFICAÇÃO do **EXTRATO Nº 010/2026 - GDP/IOA**, publicado no Diário Oficial do Estado nº 35.708, Ano CXXXIII, de 25.05.2026, Poder Executivo, Seção II, Página 15.
I - Onde se lê: **OBJETO:** O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo da vigência do contrato original por mais 12 (doze)

meses, a contar de **15/05/2026 a 14/05/2027**, e o reajuste dos valores em 4,44%, com base no IPCA acumulado nos últimos 12 (doze) meses fornecido pela Fundação Getúlio Vargas, conforme SUPTN 087.
II - Leia-se: OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo da vigência do contrato original por mais 12 (doze) meses, a contar de **15/05/2026 a 14/05/2027**, e o reajuste dos valores em 4,44%, com base no IPCA acumulado nos últimos 12 (doze) meses fornecido pela Fundação Getúlio Vargas, conforme SUPTN 087, ficando o valor global do presente Termo Aditivo de **R$ 40.946**, **28 (Quarenta mil**, **novecentos e quarenta e seis reais e vinte e oito centavos)** e o valor mensal de **R$ 3.412,19 (Três mil, quatrocentos e doze reais e dezenove centavos).**
GABINETE DO DIRETOR-PRESIDENTE DA IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 16 de junho de 2026.

JOÃO RIBEIRO GUIMARÃES JÚNIOR
Diretor-Presidente da Imprensa Oficial do Estado do Amazonas

Protocolo 275839

PORTARIA Nº 0064/2026-GDP/IOA
O DIRETOR-PRESIDENTE DA IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais, e
CONSIDERANDO a edição da Lei nº 3.300, de 08 de outubro de 2008, que dispõe sobre o vencimento e disciplina a concessão da Gratificação de Atividades Técnico-Administrativas - GATA dos servidores do Poder Executivo Estadual, ocupantes de cargos de provimento efetivo;
CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº 28.020, de 29 de outubro de 2008, que dispõe sobre os procedimentos e critérios para concessão da Gratificação de Atividades Técnico-Administrativas - GATA, aos servidores do Poder Executivo Estadual, ocupantes dos cargos de provimento efetivo e em comissão;
CONSIDERANDO, ainda, a Lei nº 5.498, de 15 de junho de 2021, que regulamenta e dispõe sobre os procedimentos e critérios da concessão da Gratificação de Atividades Técnico-Administrativas - GATA, prevista na Lei nº 3.300, de 08 de outubro de 2008, dos servidores de Poder Executivo Estadual, ocupantes de cargos de provimento efetivo e em comissão;
RESOLVE:
I - CESSAR OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 0014/2012-GDP/IOA, item 02, publicada no Diário Oficial do Estado nº 32.324, Poder Executivo, publicações diversas, Ano CXVII, em 28 de maio de 2012, pág. 05, na parte que atribui a Gratificação de Atividades Técnico-Administrativas (GATA) a servidora **CREUZA DA SILVA ROCHA CARVALHO**, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Técnico, 3ª Classe, Referência "A", Matrícula nº 157.375-6 B, **nível 13**, do Quadro de Pessoal Suplementar da Imprensa Oficial do Estado do Amazonas - IOA, nos valores fixados para o respectivo nível, em conformidade com a tabela da Lei nº 3.300/2008, **a contar de 1º de junho de 2026**;
II - DETERMINAR à Diretoria de Gestão-Financeira para que adote as medidas decorrentes deste ato.**CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.GABINETE DO DIRETOR-PRESIDENTE DA IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO AMAZONAS**, em Manaus, 17 de junho de 2026.

JOÃO RIBEIRO GUIMARÃES JÚNIOR
Diretor-Presidente da Imprensa Oficial do Estado do Amazonas

ROBSON TOGNI DE ALMEIDA
Secretário de Estado de Administração e Gestão

Protocolo 276150

PORTARIA Nº 0068/2026-GDP/IOA
O DIRETOR-PRESIDENTE DA IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais, e
CONSIDERANDO a edição da Lei nº 3.301, de 08 de outubro de 2008, que dispõe sobre o vencimento e disciplina a concessão da Gratificação de Atividades Técnico-Administrativas - GATA dos servidores do Poder Executivo Estadual, ocupantes de cargos de provimento em comissão;
CONSIDERANDO a Lei nº 5.498, de 15 de junho de 2021, que regulamenta e dispõe sobre os procedimentos e critérios da concessão da Gratificação de Atividades Técnico-Administrativas, prevista na Lei nº 3.301, de 08 de outubro de 2008, dos servidores do Poder Executivo Estadual, ocupantes de cargos de provimento em comissão;
CONSIDERANDO, ainda, que a presente atribuição não representará impacto financeiro na folha de pagamento do órgão, tendo em vista tratar-se de nomeação em substituição;
RESOLVE:
I - ATRIBUIR, as Gratificações de Atividades Técnico-Administrativas as servidoras do Poder Executivo Estadual, ocupantes de Cargo de Provimento em Comissão, no valor fixado para o respectivo nível, em conformidade com a tabela da Lei nº 3.301, de 08 de outubro de 2008, conforme abaixo especificado:

Nome	Cargo	Simb.	Nível	A contar de
KETHNY RAYCY RODRIGUES DOS SANTOS	Assessor IV	AD-4	13	01.06.2026
CREUZA DA SILVA ROCHA CARVALHO	Assessor I	AD-1	15	

GABINETE DO DIRETOR-PRESIDENTE DA IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 17 de junho de 2026.

JOÃO RIBEIRO GUIMARÃES JÚNIOR
Diretor-Presidente da Imprensa Oficial do Estado do Amazonas

ROBSON TOGNI DE ALMEIDA
Secretário de Estado de Administração e Gestão

Protocolo 276152

PORTARIA Nº 0067/2026-GDP/IOA
O DIRETOR-PRESIDENTE DA IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais, e
CONSIDERANDO a edição da Lei nº 3.301, de 08 de outubro de 2008, que dispõe sobre o vencimento e disciplina a concessão da Gratificação de Atividades Técnico-Administrativas - GATA dos servidores do Poder Executivo Estadual, ocupantes de cargos de provimento em comissão;
CONSIDERANDO a Lei n° 5.498 de 15 de junho de 2021, que regulamenta e dispõe sobre os procedimentos e critérios da concessão da Gratificação de Atividades Técnico-Administrativas, prevista na Lei n° 3.301, de 08 de outubro de 2008, dos servidores do Poder Executivo Estadual, ocupantes de cargos de provimento em comissão;
CONSIDERANDO, ainda, que a presente atribuição não representará impacto financeiro na folha de pagamento do órgão, tendo em vista tratar-se de saldo da **Portaria nº 0064/2026-GDP/IOA**, publicada no Diário Oficial do Estado, Edição nº 35.722, Ano CXXXIII, em 17 de junho de 2026, em que cessou a Gratificação de Atividades Técnicas Administrativa da servidora **CREUZA DA SILVA ROCHA CARVALHO**, ocupante do Cargo de provimento efetivo de Assistente Técnico, 3ª Classe, Referência "A", Matrícula nº 157.375-6B, Nível 13, do quadro de Pessoal Suplementar da Imprensa Oficial do Estado do Amazonas - IOA;
RESOLVE:
I - ATRIBUIR, a partir de 1° de junho de 2026, a Gratificação de Atividades Técnico-Administrativas aos servidores do Poder Executivo Estadual, ocupante de Cargo de Provimento efetivo, conforme abaixo especificado, no valor fixado para os respectivos níveis, da tabela constante da Lei nº 3.300, de 08 de outubro de 2008, conforme abaixo especificado:

Nome	Cargo	Nível
Arlene Maria Ribeiro Arruda	Vigia	13

GABINETE DO DIRETOR-PRESIDENTE DA IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 17 de junho de 2026.

JOÃO RIBEIRO GUIMARÃES JÚNIOR
Diretor-Presidente da Imprensa Oficial do Estado do Amazonas

ROBSON TOGNI DE ALMEIDA
Secretário de Estado de Administração e Gestão

Protocolo 276153

PORTARIA Nº 0065/2026-GDP/IOA
O DIRETOR-PRESIDENTE DA IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais, e
CONSIDERANDO a edição da Lei nº 3.300, de 08 de outubro de 2008, que dispõe sobre o vencimento e disciplina a concessão da Gratificação de Atividades Técnico-Administrativas - GATA dos servidores do Poder Executivo Estadual, ocupantes de cargos de provimento efetivo;
CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº 28.020, de 29 de outubro de 2008, que dispõe sobre os procedimentos e critérios para concessão da Gratificação de Atividades Técnico-Administrativas - GATA, aos servidores do Poder Executivo Estadual, ocupantes dos cargos de provimento efetivo e em comissão;
CONSIDERANDO, ainda, a Lei nº 5.498, de 15 de junho de 2021, que regulamenta e dispõe sobre os procedimentos e critérios da concessão da Gratificação de Atividades Técnico-Administrativas - GATA, prevista na Lei nº 3.300, de 08 de outubro de 2008, dos servidores de Poder Executivo Estadual, ocupantes de cargos de provimento efetivo e em comissão;
RESOLVE:
I - CESSAR OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 0093/2025-GDP/IOA, item 01, publicada no Diário Oficial do Estado nº 35.537, Poder Executivo, Seção II, Ano CXVII, em 1 de setembro de 2025, pág. 25, na parte que atribui a Gratificação de Atividades Técnico-Administrativas (GATA) a servidora **ARLENE MARIA RIBEIRO ARRUDA**, vigia, Matrícula nº 157.443-4 A, **nível 10**, do Poder Executivo Estadual, ocupante do regime celetista, nos valores fixados para o respectivo nível, em conformidade com a tabela da Lei nº 3.300/2008, **a contar de 1º de junho de 2026**;
II - DETERMINAR à Diretoria de Gestão-Financeira para que adote as medidas decorrentes deste ato.

CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DO DIRETOR-PRESIDENTE DA IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 17 de junho de 2026.

JOÃO RIBEIRO GUIMARÃES JÚNIOR
Diretor-Presidente da Imprensa Oficial do Estado do Amazonas

ROBSON TOGNI DE ALMEIDA
Secretário de Estado de Administração e Gestão

Protocolo 276154

PORTARIA Nº 0066/2026-GDP/IOA

O DIRETOR-PRESIDENTE DA IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais, e
CONSIDERANDO a edição da Lei nº 3.301, de 08 de outubro de 2008, que dispõe sobre o vencimento e disciplina a concessão da Gratificação de Atividades Técnico-Administrativas - GATA dos servidores do Poder Executivo Estadual, ocupantes de cargos de provimento em comissão;
CONSIDERANDO a Lei n° 5.498 de 15 de junho de 2021, que regulamenta e dispõe sobre os procedimentos e critérios da concessão da Gratificação de Atividades Técnico-Administrativas, prevista na Lei n° 3.301, de 08 de outubro de 2008, dos servidores do Poder Executivo Estadual, ocupantes de cargos de provimento em comissão;
CONSIDERANDO, ainda, que a presente atribuição não representará impacto financeiro na folha de pagamento do órgão, tendo em vista tratar-se de saldo da **Portaria nº 0065/2026-GDP/IOA** publicada no Diário Oficial do Estado, Edição nº 35.722, Ano CXXXIII, em 17 de junho de 2026, em que cessou a Gratificação de Atividades Técnicas Administrativa da servidora **ARLENE MARIA RIBEIRO ARRUDA**, ocupante do Cargo de VIGIA, Matrícula nº 157.443-4A, Nível 10, do quadro de Pessoal da Imprensa Oficial do Estado do Amazonas - IOA;
RESOLVE:
I - ALTERAR, a partir de 1° de junho de 2026, a Gratificações de Atividades Técnico-Administrativas aos servidores do Poder Executivo Estadual, ocupante de Cargo de Provimento efetivo, conforme abaixo especificado, no valor fixado para os respectivos níveis, da tabela constante da Lei nº 3.300 e a Lei n° 3.301, de 08 de outubro de 2008, conforme abaixo especificado:

Ord.	Nome	Cargo	Nível	
			De	Para
1	SONYARA TALITA DA ROCHA DINIZ	ASSESSOR II - AD2	12	13
2	FABRÍCIO DE OLIVEIRA DIAS	ASSESSOR IV - AD4	12	13
3	SIDNEY DE OLIVEIRA LIMA	SEGURANÇA	10	11

GABINETE DO DIRETOR-PRESIDENTE DA IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 17 de junho de 2026.

JOÃO RIBEIRO GUIMARÃES JÚNIOR
Diretor-Presidente da Imprensa Oficial do Estado do Amazonas

ROBSON TOGNI DE ALMEIDA
Secretário de Estado de Administração e Gestão

Protocolo 276155

Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Amazonas – IPEM

PORTARIA N.º 017/2026-GDP - IPEM/AM

O DIRETOR-PRESIDENTE, DO INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO AMAZONAS - IPEM/AM, no uso de suas atribuições legais, e CONSIDERANDO a edição da Lei Delegada nº. 3.301, de 08 de outubro de 2008, que dispõe sobre o vencimento e disciplina a concessão da Gratificação de Atividades Técnico-Administrativas - GATA dos servidores do Poder Executivo Estadual, ocupantes de cargos de provimento em comissão; CONSIDERANDO, ainda, o disposto na Lei nº 5.498, de 15 de junho de 2021, que regulamenta a concessão da Gratificação de Atividades Técnico-Administrativas, prevista na Lei 3.301 de 08 de outubro de 2008, dos servidores do Poder Executivo Estadual, ocupantes de cargos de provimento em comissão;

R E S O L V E:

I - ATRIBUIR, a contar de 1º. de junho de 2026, a Gratificação de Atividades Técnico-Administrativas - GATA, a servidora DARIANE DA SILVA GUIMARÃES, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor I, símbolo AD-1, no valor correspondente ao Nível 15, do Poder Executivo Estadual, ocupantes de cargo de provimento em comissão, da Tabela constante da Lei n.º 3.301, de 08 de outubro de 2008. CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE. GABINETE DO DIRETOR-PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO ESTADO DO AMAZONAS-IPEM/AM em Manaus, 09 de junho de 2026.

RENATO MARINHO BEZERRA JUNIOR
Diretor-Presidente do Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Amazonas

ROBSON TOGNI DE ALMEIDA
Secretário de Estado de Administração e Gestão

Protocolo 275844

PORTARIA N.º 018/2026-GDP - IPEM/AM

O DIRETOR-PRESIDENTE, DO INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO AMAZONAS - IPEM/AM, no uso de suas atribuições legais, e CONSIDERANDO a edição da Lei Delegada nº. 3.301, de 08 de outubro de 2008, que dispõe sobre o vencimento e disciplina a concessão da Gratificação de Atividades Técnico-Administrativas - GATA dos servidores do Poder Executivo Estadual, ocupantes de cargos de provimento em comissão; CONSIDERANDO, ainda, o disposto na Lei nº 5.498, de 15 de junho de 2021, que regulamenta a concessão da Gratificação de Atividades Técnico-Administrativas, prevista na Lei 3.301 de 08 de outubro de 2008, dos servidores do Poder Executivo Estadual, ocupantes de cargos de provimento em comissão;

R E S O L V E:

I - ATRIBUIR, a contar de 1º. de junho de 2026, a Gratificação de Atividades Técnico-Administrativas - GATA, a servidora ELLEN MONYKE ARAUJO MASSULO, para exercer o cargo de provimento em comissão de Gerente, símbolo AD-2, no valor correspondente ao Nível 14, do Poder Executivo Estadual, ocupantes de cargo de provimento em comissão, da Tabela constante da Lei n.º 3.301, de 08 de outubro de 2008. CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE. GABINETE DO DIRETOR-PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO ESTADO DO AMAZONAS-IPEM/AM em Manaus, 09 de junho de 2026.

RENATO MARINHO BEZERRA JUNIOR
Diretor-Presidente do Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Amazonas

ROBSON TOGNI DE ALMEIDA
Secretário de Estado de Administração e Gestão

Protocolo 275845

Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas – IPAAM

EDITAL Nº 10 - IPAAM, DE 16 DE JUNHO DE 2026
CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA EM CARGOS DE ANALISTA AMBIENTAL E DE ASSISTENTE AMBIENTAL, DA CARREIRA DE ESPECIALISTA EM MEIO AMBIENTE

O Diretor Presidente do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM) torna públicos o resultado final nas provas objetivas e o resultado final no concurso público para o provimento de vagas e a formação de cadastro de reserva em cargos de Analista Ambiental e de Assistente Ambiental, da carreira de Especialista em Meio Ambiente.
1 DO RESULTADO FINAL NAS PROVAS OBJETIVAS
1.1 Resultado final nas provas objetivas e resultado final no concurso, na seguinte ordem: cargo/especialidade, número de inscrição, nome do candidato em ordem de classificação final no concurso público, nota final na prova objetiva P1, nota final na prova objetiva P2, nota final e classificação final no concurso público.
1.1.1 CARGO 1: ANALISTA AMBIENTAL - ESPECIALIDADE: ADMINISTRAÇÃO
10018695, Roggerio Oliveira Estumano, 23.79, 48.00, 71.79, 1 / 10002618, Matheus Oliveira Duarte, 22.76, 45.00, 67.76, 2 / 10030805, Fernanda Jamilly de Araujo Batista, 22.76, 45.00, 67.76, 3 / 10005478, Paulo Gerri de Andrade, 24.83, 42.00, 66.83, 4.
1.1.1.1 Resultado final nas provas objetivas e resultado final no concurso dos candidatos com deficiência, na seguinte ordem: número de inscrição, nome do candidato em ordem de classificação final no concurso público, nota final na prova objetiva P1, nota final na prova objetiva P2, nota final e classificação final no concurso público.
10005478, Paulo Gerri de Andrade, 24.83, 42.00, 66.83, 1 / 10030359, Moyses Castro da Silva, 17.59, 47.00, 64.59, 2.
1.1.2 CARGO 2: ANALISTA AMBIENTAL - ESPECIALIDADE: ANÁLISE DE SISTEMAS
10032467, Alessandro Junio Ferreira Mota, 19.66, 45.83, 65.49, 1 / 10000014, Raelson de Abreu Araujo, 21.72, 42.71, 64.43, 2 / 10001610, Leonardo Maia de Lima, 19.66, 43.75, 63.41, 3 / 10030017, Rafael Barros Ramos, 20.69, 42.71, 63.40, 4.

1.1.2.1 Resultado final na prova objetiva dos candidatos com deficiência, na seguinte ordem: número de inscrição, nome do candidato em ordem de classificação final no concurso público, nota final na prova objetiva P1, nota final na prova objetiva P2, nota final e classificação final no concurso público.
10016315, Ana Paula Nunes da Silva, 20.69, 42.71, 63.40, 1 / 10009514, Joao Carlos Rodrigues de Souza Junior, 16.55, 35.42, 51.97, 2.
1.1.3 CARGO 3: ANALISTA AMBIENTAL - ESPECIALIDADE: ANTROPOLOGIA
10008881, Luciana da Silva Sales Ferreira, 21.72, 44.79, 66.51, 1 / 10005080, Felipe Pereira Juca, 19.66, 40.62, 60.28, 2.
1.1.4 CARGO 4: ANALISTA AMBIENTAL - ESPECIALIDADE: BIOLOGIA
10022177, Renato Peixoto Brandao Bravo, 25.86, 45.74, 71.60, 1 / 10019973, Allana Ataide Negreiros, 21.72, 42.55, 64.27, 2 / 10002541, Marcela Fraga da Silva Luz, 22.76, 41.49, 64.25, 3 / 10005866, Breno Laio Medeiros de Rezende, 22.76, 41.49, 64.25, 4 / 10010593, Paulo Cezar Salgado Barroso, 24.83, 38.30, 63.13, 5 / 10019695, Jessica Motta de Sousa, 20.69, 41.49, 62.18, 6 / 10028001, Anna Carolina Pereira Locatelli, 20.69, 41.49, 62.18, 7 / 10033018, Angelo de Siqueira Zerbini, 21.72, 38.30, 60.02, 8 / 10000529, Jean Clody da Cunha Nunes, 21.72, 38.30, 60.02, 9 / 10000302, Danielle Tanise Fagundes, 18.62, 40.43, 59.05, 10 / 10010882, Douglas Reis Siqueira, 19.66, 39.36, 59.02, 11 / 10011586, Eliza Maria Carvalho Coutinho Sena, 19.66, 39.36, 59.02, 12 / 10036949, Debora Sousa Lira, 23.79, 35.11, 58.90, 13 / 10015047, Pamella Leite de Sousa Assis, 18.62, 39.36, 57.98, 14 / 10001091, Mikael Martins de Souza, 18.62, 39.36, 57.98, 15.
1.1.4.1 Resultado final na prova objetiva dos candidatos com deficiência, na seguinte ordem: número de inscrição, nome do candidato em ordem de classificação final no concurso público, nota final na prova objetiva P1, nota final na prova objetiva P2, nota final e classificação final no concurso público.
10033018, Angelo de Siqueira Zerbini, 21.72, 38.30, 60.02, 1 / 10033209, Ila Morais de Brito Rocha, 21.72, 34.04, 55.76, 2 / 10031459, Mauricio Moraes Zenker, 16.55, 36.17, 52.72, 3 / 10000424, Gabriella Souza de Almeida, 16.55, 34.04, 50.59, 4 / 10014816, Carine Maria Cola, 16.55, 32.98, 49.53, 5 / 10000165, Gisele Santos Souza, 16.55, 31.91, 48.46, 6.
1.1.5 CARGO 5: ANALISTA AMBIENTAL-ESPECIALIDADE:CIÊNCIAS CONTÁBEIS
10030979, Vitor Hugo Santos Teixeira, 23.79, 49.00, 72.79, 1 / 10004132, William Castro de Freitas, 22.76, 45.00, 67.76, 2 / 10016085, Lucas Vasconcelos Priante, 22.76, 44.00, 66.76, 3 / 10001056, Koichi Yoshidome, 18.62, 48.00, 66.62, 4.
1.1.5.1 Resultado final na prova objetiva dos candidatos com deficiência, na seguinte ordem: número de inscrição, nome do candidato em ordem de classificação final no concurso público, nota final na prova objetiva P1, nota final na prova objetiva P2, nota final e classificação final no concurso público.
10001056, Koichi Yoshidome, 18.62, 48.00, 66.62, 1 / 10014354, Felipe dos Santos de Souza, 18.62, 36.00, 54.62, 2.
1.1.6 CARGO 6: ANALISTA AMBIENTAL - ESPECIALIDADE: DIREITO (BACHAREL)
10035610, Marcelo Yuri Mendonca Oliveira, 23.79, 46.87, 70.66, 1 / 10019949, Jamille Carreiro de Azevedo Lima, 22.76, 45.83, 68.59, 2 / 10011763, Daniel Benjo, 23.79, 44.79, 68.58, 3 / 10017014, Gysella da Silva Sombra, 25.86, 42.71, 68.57, 4 / 10021868, Anna Caroline Serra de Avila, 26.90, 41.67, 68.57, 5 / 10016226, Carolina Verlaine Costa Brandao, 21.72, 45.83, 67.55, 6 / 10020972, Mauricio Fonseca Martins, 20.69, 45.83, 66.52, 7 / 10000484, Ellen Kohashi de Freitas, 21.72, 44.79, 66.51, 8 / 10003276, Thais Camila Gomes Peixoto, 25.86, 40.62, 66.48, 9.
1.1.6.1 Resultado final na prova objetiva dos candidatos com deficiência, na seguinte ordem: número de inscrição, nome do candidato em ordem de classificação final no concurso público, nota final na prova objetiva P1, nota final na prova objetiva P2, nota final e classificação final no concurso público.
10011763, Daniel Benjo, 23.79, 44.79, 68.58, 1 / 10003276, Thais Camila Gomes Peixoto, 25.86, 40.62, 66.48, 2 / 10009858, Abraao Oliveira Nogueira, 20.69, 42.71, 63.40, 3 / 10000912, Laercio Bezerra de Oliveira Neto, 18.62, 37.50, 56.12, 4 / 10010417, Eleudis Lima de Souza, 15.52, 38.54, 54.06, 5 / 10001474, David Barbosa Moreira, 17.59, 36.46, 54.05, 6.
1.1.7 CARGO 7: ANALISTA AMBIENTAL - ESPECIALIDADE: ENGENHARIA AGRONÔMICA
10019624, Adalberto Rodrigues Lira Gomes, 22.76, 42.55, 65.31, 1 / 10013095, Jose Humberto Fernandes da Rocha Sobrinho, 22.76, 39.36, 62.12, 2 / 10012645, Felipe Maciel Sales, 21.72, 38.30, 60.02, 3 / 10006433, Maira Nascimento Batistello, 21.72, 38.30, 60.02, 4 / 10001385, Thiago Nunes Maciel, 18.62, 38.30, 56.92, 5 / 10013551, Rodrigo Alves Ortiz Abreu, 17.59, 38.30, 55.89, 6 / 10023775, Thiago do Prado Sotero, 20.69, 35.11, 55.80, 7 / 10021226, Ana Caroline Damasceno da Costa, 20.69, 35.11, 55.80, 8 / 10013964, Maria Jose Marques, 19.66, 35.11, 54.77, 9 / 10007683, Beatriz Meduri, 19.66, 34.04, 53.70, 10 / 10025542, Ana Luiza de Melo Souza, 19.66, 34.04, 53.70, 11 / 10005662, Victor Alves de Araujo, 15.52, 37.23, 52.75, 12 / 10037246, Matheus Reinicke Wunsche, 21.72, 30.85, 52.57, 13 / 10005815, Ian Souza dos Santos, 16.55, 34.04, 50.59, 14 / 10005008, Jefferson Costa Santos, 17.59, 32.98, 50.57, 15 / 10016774, Caio Bastos Machado, 17.59, 32.98, 50.57, 16 / 10035074, Victor Pereira Neves, 17.59, 32.98, 50.57, 17 / 10031480, Cleide Helena Santos Cardoso, 18.62, 31.91, 50.53, 18 / 10014224, Jamila Silva da Silva, 19.66, 30.85, 50.51, 19 / 10029160, Renato Eleoterio de Aquino, 17.59, 31.91, 49.50, 20 / 10023469, Kedma de Lima Pereira, 17.59, 31.91, 49.50, 21 / 10017761, Patrick Aves da Silva, 18.62, 30.85, 49.47, 22.
1.1.7.1 Resultado final na prova objetiva dos candidatos com deficiência, na seguinte ordem: número de inscrição, nome do candidato em ordem de classificação final no concurso público, nota final na prova objetiva P1, nota final na prova objetiva P2, nota final e classificação final no concurso público.
10003532, Jardson de Moura Lopes, 20.69, 28.72, 49.41, 1 / 10010656, Sabrina Siani Viana Araujo, 16.55, 30.85, 47.40, 2 / 10016876, Vanderson Ribeiro Ferreiro, 14.48, 27.66, 42.14, 3.
1.1.8 CARGO 8: ANALISTA AMBIENTAL - ESPECIALIDADE: ENGENHARIA AMBIENTAL/SANITARISTA
10014921, Angelica Rodrigues Rocha, 21.72, 37.23, 58.95, 1 / 10035545, Eraldo Seixas Coelho de Souza, 22.76, 35.11, 57.87, 2 / 10014778, Elisiane Dantas da Conceicao, 19.66, 37.23, 56.89, 3 / 10002347, Glauber Altrao Carvalho, 21.72, 35.11, 56.83, 4 / 10004120, Amanda da Costa Batista, 22.76, 34.04, 56.80, 5 / 10009991, Thais Carla Vieira Alves, 19.66, 35.11, 54.77, 6 / 10002767, Ismaily Bastos Delfino, 21.72, 32.98, 54.70, 7 / 10002440, Helton Jerry Ramos de Matos, 18.62, 35.11, 53.73, 8.
1.1.8.1 Resultado final na prova objetiva dos candidatos com deficiência, na seguinte ordem: número de inscrição, nome do candidato em ordem de classificação final no concurso público, nota final na prova objetiva P1, nota final na prova objetiva P2, nota final e classificação final no concurso público.
10007746, Marceone da Gama Araujo, 15.52, 27.66, 43.18, 1 / 10002814, Franciane Soares de Oliveira, 14.48, 25.53, 40.01, 2.
1.1.9 CARGO 9: ANALISTA AMBIENTAL - ESPECIALIDADE: ENGENHARIA CIVIL
10024963, Brenner Hayden Freire Dantas, 20.69, 33.33, 54.02, 1 / 10029394, Lucas Andre Cordeiro Costa, 23.79, 29.17, 52.96, 2 / 10010565, Samir Oliveira Salles, 24.83, 28.12, 52.95, 3 / 10004351, Joabe Nascimento de Castro, 20.69, 31.25, 51.94, 4 / 10006446, Alvaro Ramos Menezes Santos, 19.66, 31.25, 50.91, 5 / 10017090, Thaise Karoline da Silva Xavier, 20.69, 30.21, 50.90, 6 / 10018782, Elielton Barroncas Maquine da Silva, 21.72, 29.17, 50.89, 7 / 10018966, Bruno Dannilo de Almeida Firmo, 18.62, 31.25, 49.87, 8 / 10021443, Fanny Cavadini, 19.66, 30.21, 49.87, 9 / 10000026, Maria Helena Mousse Portela, 19.66, 30.21, 49.87, 10 / 10031984, Ayrton da Silveira Cunha, 20.69, 29.17, 49.86, 11.
1.1.9.1 Resultado final na prova objetiva dos candidatos com deficiência, na seguinte ordem: número de inscrição, nome do candidato em ordem de classificação final no concurso público, nota final na prova objetiva P1, nota final na prova objetiva P2, nota final e classificação final no concurso público.
10016945, Monica Jacqueline Lima Fontinelle, 18.62, 29.17, 47.79, 1.
1.1.10 CARGO 10: ANALISTA AMBIENTAL - ESPECIALIDADE: ENGENHARIA DE PESCA
10009956, Ticiana Araujo Villela, 23.79, 39.80, 63.59, 1 / 10002620, Katrine Gomes da Conceicao, 23.79, 39.80, 63.59, 2 / 10006575, Luana Simas Montenegro, 21.72, 38.78, 60.50, 3 / 10005148, Marcos Vinicios da Silva Almeida, 22.76, 34.69, 57.45, 4 / 10016301, Jessica dos Santos Lima Barbosa, 21.72, 34.69, 56.41, 5 / 10004382, Karla Almeida da Silva, 18.62, 37.76, 56.38, 6 / 10003036, Aprigio Mota Morais, 19.66, 35.71, 55.37, 7 / 10000866, Claudio Giovanio da Silva, 22.76, 31.63, 54.39, 8 / 10031583, Atila Santos Brandao, 21.72, 32.65, 54.37, 9.
1.1.10.1 Resultado final na prova objetiva dos candidatos com deficiência, na seguinte ordem: número de inscrição, nome do candidato em ordem de classificação final no concurso público, nota final na prova objetiva P1, nota final na prova objetiva P2, nota final e classificação final no concurso público.
10033865, Jefferson Willian Silveira da Conceicao, 17.59, 35.71, 53.30, 1.
1.1.11 CARGO 11: ANALISTA AMBIENTAL - ESPECIALIDADE: ENGENHARIA ELÉTRICA
10003845, Renato Klehm Rodrigues, 19.66, 34.37, 54.03, 1 / 10001278, Kayan Albuquerque Rodrigues, 19.66, 33.33, 52.99, 2 / 10023147, Sergio Ricardo Lemos de Souza, 16.55, 35.42, 51.97, 3 / 10023490, Diego Ramon Valerio de Sousa, 20.69, 31.25, 51.94, 4.
1.1.12 CARGO 12: ANALISTA AMBIENTAL - ESPECIALIDADE: ENGENHARIA FLORESTAL
10016357, Gabriel Filipetto Pagliarini, 26.90, 35.87, 62.77, 1 / 10016504, Andre Nobrega de Arruda, 21.72, 38.04, 59.76, 2 / 10003198, Aristeu Teixeira da Silva Junior, 24.83, 33.70, 58.53, 3 / 10020792, Juliane da Silva Sampaio, 22.76, 34.78, 57.54, 4 / 10006125, Deiwisson Willam da Silva Santos, 22.76, 34.78, 57.54, 5 / 10000526, Jhulia Nobrega Magno, 22.76, 33.70, 56.46, 6 / 10003675, Paulo Vinicius da Silva Santos, 23.79, 32.61, 56.40, 7 / 10028855, Igor Sergio de Jesus Dias, 24.83, 31.52, 56.35, 8 / 10034314, Loarena Leal Cruz, 18.62, 35.87, 54.49, 9 / 10000166, Samuel Freitas de Souza, 22.76, 31.52, 54.28, 10 / 10000564, Hirdes Pereira da Silva Neto, 17.59, 35.87, 53.46, 11 / 10005811, Marcelo Ferreira Faria, 17.59, 35.87, 53.46, 12 / 10002850, Dennis Lima de Noronha, 17.59, 35.87, 53.46, 13 / 10003215, Lennon Simoes Azevedo, 18.62, 34.78, 53.40, 14 / 10034921, Mauro Jose Baptista Filho, 19.66, 33.70, 53.36, 15 / 10003045,

Maria Fernanda de Paula Bentes, 20.69, 32.61, 53.30, 16 / 10002673, Thiago Matos Saltao, 21.72, 31.52, 53.24, 17 / 10007740, Rodrigo Martins Rabelo, 17.59, 34.78, 52.37, 18 / 10020443, Alex Soares de Souza, 18.62, 33.70, 52.32, 19 / 10000776, Gustavo Henrique Ferreira Maia, 18.62, 33.70, 52.32, 20 / 10010980, Amanda Cecilia Teixeira dos Santos, 19.66, 32.61, 52.27, 21 / 10022360, Gabriel Serrao Goncalves, 20.69, 31.52, 52.21, 22 / 10003246, Susane Almeida de Carvalho, 20.69, 31.52, 52.21, 23 / 10007267, Samela da Silva Teixeira, 20.69, 31.52, 52.21, 24 / 10023766, Eirie Gentil Vinhote, 21.72, 30.43, 52.15, 25 / 10001929, Helinara Lais Vieira Capucho, 16.55, 34.78, 51.33, 26 / 10036867, Ricardo Luiz Ludke, 17.59, 33.70, 51.29, 27 / 10016195, Terena do Couto Sampaio Vidal, 18.62, 32.61, 51.23, 28.

1.1.12.1 Resultado final na prova objetiva dos candidatos com deficiência, na seguinte ordem: número de inscrição, nome do candidato em ordem de classificação final no concurso público, nota final na prova objetiva P1, nota final na prova objetiva P2, nota final e classificação final no concurso público. 10034314, Loarena Leal Cruz, 18.62, 35.87, 54.49, 1 / 10002774, Karina Raiol de Moraes, 20.69, 29.35, 50.04, 2 / 10003569, Paolla Bianca Santos Coelho, 21.72, 27.17, 48.89, 3 / 10014397, Vilson de Souza Rocha, 15.52, 30.43, 45.95, 4 / 10000133, Sammy Aquino Pereira, 16.55, 26.09, 42.64, 5.

1.1.13 CARGO 13: ANALISTA AMBIENTAL - ESPECIALIDADE: ENGENHARIA QUÍMICA

10008572, Elton Pinheiro Sarah, 20.69, 39.80, 60.49, 1 / 10000349, Juliana Pereira da Silva, 21.72, 37.76, 59.48, 2 / 10003982, Vinicius Eduardo Figueiredo Praia, 20.69, 36.73, 57.42, 3 / 10003723, Fernando Araujo de Oliveira, 20.69, 36.73, 57.42, 4.

1.1.14 CARGO 14: ANALISTA AMBIENTAL - ESPECIALIDADE: GEOGRAFIA

10004931, Diego Gregorio Pezonaga de Queiroz, 24.83, 40.00, 64.83, 1 / 10033528, Oniart de Albuquerque Silva, 23.79, 40.00, 63.79, 2 / 10008824, Thamires de Souza Jabbur Ribeiro, 22.76, 39.00, 61.76, 3 / 10029800, Rodrigo de Cerqueira Nunes, 21.72, 37.00, 58.72, 4 / 10014269, Ana Betania de Souza Pimentel Martins, 21.72, 37.00, 58.72, 5 / 10004105, Joao Carlos Ferreira Junior, 20.69, 38.00, 58.69, 6 / 10032239, Cristian Felipe Rodrigues Pereira, 20.69, 38.00, 58.69, 7 / 10016740, Bruno Sarkis Vidal, 15.52, 43.00, 58.52, 8 / 10026423, Tamirys Mariano, 19.66, 37.00, 56.66, 9 / 10023230, Ricardo de Paiva Marques, 23.79, 32.00, 55.79, 10.

1.1.15 CARGO 15: ANALISTA AMBIENTAL - ESPECIALIDADE: GEOLOGIA

10032776, Ana Elisa Leal, 25.86, 42.05, 67.91, 1 / 10027121, Renato Santa Cruz do Valle, 21.72, 40.91, 62.63, 2 / 10000107, Diego Wenderson Pessoa Venancio, 23.79, 37.50, 61.29, 3 / 10024757, Savio Araujo Boto, 20.69, 38.64, 59.33, 4 / 10017637, Sara Milena da Costa Silva, 22.76, 36.36, 59.12, 5 / 10013395, Luan Alexandre Martins de Sousa, 22.76, 35.23, 57.99, 6 / 10021900, Antonio Elton da Silva Lima, 19.66, 36.36, 56.02, 7 / 10004342, Rafaela Brandao dos Santos, 21.72, 34.09, 55.81, 8 / 10003190, Maely de Carvalho Dias, 19.66, 35.23, 54.89, 9 / 10004014, Paulo Jerry Bentes Gomes, 18.62, 35.23, 53.85, 10 / 10012717, Elane Sampaio de Sousa, 18.62, 35.23, 53.85, 11 / 10009653, Vitor Luiz Pereira, 19.66, 34.09, 53.75, 12 / 10000768, Thayna Rosario do Nascimento, 19.66, 34.09, 53.75, 13 / 10022733, Eduardo da Silva Aguiar, 19.66, 32.95, 52.61, 14 / 10011958, Tayna Caroline Menezes Ramos da Silva, 20.69, 31.82, 52.51, 15.

1.1.16 CARGO 16: ANALISTA AMBIENTAL - ESPECIALIDADE: MEDICINA VETERINÁRIA

10016503, Kely Feitosa Valente, 21.72, 42.71, 64.43, 1 / 10002304, Karoline Araujo Viana, 21.72, 39.58, 61.30, 2 / 10012312, Anne Steffane Louise Alves de Souza, 21.72, 37.50, 59.22, 3 / 10008488, Debora de Oliveira Ribeiro, 22.76, 36.46, 59.22, 4 / 10004751, Vanessa Alves Aquino, 22.76, 35.42, 58.18, 5 / 10007697, Laerzio Chiesorin Neto, 19.66, 37.50, 57.16, 6 / 10008370, Emanuela Ipuchima Guimaraes Aragao, 20.69, 36.46, 57.15, 7 / 10009057, Diane Duarte Dantas, 17.59, 38.54, 56.13, 8 / 10003956, Rebeca Oliveira da Silva, 18.62, 37.50, 56.12, 9 / 10015567, Lucas dos Santos Braz, 16.55, 38.54, 55.09, 10.

1.1.16.1 Resultado final na prova objetiva dos candidatos com deficiência, na seguinte ordem: número de inscrição, nome do candidato em ordem de classificação final no concurso público, nota final na prova objetiva P1, nota final na prova objetiva P2, nota final e classificação final no concurso público. 10016503, Kely Feitosa Valente, 21.72, 42.71, 64.43, 1.

1.1.17 CARGO 17: ANALISTA AMBIENTAL - ESPECIALIDADE: PEDAGOGIA

10020940, Jaqueline Freitas Araujo Migueis, 21.72, 49.00, 70.72, 1 / 10013418, Fernanda Feitoza de Oliveira, 23.79, 46.00, 69.79, 2.

1.1.18 CARGO 18: ANALISTA AMBIENTAL - ESPECIALIDADE: QUÍMICA

10004317, Giancarlo Pessoa do Nascimento, 20.69, 36.73, 57.42, 1 / 10008517, Icaro Noe Caixeta, 17.59, 37.76, 55.35, 2 / 10029085, Ianni de Oliveira Correa, 18.62, 35.71, 54.33, 3 / 10004253, Larissa de Jesus Facanha, 20.69, 30.61, 51.30, 4 / 10003746, Mariana do Nascimento Guimaraes, 18.62, 32.65, 51.27, 5 / 10020260, Geovandro Hercules de Souzanobre, 16.55, 34.69, 51.24, 6 / 10010218, Lianet Aguilera Dominguez, 18.62, 30.61, 49.23, 7 / 10000353, Orlando Amazonas da Rocha Loureiro Paes, 18.62, 30.61, 49.23, 8 / 10018725, Eidi Nishiwaki, 17.59, 31.63, 49.22, 9 / 10028048, Brenna Kesia Ferreira da Silva, 17.59, 30.61, 48.20, 10 / 10003588, Giovanna Mayssa Pinheiro Costa, 17.59, 30.61, 48.20, 11 / 10022975, Agmar Jose de Jesus Silva, 16.55, 31.63, 48.18, 12.

1.1.18.1 Resultado final na prova objetiva dos candidatos com deficiência, na seguinte ordem: número de inscrição, nome do candidato em ordem de classificação final no concurso público, nota final na prova objetiva P1, nota final na prova objetiva P2, nota final e classificação final no concurso público. 10031835, Hebert de Andrade Ferreira, 14.48, 31.63, 46.11, 1 / 10028363, Rosiane Freire Araujo, 16.55, 28.57, 45.12, 2 / 10021828, Jonas Silva Pacheco, 16.55, 24.49, 41.04, 3 / 10002015, Israel da Silva Soares, 15.52, 24.49, 40.01, 4.

1.1.19 CARGO 19: ANALISTA AMBIENTAL - ESPECIALIDADE: SOCIOLOGIA

10019375, Andre Luis Borges Martins, 20.69, 47.96, 68.65, 1 / 10003779, Kely Cassia Davi, 19.66, 42.86, 62.52, 2 / 10023247, Claudio Vinicius Lima Menezes, 20.69, 39.80, 60.49, 3.

1.1.20 CARGO 20: ASSISTENTE AMBIENTAL - ESPECIALIDADE: ASSISTÊNCIA AMBIENTAL

10015760, Madalena Magalhaes Figueiredo, 16.00, 38.00, 54.00, 1 / 10004533, Breno Silva do Nascimento, 17.00, 37.00, 54.00, 2 / 10010098, Luana Tavares Reis Vieira, 17.00, 36.00, 53.00, 3 / 10014322, Lucia Cecilia Guedes da Silva Mendes, 16.00, 36.00, 52.00, 4 / 10014093, Jose Francisco Bonates Correa Neto, 15.00, 36.00, 51.00, 5 / 10025257, Julianne da Silva Hounsell Nascimento, 16.00, 35.00, 51.00, 6 / 10030461, Yasmin Reis Nunes, 16.00, 35.00, 51.00, 7 / 10005458, Caio Villeno Marques Araujo, 17.00, 34.00, 51.00, 8 / 10035005, Felipe Severo Cerquinho Dantas, 17.00, 34.00, 51.00, 9 / 10018150, Leticia Victoria Costa Ribeiro, 17.00, 34.00, 51.00, 10 / 10033227, David Guimaraes de Barros, 18.00, 33.00, 51.00, 11 / 10010952, Andrews Barbosa Valente, 14.00, 36.00, 50.00, 12 / 10012197, Giovana Teles Franca de Albuquerque, 14.00, 36.00, 50.00, 13 / 10028777, Tilara Fonseca Fernandes, 15.00, 35.00, 50.00, 14 / 10015130, Jairo Dias Spinola Neto, 16.00, 34.00, 50.00, 15 / 10002400, Robson Andrade da Silva, 16.00, 34.00, 50.00, 16 / 10001601, Gabriel Teles Leal, 16.00, 34.00, 50.00, 17 / 10027205, Isabela Neves Serafim, 17.00, 33.00, 50.00, 18 / 10031863, Karla Taynara da Silva Santos, 12.00, 37.00, 49.00, 19 / 10032507, Grazielle Magno de Araujo, 14.00, 35.00, 49.00, 20 / 10010742, Nicole de Souza Farias, 14.00, 35.00, 49.00, 21 / 10006498, Felipe Lima Prata, 14.00, 35.00, 49.00, 22 / 10015037, Jhenifer de Souza Mota Evangelista, 15.00, 34.00, 49.00, 23 / 10017215, Raquel Marques Fonseca, 15.00, 34.00, 49.00, 24 / 10005829, Jose Victor Silva Braule Pinto, 15.00, 34.00, 49.00, 25 / 10022277, Lucas Afonso Lopes de Castro, 15.00, 34.00, 49.00, 26 / 10001514, William de Lima e Silva, 16.00, 33.00, 49.00, 27 / 10002928, Renan Silva Mendes Flores, 16.00, 33.00, 49.00, 28 / 10030202, Liane Dias de Souza, 12.00, 36.00, 48.00, 29 / 10000327, Adria Maria Matos Teles, 12.00, 36.00, 48.00, 30 / 10004246, Raimundo Silva Feitosa, 13.00, 35.00, 48.00, 31 / 10008136, Ana Cristina de Souza Loureiro, 14.00, 34.00, 48.00, 32 / 10024377, Anderson Gabriel da Silva Pereira, 14.00, 34.00, 48.00, 33 / 10015429, Ana Beatriz de Almeida Lira, 14.00, 34.00, 48.00, 34 / 10022657, Pedro Brito Motta, 14.00, 34.00, 48.00, 35 / 10011852, Kaio Vinicius Effgem de Oliveira, 14.00, 34.00, 48.00, 36 / 10020859, Endyara Ermino Saraiva, 15.00, 33.00, 48.00, 37 / 10004517, Arthur Oliveira Reis, 15.00, 33.00, 48.00, 38 / 10032312, Lorena Jade Lucena Negreiros, 15.00, 33.00, 48.00, 39 / 10036326, Jose Bruno Oliveira de Oliveira, 15.00, 33.00, 48.00, 40 / 10020159, Joao Guilherme Guerra Pacifico, 15.00, 33.00, 48.00, 41 / 10031759, Rodrigo Henrique da Silva Padua, 15.00, 33.00, 48.00, 42 / 10018261, Paulo Henrique Alves Guimaraes, 16.00, 32.00, 48.00, 43 / 10013251, Victoria Pontes Rocha, 16.00, 32.00, 48.00, 44 / 10031328, Jose Yago Mendes Maciel, 16.00, 32.00, 48.00, 45 / 10003993, Otavio Amazonas Gomes Neto, 16.00, 32.00, 48.00, 46 / 10028158, Laura Loureiro Gomes, 18.00, 30.00, 48.00, 47 / 10000630, Jean Clody da Cunha Nunes, 11.00, 36.00, 47.00, 48 / 10000423, Erick Ribeiro Costa, 12.00, 35.00, 47.00, 49 / 10013654, Tiago Marques Nogueira, 12.00, 35.00, 47.00, 50 / 10017108, Gabrielly Branches de Aragao, 12.00, 35.00, 47.00, 51 / 10003387, Joyce Nazare Araujo de Souza, 13.00, 34.00, 47.00, 52 / 10012208, Ingra do Socorro Araujo Coelho, 13.00, 34.00, 47.00, 53 / 10007597, Priscilene Oliveira da Silva, 13.00, 34.00, 47.00, 54 / 10006438, Liliam Santos da Costa, 13.00, 34.00, 47.00, 55 / 10015781, Thiane Feitoza de Souza, 14.00, 33.00, 47.00, 56 / 10019801, Gabriel Ermino Saraiva, 14.00, 33.00, 47.00, 57 / 10010788, Felipe da Silveira Aguila, 14.00, 33.00, 47.00, 58 / 10002633, Matheus Oliveira Duarte, 14.00, 33.00, 47.00, 59 / 10032694, Mariza Hidalgo Chicre Viana, 14.00, 33.00, 47.00, 60 / 10025491, Izabelly Santiago Souza de Almeida, 15.00, 32.00, 47.00, 61 / 10020844, Bruna Oliveira da Silva, 15.00, 32.00, 47.00, 62 / 10005996, Larissa Neves Quadros, 15.00, 32.00, 47.00, 63 / 10009785, Pietro Lima Locks Guimaraes, 15.00, 32.00, 47.00, 64 / 10034930, Mauro Jose Baptista Filho, 15.00, 32.00, 47.00, 65 / 10022575, Karolina Pimenta Torres, 15.00, 32.00, 47.00, 66 / 10007737, Marcela Fraga da Silva Luz, 16.00, 31.00, 47.00, 67 / 10006103, Kaina Bruno Brazao, 16.00, 31.00, 47.00, 68 / 10018427, Leonardo Lima Guimaraes, 17.00, 30.00, 47.00, 69 / 10018037, Wladia Raquel de Lima e Souza, 10.00, 36.00, 46.00, 70 / 10024140, Elidiane Nogueira do Nascimento, 10.00, 36.00, 46.00, 71 / 10030217, Jeniffer Reis Brasil, 10.00, 36.00, 46.00, 72 / 10021024, Juliane Melo da Silva, 10.00, 36.00, 46.00, 73

/ 10021540, Mauricio Soares Bechman, 12.00, 34.00, 46.00, 74 / 10021253, Eva Jenifer Pinheiro da Silva, 12.00, 34.00, 46.00, 75 / 10035053, Julia Eudoxia Decaris Rolim, 12.00, 34.00, 46.00, 76 / 10005166, Millena Gomes de Oliveira Barbosa, 12.00, 34.00, 46.00, 77 / 10027140, Vivian Pascareli Oliveira Figliuolo, 12.00, 34.00, 46.00, 78 / 10026653, Renan Wener Alcantara Xavier, 12.00, 34.00, 46.00, 79 / 10014360, Fernanda Yasmim Melo Moraes, 12.00, 34.00, 46.00, 80 / 10016708, Leonardo Carpina Farias Guimaraes, 12.00, 34.00, 46.00, 81 / 10031338, Lindamir Bezerra da Costa, 13.00, 33.00, 46.00, 82 / 10001477, Joseany Martins Ferreira, 13.00, 33.00, 46.00, 83 / 10005298, Renan Roger de Araujo Gomes, 13.00, 33.00, 46.00, 84 / 10032563, Eber Nogueira Miranda, 13.00, 33.00, 46.00, 85 / 10000738, Luana da Silva Lima, 13.00, 33.00, 46.00, 86 / 10028316, Joelson Elesbao de Oliveira Werdam, 13.00, 33.00, 46.00, 87 / 10006751, Vanderly Paulineli Frota Ximenes Aragao, 14.00, 32.00, 46.00, 88 / 10004189, Ronaldo Martins dos Santos, 14.00, 32.00, 46.00, 89 / 10022608, Gustavo Farias de Moraes, 14.00, 32.00, 46.00, 90 / 10030744, Lindamara de Lima Castro Oliveira, 14.00, 32.00, 46.00, 91 / 10018613, Bernardo dos Santos Froes, 14.00, 32.00, 46.00, 92 / 10007937, Franklin Souza do Vale, 14.00, 32.00, 46.00, 93 / 10003958, Breno Teixeira Messias, 14.00, 32.00, 46.00, 94 / 10032784, Ana Elisa Leal, 15.00, 31.00, 46.00, 95 / 10000231, Camila Leite Duarte, 15.00, 31.00, 46.00, 96 / 10014366, Felipe dos Santos de Souza, 15.00, 31.00, 46.00, 97 / 10033409, Lia dos Santos Costa, 15.00, 31.00, 46.00, 98 / 10000106, Mateus Henrique Braga Coutinho, 15.00, 31.00, 46.00, 99 / 10034764, Giovana Picanco Alvarenga, 15.00, 31.00, 46.00, 100 / 10029241, Luiz Augusto das Chagas de Oliveira, 15.00, 31.00, 46.00, 101 / 10026871, Murilo Castro Storch, 15.00, 31.00, 46.00, 102 / 10030757, Luciano Izidio de Oliveira, 10.00, 35.00, 45.00, 103 / 10012186, Aline Araujo Patricio Lima, 10.00, 35.00, 45.00, 104.

1.1.20.1 Resultado final na prova objetiva dos candidatos com deficiência, na seguinte ordem: número de inscrição, nome do candidato em ordem de classificação final no concurso público, nota final na prova objetiva P1, nota final na prova objetiva P2, nota final e classificação final no concurso público. 10014366, Felipe dos Santos de Souza, 15.00, 31.00, 46.00, 1 / 10002486, James Aranha Rodrigues, 13.00, 32.00, 45.00, 2 / 10016493, Kely Feitosa Valente, 11.00, 33.00, 44.00, 3 / 10000646, Gabriella Souza de Almeida, 11.00, 33.00, 44.00, 4 / 10030207, Thales Sousa Garcez, 11.00, 32.00, 43.00, 5 / 10024493, Epaminondas Beleza de Gusmao, 10.00, 32.00, 42.00, 6 / 10008154, Kleiton Morais da Silva, 11.00, 31.00, 42.00, 7 / 10005716, Jessica Santos Moura, 12.00, 30.00, 42.00, 8 / 10004098, Gustavo Rabelo Fernandes, 11.00, 30.00, 41.00, 9 / 10030229, Ramisses de Souza Miranda, 10.00, 30.00, 40.00, 10 / 10007742, Marceone da Gama Araujo, 11.00, 29.00, 40.00, 11 / 10007685, Flavia Carlos de Souza, 11.00, 29.00, 40.00, 12 / 10027585, Jonatas de Castro Fonseca, 10.00, 29.00, 39.00, 13 / 10017446, Marcia de Jesus Fernandes, 11.00, 28.00, 39.00, 14 / 10026516, Nillton Jullio de Queiroz Pimenta, 14.00, 25.00, 39.00, 15 / 10002744, Diego Pinto de Oliveira, 10.00, 28.00, 38.00, 16 / 10025915, Danilo da Cunha e Silva Gomes, 10.00, 28.00, 38.00, 17 / 10022961, Joelison Ferreira Sampaio, 10.00, 28.00, 38.00, 18 / 10012836, Itaciara Teixeira Barreto, 11.00, 27.00, 38.00, 19 / 10004140, Auxiliadora Larissa Sotero de Araujo, 11.00, 27.00, 38.00, 20 / 10024317, Ciro Pinto Muniz, 11.00, 27.00, 38.00, 21 / 10017652, Isaias Leandro Amaral, 12.00, 26.00, 38.00, 22 / 10009269, Andrew Daniel Guedes Ribeiro, 10.00, 27.00, 37.00, 23 / 10001804, Gabriela Repolho de Andrade, 10.00, 27.00, 37.00, 24 / 10002087, Helen Emilly Cardoso Felinto, 10.00, 27.00, 37.00, 25 / 10034295, Esther Maria Oliveira de Souza, 10.00, 26.00, 36.00, 26 / 10031380, Thales Nunes Guimaraes, 10.00, 26.00, 36.00, 27 / 10005365, Luiz Carlos Caldeira dos Santos, 10.00, 25.00, 35.00, 28.

2 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1 O resultado final no concurso público fica devidamente homologado pelo Diretor-Presidente do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas.

Gabinete da Presidência do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas - IPAAM, em Manaus, 16 de junho de 2026.

GUSTAVO PICANÇO FEITOZA
Diretor - Presidente

Protocolo 275840

Centro de Educação Tecnológica do Amazonas – CETAM

ESPÉCIE: 4º Termo Aditivo ao Contrato n.º 010/2022-Cetam; **DATA DA ASSINATURA:** 09/06/2026; **PARTES:** CENTRO DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO AMAZONAS - Cetam e MARIA DE FATIMA AYDEN DE OLIVEIRA. **OBJETO:** Prorrogação do prazo de vigência por mais 12 (doze) meses, para atender às necessidades deste Cetam. **VALOR:** O valor mensal é de R$ 12.152,00 (doze mil cento e cinquenta e dois reais), sendo o valor global de R$ 145.824,00 (cento e quarenta e cinco mil oitocentos e vinte e quatro reais). **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**: PROGRAMA DE TRABALHO: 12.122.0001.2001.0001, NATUREZA DA DESPESA: 33903615; FONTE DE RECURSO: 1.500.1000.0000.0000; tendo sido emitida a NOTA DE EMPENHO n.º 2026NE0000457, no valor de R$ 12.152,00 (doze mil cento e cinquenta e dois reais), ficando o saldo remanescente no valor de R$ 133.672,00 (cento e trinta e três mil e seiscentos e setenta e dois reais), a ser empenhado às custas do presente exercício e exercício vindouro. **VIGÊNCIA:** 09/06/2026 a 09/06/2027. **FUNDAMENTO DO ATO** - Processo Administrativo N.º 01.01.028201.001384/2026-30- Cetam**.** Manaus/AM, 17 de junho de 2026.

SIDILANDE PICANÇO FERREIRA
Diretor-Presidente do Centro de Educação Tecnológica do Amazonas

Protocolo 275952

Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados e Contratados do Estado do Amazonas – ARSEPAM

PORTARIA N.º 069/2026 - GDP/ARSEPAM

O DIRETOR-PRESIDENTE, **DA AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS E CONTRATADOS DO ESTADO DO AMAZONAS - ARSEPAM**, no uso de suas atribuições legais e;

RESOLVE:

I - TRANSFERIR as Férias referente ao Exercício de 2026, **por imperiosa necessidade de serviço**, de acordo com o estabelecido na Portaria nº 152/2025 - GDP/ARSEPAM, de 28/11/2025:

ORD.	SERVIDOR	MATRÍCULA	EXERCÍCIO	DIAS
JULHO 2026				
01	Adimar de Melo Carneiro	010.953-3G	2026	30
02	Amaliza Evangelista da Costa	195.669-8D	2026	30

Manaus, 17 de junho de 2026.

RICARDO MENDES LASMAR
Diretor-Presidente da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados e Contratados - ARSEPAM

Protocolo 275834

Agência de Defesa Agropecuária e Florestal do Estado do Amazonas – ADAF

RESENHA DE LIBERAÇÃO DE ADIANTAMENTO
PORTARIA Nº 259/2026 - ADAF

I - AUTORIZAR, a liberação de adiantamento ao servidor - WHALER DE ARAÚJO PERNAMBUCO, Matrícula G264948 na rubrica 33903089 Material de Consumo no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Prazo de Aplicação: 90 (noventa) dias.

Prestação de Contas: 30 (trinta) dias.

GABINETE DO DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA E FLORESTAL DO ESTADO AMAZONAS, em Manaus, 17 de Junho de 2026.

JOSÉ AUGUSTO CORRÊA LIMA OMENA
Diretor-Presidente da Agência de Defesa Agropecuária e Florestal

Protocolo 275933

RESENHA DE LIBERAÇÃO DE ADIANTAMENTO
PORTARIA Nº 260/2026 - ADAF

I - AUTORIZAR, a liberação de adiantamento a servidora - DAIANE CHAPARRO DA SILVA, Matrícula G273248 na rubrica 33903989 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Prazo de Aplicação: 90 (noventa) dias.

Prestação de Contas: 30 (trinta) dias.

GABINETE DO DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA E FLORESTAL DO ESTADO AMAZONAS, em Manaus, 17 de Junho de 2026.

JOSÉ AUGUSTO CORRÊA LIMA OMENA
Diretor-Presidente da Agência de Defesa Agropecuária e Florestal

Protocolo 275934

Fundação Centro de Controle de Oncologia do Estado do Amazonas – FCECON

EXTRATO: TERMO DO CONTRATO N° 11/2026.

Partes contratantes: FCECON e SOCIEDADEDE CLINICA MEDICA DO AMAZONAS LTDA. Objeto: serviços médicos em infectologia. Vigência: 06 (seis) meses de 15/06/2026 a 15/012/2026. Valor global R$ 91.203,06(noventa e um mil, duzentos e três reais e seis centavos). PT: 10.302.3305.2250.001; ND: 33903401; Processo Adm.: 01.02.017301.000089/2026-58-FCECON. Gabinete do Diretor Presidente.

Manaus. 16 de junho de 2026.

GERSON ANTONIO DOS SANTOS MOURÃO
Diretor-Presidente da Fundação Centro de Controle de Oncologia do Estado do Amazonas - FCECON

Protocolo 275874

EXTRATO: 1°TERMO ADITIVO DO CONTRATO N° 30/2025.

Partes contratantes: FCECON e MDASC OBRAS DE ALVENARIA LTDA. Objeto: prorrogação do prazo de vigência. Vigência: 120 (cento e vinte) dias de 03/06/2026 a 30/09/2026; Processo Adm.:01.02.017301.01760/2026-88-FCECON. Gabinete do Diretor Presidente.

Manaus. 15 de junho de 2026

GERSON ANTONIO DOS SANTOS MOURÃO
Diretor-Presidente da Fundação Centro de Controle de Oncologia do Estado do Amazonas - FCECON

Protocolo 275875

DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 019/2026-FCECON

O DIRETOR PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CENTRO DE CONTROLE DE ONCOLOGIA-FCECON, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO o teor da **ATA DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2026-FCECON**, constante no Processo nº 01.02. 17301.001811/2026-71 (FCECON);
CONSIDERANDO ainda a inexistência de qualquer recurso pendente no referido processo;
RESOLVE:
I - HOMOLOGAR o resultado da **ATA DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2026-FCECON**, referente a contratação de pessoas jurídicas especializadas em **CIRURGIA ONCOLÓGICA**, **COMPREENDENDO CONSULTAS**, **SOLICITAÇÃO DE EXAMES E ACOMPANHAMENTO PÓS-OPERATÓRIO E INTERNAÇÃO ATÉ ALTA HOSPITALAR**.
II - ADJUDICAR as empresas **ICEA INSTITUTO DE CIRURGIA DO ESTADO DO AMAZONAS LTDA**, vinculada ao CNPJ: 63.689.681/0001-67 e a empresa **CADOM - CIRURGIA DO APARELHO DIGESTIVO**, **BARIATRICA**, **METABOLICA LTDA**, vinculada ao CNPJ: 14.930.339/0001-00, como vencedoras, no valor global de **R$ 6.840.883,20 (seis milhões**, **oitocentos e quarenta mil**, **oitocentos e oitenta e três reais e vinte centavos)**.
GABINETE DO DIRETOR PRESIDENTE DA FCECON, em Manaus, 17 de junho de 2026.

GERSON ANTONIO DOS SANTOS MOURÃO
Diretor-Presidente da Fundação Centro de Controle de Oncologia do Estado do Amazonas - FCECON

Protocolo 275868

Fundação Hospitalar de Hematologia e Hemoterapia do Amazonas – FHEMOAM

EXTRATO Nº 075/2026 - HEMOAM

ESPÉCIE: 2º Termo Aditivo ao Contrato p/ Prestação de Serviços p/ Locação de Equipamentos Laboratoriais p/ Detecção de Hemoglobinas Variantes - Triagem Neonatal c/ Fornecimento de Insumos nº 17/2025 - HEMOAM; **ASSIN.:** 11/6/2026. **PARTES: HEMOAM** e **A. R. RODRIGUEZ** & **CIA LTDA**; **OBJETO:** Prorrogar por 12 meses o Serviço de Locação de Equipamentos Laboratoriais p/ Detecção de Hemoglobinas Variantes - Triagem Neonatal, c/ Fornecimento de Insumos, Reagentes, Treinamento, Instalação, Interfaceamento e Manutenções (Preventivas, Preditivas e Corretivas), p/ atender as necessidades da Fundação; **VIGÊNCIA:** 12/6/2026 a 11/6/2027; **VALOR GLOBAL:** R$ 888.369,60 (Oitocentos e oitenta e oito mil, trezentos e sessenta e nove reais, sessenta centavos); **DOT. ORÇAM.:** As despesas c/ a execução deste aditamento correrão à conta da dotação orçamentária constantes na NE a ser emitida pela Contratante/Locatária, no exercício financeiro vigente e vindouro; **PE Nº 113/2025-CSC (ARP Nº 166/2025-1)**, c/ base no **Art. 29** c/c **84,** § **Único**, **Lei Federal nº 14.133/2021** c/c **Decreto Estadual nº 47.133/2023**, homologado no DOE de 20/5/2025, Poder Executivo - Seção II, pág. 12. **PROC. ADM.:** 2578/2026-34 - SIGED. Manaus, 15/6/2026.

SÉRGIO ROBERTO LOPES ALBUQUERQUE
Diretor-Presidente, em exercício.

Protocolo 275927

Fundação de Vigilância em Saúde do Amazonas - Dra. Rosemary Costa Pinto – FVS-RCP

ERRATA DA PORTARIA Nº 019/2019-GRH/DAF/FVS-RCP.

Sede: Referente a Licença Especial do servidor **Deleon Marinho de Souza**, matrícula 206.312-3 A, na parte período; **onde-se lê:** 08.04.2010 a 08.04.2015, **leia-se:** 08.04.2010 a 07.04.2015; referente a Licença Especial do servidor **Emanoel Mário Santos da Silva**, matrícula 206.497-8 A, na parte período; **onde-se lê:** 07.04.2010 a 07.04.2015, **leia-se:** 07.04.2010 a 06.04.2015;
Disa Norte: Referente a Licença Especial do servidor **Antônio Lúcio Coelho de Oliveira**, matrícula 206.424-3 A, na parte período; **onde-se lê:** 28.04.2010 a 28.04.2015, **leia-se:** 28.04.2010 a 27.04.2015, a contar de 03.12.2018 a 02.03.2019;
Cientifique-se, **Cumpra-se**, **Publique-se. Gabinete da Diretora-Presidente da FVS-RCP**, em Manaus, 15 de junho de 2026.

TATYANA COSTA AMORIM RAMOS
Diretora Presidente da Fundação de Vigilância em Saúde do Amazonas - Dra. Rosemary Costa Pinto

Protocolo 275880

ERRATA DA PORTARIA Nº 008/2026-GRH/DAF/FVS-RCP, referente a Licença para Tratamento de Interesses Particulares da servidora **Marina Marília de Medeiros**, matrícula 265.454-3 B, na parte período; **onde-se lê:** 08.01.2026 a 07.07.2028, **leia-se:** 08.01.2026 a 07.01.2028.
Cientifique-se, **Cumpra-se**, **Publique-se. Gabinete da Diretora-Presidente da FVS-RCP**, **em Manaus**, 15 de junho de 2026.

TATYANA COSTA AMORIM RAMOS
Diretora Presidente da Fundação de Vigilância em Saúde do Amazonas - Dra. Rosemary Costa Pinto

Protocolo 275881

PORTARIA N° 073/2026/GRH/DAF/FVS-RCP.

A Diretora Presidente da Fundação de Vigilância em Saúde do Amazonas "**Dra. Rosemary Costa Pinto**", no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei 4.163 de 09 de março de 2015 e Lei Delegada n° 123, de 31 de outubro de 2019; e;
Considerando o disposto na PRT GM/MS N° 6, de 28 de setembro de 2017 e PRT N° 0133/2023/DIPRE/FVS-RCP, de 28 de setembro de 2023;
Considerando o que preconiza o Art. 2° e seus incisos da Lei 13.709, de 14 de agosto de 2018;
Considerando MEMORANDO Nº 030/2026-GOF/FVS-RCP;
Resolve: ALTERAR na Portaria nº 052/2026/GRH/DAF/FVS-RCP, o valor do Incentivo à Produtividade concedido às servidoras Leidiane Gonçalves da Conceição, de R$ 2.000,00 (dois mil reais) para R$ 3.000,00 (três mil reais) e Maria Roziane da Silva Pessoa, de R$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) para R$ 3.000,00 (três mil reais), a partir de julho de 2026.
Cientifique-se, **Cumpra-se**, **Publique-se. Gabinete da Diretora-Presidente da FVS-RCP**, em Manaus, 15 de junho de 2026.

TATYANA COSTA AMORIM RAMOS
Diretora Presidente da Fundação de Vigilância em Saúde do Amazonas - Dra. Rosemary Costa Pinto

Protocolo 275883

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPEAM

EDITAL

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas, através de sua Ordenadora de Despesa, designada pela Portaria n.º 005/2025- GAB/FAPEAM, publicada no D.O.E. de 13 de janeiro de 2025, no uso de suas atribuições, NOTIFICA, pelo presente edital, o Sr. Sérgio Luiz Ferreira Gonçalves, CPF: ***.056.872-**, a comparecer, no prazo de 15 (quinze) dias, à sede deste Órgão, sito a Av. Prof. Nilton Lins, N.º 3259 (Universidade Nilton Lins), Bloco K, Flores - CEP: 69058-030, Manaus-AM, a fim de tomar ciência sobre os procedimentos e atos provenientes do Processo Administrativo nº 01.02.016301.000122/2024-15, no qual figura como interessado.
Os autos desse mencionado processo podem ser consultados, em horário comercial, na sede deste Órgão.

KAREN VILANY DOS SANTOS GONÇALVES
Ordenadora de Despesas por Delegação

Protocolo 275920

EXTRATO

Espécie: Quarto Termo Aditivo ao Contrato n.º 005/2023. Processo: 01.02.016301.000679/2026-18 - FAPEAM. Data de Assinatura: 17/06/2026. Partes: FAPEAM, de CNPJ n.º 05.666.943/0001-71 (CONTRATANTE), e Vianatur Viana Turismo LTDA, de CNPJ n.º 04.156.527/0001-60 (CONTRATADA). Objeto: prorrogação do prazo de vigência do Contrato n.º 005/2023 por mais 12 (doze) meses. Prazo de Vigência: de 04/07/2026 a 03/07/2027. Valor do Termo Aditivo: R$ 510.599,51 (quinhentos e dez mil, quinhentos e noventa e nove reais e cinquenta e um centavos). Dotação Orçamentária: U.O.: 16301. Programa de Trabalho: 19.573.3306.2695.0011. Natureza da Despesa: 33903301. Fonte: 1.500.1000.0000.0000. Nota de Empenho nº 2026NE0000950 emitida em 28/05/2026, no valor de R$ 22.753,79 (vinte e dois mil, setecentos e cinquenta e três reais e setenta e nove centavos); e Unidade Orçamentária: UO: 16301, Programa de Trabalho: 19.573.3306.2695.0011, Natureza da Despesa: 33903302, Fonte: 1.500.1000.0000.0000, tendo sido emitida Nota de Empenho nº 2026NE000951, em 28/05/2026, no valor de R$ 19.796,17 (dezenove mil, setecentos e noventa e seis reais e dezessete centavos). Manaus, 17 de junho de 2026.

MARCIA PERALES MENDES SILVA
Diretora-Presidente da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Amazonas - FAPEAM

Protocolo 275935

Universidade do Estado do Amazonas - UEA

ESPÉCIE: 1º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA Nº 091/2025

DATA DE ASSINATURA: 31 de março de 2026; PARTES: Universidade do Estado do Amazonas (UEA) e ENVISION INDUSTRIA DE PRODUTOS ELETRONICOS LTDA. com interveniência da Fundação de Apoio e Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Amazonas FADECT-AM; OBJETO: Em razão do disposto no §2º do art. 31 do Decreto nº 10.521/2020 e §3º do art. 17 da Resolução CAS nº 71 de 06/05/2016, as convenentes de comum acordo, informam que do valor de R$ 1.286.300,52 (Um milhão, duzentos e oitenta e seis mil e trezentos reais e cinquenta e dois centavos), destinado ao desenvolvimento do projeto intitulado “Plataforma Avançada de Orquestração e Gestão de Gêmeos Digitais com AAS (Asset Administration Shells)”, ano calendário 2025, o montante de R$ 246.408,94 (Duzentos e quarenta e seis mil, quatrocentos e oito reais e noventa e quatro centavos), refere-se a recursos antecipados para continuidade das atividades ao longo do ano calendário de 2026, conforme será registrado nos respectivos Relatórios Demonstrativos; FUNDAMENTO DO ATO: Processo Administrativo nº 01.02.011304.010782/2026-22.

ANDRÉ LUIZ NUNES ZOGAHIB
Reitor da Universidade do Estado do Amazonas

Protocolo 275871

PORTARIA Nº 531/2026 - GR/UEA

O REITOR DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais e estatutárias e, **CONSIDERANDO**, o Processo nº 01.02.011304.005672/2026-49 e o Edital 051/2026, objeto do Processo Seletivo Simplificado do Curso de Engenharia de Controle e Automação da Escola Superior de Tecnologia da Universidade do Estado do Amazonas. **RESOLVE: I - CONSTITUIR** as Bancas Examinadoras para contratação temporária de Professor para a Universidade do Estado do Amazonas. **II - COMPOR** a Bancas Examinadoras do Processo Seletivo Simplificado com os seguintes membros:

BANCA EXAMINADORA - Controle e Automação
Dr. José Ruben Sicchar Vilchez - Presidente
Dr. Miguel Angel Orellana Postigo - Membro
Dr. Raimundo Corrêa de Oliveira - Membro

BANCA EXAMINADORA - Eletrônica e Circuitos Elétricos para Controle
Dr. Walter Andrés Vermehren Valenzuela - Presidente
Dr. Ricardo Barboza - Membro
Dra. Marlene Araújo Faria - Membro

REITORIA DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 16 de junho de 2026.

ANDRÉ LUIZ NUNES ZOGAHIB
Reitor da Universidade do Estado do Amazonas

Protocolo 275842

PORTARIA Nº 007/2026 - PROGRAD/UEA

O PRÓ-REITOR DE ENSINO DE GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, **CONSIDERANDO** o levantamento realizado pela Secretaria Acadêmica Geral, em atendimento à Resolução nº 014/2025 - CONSUNIV/UEA, de 12 de dezembro de 2024; **CONSIDERANDO** a Resolução Nº 02/2006, de 03 de março de 2006 e a Resolução nº 083/2014, de 23 de dezembro de 2014, **CONSIDERANDO** as Resolução nº 014/2025 - CONSUNIV/UEA, de 12 de dezembro de 2024, que aprova às normas relativas ao ato de desligamento de aluno do curso de graduação, de oferta regular, do cadastro discente da Universidade do Estado do Amazonas; **CONSIDERANDO** o Edital Público de Notificação Nº 001/2026 - PROGRAD/UEA, de de 06 de abril de 2026, referente aos Estudantes que se encontram em risco de desligamento dos cursos de Graduação, de oferta regular. **RESOLVE: I - DESLIGAR** do cadastro discente da UEA, por abandono de atividades escolares, os alunos de graduação, oferta regular, das Unidades Acadêmicas, conforme anexo desta Portaria, à disposição dos interessados no site www.uea.edu.br; **II - DETERMINAR** que a presente Portaria e anexos sejam publicados nos murais das Unidades, Centros e Núcleos Acadêmicos.

PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 16 de junho de 2026.

RAIMUNDO DE JESUS TEIXEIRA BARRADAS
Pró-Reitor de Ensino de Graduação da Universidade do Estado do Amazonas

Protocolo 275905

PORTARIA Nº 42/2026 - CAEG

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso das atribuições legais e estatutárias, e; **CONSIDERANDO** o que determina os Arts. 5º e 13 da **Resolução Nº. 10/2017-CONSUNIV/UEA**, de 15/03/2017, que dispõem sobre revalidação de diplomas de curso de graduação expedidos por estabelecimentos estrangeiros de ensino superior; **CONSIDERANDO** o que consta do **Processo nº. 01.02.011304.005457/2021-33 (SIGED)**; **CONSIDERANDO**, por fim, o parecer favorável da Comissão de Revalidação de Diplomas do curso de Bacharelado em Direito, constituída pela Portaria nº. 05/2022-PROGRAD/UEA; **RESOLVE: CONCEDER**, ad referendum da Câmara de Ensino de Graduação (CAEG), a Revalidação do Diploma de Graduação a **SRA. CAROLINA CAMPOS DE SIFUENTE**, graduada en “Abogado” expedido pela Universidad de Margarita Pedro Augusto Beauperthun Urich, da República Bolivariana da Venezuela, por sua similaridade e equivalência ao Curso de Bacharelado em Direito da Escola de Direito (ED), da Universidade do Estado do Amazonas (UEA).

CÂMARA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO - CAEG. UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 16 de junho de 2026.

RAIMUNDO DE JESUS TEIXEIRA BARRADAS
Presidente da Câmara de Ensino de Graduação - CAEG.

Protocolo 275906

PORTARIA Nº 43/2026 - CAEG

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso das atribuições legais e estatutárias, e; **CONSIDERANDO** o que determina os Arts. 5º e 13 da **Resolução Nº 10/2017-CONSUNIV/UEA**, de 15/03/2017, que dispõem sobre revalidação de diplomas de curso de graduação expedidos por estabelecimentos estrangeiros de ensino superior; **CONSIDERANDO** o que consta do **Processo nº 01.02.011304.009055/2022-99 (SIGED)**; **CONSIDERANDO**, por fim, o parecer favorável da Comissão de Revalidação de Diplomas do curso de Bacharelado em Direito, constituída pela Portaria

nº. 09/2022-PROGRAD/UEA; **RESOLVE: CONCEDER**, ad referendum da Câmara de Ensino de Graduação (CAEG), a Revalidação do Diploma de Graduação ao **SR. ROBERT ALEXANDER PERDOMO MALAVE**, graduado en "Abogado" expedido pela Universidad Nororiental Privada Gran Mariscal de Ayacucho, da República Bolivariana da Venezuela, por sua similaridade e equivalência ao Curso de Bacharelado em Direito da Escola de Direito (ED), da Universidade do Estado do Amazonas (UEA).
CÂMARA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 16 de junho de 2026.

RAIMUNDO DE JESUS TEIXEIRA BARRADAS
Presidente da Câmara de Ensino de Graduação - CAEG.

Protocolo 275907

PORTARIA Nº 006/2026 - PROGRAD/UEA
O PRÓ-REITOR DE ENSINO DE GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, **CONSIDERANDO** a solicitação de reintegração ao cadastro da discente Kathusi Martins da Silva, por meio do Processo Nº 01.02.011304.009584/2026-16; **CONSIDERANDO** a assinatura do Termo de Compromisso e do Planejamento Acadêmico das disciplinas a serem cursadas devendo ser assinado pelo (a) discente e coordenador do Curso, ciente de que o não cumprimento de qualquer uma das cláusulas especificadas no referido Termo, implicará no seu desligamento compulsório do quadro discente da Unidade; **CONSIDERANDO** que o montante de recursos públicos aplicados na formação do interessado justifica a reintegração. **RESOLVE I - CONCEDER** a reintegração do(a) estudante Kathusi Martins da Silva, sob a matrícula nº 1211120021, do cadastro discente no Curso de Pedagogia, ENS/UEA; **II - DETERMINAR** que a Secretaria Acadêmica Geral altere o status atual do aluno de evadido para ativo.
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 16 de junho de 2026.

RAIMUNDO DE JESUS TEIXEIRA BARRADAS
Pró-Reitor de Ensino de Graduação da Universidade do Estado do Amazonas

Protocolo 275908

CONSELHO UNIVERSITÁRIO
RESOLUÇÃO Nº 028/2026 - CONSUNIV
APROVA a atualização das Diretrizes para Estruturação e Organização Curricular dos Cursos de Graduação da UEA e revoga a Resolução nº 023/2019-CONSUNIV/UEA.
O REITOR DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS e PRESIDENTE DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO, usando de suas atribuições legais e estatutárias, e
CONSIDERANDO a autonomia universitária estabelecida no Art. 207 da Constituição Federal;
CONSIDERANDO as disposições da Lei Nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, especialmente, em seu Art. 53, inciso II que assegura às Universidades autonomia para "fixar os Currículos de seus Cursos e Programas, observadas as Diretrizes Gerais pertinentes";
CONSIDERANDO ao que dispõe o Art. 2º, inciso I, da Lei Nº 2.637 de 12 de janeiro de 2001, que concede à UEA autonomia pedagógica, quanto às atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como o disposto no §2º, do Art. 2º, bem como o inciso IX do Art. 16 do Estatuto da Universidade do Estado do Amazonas, aprovado pelo Decreto 21.963, de 27 de junho de 2001;
CONSIDERANDO a necessidade de atualização da Resolução nº 023/2019-CONSUNIV/UEA, em razão das alterações na legislação educacional vigente e da adequação às normativas atualmente aplicáveis aos cursos de graduação da UEA;
CONSIDERANDO a necessidade de observância às disposições do Decreto nº 12.456, de 19 de maio de 2025, que dispõe sobre a oferta de educação a distância por instituições de educação superior em cursos de graduação;
CONSIDERANDO a necessidade de aperfeiçoamento das diretrizes para estruturação e organização curricular dos cursos de graduação da UEA, visando ao fortalecimento da qualidade acadêmica e à atualização dos projetos pedagógicos dos cursos;
CONSIDERANDO, ao final, o disposto no inciso XXI do art. 17 do Estatuto da Universidade do Estado do Amazonas, aprovado pelo Decreto nº 21.963, de 27 de junho de 2001,
RESOLVE:
Art. 1º INSTITUIR as Diretrizes para Estruturação e Organização Curricular dos Cursos de Graduação da UEA, na forma do Anexo I desta Resolução.
Art. 2º REVOGAR a Resolução nº 023/2019-CONSUNIV/UEA e as demais disposições em contrário.
Art. 3º Esta Resolução será publicada no Portal da UEA, em caráter permanente, e entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.
SALA DE REUNIÕES DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 11 de junho de 2026.

ANDRÉ LUIZ NUNES ZOGAHIB
Presidente do Conselho Universitário - CONSUNIV/UEA

ANEXO I - RESOLUÇÃO Nº 028/2026 - CONSUNIV

TÍTULO I
DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO
CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Art. 1º O ensino de graduação na Universidade do Estado do Amazonas (UEA) organiza-se por meio de cursos de graduação que, uma vez integralizados, conferem diploma de nível superior, nos termos da legislação vigente.
Art. 2º Os cursos de graduação têm por finalidade a formação acadêmica e profissional em nível superior, orientada pelo desenvolvimento de competências (conhecimentos, habilidades e atitudes), em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), demais legislação pertinente, bem como as demandas sociais, científicas e do mundo do trabalho.

CAPÍTULO II – DA CLASSIFICAÇÃO DOS CURSOS
Art. 3º Quanto às modalidades de formação, os cursos de graduação da UEA classificam-se em:
Licenciatura: destinada à formação de docentes para atuação na Educação Básica, estruturada em conformidade com as DCNs para a formação de professores e legislação específica, conferindo o grau de licenciado;
Bacharelado: destinado à formação acadêmica e profissional, de caráter generalista ou especializado, em determinado campo do conhecimento, observadas as DCNs da respectiva área, quando existentes, e a regulamentação profissional aplicável, conferindo o grau de bacharel;
Curso Superior de Tecnologia (CST): destinado à formação profissional de nível superior para áreas tecnológicas específicas, em consonância com o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia (CNCST), conferindo o grau de tecnólogo.
Parágrafo único. Independentemente da modalidade, todos os cursos de graduação deverão observar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, bem como as diretrizes de carga horária e duração mínima estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE).
Art. 4º Quanto ao regime de oferta, os cursos de graduação da UEA classificam-se em:
Oferta Regular, caracterizada pela disponibilização contínua de vagas em processos seletivos institucionais periódicos;
Oferta Especial, caracterizada pela oferta eventual ou vinculada a programas, convênios, políticas públicas ou demandas específicas, conforme regulamentação institucional.
Art. 5º Quanto ao formato de oferta, nos termos do Decreto nº 12.456/2025, os cursos de graduação da UEA classificam-se em:
Curso Presencial: aquele cuja carga horária é ofertada, no mínimo, 70% por meio de atividades presenciais;
Curso Semipresencial: aquele cuja carga horária é ofertada, no mínimo, 30% em atividades presenciais e 20% em atividades presenciais ou síncronas mediadas;
Curso a Distância: aquele cuja carga horária é ofertada, no mínimo, 10% em atividades presenciais e 10% em atividades presenciais ou síncronas mediadas.
§1º Os formatos de oferta de que trata o caput deverão observar a legislação vigente e as Diretrizes Curriculares Nacionais, no âmbito da autonomia didático-científica da UEA, especialmente quanto às condições, parâmetros e requisitos mínimos de presencialidade e de mediação tecnológica.
§2º A organização didático-pedagógica dos cursos deverá estar expressamente alinhada ao formato de oferta autorizado, devendo constar no Projeto Pedagógico do Curso (PPC).
§3º É vedada a oferta de curso em formato diverso daquele autorizado nos atos regulatórios competentes.
Art. 6º A partir da publicação desta Resolução, a modalidade anteriormente denominada "Presencial Mediado por Tecnologia" passa a ser designada, para todos os fins acadêmicos, administrativos e regulatórios, como "Curso Semipresencial".
§ 1º A adequação de nomenclatura de que trata o caput deverá ser refletida nos PPCs, nos sistemas de registro acadêmico e em todos os materiais de divulgação da Instituição.
§ 2º A transição de nomenclatura não implica, por si só, em alteração da metodologia de ensino ou do regime de mediação tecnológica já praticado, observados os parâmetros do Art. 5º desta Resolução.

CAPÍTULO III – DA CRIAÇÃO E EXTINÇÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO
SEÇÃO I – DAS COMPETÊNCIAS E PROPOSIÇÃO

Art. 7º Compete à Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PROGRAD), a condução da política institucional da UEA no âmbito do ensino de graduação, bem como orientação, coordenação e planejamento de ações de melhoria da qualidade de ensino de graduação.

Art. 8º A proposição de criação de cursos de graduação, observadas as diretrizes institucionais e a legislação vigente, constitui competência institucional da PROGRAD, podendo, excepcionalmente, ser apresentada:
pela Unidade Acadêmica à qual o curso será vinculado;
pela Pró-Reitoria de Interiorização (PROINT);
pelo Núcleo de Educação a Distância (NEAD);
pela Coordenação do Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR).

§1º As propostas de que tratam os incisos I a IV deverão ser submetidas previamente à análise técnica e aprovação da PROGRAD.

§2º Todas as propostas de criação de cursos deverão ser aprovadas pelo Conselho Acadêmico da Unidade Acadêmica à qual o curso será vinculado, antes de sua tramitação nas instâncias superiores.

§3º A proposição de novos cursos de graduação deverá considerar o planejamento institucional, a demanda social e regional, a viabilidade acadêmica e financeira, bem como a disponibilidade de infraestrutura e de recursos humanos.

SEÇÃO II – DO FLUXO E DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA À CRIAÇÃO

Art. 9º O processo de criação de curso de graduação deverá ser formalizado por meio
do sistema institucional de gestão de documentos, observando-se que:
Quando iniciado pela PROGRAD, seguirá diretamente para tramitação nas instâncias competentes;
Quando iniciado pela Unidade Acadêmica, pela PROINT ou NEAD, deverá ser previamente submetido à análise e aprovação da PROGRAD, antes de sua tramitação institucional.

Art. 10 O processo de criação de curso de graduação deverá ser instruído, por meio do sistema institucional de gestão de documentos, contendo, no mínimo:
Versão preliminar do PPC, constituída de:
a. Justificativa para a criação com diagnóstico da realidade e do contexto regional, contemplando os aspectos sociais, econômicos, culturais, políticos, educacionais, ambientais e do mundo do trabalho;
b. Necessidade social do curso, apresentando a análise crítica e propositiva de como o curso atende aos critérios de responsabilidade social da instituição, contribuindo para a redução de desigualdades regionais e para as ações afirmativas com vista à inclusão social, articulando com os objetivos e metas estabelecidos no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e Projeto Pedagógico Institucional (PPI) vigentes;
c. Viabilidade técnica e financeira, contendo plano de execução, plano de custos, plano de aquisições e cronograma de execução, incluindo a previsão de composição do corpo docente;
d. Fundamentação teórico-metodológica da proposta pedagógica;
e. Objetivos geral e específicos;
f. Perfil profissional do egresso;
g. Áreas de atuação; e
h. Estrutura curricular completa.
Atas de aprovação pelo Conselho Acadêmico da Unidade Acadêmica à qual o curso será vinculado;
Minuta de Resolução de criação e autorização do curso, contendo as seguintes informações básicas: legislação pertinente da UEA, do ensino superior e do curso; nomenclatura do curso; eixo correspondente do CNCST, se for o caso; modalidades de formação, de oferta e de ensino; local de oferta; Unidade Acadêmica de vínculo; carga horária total; duração; turno, podendo ser matutino, vespertino, noturno ou integral; quantitativo de vagas; processo seletivo de ingresso e convênio (se houver).

Parágrafo único. A versão preliminar do PPC, de que trata o inciso I, deverá evidenciar a coerência entre o perfil do egresso, as competências e habilidades previstas e a estrutura curricular apresentada, devendo essa articulação ser mantida e aprofundada na versão final do PPC, com a devida integração às metodologias de ensino-aprendizagem e aos processos de avaliação, de modo a assegurar a consistência da proposta formativa.

Art. 11 A PROGRAD providenciará, por meio da Coordenação de Apoio ao Ensino (CAE), a minuta de Resolução da criação e autorização de funcionamento do curso, submetendo o processo à apreciação da Câmara de Ensino de Graduação (CAEG) e, posteriormente, à deliberação pelo Conselho Universitário da UEA (CONSUNIV).

§1º Caberá ao Reitor formalizar o ato de criação e autorização por meio de Resolução a ser publicada no Diário Oficial do Estado do Amazonas (DOE/AM).

§2º Após a publicação do ato institucional de criação e autorização, a PROGRAD deverá proceder ao cadastro do curso no sistema e-MEC (sistema de tramitação eletrônica dos processos que regulam a educação superior no Brasil), bem como à inserção e validação de todas as informações e documentos exigidos pelo Ministério da Educação (MEC), observando os prazos e requisitos estabelecidos na legislação vigente.

SEÇÃO III – DA EXTINÇÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO

Art. 12 O processo de extinção de curso de graduação ocorrerá em razão da ausência de demanda e deverá ser formalizado por meio do sistema institucional de gestão de documentos, observando-se que:
Quando iniciado pela PROGRAD, seguirá diretamente para tramitação nas instâncias competentes;
Quando iniciado pela Unidade Acadêmica, pela PROINT ou pelo NEAD, deverá ser previamente submetido à aprovação do Conselho Acadêmico da Unidade Acadêmica à qual o curso está vinculado e, posteriormente, encaminhado à PROGRAD para análise e continuidade da tramitação institucional;

Art. 13 A PROGRAD providenciará, por meio da CAE, a minuta de Resolução de extinção do curso, submetendo o processo à apreciação da CAEG e, posteriormente, à deliberação pelo CONSUNIV.

§1º Caberá ao Reitor formalizar o ato de extinção do curso por meio de Resolução a ser publicada no DOE/AM.

§2º Após a publicação do ato de extinção, a PROGRAD deverá proceder à atualização do status do curso no sistema e-MEC, incluindo a inserção, revisão e validação das informações pertinentes ao encerramento da oferta, para fins de regulação junto ao MEC, observando os prazos e requisitos estabelecidos na legislação vigente.

TÍTULO II
DO PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO E ORGANIZAÇÃO CURRICULAR
CAPÍTULO I – DO PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO
SEÇÃO I – DA NATUREZA E FINALIDADE

Art. 14 A organização e a estruturação dos cursos de graduação são definidas por meio do PPC, nos termos desta Resolução.

Art. 15 O PPC constitui o documento norteador dos cursos de graduação, contemplando a fundamentação política, filosófica e teórico-metodológica da ação educativa, bem como explicitando as diretrizes organizacionais e operacionais que orientam a condução pedagógica e administrativa da formação.

Parágrafo único. O PPC deve ser renovado permanentemente, de modo a cumprir a legislação do ensino superior vigente.

SEÇÃO II – DOS PRINCÍPIOS, DIRETRIZES E FUNDAMENTOS

Art. 16 Na elaboração dos PPCs da UEA, com vistas a garantir a qualidade do processo de ensino-aprendizagem e o cumprimento da missão institucional, deverão ser observados os seguintes princípios e diretrizes:
Construção dos currículos com base nas DCNs, adequados às características sociais, econômicas e culturais locais, da região Norte e, especialmente, do Estado do Amazonas;
Organização dos currículos na perspectiva da formação humana integral, com conteúdos que contribuam para o atendimento às necessidades socioeconômicas, culturais e ambientais da sociedade local e da região amazônica;
Promoção da interdisciplinaridade, da transdisciplinaridade e da flexibilidade curricular, com adoção de metodologias ativas, diversificadas e inovadoras, apoiadas, quando pertinente, por tecnologias da informação e comunicação aplicadas ao processo de ensino-aprendizagem;
Incentivo à articulação entre teoria e prática, entre ensino, pesquisa e extensão, essencial para a produção e socialização do conhecimento e para a formação voltada às transformações sociais;
Desenvolvimento de competências (conhecimentos, habilidades e atitudes) essenciais ao mundo do trabalho e à atuação cidadã;
Estímulo à criatividade, ao desenvolvimento do espírito científico, empreendedor e ao pensamento crítico e reflexivo;
Adoção de mecanismos de avaliação contínua dos projetos de curso e do processo de ensino-aprendizagem, com vistas ao seu aperfeiçoamento e à melhoria das condições de oferta;
Estímulo ao desenvolvimento e participação em atividades acadêmicas, científicas e culturais.

Art. 17 Deverão ser observados na elaboração do PPC os seguintes fundamentos legais:
A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nº 9.394/1996;
As DCNs e demais normas fixadas pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo CEE/AM;
As normas e diretrizes institucionais da UEA;
A legislação específica aplicável a cada área de formação ou exercício profissional, quando couber.

SEÇÃO III – DA ESTRUTURA, RESPONSABILIDADES E TRAMITAÇÃO

Art. 18 A estrutura do PPC deverá seguir o Roteiro para Elaboração dos Projetos Pedagógicos de Cursos de Graduação da UEA, elaborado e atualizado pela PROGRAD, por meio da CAE, o qual contempla a legislação vigente do ensino superior aplicável à organização e condução dos cursos.

Parágrafo único. O PPC deverá assegurar a coerência entre o perfil do egresso, as competências e habilidades, os componentes curriculares, as metodologias de ensino-aprendizagem e os processos de avaliação, devendo essa articulação ser explicitada de forma integrada e sistematizada, de modo a garantir a consistência e a efetividade da proposta formativa.

Art. 19 A elaboração e a atualização periódica do PPC são de responsabilidade do Núcleo Docente Estruturante (NDE), sob a presidência do Coordenador de Curso, com a participação do corpo docente e a assessoria da CAE.

Parágrafo único. A composição do NDE deverá ser formalizada por meio de portaria de designação de seus membros, a ser publicada imediatamente após o ato de criação e autorização do curso, assegurando sua atuação desde a fase inicial de implantação do PPC.

Art. 20 O PPC deverá ser revisado periodicamente, de forma a assegurar sua atualização em relação à legislação vigente, às DCNs, às demandas acadêmicas e sociais.

Parágrafo único. A revisão de que trata o caput deverá considerar os resultados das avaliações institucionais e externas, bem como indicadores acadêmicos do curso.

Art. 21 O PPC deverá ser submetido à análise técnica da CAE quanto à sua conformidade com a legislação e as diretrizes institucionais e, após manifestação favorável dessa instância, ser aprovado pelo Colegiado de Curso e submetido à deliberação do Conselho Acadêmico da Unidade, da CAEG e do CONSUNIV, cabendo ao Reitor a formalização do ato por meio de Resolução a ser publicada no DOE/AM.

Art.22 O processo deverá ser formalizado pela Coordenação de Curso, por meio do sistema institucional de gestão de documentos, e instruído com os seguintes documentos:

Atas das reuniões do NDE que evidenciem as discussões, análises e decisões relativas à elaboração, reformulação ou atualização do PPC;

Atas de aprovação pelo Colegiado de Curso, pelo Conselho Acadêmico da Unidade, pela CAEG e pelo CONSUNIV;

Minuta de Resolução de aprovação do PPC, contendo: legislação pertinente da UEA; do ensino superior e do curso; nomenclatura do curso; eixo do CNCST, quando couber; modalidade de formação; regime de oferta; formato de oferta; local de oferta; Unidade Acadêmica de vínculo; perfil do egresso; áreas de atuação; estrutura curricular com descrição dos componentes curriculares; duração; turno; período de integralização; e vigência do PPC.

PPC aprovado na íntegra, devidamente consolidado, como documento anexo ao processo no sistema institucional de gestão de documentos.

Art. 23 Os cursos de graduação deverão ser acompanhados e submetidos a processos contínuos e sistemáticos de análise, com base em indicadores acadêmicos institucionais e referenciais internos e externos, incluindo desempenho discente, evasão, retenção, tempo de integralização curricular e mapeamento de egressos.

§1º O acompanhamento de que trata o caput deverá subsidiar a tomada de decisões acadêmico-pedagógicas, a gestão do curso e a atualização do PPC, com vistas à melhoria contínua da qualidade da formação.

§2º Os resultados deverão ser sistematizados e registrados, constituindo subsídio para os processos de regulação, supervisão e avaliação da educação superior.

§3º O processo será desenvolvido no âmbito do curso, com participação do NDE e do Colegiado de Curso, sob coordenação da PROGRAD, em articulação com os processos de autoavaliação institucional.

Art. 24 O acompanhamento de egressos integra a política institucional de graduação e tem por finalidade avaliar a efetividade da formação ofertada, o alcance do perfil do egresso e a inserção dos diplomados no mundo do trabalho.

§1º O acompanhamento de egressos deverá ocorrer de forma sistemática e contínua, contemplando, no mínimo, a inserção profissional, a área de atuação, a continuidade dos estudos e a avaliação da formação recebida.

§2º Os dados coletados deverão ser sistematizados em bases institucionais, constituindo evidências para os processos de regulação, supervisão e avaliação da educação superior.

§3º Os resultados do acompanhamento de egressos deverão subsidiar a autoavaliação institucional, a gestão acadêmica dos cursos e a atualização dos PPCs, especialmente quanto ao perfil do egresso, às competências e às estratégias de ensino e avaliação.

CAPÍTULO II – DA ORGANIZAÇÃO CURRICULAR
SEÇÃO I – DO CONCEITO, PRINCÍPIOS E REGIME ACADÊMICO

Art. 25 Entende-se por estrutura curricular, ou currículo, o conjunto de componentes curriculares que configuram o percurso didático-pedagógico a ser desenvolvido para a formação de competências (conhecimentos, habilidades e atitudes) necessárias à formação em nível superior.

Art. 26 Na organização curricular dos cursos de graduação, deverão ser observados os seguintes princípios:

Articulação da teoria com a prática, valorizando a pesquisa individual e coletiva, assim como a realização de estágio curricular supervisionado e a participação em atividades de extensão.

Articulação entre áreas de conhecimento, envolvendo a participação de professores de Unidades Acadêmicas diferentes;

Formação cultural ampla;

Compreensão da responsabilidade social e política da formação acadêmica e da profissão;

Estímulo à prática de estudo independente, visando à progressiva autonomia intelectual e profissional do estudante;

Procedimentos avaliativos variados e periódicos, capazes de fornecer informações sobre o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem.

Flexibilização curricular que possibilite o aproveitamento de competências (conhecimentos, habilidades e atitudes) adquiridas fora do ambiente acadêmico, inclusive aquelas decorrentes de experiências profissionais consideradas relevantes para a área de formação.

Art. 27 O sistema de organização curricular da UEA adota o regime letivo semestral.

Parágrafo único. Excepcionalmente, poderá ser adotado regime letivo diverso do previsto no caput, mediante aprovação da CAEG e do CONSUNIV.

SEÇÃO II – DA ESTRUTURA E INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR

Art. 28 A estrutura curricular é apresentada na forma de matriz curricular, contendo todos os componentes curriculares e suas respectivas ementas, com objetivo, bibliografia básica e complementar.

Art. 29 A matriz curricular deverá explicitar a carga horária de cada componente curricular, de cada período letivo e a carga horária total do curso, necessária à integralização pelo estudante.

§1º Considerando a necessidade de padronização institucional, de alinhamento à legislação vigente e de aprimoramento da operacionalização acadêmica, a organização curricular dos cursos de graduação da UEA passa a adotar exclusivamente a carga horária expressa em horas, em substituição ao sistema de créditos anteriormente utilizado como unidade de organização e integralização curricular.

§2º Os cursos de graduação que possuam PPCs vigentes estruturados com base no sistema de créditos poderão mantê-lo até a aprovação de novo PPC, quando deverão se adequar à organização curricular em carga horária expressa em horas, nos termos desta Resolução.

Art. 30 Em conformidade com a Resolução CNE/CES nº 2, de 18 de junho de 2007, a carga horária total dos cursos de graduação da UEA é mensurada em horas de 60 (sessenta) minutos, correspondentes às atividades acadêmicas e ao trabalho discente efetivo.

§1º Para fins de organização de horários, logística de turnos e planejamento das atividades docentes, poderá ser utilizada a adoção da hora-aula com duração de 50 (cinquenta) minutos.

§2º Nos casos em que for adotada a hora-aula de 50 (cinquenta) minutos, a conversão da carga horária dos componentes curriculares deverá observar a equivalência com a hora de 60 (sessenta) minutos exigida pela legislação federal, assegurando, no planejamento acadêmico, a adequada distribuição das atividades ao longo do período letivo, de modo a garantir o cumprimento integral da carga horária prevista no PPC e nas DCNs.

Art. 31 A carga horária dos componentes curriculares deverá ser estabelecida em múltiplos de 15 (quinze) horas, observada a organização prevista no artigo anterior e em conformidade com a organização didático-pedagógica institucional, com exceção para as Atividades Complementares e o Componente Curricular de Extensão Livre, conforme definidos nesta Resolução.

Art. 32 A carga horária de atividade discente presencial não deverá exceder a 8 (oito) horas diárias, visando assegurar condições adequadas de aprendizagem e o tempo necessário para estudo individual e demais atividades acadêmicas.

Art. 33 Deverão estar registrados na organização curricular:

Os prazos mínimo e máximo para integralização do curso, conforme a legislação vigente;

O tempo de vigência da matriz curricular, expresso em anos;

O turno de funcionamento do curso, podendo ocorrer nos períodos matutino, vespertino, noturno ou integral.

Parágrafo único. Caso o curso contemple componente curricular a ser desenvolvido no contraturno, essa condição deverá estar explicitada no PPC e nos editais de processos seletivos de ingresso, de modo a contribuir para a permanência e a conclusão do curso pelos estudantes.

CAPÍTULO III – DOS COMPONENTES CURRICULARES
SEÇÃO I – DA DEFINIÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

Art. 34 Componente curricular é a unidade de organização dos conteúdos acadêmicos que integram o itinerário formativo do curso de graduação, possuindo nomenclatura, código, carga horária e, quando couber, pré-requisitos.

Art. 35 Os cursos de graduação da UEA poderão contemplar os seguintes componentes curriculares, cuja obrigatoriedade dependerá das DCNs, do CNCST, quando couber, e da legislação educacional e institucional vigente:

a) Disciplinas Teóricas;
b) Disciplinas Teórico Práticas;
c) Estágio Curricular Supervisionado;
d) Trabalho de Conclusão de Curso;

e) Atividades Complementares;
f) Componentes Curriculares de Extensão.

§1º Os componentes curriculares Estágio Curricular Supervisionado, Trabalho de Conclusão de Curso, Atividades Complementares e Extensão possuem características específicas em cada curso, devendo ser regidos por regulamentos próprios, aprovados no âmbito do curso e anexos ao PPC.

§2º A participação dos estudantes no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) e em outros processos de avaliação externa da educação superior, instituídos pelos órgãos reguladores, constitui componente curricular obrigatório, nos termos da legislação vigente, sendo a regularidade do estudante condição indispensável para a conclusão do curso e a colação de grau.

§ 3º Compete às Coordenações de Curso a operacionalização dos procedimentos de inscrição, acompanhamento e orientação dos estudantes habilitados aos processos de avaliação externa da educação superior, sob coordenação da PROGRAD, observados os prazos e as normas vigentes.

Art. 36 O Estágio Curricular Supervisionado consiste em atividade acadêmica orientada e supervisionada, desenvolvida em ambiente real de trabalho, que visa ao desenvolvimento de competências, habilidades e atitudes relacionadas à atuação profissional, contribuindo para a formação integral do estudante e sua inserção no mundo do trabalho.

Art. 37 O Trabalho de Conclusão de Curso caracteriza-se como atividade acadêmica, desenvolvida sob orientação docente, que visa à sistematização, ao aprofundamento e à consolidação dos conhecimentos construídos ao longo do curso, podendo assumir diferentes formatos, conforme a natureza da área de formação.

Art. 38 As Atividades Complementares consistem em conjunto de atividades acadêmicas, científicas, culturais ou de extensão, que contribuem para a flexibilização curricular e possibilitam o desenvolvimento de competências, habilidades e conhecimentos complementares aos adquiridos no curso.

Art. 39 Os Componentes Curriculares de Extensão integram a organização curricular dos cursos de graduação, devendo estar previstos no PPC e compor, no mínimo, 10% (dez por cento) da carga horária total do curso, nos termos da legislação vigente.

§1º A curricularização da extensão constitui processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político, que promove a interação transformadora entre a universidade e a sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa.

§2º Para fins desta Resolução, os Componentes Curriculares de Extensão organizam-se nas seguintes modalidades:
Componente Curricular de Introdução à Extensão Universitária;
Componentes Curriculares de Extensão Interdisciplinar;
Componentes Curriculares de Extensão Livre.

§3º Os Componentes Curriculares de Extensão deverão ser distribuídos ao longo da matriz curricular, de modo a assegurar a integração progressiva entre a formação acadêmica e a atuação junto à sociedade.

§4º A avaliação da aprendizagem nos Componentes Curriculares de Extensão será realizada por meio de conceitos, considerando o cumprimento das atividades previstas, observando-se:
Os conceitos atribuídos serão “CUMPRIDO” e “NÃO CUMPRIDO”;
O conceito “CUMPRIDO” corresponderá ao desempenho equivalente às notas de 6,0 (seis) a 10,0 (dez);
O conceito “NÃO CUMPRIDO” corresponderá ao desempenho equivalente às notas de 0,0 (zero) a 5,9 (cinco vírgula nove);
Será considerado aprovado o estudante que obtiver conceito “CUMPRIDO” e, nos componentes com atividades presenciais, alcançar frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento);
Nos componentes ofertados na modalidade a distância, a avaliação considerará exclusivamente o cumprimento das atividades previstas, não se aplicando o controle de frequência;
Será considerado reprovado o estudante que obtiver conceito “NÃO CUMPRIDO” ou, nos componentes presenciais, não atingir a frequência mínima exigida.

§5º As formas de organização, acompanhamento, avaliação e registro dos Componentes Curriculares de Extensão deverão estar disciplinadas em regulamento próprio do curso, anexo ao PPC.

§6º Os procedimentos operacionais e orientações complementares relativos à curricularização da extensão no âmbito da UEA observarão as normativas institucionais vigentes.

Art. 40 Os componentes curriculares classificam-se em obrigatórios, optativos e eletivos, em conformidade com a legislação vigente e com o PPC de cada curso.

§1º Os componentes curriculares optativos destinam-se à flexibilização do percurso formativo, sendo de escolha do estudante dentre um conjunto previamente definido no PPC, com carga horária obrigatória para fins de integralização curricular.

§2º Os componentes curriculares eletivos caracterizam-se pela livre escolha do estudante, podendo ser cursados em outros cursos da UEA, com o objetivo de ampliar sua formação acadêmica, sendo sua carga horária registrada no histórico escolar, sem contabilização para fins de integralização curricular.

SEÇÃO II – DA ORGANIZAÇÃO

Art. 41 Os componentes curriculares serão organizados de acordo com sua sequência formativa, podendo ser ofertados simultaneamente no mesmo período letivo ou de forma sequencial, por meio de módulos.

§1º Admite-se o estabelecimento de pré-requisitos entre componentes curriculares, desde que os conhecimentos de um sejam considerados necessários à continuidade do processo formativo.

§2º A quebra de pré-requisito somente será admitida em caráter excepcional, mediante justificativa acadêmica, parecer do docente responsável pelo componente curricular e aprovação pelo Colegiado de Curso e pela PROGRAD.

Art. 42 Cada componente curricular, ofertado em um único período letivo, corresponde a um conjunto de conteúdos e atividades formativas, devendo estar detalhado no Plano de Ensino, elaborado em consonância com o PPC, o qual deverá conter, no mínimo:
Ementa, conforme o PPC;
Objetivos geral e específicos;
Competências, compreendendo conhecimentos, habilidades e atitudes;
Conteúdo programático;
Metodologia de ensino-aprendizagem;
Avaliação da aprendizagem;
Cronograma de aulas;
Bibliografia básica e complementar, conforme o PPC, podendo ser acrescida de outras referências.

§1º Os conteúdos e atividades formativas que devam ser desenvolvidos em mais de um período letivo deverão ser organizados em componentes curriculares distintos, correspondentes a cada período.

§2º A restrição a um único período letivo, prevista no caput, não se aplica ao Estágio Curricular Supervisionado, às Atividades Complementares e aos Componentes Curriculares de Extensão Livre.

Art. 43. A organização curricular dos cursos de graduação deverá promover a mobilidade acadêmica interna, mediante a homogeneização de componentes curriculares de base comum entre cursos equivalentes ofertados em diferentes unidades da UEA, assegurando, sempre que possível, a adoção de mesma denominação e sigla, carga horária equivalente e ementário padronizado, com vistas ao aproveitamento de estudos, à equivalência formativa e à integração acadêmica institucional, cabendo à PROGRAD estabelecer diretrizes, supervisionar a implementação e zelar pela conformidade dessa padronização, resguardadas as especificidades locais devidamente justificadas no PPC.

Art. 44 A criação de novos componentes curriculares optativos deverá ser apreciada pelo NDE e submetida à aprovação do Colegiado de Curso e do Conselho Acadêmico da Unidade, sendo, em seguida, analisada pela CAE, que encaminhará o processo para registro na Secretaria Acadêmica Geral (SAG).

Parágrafo único. Quando a alteração implicar reformulação curricular, decorrente da redefinição dos objetivos do curso, do perfil do egresso, de mudanças no paradigma formativo ou de atualização da legislação, o NDE deverá elaborar novo PPC, observando as disposições do Capítulo I desta Resolução.

Art. 45 Nos cursos de graduação presenciais da UEA, a inclusão de carga horária com uso de tecnologias de informação e comunicação poderá ocorrer por meio de atividades a distância, síncronas ou assíncronas, desde que previstas no PPC, observadas as Diretrizes Curriculares Nacionais e a legislação vigente, limitada a, no máximo, 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso.

§1º O disposto no caput não se aplica aos cursos cuja legislação específica estabeleça restrições quanto à oferta de atividades a distância, devendo ser observadas as normas vigentes para cada área de formação.

§2º A utilização de atividades a distância deverá estar explicitada no PPC, com a indicação dos componentes curriculares, das cargas horárias correspondentes e das metodologias adotadas.

§3º A inclusão de carga horária com uso de tecnologias de informação e comunicação nos cursos presenciais deverá assegurar a qualidade do processo de ensino e aprendizagem, a interação entre docentes e estudantes e a coerência com o perfil do egresso e as competências previstas no PPC.

§4º Nos cursos cuja legislação específica veda a oferta de atividades a distância, os componentes curriculares deverão ser integralmente ofertados na modalidade presencial, admitindo-se, exclusivamente de forma complementar, o uso de tecnologias de informação e comunicação no processo de ensino e aprendizagem.

TÍTULO III
DA REGULAÇÃO DO CURSO

Art. 46 Para fins de regulação do curso em nível de reconhecimento, conforme a legislação vigente do CEE/AM, imediatamente após o transcurso de 2/3 (dois terços) da integralização curricular da primeira

turma, o PPC deverá ser protocolado no CEE/AM, acompanhado dos documentos que compõem o Dossiê do Curso.

Parágrafo único. O Dossiê do Curso será composto, no mínimo, pelos seguintes documentos:

Base legal institucional, incluindo o Regimento da UEA e seus atos oficiais de aprovação;

Resolução publicada no DOE/AM que autorizou a criação do curso e/ou a ampliação da oferta;

Resolução publicada no DOE/AM que aprovou o PPC;

PPC devidamente aprovado no CONSUNIV;

Atas referentes ao processo de construção e aprovação do PPC no NDE e no Colegiado de Curso;

Relatório de autoavaliação do curso.

Art. 47 Para cumprimento do prazo estabelecido na legislação do CEE/AM e considerando o trâmite interno da UEA, o PPC deverá ser encaminhado à CAE imediatamente após o transcurso de 1/3 (um terço) da integralização curricular da primeira turma.

Art. 48 Para fins de regulação do curso em nível de renovação de reconhecimento, conforme a legislação vigente do CEE/AM, imediatamente após o transcurso de 2/3 (dois terços) do prazo concedido no reconhecimento anterior, o PPC deverá ser protocolado no CEE/AM, acompanhado dos documentos que compõem o Dossiê do Curso, conforme disposto no Art. 41 desta Resolução.

Parágrafo único. O curso reconhecido cujo PPC não apresente alterações e que tenha obtido conceito 5 (cinco) na avaliação externa poderá ser dispensado de visita in loco, conforme disposto na legislação vigente do CEE/AM.

Art. 49 Para cumprimento do prazo estabelecido na legislação do CEE/AM e considerando o trâmite interno da UEA, o PPC deverá ser encaminhado à CAE imediatamente após o transcurso de 1/3 (um terço) do prazo concedido no reconhecimento anterior.

TÍTULO IV
DO CALENDÁRIO ACADÊMICO

Art. 50 O Calendário Acadêmico é elaborado de forma conjunta pela PROGRAD e SAG, com posterior aprovação pelo CONSUNIV, tendo por finalidade estabelecer a previsão dos dias e períodos destinados à realização das atividades acadêmicas, em conformidade com a legislação vigente.

Art. 51 O ano letivo regular, independentemente do ano civil, terá a duração mínima de 200 (duzentos) dias de trabalho acadêmico efetivo, distribuídos em 2 (dois) semestres letivos de 100 (cem) dias cada, mediante a utilização de sábados letivos, excluído o tempo reservado para provas finais.

§1º Considera-se dia letivo aquele em que são oficialmente realizadas aulas ou atividades integrantes do currículo, com registro de presença discente e docente.

§2º Os dias letivos previstos no calendário acadêmico somente poderão ser suspensos em decorrência de situações excepcionais devidamente justificadas, ficando sujeitos à compensação em carga horária correspondente.

§3º A realização das provas finais deve ocorrer exclusivamente nas datas estabelecidas no calendário acadêmico dos cursos regulares de graduação, conforme previsto na norma vigente de verificação da aprendizagem.

§4º Para fins de planejamento pedagógico e elaboração dos Planos de Ensino, a carga horária dos componentes curriculares será organizada em 15 (quinze) semanas letivas, em conformidade com a padronização institucional das cargas horárias em múltiplos de 15 (quinze).

TÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 52 Os casos omissos nesta Resolução serão resolvidos pela PROGRAD, observadas as normas institucionais e a legislação vigente.

Art. 53 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Resolução nº 23/2019-CONSUNIV/UEA e demais disposições em contrário.

Protocolo 275841

CONSELHO UNIVERSITÁRIO
RESOLUÇÃO Nº 029/2026 - CONSUNIV

APROVA os valores do serviço de revalidação de diplomas de cursos de graduação e reconhecimento de diplomas de cursos de pós-graduação stricto sensu pela Universidade do Estado do Amazonas., da Universidade do Estado do Amazonas - UEA.

O REITOR DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS e PRESIDENTE DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO, no uso de suas atribuições legais e estatutárias;

CONSIDERANDO a necessidade de se estabelecerem os valores por serviços acadêmicos realizados pela UEA para terceiros;

CONSIDERANDO o teor do Art. 48, §§ 2º e 3º, da Lei Nº 9.394/96 - LDB;

CONSIDERANDO, ainda, as orientações constantes da Resolução CNE/CES Nº 2/2024, da Resolução Nº 020/2023-CONSUNIV, da Portaria Normativa MEC Nº 22/2016 e da Portaria Normativa MEC Nº 1.151/2023;

RESOLVE: APROVAR os valores do serviço de revalidação de diplomas de cursos de graduação e reconhecimento de diplomas de cursos de pós-graduação stricto sensu pela Universidade do Estado do Amazonas.

SALA DE REUNIÕES DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 11 de junho de 2026.

ANDRÉ LUIZ NUNES ZOGAHIB
Presidente do Conselho Universitário - CONSUNIV/UEA

ANEXO I - RESOLUÇÃO Nº 029/2026 - CONSUNIV

CAPÍTULO I - DOS VALORES DO SERVIÇO DE REVALIDAÇÃO E RECONHECIMENTO DE DIPLOMA ESTRANGEIRO

Art. 1º Estabelecer valor para os processos de revalidação de diplomas de cursos de graduação e reconhecimento de diplomas de cursos de pós-graduação stricto sensu pela Universidade do Estado do Amazonas, por meio da Plataforma Carolina Bori.

Art. 2º Fixar o valor da taxa estabelecida no artigo anterior para revalidação de diplomas de cursos de graduação e reconhecimento de diplomas de cursos de pós-graduação stricto sensu em R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), no âmbito da UEA.

Art. 3º Cabe à Pró-Reitoria de Graduação a operacionalização, junto às Fundações de Apoio, da referida taxa para revalidação, e à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, da referida taxa para o reconhecimento.

CAPÍTULO II - REQUISITOS PARA ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXA NECESSÁRIA AOS PROCESSOS DE REVALIDAÇÃO E RECONHECIMENTO DE DIPLOMA ESTRANGEIRO

Art. 4º Estabelecer que, para obtenção de isenção do pagamento das taxas necessárias à tramitação dos processos de revalidação e de reconhecimento de diplomas obtidos em instituições estrangeiras, deverá o requerente comprovar as seguintes condições:

I – Estar inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, se brasileiro nato ou estrangeiro naturalizado;

II – Encontrar-se na condição de refugiado, se estrangeiro;

III – Comprovar ser pessoa com deficiência.

Art. 5º O requerente deverá anexar ao pedido a documentação alegada:

I – Documento constando o Número de Inscrição Social – NIS, para os casos elencados no inciso I do artigo anterior;

II – Protocolo de solicitação de refúgio ou outro documento comprobatório de sua situação, para os casos elencados no inciso II do artigo anterior;

III – Encaminhar laudo médico ou parecer emitido por equipe multiprofissional, emitido nos últimos três meses, ou laudo com validade indeterminada para as condições que assim se enquadrarem, segundo a legislação vigente, por profissional devidamente registrado no conselho de classe profissional, com registro legível, atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID-10); ou carteira de PcD válida emitida pela SEJUSC ou outro órgão/entidade competente, em substituição ao referido laudo, para os casos elencados no inciso III do artigo anterior.

Art. 6º Estabelecer 50% (cinquenta por cento) de desconto para egressos e docentes da UEA no pagamento das taxas necessárias à tramitação dos processos de revalidação e de reconhecimento de diplomas obtidos em instituições estrangeiras.

Parágrafo único: O requerente deverá anexar ao pedido o documento que comprove ser egresso ou docente da UEA.

Art. 7º O pedido será analisado e, se comprovada a condição alegada, será deferido.

Art. 8º Após a análise preliminar da Pró-Reitoria responsável, o documento comprobatório de pagamento da taxa ou de concessão da isenção deverá ser incluído no processo de pedido de revalidação de diploma de curso de graduação ou de reconhecimento de diploma de curso de pós-graduação stricto sensu.

Art. 9º Revogadas as disposições em contrário, esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Protocolo 275870

Fundação Estadual dos Povos Indígenas do Amazonas - FEPIAM

PORTARIA N°. 16/2026 - GP/FEPIAM

O DIRETOR PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO ESTADUAL DOS POVOS INDIGENAS DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO a edição da Lei n° 3.301, de 08 de outubro de 2008, que dispõe sobre o vencimento e disciplina a concessão da Gratificação de Atividades técnico-Administrativas - GATA dos servidores do Poder Executivo Estadual, ocupantes de cargos de provimento em comissão;

CONSIDERANDO, o disposto no Decreto n° 28.020, de 29 de outubro de 2008, que dispõe sobre os procedimentos e critérios para concessão da Gratificação de Atividades Técnico-Administrativas aos servidores do Poder Executivo Estadual, ocupantes de cargo de provimento efetivo e em comissão;

CONSIDERANDO a Lei nº 5.498 de 15/06/2021 que regulamenta e dispões sobre os procedimentos e critérios da concessão da Gratificação de Atividades Técnico - Administrativas, tanto para cargo em Comissão, quanto para cargo efetivo,

CONSIDERANDO, a nomeação para cargo comissionado constante do Decreto de 29 Maio de 2026, publicado no Diário Oficial do Estado, edição nº 35.712 de 29 de Maio de 2026;

CONSIDERANDO, ainda que a presente atribuição não representará impacto financeiro na folha de pagamento do Órgão, tendo em vista tratar-se de nomeação de servidores em substituição em decorrência de exoneração, conforme Decreto Governamental de 29 de Maio de 2026, publicado no Diário Oficial do Estado, edição da mesma data,

RESOLVE: ATRIBUIR, Gratificação de Atividades Técnico-Administrativas ao servidor do Poder Executivo Estadual, ocupantes de cargo de provimento em comissão, constante no Anexo Único desta Portaria, nos valores fixados para os respectivos níveis, da Tabela constante da Lei n° 3.301, de 08 de outubro de 2008;

ANEXO ÚNICO

NOME	CARGO/ SIMBOLOGIA	NÍVEL	A CONTAR
LORENNA MONTEIRO NORMANDO MOTA	CHEFE DE DEPARTAMENTO AD-1	15	01/06/2026
JEIZE NATHASCHA SILVA DA ROCHA	ASSESSOR III AD-3	13	01/06/2026

GABINETE DO DIRETOR PRESIDENTE DA FEPIAM, em Manaus, 10 de Junho de 2026.

NILTON MAKAXI
Diretor Presidente

ROBSON TOGNI DE ALMEIDA
Secretário de Estado de Administração e Gestão

Protocolo 275849

Fundo de Promoção Social e Erradicação da Pobreza - FPS

ERRATA DE PUBLICAÇÃO DA PORTARIA N.º 082/2026-GFPS,
publicada no D.O.E de 16/06/2026.
Onde se Lê: MARIA APARECIDA DA COSTA DOS SANTOS
Lê-se: MIRIAM SILVA DO NASCIMENTO

ADRIANA CUNHA PIMENTEL
Secretária Executiva do Fundo de Promoção Social e Erradicação da Pobreza

Protocolo 275938

Empresa Estadual de Turismo – AMAZONASTUR

RESENHA DE AUTORIZAÇÃO DE VIAGENS

1-Nome e Cargo: Francisco Alves dos Santos-Chefe de Departamento; SIGED N° 01.04.016508.001048/2026-70; Destino e Período: Manaus/ Parintins/Manaus, no período de 15/06 a 30/06/2026; Objetivo: Integrar a equipe de apoio técnico-operacional responsável pelo funcionamento da Estação do Turismo durante o 59º Festival Folclórico de Parintins;

2-Nome e Cargo: Breno Henrique Lira da Conceição-Assistente Adm.; SIGED N° 01.04.016508.001133/2026-39; Destino e Período: Manaus/ Parintins/Manaus, no período de 17/06 a 30/06/2026; Objetivo: Integrar a equipe de apoio técnico-operacional responsável pelo funcionamento da Estação do Turismo durante o 59º Festival Folclórico de Parintins;

3-Nome e Cargo: Juvenal Pinheiro da Costa Filho-Diretor Adm. e Financeiro; SIGED N° 01.04.016508.001112/2026-13; Destino e Período: Manaus/ Parintins/Manaus, no período de 17/06 a 30/06/2026; Objetivo: Integrar a equipe de apoio técnico-operacional responsável pelo funcionamento da Estação do Turismo durante o 59º Festival Folclórico de Parintins;

4-Nome e Cargo: Adelson Julião Pacheco-Assistente de Gestão em Turismo; SIGED N° 01.04.016508.001166/2026-89; Destino e Período: Manaus/ Parintins/Manaus, no período de 22/06 a 29/06/2026; Objetivo: Integrar a equipe de apoio técnico-operacional responsável pelo funcionamento da Estação do Turismo durante o 59º Festival Folclórico de Parintins;

5-Nome e Cargo: Ana Cláudia Pereira do Rego Silva-Diretora de MKT; SIGED N° 01.04.016508.001073/2026-54; Destino e Período: Manaus/ Parintins/Manaus, no período de 17/06 a 29/06/2026; Objetivo: Integrar a equipe de apoio técnico-operacional responsável pelo funcionamento da Estação do Turismo durante o 59º Festival Folclórico de Parintins;

6-Nome e Cargo: Alice Oliveira Pio Sampaio-Assistente Téc II; SIGED N° 01.04.016508.001131/2026-40; Destino e Período: Manaus/Parintins/ Manaus, no período de 22/06 a 29/06/2026; Objetivo: Integrar a equipe de apoio técnico-operacional responsável pelo funcionamento da Estação do Turismo durante o 59º Festival Folclórico de Parintins;

7-Nome e Cargo: Antonio Cláudio da Silva Braga-Assistente Téc.; SIGED N° 01.04.016508.001054/2026-28; Destino e Período: Manaus/Parintins/ Manaus, no período de 22/06 a 29/06/2026; Objetivo: Integrar a equipe de apoio técnico-operacional responsável pelo funcionamento da Estação do Turismo durante o 59º Festival Folclórico de Parintins;

8-Nome e Cargo: Daniel Cleber Brasil de Souza-Profissional de Navegação Aérea; SIGED N° 01.04.016508.001144/2026-19; Destino e Período: Manaus/ Parintins/Manaus, no período de 22/06 a 29/06/2026; Objetivo: Integrar a equipe de apoio técnico-operacional responsável pelo funcionamento da Estação do Turismo durante o 59º Festival Folclórico de Parintins;

9-Nome e Cargo: Eldima Silva Azedo-Assistente Adm.; SIGED N° 01.04.016508.001056/2026-17; Destino e Período: Manaus/Parintins/ Manaus, no período de 22/06 a 29/06/2026; Objetivo: Integrar a equipe de apoio técnico-operacional responsável pelo funcionamento da Estação do Turismo durante o 59º Festival Folclórico de Parintins;

10-Nome e Cargo: Fabiana da Costa Lima Loureiro-Téc. De Nivel Sup. Pl.; SIGED N° 01.04.016508.001145/2026-63; Destino e Período: Manaus/ Parintins/Manaus, no período de 22/06 a 29/06/2026; Objetivo: Integrar a equipe de apoio técnico-operacional responsável pelo funcionamento da Estação do Turismo durante o 59º Festival Folclórico de Parintins;

11-Nome e Cargo: Fabíola Nascimento Marreira de OLiveira-Téc. De Nivel Sup. Pl.; SIGED N° 01.04.016508.001057/2026-61; Destino e Período: Manaus/Parintins/Manaus, no período de 22/06 a 29/06/2026; Objetivo: Integrar a equipe de apoio técnico-operacional responsável pelo funcionamento da Estação do Turismo durante o 59º Festival Folclórico de Parintins;

12-Nome e Cargo: Ingrid Amarante Vieira-Assistente Téc II.; SIGED N° 01.04.016508.001052/2026-39; Destino e Período: Manaus/Parintins/ Manaus, no período de 22/06 a 29/06/2026; Objetivo: Integrar a equipe de apoio técnico-operacional responsável pelo funcionamento da Estação do Turismo durante o 59º Festival Folclórico de Parintins;

13-Nome e Cargo: Jose Luiz Pereira da Silva-Assessor de Planej. Est.; SIGED N° 01.04.016508.001134/2026-83; Destino e Período: Manaus/ Parintins/Manaus, no período de 22/06 a 29/06/2026; Objetivo: Integrar a equipe de apoio técnico-operacional responsável pelo funcionamento da Estação do Turismo durante o 59º Festival Folclórico de Parintins;

14-Nome e Cargo: Lara Karen Leão Alencar-Gerente; SIGED N° 01.04.016508.001051/2026-94; Destino e Período: Manaus/Parintins/ Manaus, no período de 22/06 a 29/06/2026; Objetivo: Integrar a equipe de apoio técnico-operacional responsável pelo funcionamento da Estação do Turismo durante o 59º Festival Folclórico de Parintins;

15-Nome e Cargo: Larissa Montefusco da Cruz Cecilio-Assessor I; SIGED N° 01.04.016508.001109/2026-08; Destino e Período: Manaus/Parintins/ Manaus, no período de 22/06 a 29/06/2026; Objetivo: Integrar a equipe de apoio técnico-operacional responsável pelo funcionamento da Estação do Turismo durante o 59º Festival Folclórico de Parintins;

16-Nome e Cargo: Leilane Campos de Lima-Assistente Téc.; SIGED N° 01.04.016508.001050/2026-40; Destino e Período: Manaus/Parintins/ Manaus, no período de 22/06 a 29/06/2026; Objetivo: Integrar a equipe de apoio técnico-operacional responsável pelo funcionamento da Estação do Turismo durante o 59º Festival Folclórico de Parintins;

17-Nome e Cargo: Valéria Paiva-Assessor III; SIGED N° 01.04.016508.001055/2026-72; Destino e Período: Manaus/Parintins/ Manaus, no período de 22/06 a 29/06/2026; Objetivo: Integrar a equipe de apoio técnico-operacional responsável pelo funcionamento da Estação do Turismo durante o 59º Festival Folclórico de Parintins;

18-Nome e Cargo: Sibelle da Silva Oliveira-Assessor iI; SIGED N° 01.04.016508.001068/2026-41; Destino e Período: Manaus/Parintins/Manaus, no período de 22/06 a 29/06/2026; Objetivo: Integrar a equipe de apoio técnico-operacional responsável pelo funcionamento da Estação do Turismo durante o 59º Festival Folclórico de Parintins; e
19-Nome e Cargo: Giovanna Tapajós Maués-Gerente; SIGED N° 01.04.016508.001081/2026-09; Destino e Período: Manaus/Careiro/Manaus, no período de 15/06 a 19/06/2026; Objetivo: Participar de ações de ordenamento turístico.

Manaus, 17 de junho de 2026

SÉRGIO PAULO MONTEIRO LITAIFF FILHO
Presidente da Empresa Estadual de Turimos - AMAZONASTUR

Protocolo 275914

Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas - ADS

ERRATA À PORTARIA Nº 231/2026-GP/ADS

A Presidente da Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas - ADS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 do Decreto nº 26.747, de 03 de julho de 2007, torna pública a presente ERRATA à PORTARIA Nº 231/2026-GP/ADS, publicada no Diário Oficial do Estado do Amazonas - DOE, Edição nº 35.717, de 09 de junho de 2026, Poder Executivo - Seção II, página 32.
Onde se lê:
III - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação - SEDECTI
José Sandro da Mota Ribeiro - Titular;
Luiz Bernardo Ferreira Pinto - Suplente.
IV - Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ
Joel Brito Moura - Titular;
Jefferson Batista da Silva - Suplente.
VI - Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas - IPAAM
Carlos André Silva Lima - Titular;
Marcelo Fabrizio Barroncas Ferreira - Suplente.
Leia-se:
III - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação - SEDECTI
José Sandro da Mota Ribeiro - Titular;
Edmar Lopes Magalhães - Suplente.
IV - Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ
Joel Brito Moura - Titular;
Weber Luiz Façanha Costa - Suplente.
VI - Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas - IPAAM
Gelson da Silva Batista - Titular;
Raimunda Nonata Moreira Lopes - Suplente.
Permanecem inalteradas as demais disposições da PORTARIA Nº 231/2026-GP/ADS.**CERTIFIQUE-SE**, **PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE. Gabinete da Presidência da Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas - ADS**, em Manaus, 17 de junho de 2026.

MICHELLE MACEDO BESSA
Presidente da Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas

Protocolo 275939

RESENHA Nº. 050/2026 - EXTRATO DOS CONTRATOS DE FORNECIMENTO DE MERENDA ESCOLAR - PREME. OBJETO: Fornecimento dos produtos regionais, para atender a Rede Estadual de Ensino, no ano letivo de 2026, com insumos fornecidos pelos Produtores Rurais credenciados no Edital nº. 009/2025-CIL/ADS, cuja vigência dos contratos dar-se-á a partir de sua assinatura até o dia 31 de dezembro de 2026. **1. CONTRATO Nº 182/2026 - ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS UNIDOS DE ITACOATIARA**, Valor Global: R$ 335.750,00 (trezentos e trinta e cinco mil, setecentos e cinquenta reais); **2. CONTRATO Nº 276/2026 - EDIVALDO MORAES BEZERRA**, Valor Global: R$ 4.116,00 (quatro mil, cento e dezesseis reais); **3. CONTRATO Nº 283/2026 - LUCINETE DE SOUZA MENEZES**, Valor Global: R$ 8.638,00 (oito mil, seiscentos e trinta e oito reais); **4. CONTRATO Nº 290/2026 - MARIA CHIRLEN LOPES MONTEIRO**, Valor Global: R$ 9.393,00 (nove mil, trezentos e noventa e três reais); **5. CONTRATO Nº 388/2026 - ALRENICE PACHECO ANDRADE**, Valor Global: R$ 10.116,00 (dez mil, cento e dezesseis reais); **6. CONTRATO Nº 474/2026 - ANAILA ALVES REIS**, Valor Global: R$ 11.790,00 (onze mil, setecentos e noventa reais); **7. CONTRATO Nº 653/2026 - RAIMUNDA TANIA SOUZA DOS REIS**, Valor Global: R$ 7.860,00 (sete mil, oitocentos e sessenta reais); **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**: Lei nº. 3.454/2009, que instituiu o Programa de Regionalização da Merenda Escolar - PREME, e, como norma suplementar, o art. 30, da Lei nº 13.303/16. **GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO AMAZONAS-ADS**, em Manaus, 17 de junho de 2026.

MICHELLE MACEDO BESSA
Presidente da Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas

Protocolo 275936

RESENHA Nº. 049/2026 - EXTRATO DOS CONTRATOS DE FORNECIMENTO DE MERENDA ESCOLAR - PREME. OBJETO: Fornecimento dos produtos regionais, para atender a Rede Estadual de Ensino, no ano letivo de 2026, com insumos fornecidos pelos Produtores Rurais credenciados no Edital nº. 009/2025-CIL/ADS, cuja vigência dos contratos dar-se-á a partir de sua assinatura até o dia 31 de dezembro de 2026. **1. CONTRATO Nº 202/2026 - GRAYCE RENATA DA SILVA PEREIRA**, Valor Global: R$ 9.805,50 (nove mil, oitocentos e cinco reais e cinquenta centavos); **2. CONTRATO Nº 269/2026 - JOSE RAIMUNDO CORREIA DE MELO**, Valor Global: R$ 6.654,00 (seis mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais); **3. CONTRATO Nº 323/2026 - RIBAMAR NEGRÃO SAMPAIO**, Valor Global: R$ 4.107,60 (quatro mil, cento e sete reais e sessenta centavos); **4. CONTRATO Nº 417/2026 - ALZIANE TEIXEIRA BORGE**, Valor Global: R$ 4.695,00 (quatro mil, seiscentos e noventa e cinco reais); **5. CONTRATO Nº 450/2026 - ALBERLICE MIKAELY QUEIROZ DE LIRA**, Valor Global: R$ 12.400,00 (doze mil e quatrocentos reais); **6. CONTRATO Nº 453/2026 - JOÃO PINTO DE MESQUITA**, Valor Global: R$ 10.670,00 (dez mil, seiscentos e setenta reais); **7. CONTRATO Nº 571/2026 - DANIELY CASTRO DA SILVA**, Valor Global: R$ 7.102,00 (sete mil, cento e dois reais); **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**: Lei nº. 3.454/2009, que instituiu o Programa de Regionalização da Merenda Escolar - PREME, e, como norma suplementar, o art. 30, da Lei nº 13.303/16. **GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO AMAZONAS-ADS**, em Manaus, 17 de junho de 2026.

MICHELLE MACEDO BESSA
Presidente da Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas

Protocolo 275937

Agência Amazonense de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental - AADESAM

PREGÃO ELETRÔNICO N° 006/2026 - COL/AADESAM
Nº Processo: 2026.ADE.0742. **Objeto:** Contratação para o fornecimento sob demanda de ração para consumo animal, visando suprir de forma contínua as necessidades biológicas e de manejo da população canina e felina no Amazonas. **Edital disponível:** em 18/06/2026. **Entrega das Propostas:** até 29/06/2026 às 09h59 (Horário de Brasília). **Abertura das Propostas:** 29/06/2026 às 10h00 (Horário de Brasília), no site Licitanet.

WILLIAM ALEXANDRE SILVA DE ABREU
Presidente da Agência Amazonense de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental - AADESAM

Protocolo 275902

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO -
EDITAL Nº 001/2026/CPSS/AADESAM
PROJETO DE APOIO AO FORTALECIMENTO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PROTIC
01º CHAMAMENTO
CONVOCAÇÃO PARA ENTREGA DE DOCUMENTOS E CONTRATAÇÃO
Nos termos do Item XI.3. do edital - classificação Final, o presidente da AADESAM torna público a Convocação para apresentação da documentação conforme Anexo III - Lista de Documentos, exames admissionais e assinatura do contrato. Os convocados deverão comparecer na Gerência de Recursos Humanos da Agência Amazonense de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental, localizada à Rua Major Gabriel com Nhamundá, nº 1721, Centro, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data desta publicação, munidos das documentações (originais e cópias). Para consulta completa, segue o link: **https://aadesam.org.br/edital-no-001-2026-cpss-aadesam/**

Manaus, 17 de junho de 2026

WILLIAM ALEXANDRE SILVA DE ABREU
Presidente da Agência Amazonense de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental - AADESAM

Protocolo 275904

Companhia de Saneamento do Amazonas – COSAMA

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2026 - CPL/COSAMA

A COSAMA torna público o Pregão Eletrônico supracitado. Objeto: **Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de hospedagem em nuvem com infraestrutura dedicada, incluindo fornecimento de servidores, armazenamento, conectividade, backup, segurança e suporte técnico, destinados à sustentação dos sistemas corporativos da COSAMA**, conforme descrições nos anexos do Edital constante no Processo nº **01.05.043501.002450/2026-40**. Início da sessão de disputa: 10:00 horas do dia 14/07/2026 (Horário de Brasília). Endereço eletrônico: https://licitacoes-e2.bb.com.br Licitador: COSAMA. Os interessados poderão retirar o Edital também na página da COSAMA: www.cosama.am.gov.br. Informações: e-mail: licitacao@cosama.am.gov.br.

DEISIANE ERCULANO DE SOUZA
Diretora-Presidente da Companhia de Saneamento do Amazonas - COSAMA

Protocolo 275859





REGISTRANDO A HISTÓRIA,
CONECTANDO O FUTURO.

imprensa oficial
GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS
GOVERNO DO
AMAZONAS
A FORÇA DA NOSSA GENTE

quarta-feira
17
jun/2026

DIÁRIO OFICIAL
ESTADO DO AMAZONAS

Número 35.723 | Ano CXXXIII
www.imprensaoficial.am.gov.br

MUNICIPALIDADES

PREFEITURAS

Apuí

DESPACHO DECISÓRIO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026-CML/PMA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007/2026

O **Prefeito Municipal de Apuí-AM**, no uso de suas atribuições legais.
CONSIDERANDO, que o referido procedimento licitatório transcorreu de forma regular, em obediência à legislação vigente, não sendo verificado nenhum vício que pudesse macular a regularidade do certame, tendo sido cumpridos todos os prazos regulamentares estabelecidos no referido processo; **CONSIDERANDO**, todos os documentos que constam acostados aos autos, os quais demonstram que foram respeitados todos os ritos legais exigidos pela Lei Federal nº. 14.133/21;
CONSIDERANDO, por fim, o que consta no processo licitatório em referência e a manifestação da Assessoria Jurídica deste órgão, opinando pela possibilidade legal da conclusão do procedimento licitatório;
R E S O L V E:
I - ADJUDICAR a contratação em favor da empresa: **RRZ AMAZÔNIA COMÉRCIO E SERVIÇOS DE VEÍCULOS, CAMINHÕES, MÁQUINAS E PEÇAS LTDA, CNPJ: 19.469.604/0001-00**, nos Itens: **001:** R$ 710.230,00, Quant. 01; **002:** R$ 956.550,00, Quant. 01; **e 003:** R$ 722.010,00, Quant. 01.
II - HOMOLOGAR a deliberação final do procedimento do **Processo Licitatório nº 007/2026** do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026**, cujo objeto é "AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ATENDER O CONVENIO nº980257/2025", para a Secretaria Municipal de Transporte, Obras e Urbanismo de Apuí/AM.
III - DETERMINAR ao setor competente a convocação do(s) preponente(s) vencedor(es) para assinatura do contrato, nos termos da legislação pátria vigente.
IV - PUBLICAR o presente Despacho, na forma da Lei, para fins de eficácia.

Apuí/AM, 05 de junho de 2026.

ANTÔNIO MARCOS MACIEL FERNANDES
Prefeito Municipal

Protocolo 274536

Guajará

DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

O **PREFEITO MUNICIPAL DE GUAJARÁ**, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO o que consta no Processo Administrativo, oriundo da Comissão de Contratação, referente à licitação na modalidade de CONCORRENCIA;
CONSIDERANDO que no referido processo foram respeitados todos os prazos estabelecidos pela legislação vigente;
CONSIDERANDO que a inexistência de recursos pendentes ao referido procedimento licitatório.
RESOLVE:
I - HOMOLOGAR a decisão adotada pela Comissão de contratação constante do processo mencionado onde foi considerada a Empresa F. C. O ROSAS & M. N. PINHEIRO LTDA CNPJ nº 34.711.259/0001-62, como vencedora do referido certame, através da CONCORRENCIA Nº 01/2026.
II - ADJUDICAR à referida Contratação de empresa de engenharia para execução da obra de construção de 20 (vinte) unidades habitacionais populares, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, no Município de Guajará/AM, de acordo com as especificações técnicas, projeto básico e seus anexos. No valor de R$ 2.969.120,03 (dois milhões novecentos e sessenta e nove mil, centos e vinte reais e três centavos).
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUAJARÁ, em 18 de junho de 2026.

JOSE ERONILDES NOBRE FILHO
Prefeito Municipal em exercício

Protocolo 275861

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 40/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 02/2026
MODALIDADE: **CONCORRENCIA**
PRAZO: 07 (sete) meses;
OBJETO: Contratação de empresa de engenharia para execução da obra de construção de 20 (vinte) unidades habitacionais populares, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, no Município de Guajará/AM, de acordo com as especificações técnicas, projeto básico e seus anexos.
PARTES: Prefeitura Municipal de Guajará CNPJ nº 22.812.242/0001-12 e a Empresa: F. C. O ROSAS & M. N. PINHEIRO LTDA CNPJ nº 34.711.259/0001-62, como vencedora do referido certame, através da CONCORRENCIA Nº 01/2026. **VALOR GLOBAL:** R$ 2.969.120,03 (dois milhão novecentos e sessenta e nove mil, centos e vinte reais e três centavos)
DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: Detalhamento: 03.01.08.244.05.1014.44 9051.661.3110; Órgão 03 - Fundo Municipal; Unidade 01 - Fundo Municipal De Assistência Social; Função: 08 - Assistência Social Subfunção: 244 - Assistência Comunitária; Programa: 05 - Fortalecimento Dos Serviços Socioassistenciais; Projeto/Atividade: 1.014 - Implantação De Infraestrutura P/ Assistência Social; Elemento: 449051 - Obras E Instalações; Recurso: Portaria Mcid Nº 725, De 15 De Junho De 2023, E Demais Normas Do Programa Minha Casa Minha Vida.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUAJARÁ, em 18 de junho de 2026.

JOSE ERONILDES NOBRE FILHO
Prefeito Municipal em exercício

Protocolo 275864

Itacoatiara

EXTRATO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2095/2026-PMI

A Prefeitura Municipal de Itacoatiara/AM, torna público que aderiu à Ata de Registro de Preços nº 02/2024 - TCE/AM, oriunda do Pregão Presencial SRP nº 08/2024-CPL/TCE (Processo SEI nº 10386/2024), gerenciada pelo Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, nos termos da legislação vigente.
Espécie: Adesão a Ata de Registro de Preços nº 02/2024-TCE/AM, oriunda do Pregão Presencial SRP nº 08/2024-CPL/TCE (Processo SEI nº 10386/2024).
Objeto: Adesão à Ata de Registro de Preços nº 02/2024-CPL/TCE (Processo SEI nº 10386/2024), decorrente do Pregão Presencial nº 08/2024 - CPL/TCE-AM, visando à contratação de empresa especializada para implementação de solução avançada de gestão de recursos, em regime de comodato, abrangendo modernização do sistema de armazenamento, monitoramento e controle de acesso incluindo serviços de manutenção, help desk e instalação, conforme especificações, condições, quantitativos e preços registrados na referida ata, para atendimento das necessidades administrativas e operacionais da Prefeitura Municipal de Itacoatiara/AM.
Órgão Gerenciador: Tribunal de Contas do Estado do Amazonas - TCE/AM.
Órgão Aderente: Prefeitura Municipal de Itacoatiara/AM.
Empresa Detentora da Ata: B B COMERCIO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETRICOS LTDA, CNPJ nº 03.576.305/0001-34.

Valor Total: R$ 1.433.784,00 (um milhão, quatrocentos e trinta e três mil, setecentos e oitenta e quatro reais).

Itacoatiara - AM, 15 de junho de 2026

MARIO JORGE BOUEZ ABRAHIM
Prefeito Municipal de Itacoatiara

Protocolo 275584

Jutaí

EXTRATO DA TERMO DE CONTRATO Nº 021/2026-CMJ

Contratante: MUNICÍPIO DE JUTAÍ (AM), CNPJ 04.285.896/001-53. Contratada: PRISCILA JULIE DE OLIVEIRA, CNPJ sob o nº 47.180.483/0001-17. Objeto: contratação de empresa especializada em assessoria cultural para implementação e execução da política nacional Aldir Blanc - ciclo 2, com serviço de pareceristas e acompanhamento da prestação de contas e ações de capacitação para os agentes culturais no município de Jutaí/AM. Modalidade: Dispensa de Licitação nº 002/2026-CCSC/PMJ. Vigência: 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do contrato e de sua respectiva publicação na imprensa oficial, incluindo-se o dia de início, podendo ser prorrogado por igual período, de acordo com a necessidade da Administração, na forma do art. 105 e seguintes da Lei nº 14.133/2021; Valor Global: R$ 19.200,00 (dezenove mil e duzentos reais); Dotação Orçamentária: 02.02.14 - Secretaria Municipal de Cultura; 13.392.0071.2039.0000 - Implementação e operações de programa de incentivo as Manifestações Culturais e Artísticas; 3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiro - Pessoa Jurídica. 1.700 - Ministério da Cultura. Contrapartida: 1.500 - Recursos Próprios. Fundamento Legal: art. 75, incisos II, da Lei nº 14.133/2021 e Art. 144, inciso II do Decreto Municipal 013/2024 - GP; Jutaí/AM, 13/05/2026.

MERCEDES MENDES VARGAS
Prefeita Municipal
Contratante

PRISCILA JULIE DE OLIVEIRA
CNPJ Nº 47.180.483/0001-17
Contratada.

Protocolo 275836





quarta-feira
17
jun/2026

DIÁRIO OFICIAL
ESTADO DO AMAZONAS

Número 35.723 | Ano CXXXIII
www.imprensaoficial.am.gov.br

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

Hospitais

Policlínica Governador Gilberto Mestrinho

EXTRATO DO CONTRATO Nº 004/2026-PGGM

ESPÉCIE: CONTRATO Nº 004/2026/PGGM. **ASSINATURA:** 25/06/2026. **PARTES:** ESTADO DO AMAZONAS, por intermédio da POLICLÍNICA GOVERNADOR GILBERTO MESTRINHO e a TITAS EVENTOS, COMERCIO E SERVICOS DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA. **DO OBJETO:** FORNECIMENTO DE GARRAFÕES DE ÁGUA MINERAL, conforme especificado no Termo de Referência constante nos autos do processo Nº 01.01.017103.000363/2026-90. **VIGÊNCIA:** 29/06/2026 a 28/06/2027. **VALOR GLOBAL ESTIMADO:** R$ 6.792,00 (seis mil, setecentos e noventa e dois reais). **DO: UO:** 17701, **PT:** 10.302.3305.2224.0011, **Fonte:** 1.500.1000.0000.0000, **ND:** 33903007, tendo sido emitida pela SEFAZ, a **NE** Nº 072/2026, no valor de R$ 6.792,00 (seis mil, setecentos e noventa e dois reais). **Fundamentação Legal:** Pregão Eletrônico nº 030/26026-CSC, homologação publicada no Diário Oficial do Amazonas no dia 13/05/2026.

MICHEL DE SOUZA MARQUES
Diretor Geral

Protocolo 275873

Spa Eliameme Rodrigues Mady (Zona Norte)

PORTARIA Nº 016/2026 - DG/SPAERM

A DIREÇÃO GERAL DO SPA ELIAMEME RODRIGUES MADY no uso de suas atribuições legais e, **CONSIDERANDO** a hipótese de dispensa de licitação disposta no art. 75, II da Lei nº 14.133/21 c/c art. 164, I, do Decreto Estadual nº 47.133/23; **CONSIDERANDO** a necessidade de aquisição de Serviços de Controle de Acesso; **CONSIDERANDO** o que consta no Processo nº 01.01.017126.000120/2026-93; **RESOLVE: I - DECLARAR** dispensável o procedimento licitatório, nos termos do art. 75, II, da Lei nº 14.133/21 c/c 164, I, do Decreto nº 47.133/23, para a empresa LEBLAN TECNOLOGIA LTDA. **II - ADJUDICAR** o objeto da dispensa pelo valor de R$ 12.062,53 (doze mil, sessenta e dois reais e cinquenta e três centavos), nos termos do art. 72, parágrafo único da Lei nº 14.133/21, e demais disposições acima citadas. **CIENTIFIQUE-SE**, **CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE. DIRETORA GERAL DO SPA ELIMEME RODRIGUES MADY**, em Manaus/AM, 17 de junho de 2026.

LUCIA MARIA DA SILVA RAMOS
Diretora Geral SPA ELIAMEME RODRIGUES MADY - SPAERM

Protocolo 275913

Empresas Privadas

DESPACHO DECISÓRIO Nº 57/2026/PRES-FUNAI
Referência: Processo n.º 08620.003897/2024-13

Interessados: Povos Okoymoyana, Xowyana, Kararayana e isolados
Assunto: Identificação e Delimitação da Terra Indígena Ararà (AM)

A PRESIDENTA DA FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS - FUNAI, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, em conformidade com o § 7º do art. 2º do Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996, e tendo em vista o Processo nº 08620.003897/2024-13, bem como o Resumo do Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação (SEI nº 09980532), de autoria do antropólogo Victor Alcantara e Silva, o qual acolhe, diante das razões e justificativas apresentadas, resolve: APROVAR as conclusões constantes do referido resumo, para, ao final, reconhecer os estudos de identificação e delimitação da Terra Indígena Ararà, situada no estado do Amazonas, de ocupação tradicional dos povos Okoymoyana, Xowyana, Kararayana e isolados, com superfície aproximada de 727.054,00 hectares e perímetro aproximado de 686.616,00 metros, localizada nos municípios de Urucará, São Sebastião do Uatumã e Nhamundá.

JOENIA WAPPICHANA
Presidenta

ANEXO RESUMO DO RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DE IDENTIFICAÇÃO E DELIMITAÇÃO DA TERRA INDÍGENA ARARÀ (AM)

Referência: Processo FUNAI nº 08620.003897/2024-13. Terra Indígena Ararà. Localização: Municípios de Urucará, São Sebastião do Uatumã e Nhamundá, no Estado do Amazonas. Superfície aproximada: 727.054,00 hectares (Setecentos e vinte e sete mil e cinquenta e quatro hectares). Perímetro aproximado: 686.616,00 metros (Seiscentos e oitenta e seis mil seiscentos e dezesseis metros). Povos indígenas: Okoymoyana, Xowyana, Kararayana e isolados. População atual: 169 pessoas (2025). Grupo Técnico: Constituído pela Portaria FUNAI nº 973, de 26 de abril de 2024, composto pelo antropólogo-coordenador Victor Alcantara e Silva, pelo profissional da área ambiental Luciano Pohl e pela profissional cartógrafa Lilian Bulbarelli Parra.

I – Dados Gerais

A Terra Indígena Ararà possui aproximadamente 727.054,00 hectares e é habitada atualmente por 169 pessoas dos povos Okoymoyana, Xowyana e Kararayana, que possuem duas aldeias às margens do Rio Jatapu, estando localizada nos municípios de Urucará, São Sebastião do Uatumã e Nhamundá, no Estado do Amazonas. Há também evidências relativas à presença de povos indígenas em isolamento voluntário no interflúvio dos rios Jatapu-Nhamundá-Uatumã. Esses povos do Rio Jatapu fazem parte do grande complexo de grupos da família linguística karib denominado Tarumã-Parukoto, que se estende desde os rios Trombetas, Turuni, Mapuera, Nhamundá e Jatapu na região da fronteira norte do Brasil. Sua identidade é marcada por uma lógica relacional, onde os etnônimos (-yana) são definidos pelas alianças, trocas e pelo território ocupado e compartilhado. Documentos históricos dos séculos XVII, XVIII e XIX mencionam a presença de povos indígenas, denominados como os Pariquis, Uaiuais e Caripunas, na região do Rio Jatapu e do baixo Rio Uatumã. Os antigos Pariquis teriam se dividido entre os que foram “descidos” nos séculos XVIII e XIX e se misturaram às levas de não-indígenas do Uatumã e os que se refugiaram nas áreas de difícil acesso do Rio Jatapu. Segundo a história oral dos povos Okoymoyana, Xowyana e Kararayana, neste período e ao longo do início do século XX, eles viviam em afluentes do médio Jatapu, nos interflúvios deste com os rios Uatumã e Nhamundá e evitavam as margens dos grandes rios por temer conflitos com os não-indígenas que adentravam o rio. Em 1942 um grupo de exploradores de balata (látex da balateira) entrou em confronto armado com indígenas, o que motivou o SPI a instalar o Posto Indígena de Atração (PIA) Jatapu e desencadear uma série de contatos forçados. A presença do SPI trouxe a intensificação da exploração econômica do Rio Jatapu, seja pelo próprio SPI ou por terceiros, e a disseminação de doenças e surtos epidêmicos entre os grupos indígenas. Os contatos realizados concentraram parte da população indígena no Posto Jatapu, enquanto vários grupos, em função das epidemias, optaram por se isolar no interflúvio Jatapu-Nhamundá e Jatapu-Uatumã. Em 1962, outro grupo de balateiros entrou em conflito com indígenas isolados na região do Igarapé Cidade Velha (ou *Carará*) e capturou uma mulher que foi entregue ao Posto. O SPI organizou uma expedição de captura guiada por esta mulher e encontrou cinco indígenas, que foram nomeados pelos Okoymoyana e Xowyana como *Karara*yana, devido ao rio onde eles moravam, tendo o restante desse povo se isolado. No fim da década de 1940, missionários evangélicos norte-americanos

passaram a atuar nessa grande região da fronteira norte do Brasil, fundando missões e investindo na atração de povos e grupos sem contato. A partir de 1959, a Força Área Brasileira estabeleceu postos de fiscalização na região de fronteira com a Guiana, em nome da defesa nacional, e uma aliança com missionários católicos brasileiros e evangélicos norte-americanos, com objetivo de "integração" e "aculturação" indígena. Alguns grupos dos Xowyana, Okoymoyana e Kararayana foram levados no fim dos anos 1950 para a missão *Kanaxen,* na Guiana, fundada pela *Unevangelized Fields Mission,* e depois para a missão fundada pelos missionários do *Summer Institute of Linguistics* na aldeia *Kassawá*, no Rio Nhamundá, no Brasil. O resultado dessas várias frentes missionárias e militar-missionárias foi um brutal esvaziamento da população indígena de toda a região, com diversas consequências duradouras: grandes assentamentos em torno de missões e bases militares, por um lado, e os atuais povos isolados da região, por outro, que perderam o vínculo com as redes de relações anteriores. A concentração da população também liberou os territórios indígenas para os projetos de ocupação econômica que seriam implementados na denominada "Calha Norte" do Rio Amazonas pelos governos militares a partir da década de 1960. Uma série de obras foi planejada na região, notadamente voltadas à mineração, geração de energia elétrica e abertura de estradas, como a Perimetral Norte, conjugadas com assentamentos de colonização. Em 1962, na região do médio e baixo Rio Jatapu, a Companhia Siderúrgica da Amazônia (SIDERAMA) obteve autorização para lavrar minério de ferro no Rio Jatapu. Com os problemas enfrentados para a redução metalúrgica do minério de ferro, em 1975 a SUDAM se torna acionista majoritária da empresa e elabora um plano de reestruturação entre 1976 e 1977 com a retomada a exploração do minério de ferro. As atividades da SIDERAMA ao longo dos anos 1960 e 1970 marcaram o ápice da pressão do SPI e posteriormente da FUNAI, durante os governos militares, para impedir a permanência dos povos Okoymoyana, Xowyana e Kararayana no Jatapu. O reinício da extração de minério de ferro ocorre em paralelo ao abandono do Posto Jatapu pela FUNAI, sua extinção em 1977 e a pressão para que os povos Okoymoyana, Xowyana e Kararayana vivessem em aldeias do Rio Nhamundá, principalmente na aldeia *Kassawá*, e não mais retornassem para o Jatapu. O abandono da FUNAI também permitiu a invasão descontrolada por garimpeiros, madeireiros, extratores de pau-rosa e balateiros. O quadro descrito levou a novos ciclos de doenças, deslocamentos das famílias, busca de refúgio nas aldeias do Rio Nhamundá ou no interior da mata, o que forçava os Okoymoyana, Xowyana e Kararayana a se afastarem do Rio Jatapu. Pelo fato de terem sido pressionados pela FUNAI e missões evangélicas a deixar seu território tradicional e não mais retornar, os Okoymoyana, Xowyana e Kararayana do Rio Jatapu ficaram invisibilizados sob os nomes que eram dados de forma indiscriminada a todos esses grupos nestes locais de redução: Waiwai e Hixkaryana, principalmente. No entanto, dando continuidade à sazonalidade de ocupação anterior ao contato, nunca abandonaram o Rio Jatapu, desenvolvendo um modo de vida baseado na alternância entre as aldeias do rio Nhamundá, na estação cheia, e seus roçados, pomares e aldeias no Rio Jatapu, na estação seca, onde realizavam suas atividades de caça, pesca e coleta, a despeito de todas as adversidades e esbulho que encontravam em seu território.

II – Habitação Permanente

Atualmente, a população residente na Terra Indígena Ararà está distribuída em duas aldeias: *Kahxe* (Santa Maria) e *Kumunyàrà* (Nova Bacaba) no Rio Jatapu. O retorno sazonal ao território todos os anos, após a transferência para o Rio Nhamundá nos anos 70, foi registrado por um funcionário da FUNAI em 1988, atestando a continuidade do vínculo profundo com o território, que nunca foi rompido, culminando no retorno definitivo a partir de 2002/2003. O histórico de retorno esteve ligado à percepção de que a terra do Jatapu era o local onde a população deveria "aumentar", em contraste com os ciclos de redução populacional abrupta causados por epidemias e violências sofridas. O retorno definitivo ao Jatapu foi orientado por revelações em sonhos, que ligaram o imperativo de aumento populacional (reprodução física) e a reafirmação do lugar de nascimento (vínculo ancestral) à esperança de reencontro futuro com os parentes que se isolaram no território devido aos contatos violentos anteriores. A população atual é descendente de somente cinco famílias que sobreviveram aos ciclos de epidemias e se refugiaram em aldeias do rio Nhamundá. A única sobrevivente do grupo Kararayana, capturado pelo SPI em 1962/1963 no Rio Cidade Velha (ou *Carará*), é testemunha tanto da violência do contato quanto da continuidade do vínculo com o território, tendo vivido em Santa Maria (*Kahxe*) com seu pai, local onde seus parentes morreram e foram enterrados, e onde ela decidiu se estabelecer e permanecer. Os povos Okoymoyana, Xowyana e Kararayana se organizam em pequenas aldeias, dispersas e politicamente independentes, sem formar unidades políticas acima do nível das aldeias. Apesar disso, as localidades são ligadas por redes rituais, comerciais e de parentesco que, de forma relacional, definem identidades (ou nomes) ligadas aos territórios ocupados e compartilhados. A aldeia *Kahxe*, com 83 moradores, está localizada na margem direita do Jatapu. Foi aberta no exato lugar onde, antes do contato, havia uma aldeia de mesmo nome e onde primeiramente os não indígenas se instalaram para formar uma base de exploração de balata e peles de felinos no Jatapu. Este local também foi escolhido pelo SPI, a partir de 1942, para formar um ponto de apoio ao Posto Indígena que seria instalado rio acima. Já a aldeia *Kumuyanrà* e seus 86 moradores, situada na margem esquerda do mesmo rio, tem o nome de uma antiga aldeia do interflúvio Jatapu/Nhamundá onde foi realizado um contato pelo SPI, que levou os indígenas para as beiras do rio Jatapu. A ocupação tradicional desses povos é determinada por critérios socioculturais que ligam as parentelas aos seus lugares ancestrais. Os casamentos preferenciais ocorrem por meio do estabelecimento de alianças que se dão, frequentemente, entre primos cruzados. A moradia é uxorilocal (na casa ou próximo à casa dos sogros) e o genro deve, por alguns anos, trabalhar para os sogros, na roça, caça, auxiliar na construção de casas e financeiramente aos pais da sua esposa, o que geralmente termina quando o casal tem filhos. Passado esse período, ou após a morte dos sogros, o homem tende a retornar aos lugares identificados como de seu pai e abrir novas aldeias, o que leva a um ciclo de dispersão e reunião dos grupos de irmãos no território. Mesmo nas aldeias grandes formadas após o contato (como em *Kassawá*), os princípios da organização social tradicional persistem, sendo as aldeias formadas por pequenos núcleos de parentesco organizados em torno do laço sogro-genro. O histórico de ocupação demonstra que os povos Okoymoyana, Xowyana e Kararayana mantiveram laços contínuos com o território da Terra Indígena Ararà, no Rio Jatapu, mesmo quando impedidos de se estabelecerem permanentemente devido à violência (incluindo o rapto de mulheres por invasores) e à coerção. Há inúmeros vestígios e sinais da presença de povos isolados na Terra Indígena Ararà segundo a FUNAI. Além disso, muitas são as famílias Okoymoyana e Xowyana que ainda residem em aldeias no Rio Nhamundá, como Riozinho, Jutaí e Cupiúba, e manifestam intenção de retornar para o Jatapu, aguardando a demarcação.

III – Atividades Produtivas

Os Okoymoyana, Xowyana e Kararayana desenvolvem suas atividades produtivas em estreita relação com o território e a partir de um profundo conhecimento desse ambiente e de seus recursos. As atividades de caça, pesca, coleta e a confecção de objetos, artefatos e utensílios, que utilizam cascas, fibras, partes de animais, resinas etc., são uma expressão desse conhecimento do território, de conhecimentos tradicionais e de formas de manejo do ambiente, o que proporciona um modo de vida específico associado a ele. A alimentação desses povos é basicamente obtida por meio do cultivo de roçados, da caça, da pesca e da coleta de frutos na mata, sendo que a alimentação industrializada é apenas marginal nas aldeias, o que caracteriza alto grau de soberania alimentar. Como fontes de renda, a fabricação de farinha de mandioca e a coleta de castanha-do-brasil se destacam como principais produtos, que são vendidos no município de Urucará ou embarcados para a venda em Nhamundá. Os povos do Jatapu se organizam de forma que possam garantir abundância alimentar, o que é efetivado por meio da dispersão espacial de aldeias pequenas e da realização de atividades que se desenvolvem em um ciclo longo de reocupações de antigas capoeiras. Há usos diferenciados do território, uma vez que certas partes são mais adotadas por parentelas específicas, que reconhecem em certas porções da Terra Indígena Ararà seus lugares próprios. Por parte da aldeia *Kahxe*, de maioria Okoymoyana e Kararayana, há um manejo maior da porção sul do território, enquanto que os de *Kumunyarà*, em sua maioria Xowyana, utilizam mais a porção norte. Não se trata de uma divisão "étnica", uma vez que há locais na parte norte que os Kararayana e Okoymoyana também utilizam e identificam como sendo de seus ancestrais. As atividades de caça e pesca merecem destaque pois são uma das principais fontes de proteína e envolvem a existência de extensas áreas bem preservadas para manter as populações animais. Tais práticas caracterizam uma estratégia de manejo de animais a fim de não exaurir as espécies nas proximidades das aldeias. As atividades de coleta são realizadas mais próximas das aldeias, ao passo que as de caça e pesca se estendem aos limites da terra indígena. Para obter pescado, quelônios e ovos há o uso do Rio Jatapu, lagos e igarapés adjacentes. São muitos os tipos de peixe capturados e vários tipos de ambientes aquáticos conhecidos e escrutinados. A coleta de castanha, importante fonte de renda, é realizada em mutirões em castanhais distantes durante o final do inverno. Outras coletas (madeira, resinas, palha) também seguem a lógica de não explorar em excesso as áreas próximas às aldeias Já as roças são, normalmente, abertas mais próximas das aldeias, em locais onde se identifica a presença de terras pretas. No entanto, é também uma estratégia de manejo manter roçados mais distantes, dentro de igarapés, como forma de não exaurir os solos nas proximidades das aldeias. Os povos do Jatapu mantêm em média quatro roçados por família sendo trabalhados a cada ano, cada um em uma etapa do ciclo de produção.

IV – Meio Ambiente

Há um complexo sistema de conhecimento cosmológico e manejo ambiental dos povos Okoymoyana, Xowyana e Kararayana, demonstrando o vínculo histórico e ininterrupto com a Terra Indígena Ararà. A interação com o

ambiente é regida por uma cosmologia que atribui aos variados seres do cosmos atributos de socialidade humana. A paisagem é mapeada pela associação de características ambientais com a existência de seres invisíveis ou "donos" que escolhem viver em certos locais (como topos de morros com pedras expostas, grandes rebojos nos rios, ou alagados). O conhecimento desses seres ou "donos" e de seus locais preferenciais de moradia orienta não apenas a abertura de aldeias, mas os caminhos de caça e pontos de pesca, pois a proximidade com eles pode ser perigosa, mas também oferece capacidades xamânicas ou revelações, entendimentos específicos. O espaço é dividido entre categorias como a floresta e rios/cursos d'água, com nuances que incluem termos específicos para nascente, corredeira, igarapé, igapós, terra firme, e outros. As atividades de caça e pesca se estendem aos limites da terra indígena como uma estratégia de manejo para não exaurir as espécies nas proximidades das aldeias. Alguns igarapés localizados no limite norte são áreas de reserva de peixes e animais mantidas pelas comunidades, utilizadas apenas em momentos especiais ou festas, como o Rio Capucapu e o Igarapé Sorte. A obtenção de pescado, quelônios e ovos é realizada no Rio Jatapu, em lagos e igarapés de todo o território, principalmente nos afluentes maiores, como o igarapé da Sorte, Jamari, Oriente, Tawana, Yàwàrà, dos Índios etc. No igarapé da Sorte, por exemplo, a sua utilização se dá somente em casos específicos e serve como área de reserva e de reprodução dos peixes. Outro local bastante específico são os lagos existentes na porção sul, próximos à mineração de calcário, que são imemorialmente utilizados para a pesca de pirarucu e a caça de jacarés. Os quelônios, abundantes tanto nos lagos quanto no Rio Jatapu, são objeto de muito cuidado, tendo sido quase exterminados pelos brancos nos anos 1980 nessa região. Roças e sítios podem também ser implantados em locais mais distantes das aldeias, próximos a rios ou igarapés, em locais estratégicos de uso pretérito (antigas aldeias) ou visitados em expedições de caça e pesca, configurando possíveis locais de moradia futura. Na aldeia Nova Bacaba os roçados e sítios acompanham o Jatapu em ambas as margens, sendo que há roçados ainda mais distantes das moradias. Alguns alcançam as proximidades do limite norte. Na Santa Maria esses roçados ou sítios distantes são, majoritariamente, implantados no Igarapé Oriente e no Igarapé Jumela. Há diversas pressões e ameaças à integridade socioambiental do território dos povos Okoymoyana, Xowyana e Kararayana. São mais de 90 processos minerários tramitando na Agência Nacional de Mineração na área da terra indígena e em seu entorno. A exploração mineral iniciada na década de 1960 foi retomada pela Companhia Brasileira de Equipamentos em 1988, que rasgou um ramal de estrada ligando a mina às margens do Jatapu, em frente à aldeia Santa Maria. A empresa Nassau Itautinga explorou calcário por mais de três décadas, a 10 km ao sul da aldeia *Kahxe*. Estudos iniciados pela Eletrobrás em 1972 identificaram duas áreas potenciais para usinas hidrelétricas no Rio Jatapu. Já foi identificada extração ilegal de madeira por meio de embarcações provenientes de Santarém, bem como a realização de pesca predatória por barcos geleiros vindos de Manaus, situação que tem se agravado nos últimos anos. Na área das imediações da foz dos rios Jatapu e Uatumã há quatro blocos concedidos à exploração de gás no ano de 2009, onde há dois campos (Japim e Azulão). O registro de imóveis rurais no Sistema de Cadastro Ambiental Rural (CAR) está sendo usado como mecanismo de ocupação irregular de florestas públicas da região.

V – Reprodução Física e Cultural

Os povos Okoymoyana, Xowyana e Kararayana do Rio Jatapu perfazem uma população total de 169 pessoas (2025). Desde 2007, quando o atendimento da SESAI começou, houve um aumento da população, subindo de 84 para 169 pessoas. Os dados da SESAI, embora incompletos, registraram um total de 59 nascimentos e apenas 5 óbitos entre 2007 e 2025. Houve um crescimento natural de 54 pessoas no período, e um total de 85, sendo então 31 pessoas incorporadas por migração. A demografia atual, com um crescimento positivo, contrasta com os ciclos de redução populacional vivenciados historicamente, que quase exterminaram os povos do Jatapu. Na década de 1920, houve uma epidemia de gripe que causou dispersão. Após os contatos promovidos pelo SPI nas décadas de 1940 e 1960, novos ciclos de epidemias, como a gripe e a malária, levaram a grandes mortes e à dispersão de aldeias. O contato forçado e a captura do grupo Kararayana por balateiros e pelo SPI, entre 1962 e 1963, resultaram na morte de quase todos os indígenas levados ao Posto Jatapu por malária e outras doenças. A instalação da SIDERAMA na região a partir dos anos 1960 agravou a situação, e os indígenas voltaram a morrer em grande número, buscando refúgio no rio Nhamundá. A população atual é descendente de apenas cinco famílias de sobreviventes. Desta forma, o crescimento populacional atual tende a ser acelerado também pela possibilidade de retorno de famílias que ainda residem fora da terra indígena, como as famílias Okoymoyana e Xowyana que são originárias do Jatapu e vivem em aldeias no rio Nhamundá. No que diz respeito à reprodução cultural, o vínculo com o território baseia-se em um sistema complexo de parentesco, cosmologia e memória. Os lugares são indicadores da trajetória de relações e eventos mítico-históricos. A lógica de ocupação tradicional envolve a dispersão e reunião dos grupos de irmãos. Os indivíduos buscam retornar à "terra do pai", idealmente morrendo onde nasceram, onde seu cordão umbilical foi enterrado no esteio da casa. Esse ciclo de reocupação no longo prazo explica a persistência do vínculo com as antigas capoeiras, por exemplo. Os etnônimos, por sua vez, são relacionais e geralmente ligados aos territórios ocupados. Assim a nomeação dos grupos (*-yana*) pode variar de acordo com a relação que os indígenas estabelecem e o lugar que ocupam. E, uma vez que o território é habitado por seres invisíveis ou "donos" que escolhem morar em locais específicos, a coexistência com esses seres transforma a paisagem, e a relação com eles funda as alianças e o próprio etnônimo. As aldeias antigas são locais cruciais que perpetuam a memória, alianças e o ciclo de luto e reocupação dos grupos. *Matxeká*, a grande aldeia nas cabeceiras do igarapé *Otxiponó*, onde o pajé *Atxá* reuniu muitas famílias antes do contato com o SPI, visando acabar com conflitos, foi abandonada após o surto de doenças. *Watkàwà*, a aldeia nas cabeceiras do Igarapé Perdido, também muito grande e local onde o pajé *Atxá* faleceu e foi enterrado junto com suas pedras cerimoniais, desencadeou a dispersão dos sobreviventes. O cemitério de Santa Maria, por sua vez, está localizado no antigo sub-posto em *Kahxe*, e contém 12 sepultamentos indígenas da época do contato. O local é importante para a sobrevivente Kararayana, que cresceu e vive ali, e onde estão enterrados seus parentes que morreram após a captura. O etnônimo Okoymoyana foi afirmado pelo vínculo de parentesco com seres míticos/sucuris que tem o mesmo nome e são os donos do lugar na cachoeira *Katuema*, local mítico marcado por uma grande pedra e de passagem para o mundo invisível do fundo do rio.

VI – Levantamento Fundiário

O levantamento fundiário de ocupações não indígenas incidentes na área delimitada seguiu as diretrizes estabelecidas no artigo 231 da Constituição Federal, na Lei nº 14.701/2023, no Decreto nº 1.775/1996 e nas portarias MJ nº 14/1996 e nº 2.498/2011. O trabalho envolveu a análise dos aspectos dominiais, jurídicos, socioeconômicos e territoriais a partir da consolidação de dados de bases fundiárias oficiais e de informações coletadas em campo pelo Grupo Técnico (GT) instituído pela Portaria Funai nº 597, de dois de julho de 2025, alterada pela Portaria Funai nº 665, de 22 de julho de 2025. Verificou-se na maior parte da TI (96,5 % da terra indígena) uma sobreposição de quatro glebas estaduais de florestas públicas do tipo B, arrecadadas pelo Poder Público e ainda não destinadas (Gleba Cachoeira, Gleba Campo Alegre, Gleba Céu Aberto e Gleba Terra Firme). Foram identificados também 31 (trinta e um) registros ativos no Cadastro Ambiental Rural (CAR) sobrepondo à Terra Indígena Ararà. A área total desses registros alcança aproximadamente 577.097 hectares, o que corresponde a 78,4% da área total da terra indígena e evidencia sobreposição com as glebas estaduais e uma pressão fundiária sobre a área. Constatou-se uma ausência de sobreposições com imóveis cadastrados no Sistema Nacional de Certificação de Imóveis Rurais (SNCI/SIGEF). Durante a coleta de dados em campo, foram identificadas 12 ocupações não indígenas no interior da terra indígena. A situação fundiária predominante é de posse, pois não foram apresentados títulos que comprovem a origem das ocupações. As atividades desenvolvidas concentram-se na agricultura de subsistência. Apenas um dos ocupantes não indígenas identificados em campo, por meio dos laudos fundiários, coincide com um dos registros de CAR sobrepostos à área. Importa também destacar a presença de mineradoras inativas localizadas na área, como a ASM - Mineração e Comércio de Metais LTDA (mina SIDERAMA) e a Companhia Brasileira de Equipamentos. O quadro de ocupantes não indígenas apresentado abaixo não é exaustivo. Os nomes relacionados, portanto, não implicam prejuízo de qualquer particular que, eventualmente, tenha interesse em oferecer, na forma da Lei, contestação administrativa ao processo demarcatório.

Nome do Ocupante	CPF/RG/CNPJ	Nome do imóvel	Município
Adélia Maria Santarém de Souza	031.***.***-60	Fazenda Novo Israel	Nhamundá
Amazonas Florestal Indústria de Madeiras	38.***.***/0001-76	Fazenda Três Poderes 02	Nhamundá
Amilton Augustinho Delanora	452.***.***-04	Fazenda Paraná	São Sebastião do Uatumã
Anderson Bentes Batalha	051.***.***-44	Fazenda Benjamim	Urucará
André Evaristo Marcondes Cesar	299.***.***-01	Fazenda Templários	Urucará
Antônio Cesar Maciel Carneiro	567.***.***-00	Fazenda Rio Preto	Urucará
Antônio José Freire da Silva	-	-	São Sebastião do Uatumã

ASM - Mineração e Comércio de Metais LTDA.	07.***.***/0001-00	Mina Siderama	Urucará
Cimentos do Brasil S/A	04.***.***/0001-10	Sítio São João	Urucará
Companhia Brasileira de Equipamentos	27.******/0024-62	Companhia Brasileira de Equipamentos	Urucará
Cristiane Pereira Soares	764.***.***-72	Fazenda Israel	Urucará
Elmer de Souza Mota	056.***.***-90	Fazenda Isa Bella Esther	Urucará
Francisca Chicota	-	-	Urucará
G S Invest Administração e Participações LTDA	34.***.***/0001-08	Monte Verde	São Sebastião do Uatumã
Geremias Dias Lopes	917***.***03	Sítio Ilha	São Sebastião do Uatumã
Gesmar da Silva	382.***.***-00	Fazenda Barros	Urucará
Grupo Nassau (mineradora)	-	Nassau	Urucará
Iara de Souza Mota	071.***.***-75	Fazenda Miguel Asaf	Urucará
Itaituba Indústria de Cimentos do para S/A	04.***.***/0001-72	Sítio São José	Urucará
Itamar Araújo dos Santos	040.***.***-80	Fazenda Verdão do Norte 1	Urucará
Jair Glória Lopes	-	Sitio Paraíso	São Sebastião do Uatumã
Jefte Glória Lopes	119.***.***291	Sítio Paraíso	São Sebastião do Uatumã
Josias	-	-	Urucará
Josué	-	-	Urucará
L O Franco da Silva Eireli	01.***.***/0001-44	Área de Reserva Maria de Fátima	Nhamundá
Leonardo Graciani Costa	122.***.***-51	Fazenda São Luís	São Sebastião do Uatumã
Luciano Otávio Franco da Silva	509.***.***-53	Área de Reserva Monte Carmelo	Nhamundá
Marcos Breno Maciel da Silva	034.***.***-09	Fazenda Baixão Verde 1	Urucará
Maria Helena Damasceno Corrêa	101.***.***-20	Fazenda Santa Helena	Urucará
Mário Lúcio Silva Mota	015.***.***-32	Fazenda Mota 01	Nhamundá
Mário Silva Mota	707.***.***-64	Fazenda Fortaleza	Urucará
Miguel Maciel da Silva	712.***.***-31	Fazenda Sombra da Mata	Urucará
“Paraná” (alcunha)	-	Estância Delanora	São Sebastião do Uatumã
“Paturi” (alcunha)	-	-	Urucará
Robson Lima e Silva	335.***.***-49	Fazenda Rio Jatapú II	Urucará
Robson Lima e Silva	335.***.***-49	Fazenda Rio Jatapú I	Urucará
Rogério Hunhoff Junior	038.***.***-96	Fazenda Paredão da Serra	Urucará
Rosimar Tito	-	-	Urucará
Úrsula Rodrigues Macedo	275.***.***-87	Sem Denominação	Urucará
Urupolpas Comércio de Produtos Alimentícios	44.***.***/0001-90	Reserva Sucupira	Nhamundá
Urupolpas Comércio de Produtos Alimentícios LTDA	44.***.***/0001-90	Buriti	Urucará
Vavá	-	-	Urucará
Vilmar José Rodrigues	656.***.***-20	Fazenda Novo Horizonte	Urucará
Wellington de Araújo Melo	258.***.***-68	Ilha Pica Pau	Urucará

VII – Conclusão e Delimitação

A Terra Indígena Ararà está localizada entre as coordenadas 0°34′1,71″ e 1°50′34,3″ de latitude sul e 58°9′12,2″ e 59°34′8,6″ de longitude oeste de Greenwich, no nordeste do estado do Amazonas, próximo à divisa com o estado do Pará, na mesorregião do Centro Amazonense e na microrregião de Parintins. Parte integrante do Complexo Cultural Tarumã/Parukoto, a Terra Indígena Ararà é território tradicional dos povos Okoymoyana, Xowyana, Kararayana e possui 727.054,00 hectares e está localizada predominantemente nos municípios de Urucará e São Sebastião do Uatumã, além de abranger uma pequena porção de Nhamundá, todos no estado do Amazonas. Insere-se na bacia do Rio Jatapu, cujo curso principal é contribuinte do Rio Uatumã, que, por sua vez, é afluente da margem esquerda do Rio Amazonas (IBGE, 2019). O Rio Jatapu, em seu médio curso, apresenta uma série de lagos e ilhas e possui trecho especialmente encachoeirado nas imediações de duas aldeias atualmente existentes. As aldeias e roçados atuais se situam em ambas as margens do rio Jatapu. O limite da TI Ararà estabelece um contínuo e ininterrupto mosaico com as protegidas lindeiras, como demonstra o memorial descritivo. A Terra Indígena Ararà, com 727.054,00 hectares (superfície aproximada), é parte do território de habitação tradicional dos povos do complexo Taruma-Parukoto, que se estende pelos rios Trombetas, Turuni, Mapuera, Nhamundá e Jatapu. Os dados históricos e antropológicos confirmam a presença ininterrupta dos povos Okoymoyana, Xowyana e Kararayana desde o século XVII na região do médio e baixo Jatapu, apesar dos sucessivos ciclos de contato imposto, doenças, mortes, deslocamentos e invisibilização étnica. Foi constatado que o vínculo com o território se manteve mesmo durante o período em que foram forçados a deixar suas aldeias e permaneceram no rio Nhamundá, pois retornaram anualmente ao território de origem e suas antigas aldeias para a realização de atividades produtivas sazonais, caracterizando uma habitação permanente. Os dados apresentados em todo o RCid demonstram que a Terra Indígena Ararà é uma terra de ocupação tradicional dos povos Okoymoyana, Xowyana e Kararayana, ocupada em caráter permanente, utilizada para suas atividades produtivas, imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições, levando-se em consideração o disposto no artigo 231 da Constituição Federal de 1988, os elementos técnicos reunidos pelo grupo técnico e a anuência da população indígena.

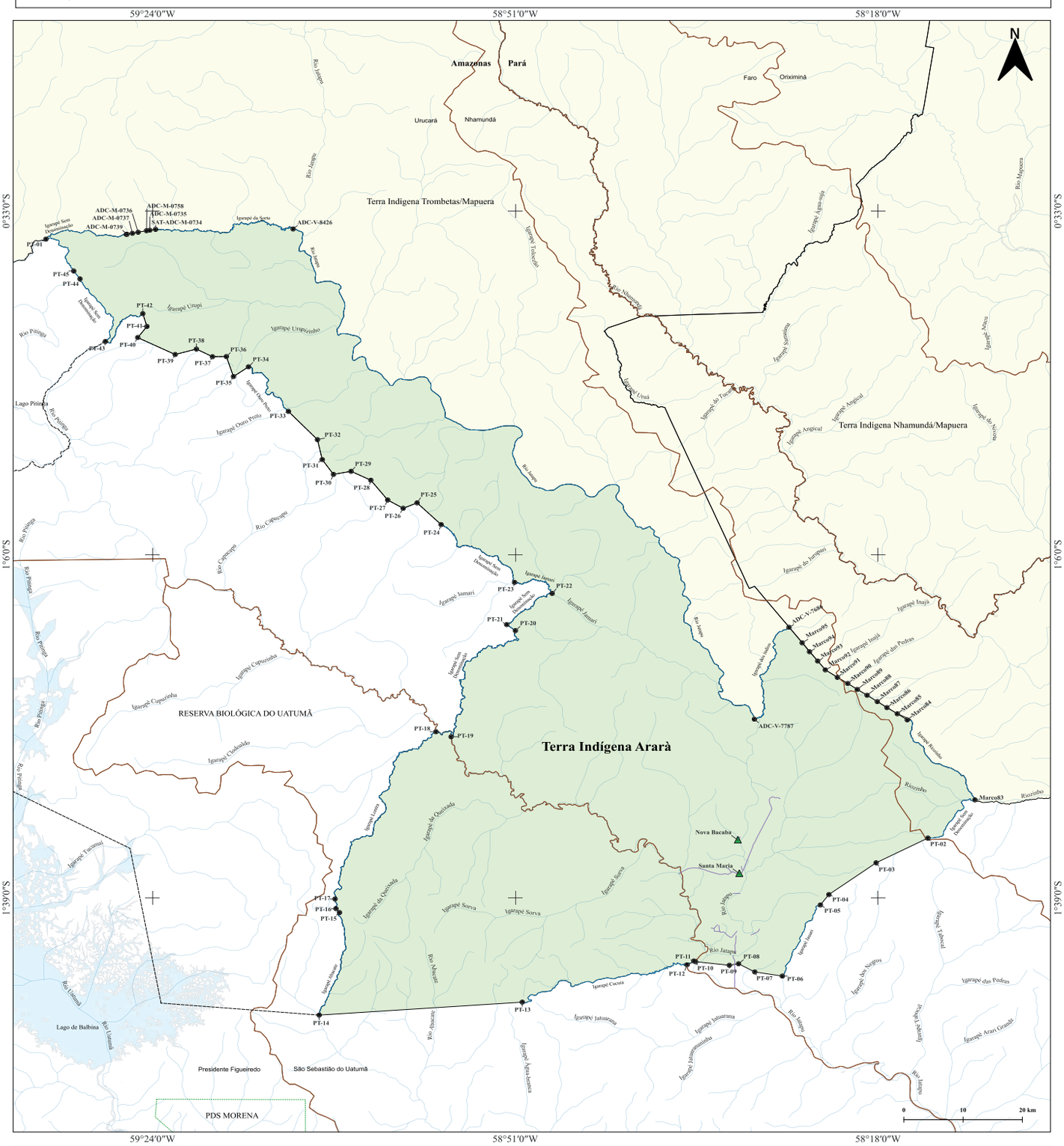
JOENIA WAPPICHANA
Presidenta

DOE
Diário Oficial Eletrônico do Estado do Amazonas
diario.imprensaoficial.am.gov.br
Imprensa do Estado do Amazonas
@imprensaoficialamazonas

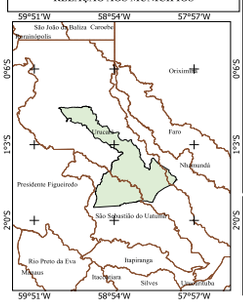
MINISTÉRIO DOS POVOS INDÍGENAS
FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS

TERRA INDÍGENA ARARÀ

UF: AM



LOCALIZAÇÃO DA TERRA INDÍGENA EM RELAÇÃO AOS MUNICÍPIOS



SINAIS CONVENCIONAIS

- Poligonal - Terra Indígena Ararà
- Terra Indígena Regularizada
- Massa d'Água
- Unidades de Conservação
- Malha Municipal
- Malha Estadual
- Assentamento
- Vértice - Terra Indígena Ararà
- Aldeia
- Hidrografia
- Estrada

BASE CARTOGRÁFICA:
FUNAI - Fundação Nacional dos Povos Indígenas. (2026). Terras Indígenas.
ANA – Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico. (2025). Base cartográfica da Hidrografia Nacional.
DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes. (2025). Malha Viária Oficial.
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2024). Mapa Político do Brasil.
DATUM HORIZONTAL: SIRGAS-2000

DIRETORIA DE DEMARCAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS - DIDEM
COORDENAÇÃO-GERAL DE GEOPROCESSAMENTO - CGGEO

DENOMINAÇÃO: TERRA INDÍGENA ARARÀ		FASE ADMINISTRATIVA: IDENTIFICAÇÃO E DELIMITAÇÃO	
MUNICÍPIOS: SÃO SEBASTIÃO DO UATUMÃ, URUCARÁ E NHAMUNDÁ		PROCESSO Nº: 08620.003897/2024-13	
ESTADO: AMAZONAS		ÁREA (hectares): 727.054,00	PERÍMETRO (metros): 686.616,00
JURISDIÇÃO ADMINISTRATIVA: COORDENAÇÃO REGIONAL DE MANAUS		ESCALA NUMÉRICA: 1:300.000	DATA: MARÇO/2026

Responsável pelo Estudo de Identificação dos limite:	Responsável Técnica - Cartografia:	Confere: Coordenador - CODEM:	Visto: Coordenadora-Geral - CGGeo:	Visto: Diretor de Demarcação de Terras Indígenas-DIDEM:
(Assinatura eletrônica) Victor Alcantara e Silva Antropólogo	(Assinatura eletrônica) Lilian Bulbarelli Parra Geógrafa	(Assinatura eletrônica) José Antônio de Sá Coordenador de Demarcação - CODEM	(Assinatura eletrônica) Rosane Amaral Alves da Silva Coordenadora-Geral de Geoprocessamento - CGGEO	(Assinatura eletrônica) Manoel Batista do Prado Júnior Diretor de Demarcação de Terras Indígenas-DIDEM

Protocolo 267722

DESPACHO DECISÓRIO Nº 58/2026/PRES-FUNAI
REFERÊNCIA: PROCESSO N.º 08620.008109/2024-85

Interessados: Povo Mura
Assunto: Identificação e Delimitação da Terra Indígena Curara (AM)
A PRESIDENTA DA FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS – FUNAI, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, em conformidade com o § 7º do art. 2º do Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996, e tendo em vista o Processo nº 08620.008109/2024-85, bem como o Resumo do Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação (SEI nº 9374669), de autoria do antropólogo Luis Abraham Cayón Durán, o qual acolhe, diante das razões e justificativas apresentadas, resolve:
APROVAR as conclusões constantes do referido resumo, para, ao final, reconhecer os estudos de identificação e delimitação da Terra Indígena Curara, situada no estado do Amazonas, de ocupação tradicional do povo Mura, com superfície aproximada de 872.691 hectares e perímetro aproximado de 522.393 metros, localizada nos municípios de Manicoré e Novo Aripuanã.

JOENIA WAPPICHANA
Presidenta

RESUMO DO RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DE IDENTIFICAÇÃO E DELIMITAÇÃO DA TERRA INDÍGENA CURARA (AM)

Referência: Processo Funai n.º 08620.008109/2024-85. Denominação: Terra Indígena Curara. Superfície aproximada: 872.691 ha (oitocentos e setenta e dois mil, seiscentos e noventa e um hectares). Perímetro aproximado: 522.393 m (quinhentos e vinte e dois mil e trezentos e noventa e três metros). Localização: Municípios de Manicoré e Novo Aripuanã, Estado do Amazonas. Povo Indígena: Mura. População aproximada: 500 pessoas (2024). Grupo Técnico constituído por meio da Portaria Funai n.º 1.042/FUNAI/PRES, de 24 de junho de 2024, coordenado pelo antropólogo Luis Cayón.
I – DADOS GERAIS: A Terra Indígena Curara, com uma população de aproximadamente 500 pessoas, localizase na bacia do rio Mataurá com seus afluentes e formadores, nos municípios de Manicoré e Novo Aripuanã, no Estado do Amazonas. É habitada há séculos pelos Mura, povo pertencente à família linguística mura e da qual também fazem parte os Pirahã. O rio Mataurá está situado no médio rio Madeira, área que abrange desde a região das cachoeiras perto da cidade de Porto Velho (RO) até o rio Aripuanã. De acordo com estudos arqueológicos, esta região tem uma ocupação indígena contínua desde pelo menos 10.000 anos atrás. A região das cachoeiras demonstra um antigo processo de construção da paisagem que inclui a domesticação e manejo de plantas, como a castanheira, desde 6.000 anos atrás, e a formação de solos antropogênicos, conhecidos como terras pretas, desde 5.000 anos atrás. Com a expansão portuguesa pela Amazônia desde o século XVII, o rio Madeira se converteu em objeto de expedições de procura por cacau e outras drogas do sertão. Em 1688, os jesuítas estabeleceram a primeira missão do rio Madeira no ‘‘rio dos Irurizes’’, o atual rio Mataurá. Ali encontraram os Iruri, um povo relacionado com outros quatro povos (Onikoré, Torerizes ou Torá, Parapixana e Aripuanã), aos quais nomearam como ‘‘nação Iruri’’. Estes povos formavam um sistema regional multiétnico e, possivelmente, multilinguístico, que se localizava na margem sul do Madeira, ocupando os cursos dos afluentes ao menos entre os rios Aripuanã e Marmelos. Em 1691 a missão no Mataurá foi atacada por portugueses, os quais fizeram escravos e iniciaram a desestruturação dos povos indígenas da região. Estas ações iniciaram um período de hostilidades ao longo do Madeira que foram lideradas pelos Mura, citados por primeira vez em 1714 e que foram localizados entre os rios Maici e Manicoré, junto com os outros povos da nação Iruri. Em 1738, os Mura eram considerados um empecilho à civilização e se tentou fazer uma ‘‘guerra justa’’ contra eles. Foram acusados de levar uma vida errante dedicada à pesca e coleta de frutas, ficando conhecidos como o principal obstáculo para a colonização da Amazônia. Durante a maior parte do século XVIII se reportaram incursões e ataques dos Mura para além do Madeira por um vasto território que ia do rio Solimões até o rio Trombetas. No século XIX, os Mura entraram de novo em conflito durante a Cabanagem e, uma vez mais, foram estigmatizados como rebeldes e contrários à civilização, sendo atacados pela aliança entre ‘‘legalistas’’ e os Munduruku. Todos esses conflitos ocasionaram sérios impactos demográficos entre os Mura. Depois da Cabanagem, a Província do Amazonas instaurou uma Diretoria Parcial no rio Mataurá na década de 1850 como uma tentativa de manter fixados os índios e colocá-los para trabalhar na produção agroflorestal. Nesse século se transformou a visão sobre os Mura: os viajantes e naturalistas do início do século XIX os descreveram como um povo nômade que levava uma vida dedicada à pesca, caça de tartarugas e coleta, mas para o final desse século eram vistos como ‘‘tapuios’’, indígenas aldeados e ‘‘semicivilizados’’. A década de 1870 deu início ao ciclo da borracha que levou um grande contingente de trabalhadores nordestinos que avançaram por toda a Amazônia, incluindo o rio Madeira. As interações entre os patrões, os trabalhadores nordestinos e os indígenas deram origem ao sistema de aviamento, em que tanto os nordestinos quanto os indígenas sempre deviam aos patrões. O sistema restringia a movimentação dos Mura e o acesso a áreas de coleta, caça e pesca, sendo forçados a prestar serviços aos seus patrões. Em 1919 o Serviço de Proteção aos Índios (SPI) identificou o rio Mataurá como local de habitação dos Mura e enviou o etnólogo Curt Nimuendajú na década de 1920 para demarcar alguns lotes para eles. Na década de 1920, o negócio da borracha estava falido e se promoveu o extrativismo da castanha-do-Pará, o qual levou a invasão do rio Mataurá pelo senhor Carlos Lindoso e seus homens, em um processo de usurpação das terras e violência contra os Mura. No início da década de 1930 aconteceu a Revolta do Mataurá, quando os Mura mataram Lindoso. Os negócios e as terras passaram às mãos da família Avelino, que continuou explorando os indígenas, com anuência do SPI, e impedindo o acesso a partes do seu território tradicionalmente ocupado. Como desde inícios do século XX os Mura foram obrigados a abandonar suas línguas e se inserir na economia regional, sua identidade indígena foi sendo invisibilizada na região sob o uso do termo “caboclo”. A partir da década de 1950, os Mura foram engajados em diferentes auges extrativistas como as peles exóticas e a madeira, enquanto os Avelino vendiam algumas terras para moradores externos. Na década de 1990 se instalou no Mataurá a empresa madeireira Ghetal Amazonas S.A., que explorou madeira de lei por vários anos, desmatando grandes áreas do território tradicionalmente ocupado pelos Mura na TI Curara. Nessa mesma época surgiu a primeira reivindicação indígena no rio e que levou à demarcação da Terra Indígena Pinatuba, mas a região maior, onde se localiza a TI Curara, continuou sendo invadida por madeireiros, pescadores e caçadores ilegais, havendo ainda tentativas de usurpação das terras e conflitos fundiários na justiça.
II – HABITAÇÃO PERMANENTE A população da TI Curara é distribuída em 7 aldeias, que possuem cacique e escola, e 3 comunidades indígenas menores, dependentes institucionalmente da aldeia mais próxima. As aldeias são Curara, Mirari, Vista Alegre, Bom Destino e Biribá sobre o rio Mataurá, e Terra Preta do Uruá e Panela sobre o rio Uruá; as três pequenas comunidades indígenas são Paranapara, Arauá e Maiaema. Alguns desses locais têm uma ocupação centenária, pois nomes de locais e moradores que são avós de algumas famílias atuais aparecem referenciados no mapa elaborado por Nimuendajú em 1926; outros locais têm uma ocupação de pelo menos meio século, de acordo com as genealogias levantadas. Os grupos locais se apresentam como blocos territoriais, juntando identidade e territorialidade, o que permite a qualquer habitante identificar a outro como pertencendo a determinada região ou local do território mais amplo, evocando toda uma trajetória histórica de relações e deslocamentos singulares de cada família ou de um dos seus segmentos. Isto implica também relações de consanguinidade e afinidade entre famílias que habitam relativamente próximas e que se perpetuam no tempo para o manejo dos ambientes, razão pela qual é possível identificar três nexos regionais que estruturam as relações de parentesco entre os Mura das TIs Curara e Pinatuba. A forma de ocupação tradicional no padrão de assentamentos dispersos implica uma distribuição espacial dos ambientes, seguindo os cursos dos igarapés e a floresta circundante, para uso exclusivo das famílias que são considerados suas ‘‘donas’’, com o qual não se cria pressão sobre os recursos florestais e de pesca e caça do rio. Desse modo, cada família tem castanhais e áreas de caça e pesca exclusivos, os quais herdam aos seus descendentes. O modo de habitação permanente do território tradicionalmente ocupado pelos Mura na TI Curara também envolve a mobilidade sazonal dos grupos locais e famílias para aproveitar os diferentes recursos florestais, alternando acampamentos temporários com a moradia atual nas aldeias. O processo histórico de usurpação do território tradicionalmente ocupado foi reduzindo gradualmente a mobilidade dos Mura da TI Curara e o aproveitamento dos recursos do seu território tradicionalmente ocupado. Em função das invasões da GHETAL S.A. e das ameaças dos caçadores e pescadores ilegais, a mobilidade dos Mura se restringiu ainda mais que nas épocas de exploração da borracha e da castanha-do-Pará.
III – ATIVIDADES PRODUTIVAS Os Mura foram descritos desde o século XVIII por possuir um modo de vida distintivo e contrário à ‘‘civilização colonial’’ fundado na sazonalidade, na mobilidade e numa grande habilidade para a pesca e a captura de tartarugas, características que, em boa medida, ainda conservam. Com a implementação do sistema de aviamento, a violência dos patrões, a chegada intensiva de migrantes nordestinos e a queda populacional, os Mura foram obrigados a reduzir a sua mobilidade e a depender cada vez mais das roças e dos produtos externos que lhes eram fornecidos nos barracões ou levados por regatões em troca da produção de borracha, e um pouco depois, da produção de castanha. Com o passar das décadas, a inserção no mercado regional e a circulação de dinheiro para obter produtos básicos necessários para a sua vida se tornou incontornável, levando os Mura a comercializar farinha, castanha, tucumã, açaí, melancia e outros produtos da mata e das roças. Tudo isto reduziu cada vez mais a sua mobilidade e hoje estão articulados com a economia regional, o qual não

é outra coisa que uma adaptação do seu sistema produtivo tradicional às circunstâncias atuais e uma mostra de resiliência frente à situação assimétrica em que se encontram. Na atualidade, a subsistência dos Mura da TI Curara combina práticas agrícolas, de coleta de frutas e outros produtos da mata, caça e pesca, assim como a necessidade de extrair recursos florestais para conseguir dinheiro para comprar alguns produtos industrializados básicos. Os Mura diferenciam claramente a produção de acordo com as estações chuvosa e seca. No inverno, os rios enchem, se pesca de malhadeira, se caça no igapó e se trabalha nos castanhais, especialmente entre janeiro e março, fazendo com que as famílias se desloquem em casas flutuantes ou construam tapiris na parte alta dos barrancos nas beiras dos igarapés, perto dalgum dos seus castanhais. No verão, se pesca no leito do rio usando diferentes técnicas como a flecha, a zagaia, o anzol, o canição e o arpão, se caça no mato e se trabalha desde abril nas roças, assim como em julho se iniciam as derrubadas, se queimam e se plantam as novas roças. Deste modo, os Mura dividem o tempo e as atividades produtivas segundo as estações e contrastam suas relações com árvores e plantas, dando preferência ao trabalho na terra firme no inverno e nas roças no verão. Os alimentos vegetais necessários para sua sobrevivência provêm de um sistema agroflorestal misto, no qual alternam a centralidade de certos recursos na sua dieta, como a castanha e a mandioca, ao longo das estações. As práticas agrícolas envolvem principalmente as roças e a produção de mandioca, mas também as pequenas hortas e quintais ao redor das casas onde crescem árvores frutíferas, temperos e ervas medicinais, assim como os sítios, áreas de cultivo mais amplas. As atividades extrativistas tanto para alimentação quanto para encontrar medicinas e materiais, como cipós, madeiras, folhas, para construir e fabricar diversos teçumes e outras coisas necessárias para sua forma de vida, são fundamentais, dando destaque a áreas de capoeiras antigas, castanhais, babaçuais e tucumanzais que são registros históricos da ocupação mura ainda presentes nas paisagens da TI Curara. A pesca é uma atividade fundamental para os Mura, os quais têm um profundo conhecimento de toda a rede hídrica do Mataurá e desenvolveram diversas técnicas de pesca como a linha, arco e flecha, zagaia, caniço, malhadeira, espinhel e curumim, de acordo com o nível do rio, os locais como igarapés, lagos e furos, e o comportamento dos peixes. Também caçam uma grande variedade de mamíferos terrestres, macacos e aves, principalmente com espingarda e com a ajuda de cachorros nas áreas de terra firme.

IV – MEIO AMBIENTE O rio Mataurá, onde se localiza a TI Curara, faz parte do sistema de drenagem da porção direita do médio rio Madeira que é constituído pelo conjunto de bacias referentes aos rios Ipixuna, Marmelos, Manicoré, Atininga, Mariepaua e Aripuanã. Ao contrário do Madeira, caracterizado por suas águas barrentas ou “brancas” de origem andina, seus tributários com origem no escudo brasileiro apresentam águas claras e geralmente têm os trechos inferiores (bocas) dos seus cursos em lagos posicionados próximos à desembocadura, escoados por furos até o rio Madeira. De fato, o rio Mataurá possui, perto da sua foz no rio Madeira, uma região de lagos que é fundamental para a TI Curara. O território proposto contempla uma rica biodiversidade e dinâmica ecossistêmica, associadas a uma matriz florestal recortada por ambientes hídricos indispensáveis à reprodução dos hábitos, costumes e tradições do povo Mura ao longo do tempo, os quais se revelaram como práticas de baixo impacto ambiental e pequena escala. Foi possível constatar que as paisagens socioambientais presentes na TI Curara estão intimamente associadas ao manejo, uso/cuidado, ocupação, habitação, deslocamentos e memória indígena, constituindo registros históricos da relação do povo Mura com o território tradicionalmente ocupado desde, ao menos, o início do século XX, mas que dada a imensa quantidade de indicadores de ação antrópica da floresta, como terras pretas e castanhais, remetem a muitos séculos antes da chegada dos europeus. O etnomapeamento mostrou que os Mura conhecem com exatidão e classificam o território tradicionalmente ocupado pelas sub-bacias que abrangem cada um dos afluentes do Mataurá e do Uruá. A toponímia coletada faz referência principalmente aos nomes de toda a rede hidrográfica. Na visão mura, cada sub-bacia é uma unidade da paisagem, concebida como espaços com limites claros e “naturais”: nascentes das cabeceiras, chavascais, campos de natureza, divisor de águas. Cada igarapé possui espaços de caça e pesca, áreas de extração de madeiras e outros recursos florestais e, em muitos, há também castanhais e terras pretas, demonstrando um conhecimento em detalhe até da composição dos solos do território tradicionalmente ocupado. Tendo em vista as áreas de usufruto atual e histórico, as áreas imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições na TI Curara incluem a região dos lagos próximos da foz do rio Mataurá; o sistema hídrico do rio Mataurá, incluindo seus principais afluentes, sub-bacias e lagos, e os divisores de águas com os rios Atininga, Mariepaua, Manicoré e Aripuanã; e as áreas de cabeceiras dos rios Uruá, Atininguinha, Jatuarana e Igarapé do Mutuca, as quais representam fundamentais reservatórios de pesca, caça e recursos florestais madeireiros e não madeireiros. Áreas de conservação da biodiversidade presentes no interior da TI Curara constituem extensas paisagens que abrangem os principais ecossistemas da terra indígena em estágios mais avançados de conservação, garantindo a existência e resistência de habitats naturais fundamentais para o desenvolvimento socioecológico e autonomia da população indígena mura. Tais regiões também constituem imprescindíveis sistemas de drenagem através de inúmeros igarapés que conduzem e transportam água e sedimentos para os grandes rios, contribuindo com seu volume, vitalidade, equilíbrio e formação de um complexo sistema hídrico indispensável à integridade ecossistêmica e garantia dos recursos pesqueiros e ambientais. Para a manutenção da autonomia indígena na gestão, proteção e conservação ambiental da Terra Indígena Curara, será fundamental garantir sua circulação entre os principais caminhos fluviais, que se configuram principalmente entre os rios Mataurá, Curara, Jatuarana, Atininguinha, Uruá e Igarapé do Mutuca, desde a região dos lagos ao norte, até as cabeceiras ao sul. É importante destacar que as cabeceiras dos rios Atininguinha e Jatuarana, a montante do rio Matauará, assim como as cabeceiras do rio Uruá e Igarapé do Mutuca, são áreas em avançado estágio de conservação. Essas regiões tornam-se fundamentais para a reprodução, desova e alimentação de peixes, sendo, portanto, imprescindíveis como refúgios para a biodiversidade. Embora a floresta na TI Curara esteja bastante bem conservada e se lhe sobreponham duas unidades de conservação (Floresta Nacional do Aripuanã e a Reserva Biológica do Manicoré) na porção sul, há várias ameaças e conflitos socioambientais que envolvem a presença intermitente de invasores armados e que impedem aos Mura exercer plenamente seus direitos territoriais sobre o território de longa ocupação tradicional e o desfrute deste. Estes conflitos estão relacionados com a insegurança fundiária motivada pelos descendentes de antigos moradores do Mataurá que abandonaram o território e nunca assumiriam a identidade indígena e por pessoas externas que compraram terras dos usurpadores ou a obtiveram por meio de enganos aos indígenas. Em ambos os casos, os invasores consideram que há propriedades privadas na TI Curara e recentemente colocaram várias placas pelo Mataurá, afirmando que essas propriedades fazem parte de projetos de créditos de carbono. Outro importante conflito está relacionado com a invasão de caçadores e pescadores armados que intimidam os Mura nas áreas da TI Curara, pois superexploram os recursos naturais através de pesca com malhadeiras e de arrastão nos lagos e da caça intensiva para a comercialização na região de Manicoré.

V – REPRODUÇÃO FÍSICA E CULTURAL Não existem dados populacionais exatos para a TI Curara e se tem apenas algumas informações muito gerais de 2022-2024 para o rio Mataurá e entorno. Também não foram encontradas informações anteriores sobre a demografia dessa TI, apenas a percepção dos seus habitantes, os quais afirmam estar em processo de crescimento demográfico, pois a população indígena do rio Mataurá decaiu entre o final do século XIX e o início do século XX. A informação recente é proveniente do Sistema de Atenção em Saúde Indígena (SISAI) sobre o Polo Base de Ponta Natal, da TI Pinatuba, que atende todo o rio Mataurá e algumas comunidades sobre o Madeira. Segundo esses dados gerais, a taxa de natalidade de 2024 equivale a 24,97 para cada mil habitantes e a taxa de mortalidade é de 0,96 para cada mil nascidos, havendo, portanto, um aumento natural da população. Os Mura da TI Curara estão organizados em grupos locais ou familiares de filiação bilinear, o que significa que uma pessoa reconhece como parentes consanguíneos a todos os membros das linhas paterna e materna com os que mantém laços genealógicos. Os grupos locais se estruturam a partir de um casal ou núcleo local, e, na medida em que crescem seus filhos e filhas e se casam, esses constroem residências muito próximas das casas dos genitores. Cada grupo local é autônomo política e economicamente e tem a tendência de criar relações de afinidade com os grupos locais geograficamente mais próximos, formando famílias extensas e nexos regionais onde os casamentos costumam ocorrer entre as mesmas famílias, tendo a possibilidade de alternar a residência pós-marital entre a uxorilocalidade e a virilocalidade. Essa alternância permite a ocupação permanente de determinadas partes do território tradicionalmente ocupado e a propriedade coletiva, já que os Mura associam os grupos locais a um lugar de residência específico e à propriedade de castanhais e áreas de caça e pesca exclusivas, o qual forma extensas áreas de manejo da floresta nos setores associados com a família extensa. Tanto os casamentos entre as mesmas famílias e/ou grupos locais espacialmente próximos como a duplicação das alianças e os matrimônios entre grupos de irmãos garantem a habitação permanente de dito espaço e a sua ampliação, na medida em que transcorrem as gerações. Os espaços de trabalho de uma família extensa ou de um grupo local se chamam de “propriedades”, pois cada uma costuma coincidir com determinado igarapé, usando os limites naturais para estabelecer suas fronteiras das áreas de trabalho e os arranjos com aqueles que trabalham em propriedades vizinhas. Dentro das atividades comunitárias, o puxirú ou mutirão é uma atividade central para reafirmar os laços sociais entre as pessoas. Os habitantes da TI Curara também realizam festas de santo e outras comemorações como a Festa

do Beijú, na aldeia Biribá, e a Festa da Castanha, na aldeia Terra Preta do Uruá. A boa saúde é uma das principais preocupações dos habitantes da TI Curara. Os Mura afirmam que existem distintos seres ou espíritos, em especial cobras grandes, botos e curupiras, que cuidam de lugares especiais e dos quais dependem animais de caça e peixes. Estes seres, que são perigosos e podem causar doenças e mortes se não são tratados com respeito, são “espíritos donos” ou pais e mães dos peixes e animais, protetores e cuidadores das espécies. Por esta razão, os Mura da TI Curara diferenciam seu lugar de moradia, a beira, da cidade, do centro da mata e do fundo do rio, locais onde habitam outros seres que trazem perigos. A toponímia local expressa um conhecimento detalhado de toda a bacia do rio Mataurá e detalha os cemitérios, os pontos de residência de curupiras, cobras grandes e outros seres encantados que são donos e protetores dos seres do mato e do mundo aquático, e de sítios arqueológicos (antigas aldeias), como terras pretas, lugares com urnas funerárias, trincheiras e antigos currais de pesca, e os castanhais. A toponímia do território tradicionalmente ocupado demonstra a longa habitação permanente dos Mura da TI Curara e tem a função primordial de conectar as gerações passadas com as presentes e as futuras, constituindo o marco da sua reprodução física e cultural.

VI – LEVANTAMENTO FUNDIÁRIO A ocupação colonial do médio rio Madeira iniciou-se no final do século XVII, mas se fez mais intensa nas décadas de 1860 e 1870 com o início da exploração da borracha, quando, impulsionado pelo negócio, chegou um grande contingente de nordestinos na região. A exploração da borracha levou rapidamente à apropriação abusiva dos seringais e das terras indígenas, auspiciadas pelas autoridades da Província do Amazonas, assim como a instauração do sistema de aviamento. Os Mura ficaram confinados em pequenas porções dos seus territórios, sem conseguir movimentar-se livremente, enquanto crescia a população externa. Com o declínio da borracha na década de 1910, a exploração da castanha se converteu no principal produto extrativista da região, gerando insatisfação e confronto com os indígenas pela apropriação indevida dos seus castanhais. A partir de 1950 e com as políticas estatais de 1970 para o povoamento da Amazônia, a população não indígena cresceu vertiginosamente na região e se seguiram vários auges extrativistas curtos como a sorva, as peles de animais, a copaíba, o pau rosa, etc., levando a um ápice extrativista de madeira nas décadas de 1990 e 2000. Ao longo da segunda metade do século XX, a usurpação das terras do território tradicionalmente ocupado aumentou. Os empreendimentos comerciais cresceram no município e aumentou o desmatamento no entorno da cidade de Manicoré para dar origem a pequenas e grandes fazendas com produção agropecuária. Atualmente, a Terra Indígena Curara presenta um quadro fundiário complexo, marcado pela incidência de unidades de conservação, terras públicas sem destinação, imóveis rurais registrados em bases oficiais e ocupações não indígenas identificadas em campo. No conjunto, cerca de 197.918 hectares (22,67%) da terra indígena encontram-se sobrepostos por unidades de conservação. A Flona do Aripuanã, criada em maio de 2016, sobrepõe-se a 92.662 hectares (10,6%) e REBio do Manicoré, também criada em maio de 2016, sobrepõe-se a 105.255 hectares (12%) da terra indígena. Além das unidades de conservação, verificou-se que cerca de 29,6% da terra indígena está sobreposta por glebas estaduais sem destinação – Felicidade, Marmelos Atininga e Mundo Novo, classificadas como do tipo B. No que se refere a imóveis privados, no SIGEF foram identificados 63 imóveis rurais incidentes na área, representando 48,36% da superfície da terra indígena. No SICAR foram identificados 208 imóveis rurais cadastrados. Durante o trabalho de campo, foram registradas 18 ocupações não indígenas, localizadas principalmente nas calhas dos rios Mataurá e Uruá. A maioria (10) apresenta caráter provisório e sazonal, vinculada ao ciclo da castanha, embora também tenham sido encontradas ocupações permanentes (6), associadas a núcleos familiares residentes e outras 2 ocupações sem informação quanto ao tipo. Abaixo o quadro de ocupantes não indígenas identificados no perímetro da TI Curara. O quadro de ocupantes não indígenas apresentado não é exaustivo. Os nomes relacionados, portanto, não implicam prejuízo de qualquer particular que, eventualmente, tenha interesse em oferecer, na forma da Lei, contestação administrativa ao processo demarcatório.

N° de Ordem	Nome do ocupante	Nome do imóvel	Município
001	Ozimar Gonçalves Menezes	Curralinho do Mataurá	Manicoré
002	Edelcimar Pereira de Oliveira	Biribá	Manicoré
003	Alderico Chaves Campos (SICAR) Conhecido como Santinho (família dos Campos)	Fazenda Aranha e/ou São Sebastião	Manicoré
004	Jair Oliveira da Rocha	Biribá	Manicoré
005	Conhecido com Caveira (Tatu/ Nunes)	Terra Preta	Manicoré
006	Luís Ferreira da Rocha	Beribá	Manicoré
007	Alexandre (conhecido como Botinho da família Pavão)	Prainha	Manicoré
008	Conhecido como Adonias	Terra Preta	Manicoré
009	Leilane Chagas Bezerra	Beribá	Manicoré
010	Raimundo Nilton Campos Dos Santos	Lugar Cinco Porco e/ ou São Jorge	Manicoré
011	Miguel Pinheiro Leite	São Gabriel	Manicoré
012	Nivaldo Leal das Neves	Lugar Espirito Santo	Manicoré
013	Lamir da Rocha	Compasso	Manicoré
014	Ardívio da Conceição	Cotovelo	Manicoré
015	Espólio de Raimundo dos Santos (filho conhecido com encarnado)- Raimundo Veiga Dos Santos (SICAR)	Areia Branca	Manicoré
016	Dilmo de Freitas Oliveira	Boa Esperança	Manicoré
017	Denilzon de Oliveira	Boa Esperança	Manicoré
018	Rafael de Oliveira	Boa Esperança	Manicoré
019	Cleomirton Ramos Da Gama	Lugar Brebi	Manicoré
020	Valcinei Oliveira da Silva	São Pedro Do Mataura	Manicoré
021	Francisco Medeiros da Conceição	Lugar Bom Futuro (Antiga Aliança)	Manicoré
022	Nivaldo Leal das Neves	Lugar Nova Vida e/ou Lugar João André	Manicoré
023	Raimundo Do Rosario Vasconcelos	Lugar Tres Jacu	Manicoré
024	Djanira Vieira Mar	Fazenda Iguaçu - II	Manicoré
025	Raimunda Pereira Gomes	Taiaçu	Manicoré
026	Adaldino Da Paixao Veiga Dos Santos	Areia Branca	Manicoré
027	Aderson Veiga Dos Santos	Areia Branca	Manicoré
028	Aniraldo Veiga Dos Santos	Areia Branca	Manicoré
029	Anivaldo Veiga Dos Santos	Areia Branca	Manicoré
030	parcela sem proprietário (SIGEF) Marilza Pereira De Holanda (SICAR)	Fazenda Acaraú	Novo Aripuanã
031	Maria Lúcia Souza da Silva	Fazenda Pajurá - Área 01	Manicoré
032	Rodrigo De Alencar Maia	Paulista II	Manicoré
033	Maria Lúcia Souza da Silva	Fazenda Pajurá - Área 19	Manicoré
034	Joao Pinheiro Taumaturgo	Fazenda Nova Empreza III	Manicoré
035	Ndd Telecom Serviços De Comunicações Ltda	Fazenda Anta Gorda II	Novo Aripuanã
036	José Irandir Neves Amaral	Lagoa Grande	Manicoré
037	Amilton Rufino Da Silva	Seringal Tracoá	Manicoré
038	Maria Lúcia Souza da Silva	Fazenda Pajurá - Área 16	Manicoré

039	Maria Lúcia Souza da Silva	Fazenda Pajurá - Área 13	Manicoré
040	Maria Lúcia Souza da Silva	Fazenda Pajurá - Área 25	Manicoré
041	Issac Sahdo Neto	Fazenda Seringal Camaiu	Manicoré
042	Adriano Souza Da Cunha	Fazenda Colibri	Manicoré
043	Maria Lúcia Souza da Silva	Fazenda Pajurá - Área 18	Manicoré
044	Daterra Terraplenagem e Transportes Eireli - ME	Fazenda Mataurá	Manicoré
045	Marcos Vera	Fazenda Beira Mar	Manicoré
046	Adriano Souza Da Cunha	Fazenda Araras	Manicoré
047	Maria Lúcia Souza da Silva	Fazenda Pajurá - Área 07	Manicoré
048	Adriano Souza Da Cunha	Fazenda Matão	Novo Aripuanã
049	Joaquim Carvalho Moraes	Fazenda Flamboyant	Manicoré
050	Maria Lúcia Souza da Silva	Fazenda Pajurá - Área 23	Manicoré
051	Zuila Ferreira Martins	Fazenda Sucunduri - Gleba 01 (SIGEF)/ Terra Preta da Boa Esperança - Parte I (SICAR)	Manicoré
052	Maria Lúcia Souza da Silva	Fazenda Pajurá - Área 10	Manicoré
053	Maria Lúcia Souza da Silva	Fazenda Pajurá - Área 02	Manicoré
054	Maria Lúcia Souza da Silva	Fazenda Pajurá - Área 24	Manicoré
055	Joao Pinheiro Taumaturgo	Fazenda São Francisco I	Manicoré
056	Maria Lúcia Souza da Silva	Fazenda Pajurá - Área 26	Manicoré
057	Maria Lúcia Souza da Silva	Fazenda Pajurá - Área 03	Manicoré
058	Joao Pinheiro Taumaturgo	Fazenda São Pedro I	Manicoré
059	José Humberto Lucas	Fazenda Cedro (SIGEF)/ Fazenda Lagoa Grande (SICAR)	Manicoré
060	Incorporadora Manicore Ltda	Fazenda Lagoa Grande II	Manicoré
061	Maria Lúcia Souza da Silva	Fazenda Pajurá (SIGEF)/ Fazenda Pajurá - Área 04 (SICAR)	Novo Aripuanã/ Manicoré
062	Adriano Souza Da Cunha	Fazenda Colorado	Manicoré
063	Joao Pinheiro Taumaturgo	Fazenda Sifoleli	Manicoré
064	Wagton Lima Silva	Fazenda São Francisco III	Manicoré
065	Perfume Da Amazonia Ltda	Sem Denominação	Manicoré
066	Daterra Terraplenagem e Transportes Eireli - ME	Fazenda São Roque	Manicoré
067	Joao Pinheiro Taumaturgo	Fazenda Sucuriju IV	Manicoré
068	Lucia Maria Tinoco De Alencar	Paulista	Manicoré
069	Maria Lúcia Souza da Silva	Fazenda Pajurá - Área 28	Manicoré
070	Joao Pinheiro Taumaturgo	Fazenda Esperança	Manicoré
071	Maria Lúcia Souza da Silva	Fazenda Pajurá - Área 08	Manicoré
072	Maria Lúcia Souza da Silva	Fazenda Pajurá - Área 14	Manicoré
073	Maria Lúcia Souza da Silva	Fazenda Pajurá - Área 11	Manicoré
074	Zuila Ferreira Martins	Fazenda Sucunduri - Gleba 03 (SIGEF)/ Terra Preta da Boa Esperança - Parte III (SICAR)	Manicoré
075	Valdemilton Dos Santos Silva	Fazenda Três Irmãos	Manicoré
076	Maria Lúcia Souza da Silva	Fazenda Pajurá - Área 22	Manicoré
077	Gilce Nerli Luvison	Fazenda Canaã II	Manicoré
078	Zuila Ferreira Martins	Fazenda Sucunduri - Gleba 02 (SIGEF)/ Terra Preta da Boa Esperança - Parte II (SICAR)	Manicoré
079	Adriano Souza Da Cunha	Fazenda Couro De Boi	Manicoré
080	Joao Pinheiro Taumaturgo	Fazenda Parauá	Manicoré
081	Joao Pinheiro Taumaturgo	FazendaChanaan	Manicoré
082	Joao Pinheiro Taumaturgo	Fazenda Catuaba	Manicoré
083	DaterraTerraplenagem E Transportes Eireli - ME	Fazenda Tucumã	Manicoré
084	Joao Pinheiro Taumaturgo	Fazenda São Francisco II	Manicoré
085	Maria Lúcia Souza da Silva	Fazenda Pajurá - Área 27	Manicoré
086	Joao Pinheiro Taumaturgo	Fazenda Yohohama	Manicoré
087	Maria Lúcia Souza da Silva	Fazenda Pajurá - Área 20	Manicoré
088	Joao Pinheiro Taumaturgo	Fazenda Jurará II	Manicoré
089	Maria Lúcia Souza da Silva	Fazenda Pajurá - Área 29	Manicoré
090	Maria Lúcia Souza da Silva	Fazenda Pajurá - Área 09	Manicoré
091	Maria Lúcia Souza da Silva	Fazenda Pajurá - Área 21	Manicoré
092	Maria Lúcia Souza da Silva	Fazenda Pajurá - Área 12	Manicoré
093	Luiz Albuquerque Moreira	Moreira	Manicoré
094	José Humberto Lucas	Fazenda Campo Grande	Manicoré
095	Francisco de Assis Galdino Beleza	Bom Futuro - II	Manicoré
096	Maria Alice De Souza E Beleza	Bom Futuro - II	Manicoré
097	Esio Do Espirito Santo	Sem Denominação	Manicoré
098	Elly Junior Vieira Mar	Fazenda Maitarina - II	Manicoré
099	Maria Lúcia Souza da Silva	Fazenda Pajurá - Área 05	Manicoré
100	Antonio Mendonça De Souza	Terra Dos Mendoças	Manicoré
101	Caroliny Almeida Coelho	Lugar Nárnia	Manicoré
102	Alcione Costa De Almeida	Arrependido - III	Manicoré
103	Divan Da Silva Carvalho	Fazenda Fortaleza	Manicoré
104	Agroverde - Agro Vale do Urua Ltda	Terra Vermelha	Manicoré
105	Savio Rodrigues Pinheiro	Lote Fortaleza	Manicoré

106	Maria Auxiliadora Franco Passos	Castanhalzinho - II	Manicoré
107	Empresa Florestal da Amazônia Ltda	Morcego	Manicoré
108	João Leomar De Vargas	João Leomar De Vargas	Manicoré
109	Vinicius Ceccon	Fazenda Do Centauro	Manicoré
110	Empresa Florestal da Amazônia Ltda	Laguinho	Manicoré
111	José Mário Medeiros Da Conceição	Sitio Vovô Horacio Terras Do Bom Futuro	Manicoré
112	Cleudo Brasil Bernardo De Oliveira	Sem Denominação	Manicoré
113	Joao Carlos Ortiz De Melo	Lote 04	Manicoré
114	Ryan Tavares Vieira	São Jose - I	Manicoré
115	Doublino Lemucc	Fazenda Alto Paraná II	Manicoré
116	Agroverde- Agro Vale do Urua Ltda	Sem Denominação	Manicoré
117	Agroverde - Agro Vale do Urua Ltda	Sem Denominação	Manicoré
118	Edgar Gomes Ribeiro	Fazenda Sucunduri - Parte II	Manicoré
119	Domingos Bezerra Araujo	Fazenda Bezerra	Manicoré
120	Agustinha Mar Das Chagas	Fazenda Maitarina - I	Manicoré
121	Transmaranata Transporte Eireli	Fazenda Mata Mata II	Manicoré
122	Empresa Florestal da Amazônia Ltda	Muiraçutuba II	Manicoré
123	Claudenora Dos Santos Guimarães	Sem Denominação	Manicoré
124	Marinete Sousa Moreira	Conceição	Manicoré
125	Valmir Martins de Paula	Fazenda Gavião	Manicoré
126	Sergio de Morais	Santo Antonio	Manicoré
127	Vinicius Alencar Nicolau	Fazenda Bonanza - III	Manicoré
128	Joao Dos Santos Hipy	Lugar Santa Terezinha	Manicoré
129	Jefferson Pinheiro de Barros	Sem Denominação	Manicoré
130	Maria Lúcia Souza da Silva	Fazenda Pajurá - Área 36	Manicoré
131	Antônio Spalenza	Fazenda Caiaué Rio Atininga	Manicoré
132	Terezinha De Jesus Colares Da Silva	Fazenda Caiaué Rio Atininga	Manicoré
133	Lucas Doce Lopes	Lugar Terra Do Nunca	Manicoré
134	Rossimeire De Vasconcelos Duarte	Lugar São José	Manicoré
135	Anezio Dos Santos Ferreira Duarte	Lugar Sucuriju	Manicoré
136	Edgar Gomes Ribeiro	Fazenda Sucunduri - Parte I	Manicoré
137	Daison Duarte Araujo	Lugar Preciosa	Manicoré
138	Doublino Lemucch	Fazenda Alto Paraná III	Manicoré
139	Edilson Do Espirito Santo	Lugar Prosperidade	Manicoré
140	Pedro Ferraz Conceição	Lugar Republica	Manicoré
141	Joaquim Nilton Colares Campos	Ponta De Vidro	Manicoré
142	Edgar Gomes Ribeiro	Fazenda Sucunduri - Parte III	Manicoré
143	Evaldo Ferreira Caetano	Bom Futuro - I	Manicoré
144	Santa Galdino Beleza	Bom Futuro - I	Manicoré
145	Zildo Batista Brasil	Lugar Nina	Manicoré
146	Francisco Carlos Bezerra Lima	Sitio Bela Vista	Manicoré
147	Empresa Florestal da Amazônia Ltda	Maranguapi	Manicoré
148	Jander Lima Queiroz	Gênesis	Manicoré
149	Dermival Ribeiro Guimarães	Sem Denominação	Manicoré
150	Edison Xavier De Oliveira	Fazenda Atininga - II	Manicoré
151	Diego Da Costa De Almeida	Arrependido - I	Manicoré
152	Marta Campos Dos Santos	Boca Do Uruá	Manicoré
153	George Maycon Vasconcelos Costa	Castanhal VI	Manicoré
154	Agroverde - Agro Vale do Urua Ltda	Sem Denominação	Manicoré
155	Manuel Fonsenca de Araujo	Fazenda Bonanza - IV	Manicoré
156	Jose Fernandes de Sousa Tavares	São Jose Do Mataurá	Manicoré
157	José Agenor Conceiçao	Lugar Cotovelo	Manicoré
158	Cicero Valeriano da Silva	Lote1	Manicoré
159	Jose Rodrigues Pedraca	Martelo	Manicoré
160	Antonio Emanuel Brasil De Oliveira	Boa Esperança	Manicoré
161	Ezio Viana de França	Fazenda Aguas Claras	Manicoré
162	Jozé Canpos da Rocha	Vista Alegre Do Atininga	Manicoré
163	Maria Arteane Pinheiro Barros	Lote Alianca	Manicoré
164	Edson Helder de Souza Leão	Fazenda Prosperidade	Manicoré
165	Kadia Emilia Pinheiro Barros	Lote Kauane	Manicoré
166	Agroverde - Agro Vale do Urua Ltda	Sem Denominação	Manicoré
167	Gabriel Torres Palhet	Lote Torres Filho	Manicoré
168	Empresa Florestal da Amazônia Ltda	Bacabal	Manicoré
169	Jose Leandro Vieira Mar	Fazenda Maitarina - III	Manicoré
170	Maria Lúcia Souza da Silva	Fazenda Pajurá - Área 15	Manicoré
171	Jorge Pinho de Almeida	Fazenda Gleba Alto Guariba	Manicoré
172	Tania Mari Scusiato	Fazenda Terra Brasilis 4	Manicoré
173	Manuel Frutuso França	Frutuoso	Manicoré
174	Wilson Ricardo de Moraes França	Frutuoso	Manicoré
175	Kaio Augusto Vital França	Lote Irmãos Kaph	Manicoré
176	Pedro Alzimar de Azevedo Ferreira	Bom Jesus	Manicoré
177	Equimat Comércio E Representações Eireli	Terra Preta Da Boa Esperança	Manicoré
178	Mas – Construcoes E Empreendimentos Ltda – Me	Fazenda Bonanza - I	Manicoré
179	Paulo Cezar Mates	Fazenda Mates	Manicoré

180	Maria Lúcia Souza da Silva	Fazenda Pajurá - Área 17	Manicoré
181	Leandro Vasconcelos Costa	Castanhal I	Manicoré
182	Empresa Florestal da Amazônia Ltda	Muiraçutuba	Manicoré
183	Valmir Martins de Paula	Fazenda Mata Mata II	Manicoré
184	Luciano Sousa Guedes	Uruá Grande	Manicoré
185	Sheila Patricia Queiroz Reis	FazendaBonanza II	Manicoré
186	Aura Agropecuaria Unidos Da Rocha Ltda	Fazenda Amazonas II	Manicoré
187	Jose Jurimar Da Silva Maia	Tucuna	Manicoré
188	Miguel Pinto Da Conceição	Sítio Fortaleza II	Manicoré
189	Dayane Pereira Borges De Souza	Borges	Manicoré
190	Bdx Florestas Ltda	Fazenda Terra Brasilis V	Manicoré
191	Roberval Edgar Medeiros Neves	Vista Alegre Do Atininga	Manicoré
192	Cleitiane Araujo Ferreira	Lugar Tres Jacu	Manicoré
193	Cleutes Lima Vasconcelos	Lugar Tres Jacu	Manicoré
194	Edevaldo Araujo Ferreira	Lugar Tres Jacu	Manicoré
195	Francidalva Ferreira De Vasconcelos	Lugar Tres Jacu	Manicoré
196	Gracy Kelly Ferreira Vasconcelos	Lugar Tres Jacu	Manicoré
197	Jacline Ferreira De Lima	Lugar Tres Jacu	Manicoré
198	Maria Nizete Lima Vasconcelos	Lugar Tres Jacu	Manicoré
199	Raimundo Nonato Araujo Ferreira	Lugar Tres Jacu	Manicoré
200	Vera Lucia Ferreira Lima	Lugar Tres Jacu	Manicoré
201	Maria Lúcia Souza da Silva	Fazenda Pajurá - Área 32	Manicoré
202	Empresa Florestal da Amazônia Ltda	Tabocal	Manicoré
203	Marcos Vera	Veras Futuro	Manicoré
204	Agroverde - Agro Vale Do Urua Ltda	São José II	Manicoré
205	Jorge Matheus Mar Correa	Fazenda Iguaçu - I	Manicoré
206	Empresa Florestal da Amazônia Ltda	Biribá	Manicoré
207	Elziomar Colares De Alencar	Fazenda Bonanza 1	Manicoré
208	Timoteo Vasconcelos Duarte	Sitio Renovação	Manicoré
209	Bruno Mar De Souza	Fazenda Iguaçu - III	Manicoré
210	Jose Adailson Bitencourt Pinto	Arrependido - IV	Manicoré
211	Marivaldo Cavalcante Nascimento	Fazenda Carauari	Manicoré
212	Jose Edvilson Quadros De Melo	Título Provisorio N° 007906	Manicoré
213	Hugo Dos Santos Fonseca	Sítio Boa Esperança	Manicoré
214	Marcus Colares Alencar	Fazenda Bonanza - II	Manicoré
215	Maria De Fatima Da Costa Almeida	Arrependido - II	Manicoré
216	Francisco Medeiros da Conceição	Nova Aliança	Manicoré
217	Dario De Souza Lopes	Fazenda Terra Brasilis 6	Manicoré
218	Luciano Gomes Da Silva	Título Provisorio N° 007383	Manicoré
219	João Emanuel Dos Santos Almeida	Sem Denominação	Manicoré
220	Empresa Florestal da Amazônia Ltda	Muiraçutuba I	Manicoré
221	Luciano Sousa Guedes	Fazenda Santa Maria	Manicoré
222	Andrew De Oliveira Neves	Lugar Boa Esperança - II	Manicoré
223	Oyama Rodrigues Pedraca	São José II	Manicoré
224	Ezio Viana De França	Fazenda Moreias Terra Do Bom Futuro - III	Manicoré
225	Esio Do Espirito Santo Filho	Sem Denominação	Manicoré
226	Joao Leal Da Silva	Fazenda Mundo Novo	Manicoré
227	Maria Lúcia Souza da Silva	Fazenda Pajurá - Área 30	Manicoré
228	Robson Wilkens Farias Melgarejo Junior	Fazenda Chikut - I	Manicoré
229	Maria Lúcia Souza da Silva	Fazenda Pajurá - Área 06	Manicoré
230	Raimundo Albuquerque Do Nascimento	Vista Alegre Do Rio Urua	Manicoré
231	Filipe Perin	Fazenda São Joâo	Manicoré
232	Empresa Florestal da Amazônia Ltda	Buriti	Manicoré
233	Aderaldo Pereira Dos Santos	Lamparina	Manicoré
234	Josiane Vieira Da Conceição	Sitio Vovó Juliana Terras Do Bom Futuro	Manicoré
235	Cristhian Vasconcelos Costa	Cristhian Vasconcelos Costa	Manicoré
236	Antonio Passos Veiga	Castanhalzinho - I	Manicoré
237	Maria Lúcia Souza da Silva	Fazenda Pajurá - Área 34	Manicoré
238	Bark Industria E Comercio De Couros – Ltda	Fazenda Cedro	Novo Aripuanã
239	Amazon Topografia e Logística de Selva Ltda	Fazenda Iguaçú	Novo Aripuanã
240	Bdx Florestas Ltda	Fazenda Terra Brasilis IV	Novo Aripuanã
241	Americo Xavier De Souza Filho	Capitarizinho	Novo Aripuanã
242	Marcos Paulo Viecilli	Fazenda Terra Fértil II	Novo Aripuanã
243	Gercimundo Paes Da Frota	Seringal Boa Vista	Novo Aripuanã
244	Care Amazon Jungle Conservação De Florestas Nativas Ltda.	São Raimundo	Novo Aripuanã
245	Manuel Santos Gutierrez	Fazenda Mata Mata	Novo Aripuanã
246	Care Amazon Jungle Conservação De Florestas Nativas Ltda.	São Raimundo 2	Novo Aripuanã
247	Bark Industria E Comercio De Couros - Ltda	Fazenda Agua Santa	Novo Aripuanã
248	Jorge Pinho De Almeida	Gleba Guariba	Novo Aripuanã
249	Bark Industria E Comercio De Couros - Ltda	Fazenda Colorado	Novo Aripuanã
250	Ulisses Fontoura	Capitarizinho	Novo Aripuanã
251	Amazon Topografia e Logística de Selva Ltda	Fazenda Caetê	Novo Aripuanã

252	Wagton Rosa Ferreira	Fazenda Matão	Novo Aripuanã
253	Bark Industria E Comercio De Couros - Ltda	Fazenda Araras	Novo Aripuanã
254	Bark Industria E Comercio De Couros - Ltda	Fazenda Couro De Boi	Novo Aripuanã
255	Leandres Pereira Tomaz	Cacoal	Novo Aripuanã
256	Bark Industria E Comercio De Couros - Ltda	Fazenda Colibri	Novo Aripuanã
257	Maurício Correa da Silva	Fazenda Arara	Manicoré
258	Ana Pereira da Costa	Fazenda Pajurá	Novo Aripuanã
259	Maurício Correa da Silva	Fazenda Mata	Novo Aripuanã
260	-	Flona do Aripuanã	Apuí/ Manicoré/ Novo Aripuanã
261	-	Rebio do Manicoré	Manicoré/ Novo Aripuanã
262	-	Gleba Estadual Felicidade	Manicoré/ Novo Aripuanã
263	-	Gleba Estadual Mundo Novo	Manicoré
264	-	Gleba Estadual Marmelos Atininga	Manicoré

VII – CONCLUSÃO E DELIMITAÇÃO A TI Curara está localizada nos municípios de Manicoré e Novo Aripuanã, sul do Amazonas, região do médio Madeira, no rio Mataurá, ao lado direito da sua bacia de drenagem. A área de 872.691 ha (oitocentos e setenta e dois mil, seiscentos e noventa e um hectares) se caracteriza por ser uma terra de ocupação tradicional permanente do povo indígena Mura desde tempos pré-coloniais. A TI Curara está inserida em um ordenamento territorial regional que abrange ecossistemas extremamente relevantes para a conservação da floresta amazônica no sul do estado do Amazonas, através de um complexo de áreas protegidas. Têm destaque a Terra Indígena Pinatuba, a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Juma, a Reserva da Biodiversidade (REBio) do Manicoré e a Floresta Nacional (FLONA) do Aripuanã, as quais se tornam fundamentais na contenção do arco do desmatamento, onde a fronteira agropecuária mais avança sobre a floresta a partir da BR-319, a oeste, e suas ligações com a BR-174 a leste e com a BR-230 ao sul. Nesse sentido, as sobreposições com algumas dessas áreas de proteção reforçam a conservação dos ecossistemas das cabeceiras, lugares de reprodução de peixes e animais, e que ainda mantêm uma floresta robusta e não impactada. A delimitação da TI Curara tenta acompanhar o mais possível a lógica territorial mura levando em conta suas unidades paisagísticas, considerando-as como áreas imprescindíveis à sua reprodução física e cultural. Em termos ambientais e socioeconômicos, os limites identificados abrangem as áreas necessárias ao bem-estar do povo indígena Mura, às suas atividades produtivas e à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições, correspondendo, portanto, ao disposto no artigo 231 da Constituição Federal vigente. Deste modo, estão asseguradas as condições de sustentabilidade dos recursos naturais imprescindíveis para a atual e as futuras gerações de indígenas que habitam a TI Curara.

Luis Abraham Cayón Durán Antropólogo-Coordenador do Grupo Técnico Portaria Funai n.º 1042, de 28 de junho de 2024.

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se a descrição deste perímetro no Ponto 01, de coordenadas geográficas aproximadas 5° 30’ 16.5830”S e 60° 45’ 48.5381” WGr, localizado na margem esquerda do rio Mataurá; deste segue a montante pela margem esquerda do rio Mataurá até o Ponto 02, de coordenadas geográficas aproximadas 5° 33’ 33.0133”S e 60° 48’ 44.6013” WGr; deste segue em linha ideal atravessando o Lago do Jacaré até o Ponto 03, de coordenadas geográficas aproximadas 5° 33’ 28.7689”S e 60 50’ 12.6722” WGr, localizado na margem esquerda do rio Mataurá; deste segue a montante pela margem esquerda até o Ponto 04, de coordenadas geográficas aproximadas 5° 33’ 39.1907”S e 60° 50’ 5.56518” WGr; localizado na desembocadura do Lago do Jacaré, confluência com o rio Mataurá; deste segue até o Ponto 05, em linha ideal, localizado na margem esquerda do rio Mataurá, de coordenadas geográficas aproximadas 5° 33’ 47.7704”S e 60° 49’ 54.7613” WGr; deste segue pela margem esquerda do rio Mataurá até Ponto 06, de coordenadas geográficas aproximadas 5° 39’ 45.7578”S e 60° 48’ 32.1831” WGr, na confluência do rio Mataurá com o rio Uruá; deste segue m linha ideal até o Ponto 07, de coordenadas geográficas aproximadas 5° 39’ 53.6584”S e 60° 48’ 32.9130” WGr, localizado na margem esquerda do rio Uruá; deste segue a montante pela margem esquerda do rio Uruá até o Ponto 08, de coordenadas geográficas aproximadas 5° 49’ 8.58777”S e 60° 46’ 39.1618” WGr; deste cruza o rio Uruá até o P- 02 da TI Pinatuba, de coordenadas geográficas 5° 49’ 4.16922”S e 60° 46’ 38.0820” WGr; localizado na confluência do rio Uruá com o Igarapé Caba Branca; deste segue pelo igarapé Caba Branca pela margem esquerda, a montante até o Ponto SAT01, de coordenadas geográficas 5° 49’ 7.90700”S e 60° 46’ 25.5734” WGr; deste segue em confrontação com a TI Pinatuba chegando até o M-05, de coordenadas geográficas 5° 48’ 14.2560”S e 60° 44’ 20.6533” WGr; daí segue para o M- 6, de coordenadas geográficas 5° 47’ 55.2628”S e 60° 43’ 55.1423” WGr; deste segue para o M- 7, de coordenadas geográficas 5° 47’ 36.4046”S e 60° 43’ 29.8166” WGr; deste segue para o M- 8 de coordenadas geográficas 5° 47’ 16.5244”S e 60° 43’ 3.09892” WGr; deste segue para o M- 9 de coordenadas geográficas 5° 46’ 56.6281”S e 60° 42’ 36.3641” WGr; deste segue para o M- 10 de coordenadas geográficas 5° 46’ 37.4375”S e 60° 42’ 10.5778” WGr; deste segue para o M- 11 de coordenadas geográficas 5° 46’ 25.6176”S e 60° 41’ 54.6515” WGr; daí segue em linha ideal, observando a linha de cumeada até atingir o Ponto 09, de coordenadas geográficas aproximadas 5° 53’ 35.5936” S e 60° 38’ 30.6288” WGr, localizado em cabeceira de um tributário do rio Mariepauá; deste segue em linha ideal, até o Ponto 10, observando a linha de cumeada, de coordenadas geográficas aproximadas 5° 59’ 49.3621”S e 60° 39’ 15.7098” WGr, localizado em outra cabeceira de igarapé sem denominação, tributário do rio Mariepauá; deste segue em linha ideal até o Ponto 11, de coordenadas geográficas aproximadas 6° 0’ 56.3107”S e 60° 40’ 4.49148” WGr, localizado em cabeceira de igarapé sem denominação;. deste segue em linha ideal a até o Ponto 12, coordenadas geográficas aproximadas 6° 1’ 24.9069”S e 60° 40’ 47.8903” WGr, localizado em cabeceira de outro igarapé sem denominação, tributário do rio Uruá; deste segue em linha ideal até o Ponto 13, de coordenadas geográficas aproximadas 6° 2’ 56.3623”S e 60° 40’ 3.37600” WGr, localizado na cabeceira de igarapé sem denominação, tributário do rio Mariepauá; deste segue pelo igarapé sem denominação até o Ponto 14, de coordenadas geográficas aproximadas 6° 3’ 4.92466” S e 60° 37’ 59.5031” WGr, localizado na confluência do igarapé sem denominação com o rio Mariepauá; deste segue a montante pelo rio Mariepauá até o Ponto 15, de coordenadas geográficas aproximadas 6° 19’ 10.8056”S e 60° 32’ 50.6616” WGr, localizado na cabeceira do rio Mariepauá, em confrontação com a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Juma; deste segue em linha ideal em confrontação com a RDS do Juma, até o Ponto 16 de coordenadas geográficas aproximadas 6° 30’ 8.53920”S e 60° 32’ 47.1480” WGr, localizado na margem esquerda de tributário do igarapé do Mutuca; deste segue em linha ideal a até o Ponto 17, de coordenadas geográficas aproximadas 6° 30’ 8.53920” S e 60° 27’ 17.9147” WGr; deste segue em linha ideal até o Ponto 18, de coordenadas geográficas aproximadas 6° 32’ 16.2471”S e 60° 27’ 33.6771” WGr, localizado em cabeceira de igarapé sem denominação; deste segue a jusante pelo igarapé sem denominação até o Ponto 19, de coordenadas geográficas aproximadas 6° 32’ 45.4661”S e 60° 28’ 19.5155” WGr, localizado na margem esquerda do mesmo igarapé; deste segue em linha ideal até o Ponto 20, de coordenadas geográficas aproximadas 6° 45’ 0.42077”S e 60° 28’ 39.2976” WGr, localizado em cabeceira de igarapé sem denominação, em linha de cumeada, divisão de bacia hidrográfica do rio Aripuanã com o rio Uruá; deste segue linha ideal até o Ponto 21, de coordenadas geográficas aproximadas 6° 48’ 26.6804”S e 60° 31’ 40.9973” WGr, localizado em igarapé sem denominação, em linha de cumeada; deste segue em linha ideal até o Ponto 22, de coordenadas geográficas aproximadas 6° 48’ 25.8684” S e 60° 32’ 58.1385” WGr em linha de cumeada, localizado em outro igarapé sem denominação; daí segue em linha ideal até o Ponto 23, de coordenadas geográficas aproximadas 6° 50’ 26.3948” S e 60° 33’ 16.8715” WGr, localizado numa cabeceira de tributário do igarapé do Tigre, na bacia do rio Aripuanã; deste segue a jusante pelo referido igarapé, até o Ponto 24, de coordenadas geográficas aproximadas 6° 51’ 18.4355”S e 60° 35’ 21.3369” WGr, localizado ainda na margem do igarapé Tigre; deste segue em linha ideal até o Ponto 25, de coordenadas geográficas aproximadas 6° 54’ 4.92167”S e 60° 35’ 21.3369” WGr, localizado em igarapé sem denominação, na bacia do Aripuanã; deste segue a jusante pela margem direita pelo igarapé sem denominação até o Ponto 26, de coordenadas geográficas aproximadas 6° 54’ 48.7682”S e 60° 35’ 21.5251” WGr, localizado na confluência entre dois igarapés sem denominação, tributários do rio Arapuanã; deste segue a montante, pela

margem esquerda do igarapé sem denominação até o Ponto 27, de coordenadas geográficas aproximadas 6° 57' 7.42979"S e 60° 39' 40.5210" WGr, tributário do rio Aripuanã; deste segue em linha ideal até o Ponto 28, de coordenadas geográficas aproximadas 6° 56' 55.2615" S e 60° 40' 27.1164" WGr, localizado em cabeceira do tributário do Igarapé Sobradinho; deste segue a jusante pela margem direita pelo tributário igarapé Sobradinho até o Ponto 29,de coordenadas geográficas aproximadas 6° 57' 22.1117" S e 60° 40' 48.5442" WGr; deste segue em linha ideal pela linha de cumeada passando pelo Ponto 30, de coordenadas geográficas aproximadas 6° 57' 30.2103"S e 60° 42' 34.9249" WGr; pelo Ponto 31, de coordenadas geográficas aproximadas 6° 57' 27.8553"S e 60° 42' 34.9249" WGr, pelo Ponto 32, de coordenadas geográficas aproximadas 6° 57' 36.6024" S e 60° 44' 10.5538" WGr ; pelo Ponto 33, de coordenadas geográficas aproximadas 6° 56' 38.7372"S e 60° 44' 56.4548" WGr; pelo Ponto 34, de coordenadas geográficas aproximadas 6° 55' 45.7502"S e 60° 45' 42.0615" WGr ; deste segue até Ponto 35, de coordenadas geográficas aproximadas 6° 54' 33.0824"S e 60° 46' 43.9637" WGr, localizado na confluência de igarapés sem denominação, tributários do igarapé Sobradinho; deste segue a montante pela margem esquerda até o Ponto 36, de coordenadas geográficas aproximadas 6° 53' 0.39727"S e 60° 49' 20.4856" WGr, localizado no tributário do igarapé Sobradinho; deste segue em linha ideal até o Ponto 37, de coordenadas geográficas aproximadas 6° 52' 10.2699"S e 60° 50' 36.8541" WGr , localizado na cabeceira de igarapé sem denominação; deste segue em linha ideal até o Ponto 38, de coordenadas geográficas aproximadas 6° 51' 34.0200"S e 60° 51' 30.9345" WGr, localizado em confluência de igarapés tributários do rio Jatuarana; daí segue a jusante pela margem esquerda pelo referido igarapé até o Ponto 39, de coordenadas geográficas aproximadas 6° 53' 4.07347"S e 60° 51' 54.2282" WGr, localizado em outra confluência de igarapés tributários do rio Jatuarana; deste segue a montante até o Ponto 40, de coordenadas geográficas aproximadas 6° 52' 41.8032"S e 60° 52' 19.8332" WGr, localizado na margem de um igarapé sem denominação; deste segue em linha ideal a até o Ponto 41, de coordenadas geográficas aproximadas 6° 53' 41.9638"S e 60° 53' 54.5993" WGr, localizado na cabeceira de igarapé tributário do Jatuarana; deste segue em linha ideal até o Ponto 42, de coordenadas geográficas aproximadas 6° 48' 9.50758" S e 60° 57' 55.1294" WGr, localizado na margem esquerda de igarapé sem denominação, tributário do rio Jatuarana; deste segue a jusante pelo mesmo igarapé até o Ponto 43, de coordenadas geográficas aproximadas 6° 48' 24.4671"S e 60° 58' 37.2352" WGr, localizado em confluência de igarapés sem denominação; deste segue a jusante pelo mesmo igarapé até o Ponto 44, de coordenadas geográficas aproximadas 6° 49' 21.4188"S e 60° 59' 5.08464" WGr , localizado na margem direita de um igarapé sem denominação e tributário do rio Jatuarana; deste segue em linha ideal até o Ponto 45, de coordenadas geográficas aproximadas 6° 46' 33.1698"S e 61° 3' 18.7549" WGr, localizado em igarapé sem denominação; deste segue em linha ideal até o Ponto 46, de coordenadas geográficas aproximadas 6° 41' 40.5836"S e 61° 4' 1.31452" WGr, localizado em cabeceira de igarapé sem denominação; daí segue a jusante até o Ponto 47 de coordenadas geográficas aproximadas 6° 40' 55.6539"S e 61° 4' 25.1751" WGr , localizado em um igarapé sem denominação; deste segue em linha ideal até o Ponto 48, de coordenadas geográficas aproximadas 6° 40' 3.81446"S e 61° 4' 55.1868 WGr, localizado na margem esquerda de tributário do rio Atininga; deste segue a jusante pelo rio Atininga, até o Ponto 49, de coordenadas geográficas aproximadas 6° 27' 55.5306"S e 61° 10' 49.8301" WGr, localizado na confluência de igarapés sem denominação; deste segue em linha ideal ao até o Ponto 50, de coordenadas geográficas aproximadas 6° 24' 56.1893"S e 61° 10' 40.1631" WGr; deste segue em linha ideal até o Ponto 51, de coordenadas geográficas aproximadas 6° 24' 23.5073"S e 61° 12' 23.7697" WGr, localizado na cabeceira de igarapé sem denominação tributário do rio Atininga; deste segue a jusante pela margem direita até o Ponto 52, de coordenadas geográficas aproximadas 6° 23' 33.1396"S e 61° 13' 4.79202" WGr, confluência de igarapés sem denominação; deste segue a montante pela margem esquerda até o Ponto 53, de coordenadas geográficas aproximadas 6° 23' 15.9136"S e 61° 11' 26.1272" WGr; deste segue em linha ideal ao até o Ponto 54, de coordenadas geográficas aproximadas 6° 17' 29.3956"S e 61° 9' 42.5924" WGr, localizado em cabeceira igarapé sem denominação, tributário do rio Mataurá; deste segue em linha ideal até o Ponto 55, de coordenadas geográficas aproximadas 6° 13' 59.8868"S e 61° 13' 22.3622" WGr, localizado na margem direita de igarapé sem denominação, tributário do rio Atininga; deste segue a jusante até o Ponto 56, de coordenadas geográficas aproximadas 6° 12' 35.0441"S e 61° 15' 43.9639" WGr, localizado na margem direita de igarapé sem denominação; deste segue em linha ideal até o Ponto 57, de coordenadas geográficas aproximadas 6° 12' 35.0441"S e 61° 16' 32.6106" WGr, localizado na margem de igarapé sem denominação, tributário do Atininga; deste segue em linha ideal até o Ponto 58, de coordenadas geográficas aproximadas 5° 58' 28.8299"S e 61° 15' 9.85008" WGr ; deste segue em linha ideal até o Ponto 59, de coordenadas geográficas aproximadas 5° 53' 28.7385" S e 61° 10' 9.75875" WGr, localizado em cabeceira de igarapé tributário do Mataurá, sem denominação; deste segue em linha ideal até o Ponto 60 de coordenadas geográficas aproximadas 5° 52' 58.4603"S e 61° 7' 49.1330" WGr, localizado em uma cabeceira de um tributário do rio Atininga; deste segue em linha ideal até o Ponto 61, de coordenadas geográficas aproximadas 5° 51' 16.3552"S e 61° 6' 22.6717" WGr, localizado em uma das cabeceiras do igarapé Âmago; deste segue a jusante, pela margem direita pelo Igarapé Âmago até o Ponto 62, de coordenadas geográficas aproximadas 5° 47' 23.6961"S e 61° 6' 11.1912" WGr, localizado em uma confluência do igarapé Âmago com igarapés sem denominação; deste segue a montante pela margem esquerda até o Ponto 63, de coordenadas geográficas aproximadas 5° 47' 0.07680"S e 61° 4' 32.4208" WGr, localizado na cabeceira de igarapé sem denominação; deste segue em linha ideal até o Ponto 64, de coordenadas geográficas aproximadas 5° 43' 29.6134"S e 61° 2' 51.7667" WGr, localizado na cabeceira do Igarapé do Chagas; deste segue a jusante pela margem direita pelo Igarapé do Chagas até o Ponto 65, de coordenadas geográficas aproximadas 5° 42' 35.7139"S e 61° 2' 46.7680" WGr, localizado em margem direita do igarapé do Chagas; deste segue em linha ideal até o Ponto 66, de coordenadas geográficas aproximadas 5° 41' 23.6790"S e 61° 1' 54.3305" WGr, localizado em uma cabeceira formadora do Igarapé Mirari; deste segue em linha ideal até o Ponto 67, de coordenadas geográficas aproximadas 5° 39' 7.39671"S e 60° 59' 58.9841" WGr, localizado numa cabeceira do outro tributário do igarapé Mirari; deste segue em linha ideal até o Ponto 68, de coordenadas geográficas aproximadas 5° 38' 35.7606"S e 60° 57' 43.7192" WGr, localizado em uma cabeceira do Igarapé Curralinho; deste segue em linha ideal até o Ponto 69, de coordenadas geográficas aproximadas 5° 36' 49.2656"S e 60° 55' 5.93281" WGr, numa cabeceira de um tributário do Madeira; deste segue em linha ideal até o Ponto 70, de coordenadas geográficas aproximadas 5° 34' 41.3713"S e 60° 54' 31.1328" WGr, na margem do Lago do Jacaré; deste segue margeando o lago do Jacaré até o Ponto 71, de coordenadas geográficas aproximadas 5° 33' 36.5754"S e 60° 52' 47.2540" WGr; deste segue em linha ideal até o Ponto 72, de coordenadas geográficas aproximadas 5° 30' 47.5557" S e 60° 48' 30.6041"WGr; deste segue em linha ideal até encontrar o Ponto 01.

Observações:

1- Bases cartográficas utilizadas para elaboração deste memorial descritivo de delimitação: SB 20 XD-IV; SB 20 XD-V; SB 20 ZD-IV; SB 20 ZB-II ; SB 20 ZB-V; SB 20 ZB-I; SB 20 ZB-IV; SB 20 XDII; SB 20 ZB-III; SB 20 XD VI; SB 20 XD-III. Em escala 1: 1000.000.

2- As coordenadas geográficas indicadas na descrição dos perímetros estão referenciadas ao Datum SIRGAS 2000 (Decreto n. 5.334, de 6 de janeiro de 2005, da RPR 01/2005, de 25 de fevereiro de 2005, e da RPR 04/2012, de 18 de abril de 2012.

3-As coordenadas geográficas indicadas aos marcos comuns com a TI Pinatuba e referenciadas ao Datum SAD69 (originalmente) se encontram convertidas ao Datum SIRGAS 2000 para utilização neste memorial.

JOENIA WAPPICHANA
Presidenta





Protocolo 267728

DESPACHO DECISÓRIO Nº 56/2026/PRES-FUNAI
REFERÊNCIA: PROCESSO N.º 08620.003896/2024-79
INTERESSADOS: POVOS TORÁ, MATANAWI, MUNDURUKU, MURA E TENHARIM

Assunto: Identificação e Delimitação da Terra Indígena Baixo Marmelos (AM)
A PRESIDENTA DA FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS – FUNAI, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, em conformidade com o § 7º do art. 2º do Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996, e tendo em vista o Processo nº 08620.003896/2024-79, bem como o Resumo do Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação (SEI nº 09985205), de autoria da antropóloga Maria Elisa Martins Ladeira, o qual acolhe, diante das razões e justificativas apresentadas, resolve:
APROVAR as conclusões constantes do referido resumo, para, ao final, reconhecer os estudos de identificação e delimitação da Terra Indígena Baixo Marmelos, situada no estado do Amazonas, de ocupação tradicional dos povos Torá, Matanawi, Munduruku, Mura e Tenharim, com superfície aproximada de 263.263,00 hectares e perímetro aproximado de 514.792,00 metros, localizada nos municípios de Humaitá e Manicoré.

JOENIA WAPICHANA
Presidenta

RESUMO DO RELATÓRIO DE IDENTIFICAÇÃO E DELIMITAÇÃO DA TERRA INDÍGENA BAIXO MARMELOS (AM)
Referência: Processo Funai nº 08620.003896/2024-79. Terra Indígena Baixo Marmelos. Localização: Municípios de Humaitá e Manicoré, Estado do Amazonas. Superfície aproximada: 263.263,00 ha (duzentos e sessenta e três mil e duzentos e sessenta e três hectares). Perímetro aproximado: 514.792,00 m (quinhentos e quatorze mil setecentos e noventa e dois metros). Povos Indígenas: Torá, Matanawi, Munduruku, Mura e Tenharim. População: 598 pessoas (2022), distribuídas em 8 aldeias principais e comunidades associadas. Grupo Técnico: Constituído pela Portaria FUNAI nº. 972, de 26 de abril de 2024, coordenado pela antropóloga Maria Elisa Martins Ladeira, composto pelo profissional da área ambiental Augusto Santiago e pela profissional cartógrafa Carolina Boccato Dias de Góes.
I – DADOS GERAIS
A Terra Indígena Baixo Marmelos localiza-se nos municípios de Humaitá e Manicoré, Estado do Amazonas, e é dividida em três áreas: Área 1 com superfície de 28.284,00 ha (vinte e oito mil duzentos e oitenta e quatro hectares aproximadamente) e perímetro de 106.641,00 m (cento e seis mil seiscentos e quarenta e um metros aproximadamente); Área 2 com superfície de 216.165,00 (duzentos e dezesseis mil, cento e sessenta e cinco hectares aproximadamente) e perímetro de 328.863,00 (trezentos e vinte e oito mil, oitocentos e sessenta e três metros aproximadamente); Área 3 com superfície de 18.814,00 (dezoito mil e oitocentos e quatorze hectares aproximadamente) e perímetro de 79.288,00 (setenta e nove mil e duzentos e oitenta e oito metros aproximadamente). A terra indígena é habitada por pessoas dos povos Torá, Matanawi, Munduruku, Mura e Tenharim, com população de 598 indígenas (2022). A área constitui-se como espaço tradicionalmente ocupado por povos indígenas de reconhecida antiguidade na região do interflúvio Tapajós-Madeira, mais especificamente ao longo da bacia hidrográfica do Rio Marmelos, afluente do médio Madeira, e de seus afluentes, como o Rio Juqui. A Terra Indígena Baixo Marmelos integra um mosaico de terras indígenas vizinhas já regularizadas, a exemplo da Terra Indígena Torá, da Terra Indígena Tenharim Marmelos (Gleba B), da Terra Indígena Manicoré, da Terra Indígena Ipixuna e da Terra Indígena Pirahã. Essa proximidade geográfica demonstra não apenas a continuidade territorial da ocupação, mas também o entrelaçamento histórico entre os diferentes povos que compartilham o espaço. A trajetória das aldeias do baixo Marmelos foi marcada pela violência do processo de ocupação da região: as famílias residentes são descendentes de diferentes povos que foram forçados, por diferentes razões, a se deslocarem no passado, em função dos “descimentos” para as missões religiosas no período colonial e posteriormente pelas frentes extrativistas do ciclo da borracha, entre outras razões, e que hoje se encontram enlaçados pelo parentesco e pelo histórico de convivência entre essas famílias. Os Torá e os Matanawi são os ocupantes mais antigos do baixo Marmelos, sendo historicamente referidos nas fontes coloniais e etnográficas desde os séculos XVII e XVIII. Na segunda metade do século XVII vários povos estavam localizados nas ilhas e margem direita do baixo e médio Marmelos, região que estava sob o controle dos Iruri, associados aos Torá, onde estão até hoje. A primeira referência aos Torá propriamente ditos é de 1716, enquanto os Matanawi são citados pela primeira vez em 1768 e como habitantes nos rios Marmelos e Aripuanã em 1884. Com a expansão territorial dos Munduruku a partir do fim do século XVIII, após o encerramento das hostilidades com os brancos, os Matanawi, entre outros povos do interflúvio Tapajós-Madeira, vivenciaram deslocamentos e parte do grupo teria se aliado aos Torá do Marmelos. Durante o século XIX e início do XX, os indígenas da região foram sistematicamente explorados nos seringais, submetidos ao regime do barracão e à violência patronal. Muitos foram obrigados a abandonar antigas aldeias, dispersando-se em colocações de borracha ou refugiando-se em locais mais isolados. Em decorrência do violento processo histórico, os Torá, falantes originais de língua da família Txapakura, sofreram forte processo de perda linguística e hoje utilizam o Português como língua de comunicação, mas mantêm narrativas de ancestralidade e referências territoriais que os vinculam à região do Marmelos. Trazem ainda uma memória que está relacionada aos Wa’ri de Rondônia, cuja tradição oral e registros etnográficos confirmam a ancestralidade desta filiação linguística. Com a sua incorporação ao sistema de aviamento na primeira metade do século XX, a perda da língua e a dispersão em pequenas comunidades, os Torá deixam de ser referidos nos documentos do SPI e os Matanawi foram muitas vezes considerados como extintos, embora seus descendentes tenham sido claramente identificados nas comunidades atuais. Esse processo não significou, contudo, o rompimento do vínculo com o território, ao contrário, fortaleceu uma forma de ocupação em rede, em que diferentes aldeias e comunidades se articulam entre si ao longo do rio e de seus afluentes. Além desses dois povos, o território atual abriga famílias Munduruku, de língua de origem Tupi, que migraram de áreas próximas do Tapajós e se fixaram na região em processos históricos de aliança e casamentos interétnicos. Há também presença Mura, de filiação linguística própria e de longa tradição de ocupação no Rio Madeira e arredores. E alguns Tenharim, cujas aldeias em outros pontos do Marmelos mantêm relações constantes com as comunidades aqui descritas. Atualmente, os Torá e os Munduruku correspondem à maioria da população, o que tem relação com o fato de que muitos Matanawi foram cadastrados equivocadamente pelos órgãos oficiais como Munduruku. O resultado é um arranjo multiétnico complexo, mas que se compreende enquanto unidade sociopolítica denominada ‘’indígenas do baixo Marmelos’’. Essa autodenominação não apaga as diferenças internas, mas afirma uma identidade coletiva construída no compartilhamento de território, parentesco, economia e memória histórica. Estas aldeias mantêm o uso compartilhado de recursos naturais e acordos de manejo territorial, demonstrando formas próprias de ordenamento tradicional, com permanência intergeracional no território, aliada à autoidentificação das famílias como indígenas do baixo Marmelos.
II – HABITAÇÃO PERMANENTE
A habitação dos povos indígenas da Terra Indígena Baixo Marmelos é tradicional, contínua e permanente, apesar do histórico de conflitos e deslocamentos. A habitação permanente se materializa em nove aldeias indígenas e três comunidades mistas, distribuídas ao longo do baixo curso do Rio Marmelos e do Rio Juqui. A maioria da população indígena diz que reside na região “desde sempre”, relembrando que moravam mais no “centro”, ou seja, afastados da beira do rio, e que vieram mais para a beira há uns 60 anos atrás aproximadamente. A justificativa foi a de facilitar o acesso e a comunicação via Marmelos e Madeira. A escolha dos locais obedeceu a critérios ambientais (presença de áreas férteis, proximidade de fontes de pesca e caça, acesso a castanhais e açaizais) e sociais (relações de parentesco, continuidade de antigos sítios de habitação, preservação de cemitérios e locais simbólicos). A Gleba 1 é composta pelas aldeias Baixo Grande, São José do Pindobal, Pau Queimado, Vista Alegre, São Raimundo, totalizando 349 moradores, 72 famílias aproximadamente e 84 residências. Essas comunidades têm uma relação mais coesa entre si, dada pelas alianças de parentesco e pela constituição histórica original. A Gleba 2 é composta pelas aldeias de Vera Cruz, São José do Laguinho, Palmeira e pelas comunidades do Escondido e Vista Nova, que não se reconhecem como indígenas, mas onde a maioria das famílias moradoras se reconhecem como indígenas. A Gleba 2 conta com 249 moradores, mas se incluídos os 94 moradores indígenas da comunidade do Escondido que se declaram indígenas, há um total de 343 moradores, 3 aldeias e 2 comunidades onde há uma presença indígena significativa. No total são 598 moradores indígenas, não considerando os que estão trabalhando fora nas cidades/vilas do entorno, e que continuam frequentando o território do baixo Marmelos. Cada uma delas apresenta peculiaridades demográficas e históricas. Vera Cruz, por exemplo, é considerada um dos núcleos mais antigos, associada à permanência Torá desde o início do século XX. Baixo Grande reúne famílias Torá e Matanawi, sendo ponto de referência histórica. São José do Pindobal, fundada por uma liderança reconhecida, é lembrada como centro político e religioso. Vista Alegre e Pau Queimado surgiram mais recentemente, como resultado de deslocamentos internos de famílias em busca de melhores áreas de subsistência. São José do Laguinho é habitada por famílias Tenharim, e Palmeira reúne descendentes Mura que mantêm vínculos com o Rio Madeira. As comunidades mistas — Escondido, Tarumã e Vista Nova — reúnem tanto indígenas quanto ribeirinhos não indígenas. Em Escondido, por exemplo, foram identificados 94 indígenas autodeclarados Torá e Matanawi convivendo com 27 moradores que não se reconhecem como indígenas. Esse convívio reflete a complexidade histórica da região, marcada por casamentos interétnicos, adoções, registros civis equivocados e estratégias de invisibilização forçada. Ainda assim, a presença indígena é efetiva e contínua, sendo reconhecida pelas próprias comunidades e

corroborada pelos dados de campo apresentados no relatório. As aldeias, embora espacialmente separadas, não são unidades isoladas, mas formam um sistema integrado. Há intensa circulação de pessoas entre elas, seja para mutirões de roça, festas, rituais ou casamentos. A interdependência entre aldeias reforça a coesão sociopolítica e a ideia de que todo o baixo Marmelos constitui um território comum. Assim, a habitação permanente não pode ser entendida de modo fragmentado, mas sim como ocupação contínua e articulada, elemento fundamental para caracterizar a terra como tradicionalmente ocupada.

III – ATIVIDADES PRODUTIVAS

As atividades produtivas dos povos da Terra Indígena Baixo Marmelos constituem a base material de sua reprodução física e cultural, expressando um modo de vida indígena que integra agricultura, caça, pesca e extrativismo em um sistema adaptativo de grande complexidade. Esse sistema, longe de ser estático, apresenta flexibilidade e capacidade de inovação, respondendo às pressões externas, à introdução de mercadorias industrializadas e às mudanças ambientais, sem, contudo, perder seu núcleo tradicional de organização. A agricultura é uma atividade importante, centrada no cultivo da mandioca, base da alimentação regional. As roças são abertas coletivamente, por meio do sistema de coivara, em que se derruba a vegetação secundária, queimada na estação seca para fertilização do solo. O preparo da roça envolve a participação de homens, mulheres e crianças, em mutirões que fortalecem a solidariedade comunitária. Além da mandioca, cultivam-se milho, feijão, abacaxi, banana, macaxeira, cará e batata-doce, compondo uma dieta diversificada. O calendário agrícola é determinado pela alternância entre a estação das águas e a estiagem. A abertura de novas roças ocorre geralmente entre agosto e setembro, o plantio no início das chuvas e a colheita principal na vazante. Essa alternância garante a resiliência do sistema e possibilita a diversificação das áreas de cultivo. A pesca é a principal fonte de proteína animal das comunidades da terra indígena, a atividade mais regular, praticada durante todo o ano, mas intensificada na vazante, quando os peixes se concentram nos lagos e igarapés. As espécies mais consumidas são pacu, tambaqui, jaraqui, surubim e tucunaré. As técnicas incluem anzóis, redes, tarrafas, zagaia e arco e flecha. Em situações de escassez, utiliza-se o timbó, técnica tradicional que consiste em liberar substâncias vegetais ictiotóxicas em igarapés para atordoar os peixes. A pesca é praticada tanto individualmente quanto coletivamente, envolvendo mulheres e crianças. O excedente pode ser trocado nas cidades próximas por mercadorias industriais, como açúcar, sal, óleo, sabão e munição. A caça é atividade essencial, tanto do ponto de vista alimentar quanto simbólico. É praticada preferencialmente por homens, que saem em grupos, acompanhados por cães de caça. As técnicas incluem o uso de espingardas, arcos e flechas, armadilhas, esperas noturnas como o uso de “jirau”, que implica na construção de plataformas elevadas de madeira em pontos estratégicos, permitindo que o caçador espere a presa em uma posição vantajosa. O conhecimento dos hábitos da fauna é transmitido de geração em geração, constituindo saber ecológico refinado que relaciona o comportamento animal, os ciclos naturais e técnicas mais eficazes, adaptadas a diferentes condições. A atividade de caça se intensifica significativamente na estação seca, pois a diminuição das chuvas e a baixa dos rios facilitam o acesso e a localização dos animais. No início da seca, a paca é o primeiro animal caçado em volume, seguida pelo veado e, no auge da seca, antas são caçadas em locais específicos. Os porcos queixada também são frequentemente mencionados como presas. A maior parte dos animais comestíveis é capturada nas áreas de mata da bacia do Rio Marmelos e a lista de animais caçados é vasta, incluindo diversos tipos de tatu, jacarés, macacos, pássaros como jacamim e mutum, entre outros, revelando uma dieta diversificada e um conhecimento abrangente da fauna local. Certas caçadas estão associadas a momentos rituais, como festas coletivas e celebrações comunitárias. A carne é consumida fresca ou defumada, repartida entre famílias e aldeias, reforçando laços de reciprocidade. O extrativismo vegetal é outro pilar da economia indígena. A coleta da castanha-do-brasil é atividade sazonal de grande importância, garantindo tanto alimentação quanto renda complementar. Os castanhais são transmitidos por herança e reconhecidos como patrimônios familiares, sendo cuidadosamente manejados. O açaí, a andiroba, a copaíba, o buriti e o bacaba são explorados para consumo interno ou para obtenção de óleos medicinais e culinários. Palhas e cipós são utilizados na construção de casas e na confecção de artesanatos, como peneiras, adornos, paneiros, esteiras e abanos. Além das atividades tradicionais, há inserção parcial em circuitos econômicos regionais. Algumas famílias comercializam farinha, castanha e artesanato em Humaitá e Manicoré, ou trocam peixes e caça em períodos de necessidade. Essa inserção, contudo, não descaracteriza o sistema produtivo indígena, mas o complementa, garantindo acesso a bens industrializados indispensáveis. A produção não é apenas meio de subsistência, mas prática social e cultural. As roças, caçadas, pescarias e coletas são ocasiões de transmissão de conhecimento, de fortalecimento da reciprocidade e de afirmação da identidade indígena.

IV – MEIO AMBIENTE

O baixo curso do Rio Marmelos e a bacia do afluente Rio Juqui são os principais eixos espaciais das áreas imprescindíveis da Terra Indígena Baixo Marmelos. O Rio Marmelos nasce no Estado do Mato Grosso é um tributário de menor porte e águas pretas do Rio Madeira, rio de águas fortemente barrentas ou “brancas”, caracterizado pela presença de áreas de várzea nas suas margens alternadas a áreas de terra firme. A região integra a área com maior número de polígonos prioritários para conservação da Amazônia Legal, tendo 64% de sua extensão classificada como de “extrema importância” e o maior percentual de áreas “prioritárias para conservação” (19%). Essa área ainda conserva 95% de sua cobertura florestal e apresenta nível de pressão antrópica muito baixo. O meio ambiente do baixo Marmelos é caracterizado por elevada diversidade ecológica e as comunidades da Terra Indígena Baixo Marmelos possuem conhecimentos detalhados sobre a flora e a fauna, tipos de solos, ciclos das águas e comportamentos de espécies. A heterogeneidade paisagística garante alta diversidade por oferecer ambientes distintos e é acompanhada de uma rica descrição dos ambientes reconhecidos e nomeados pelos indígenas, cada um com características próprias que orientam o uso do espaço e a relação com os recursos naturais. O conhecimento indígena distingue 15 diferentes tipos de paisagens e suas dinâmicas ecológicas, evidenciando uma compreensão profunda da interação entre floresta, água e ciclos sazonais: ‘’cacaia’’, lugar inundado, fechado e com baixa produção de frutos e alimentos; igapó, área sazonalmente inundada, diversa em espécies e com abundância de alimento para peixes; campina, espaço mais aberto, de vegetação baixa e homogênea; campo fechado, com árvores altas e sub-bosque de plantas rasteiras; capoeira, vegetação que surge após o abandono de roças; capoeira melhorada, capoeira transformada pela ação humana, com espécies selecionadas; mata bruta ou mata alta (“matona”), floresta de grande porte em terra firme; chavascal, cabeceiras de igarapés com vegetação densa de baixo porte; campo natural, áreas abertas dominadas por gramíneas; bamburral, locais de capim amolado, pouco utilizados para pesca; baixas, áreas alagáveis acessadas na cheia; lagos, antigos cursos de rios alagados, que podem secar e dar lugar a campos limpos; campo limpo, áreas sazonais de gramíneas em leitos de lagos; várzea, margens de rios de água branca, fertilizadas sazonalmente; e restinga, faixas de margens de rios de água preta, as últimas a secarem após as cheias. As áreas de caça são distribuídas em diferentes pontos da floresta, com locais preferenciais para captura de anta, porco-do-mato e veado. As praias ao longo do rio Marmelos são utilizadas para coleta de ovos e captura de quelônios, prática que exige manejo cuidadoso para não comprometer a reprodução das espécies. Os igarapés e lagos são fontes permanentes de pesca, reguladas pelos ciclos sazonais de cheia e vazante. Os castanhais, transmitidos por herança, garantem proteína vegetal e renda, sendo reconhecidos como patrimônio coletivo e familiar. Foram identificados 58 pontos indicativos de áreas de caça, pesca e extrativismo nos rios Juqui e Marmelos. As áreas imprescindíveis para se garantir a preservação dos recursos necessários ao bem-estar econômico e cultural dos povos indígenas do baixo Marmelos incluem a região da foz do Rio Marmelos, as duas margens do Rio Marmelos no seu baixo curso e as duas margens do Rio Juqui, afluente da margem direita do Rio Marmelos, englobando as sub-bacias de seus afluentes. O meio ambiente da Terra Indígena Baixo Marmelos está sob forte pressão externa. Madeireiros atuam ilegalmente, explorando espécies nobres como ipê, jatobá e angelim. A exploração predatória compromete a regeneração da floresta e ameaça áreas de caça e coleta. Pescadores comerciais, conhecidos como ‘’peixeiros’’, utilizam redes de arrasto e malhadeiras extensas, retirando grandes volumes de pescado e comprometendo os estoques disponíveis às comunidades indígenas. O garimpo ilegal na bacia do Rio Madeira é outro fator crítico, especialmente em igarapés afluentes, onde a dragagem e o uso de mercúrio poluem águas, destroem habitats e afetam a saúde das comunidades. Além das pressões econômicas, a abertura da BR-319 intensificou a colonização da região, trazendo grilagem, loteamentos irregulares e desmatamento. O avanço da fronteira agropecuária resulta em queimadas, contaminação por agrotóxicos e perda de biodiversidade. As comunidades relatam ainda conflitos diretos com posseiros e colonos, que tentam expandir pastagens em áreas de uso tradicional indígena. A caracterização ambiental demonstra que a integridade ecológica da Terra Indígena Baixo Marmelos é condição para a sobrevivência física e cultural dos povos que ali vivem.

V – REPRODUÇÃO FÍSICA E CULTURAL

Do ponto de vista demográfico, observa-se relativa estabilidade populacional, com crescimento moderado nos últimos anos. Considerando os dados do SESAI, o levantamento de 2022 registrou 598 indígenas, número que supera levantamentos anteriores e reflete não apenas nascimentos, mas sobretudo a autodeclaração de famílias Torá e Matanawi antes invisibilizadas. A taxa de natalidade mantém-se suficiente para assegurar a reposição das gerações. As redes de parentesco desempenham papel fundamental na reprodução cultural. O sistema de casamentos interétnicos é comum,

envolvendo famílias Torá, Matanawi, Munduruku, Mura e Tenharim. Essa prática, longe de dissolver identidades, reforça a coesão e cria novas formas de pertencimento. As redes de parentesco articulam as aldeias em um sistema de intercâmbio e comunicação que garante a coesão social e a continuidade da identidade. As alianças matrimoniais entre moradores de diferentes comunidades, associadas a laços de compadrio e vizinhança, constituem mecanismos que reafirmam a distinção em relação à sociedade envolvente e asseguram a permanência de um sentimento de pertencimento comum. A descendência mista é reconhecida como indígena, fortalecendo a continuidade do povoamento e a incorporação de novos membros. O parentesco é também organizador da circulação de pessoas entre aldeias, sendo comum famílias residirem temporariamente em diferentes comunidades em razão de casamentos, luto ou oportunidades produtivas. A transmissão de saberes tradicionais é realizada de maneira oral e prática, no convívio cotidiano das roças, caçadas, pescarias e mutirões. As mulheres, responsáveis pelo processamento da mandioca e pela confecção da farinha, transmitem técnicas que asseguram a qualidade do alimento e a identidade cultural das comunidades. O saber medicinal, baseado no uso da floresta, continua presente, sendo os mais velhos guardiões desse conhecimento. As práticas culturais coletivas, como festas, rituais religiosos e reuniões políticas, são momentos centrais para a reprodução social. Nessas ocasiões, reúnem-se diferentes aldeias, fortalecendo a identidade comum do Baixo Marmelos. Mesmo sem conservar a língua originária Torá, os cantos, as danças, as narrativas míticas e as memórias coletivas seguem atuando como elementos de identidade. Os locais de antigas aldeias mantêm relevância porque guardam cemitérios, guardam árvores e quintais plantados, legitimando para cada um dos grupos aquele espaço aberto pelos seus ‘‘antigos’’, ‘‘pais’’, ‘‘avós’’. Dessa forma, não são concebidos como áreas abandonadas, mas como pontos de referência que asseguram a permanência e a ocupação. Os cemitérios indígenas localizados nas aldeias e em áreas mais antigas constituem marcos simbólicos de ocupação, reforçando a dimensão cultural do território. Certos locais são considerados sagrados, associados a narrativas míticas e a eventos históricos de fundação. O território, assim, não é apenas espaço físico de recursos, mas também lugar de memória, espiritualidade e identidade.

VI – LEVANTAMENTO FUNDIÁRIO

O levantamento fundiário de ocupações não indígenas incidentes na área delimitada seguiu as diretrizes estabelecidas no artigo 231 da Constituição Federal, Decreto nº 1.775/1996, portarias MJ nº 14/1996 e nº 2.498/2011 e Lei nº 14.701/2023. O trabalho envolveu a análise dos aspectos dominiais, jurídicos, socioeconômicos e territoriais a partir da consolidação de dados de bases fundiárias oficiais e de informações coletadas em campo pelo Grupo Técnico (GT) instituído pela Portaria FUNAI nº 395, de 6 de maio de 2025. Na Gleba 1 da terra indígena, tem-se a seguinte situação fundiária: a APA dos Campos de Manicoré, criada em 2016, apresenta uma interação significativa com a área em estudo, com uma sobreposição territorial de 60.139 hectares (24,6% da área em estudo). Embora não efetivamente ocupado, o Projeto de Assentamento Agroextrativista Urupiara se sobrepõe a 28.272,11 ha da terra indígena (12% da área em estudo). No SIGEF Público, foram identificadas três glebas federais que totalizam uma área de 84.617,3 hectares, aproximadamente 34,6% de sobreposição com a proposta da Terra indígena Baixo Marmelos. As três unidades são a Gleba Juqui - Parte 1, a Gleba Sapoti – Parte 1 e a Gleba Miriti – Parte 1. Na categoria de Florestas Públicas, foram identificadas duas sobreposições de glebas arrecadadas sem destinação do Tipo B. A Gleba Estadual Bom Futuro se sobrepõe a 118.912,35 ha, o que equivale a cerca de 48% da área em estudo. Já a Gleba Federal Miriti corresponde a menos de 1% da área em estudo. No SIGEF Privado, foram identificados 9 cadastros, sendo 5 registrados e 4 certificados, que somam uma área sobreposta de 10.648 hectares, equivalente a aproximadamente 4,3% da Gleba 1. No Sistema de CAR, sistema baseado no autocadastramento, foramidentificados 61 registros que se sobrepõem à área em estudo, e sobre várias outras categorias, totalizando 138.550,36 ha, o que equivale a 57% da área. Dos 61 imóveis analisados, cinco estão classificados como grandes propriedades rurais, conforme os critérios estabelecidos no art. 4º da Lei nº 8.629/1993, e dois como imóveis de médio porte. Na Gleba 2 da terra indígena, a situação fundiária é diferente: o Projeto Agroextrativista Santa Fé abrange 3.583,66 hectares, o que representa cerca de 19% da área de estudo. No SIGEF Público foi identificado apenas uma gleba federal, a Gleba Miriti – Parte 1, com área aproximada de 5.052 hectares, apresentando sobreposição em aproximadamente 26,8%. No SIGEF Privado, foi encontrada apenas uma incidência, totalizando uma área de 3.036,20 hectares ou aproximadamente 16% da área em estudo. Na categoria Florestas Públicas, foram identificadas duas sobreposições de glebas arrecadadas sem destinação do Tipo B: a Gleba Estadual Manicoré, que se sobrepõe a 9.564,64 ha ou cerca de 50% da área. Já a Gleba Federal Miriti corresponde a menos de 5% da área. No Sistema de CAR, foram identificados sete cadastros incidentes sobre a proposta da TI Baixo Marmelos, sendo um deles referente ao Projeto Agroextrativista Santa Fé, totalizando 7.769,92 hectares ou 41,2% da área. Três dos registros estão classificados como pequena propriedade rural, um como média propriedade e três como grande propriedade. No levantamento de campo, registraram-se 37 ocupações não indígenas inseridas na área total em análise, distribuídas em5 comunidades: Tarumã, Escondido, São Francisco, Saúva e Vista Nova. A população total das ocupações soma 138 pessoas, distribuídas em 39 famílias, com maior concentração nas comunidades Tarumã e Escondido. A comunidade Tarumã, por exemplo, tem uma população de cerca de 59 pessoas, distribuídas em 14 famílias, enquando a comunidade Escondido abriga aproximadamente 58 pessoas, distribuídas em 20 famílias. A maioria dos imóveis apresenta ocupação permanente, com presença de residências fixas que revelam vínculos estáveis com o território. Do ponto de vista fundiário, predomina a condição de posse, seguida pela de usufrutuário, com um perfil de subsistência, fundamentado em atividades como agricultura, extrativismo e pesca. Devido às circunstâncias históricas da região, as comunidades Escondido, Tarumã e Vista Nova são mistas, pois reúnem tanto indígenas quanto ribeirinhos não indígenas. Foi feita pesquisa cartorial em relação a todos os ocupantes registrados no SICAR e no levantamento fundiário de campo. Destes, foram encontrados apenas três registros no cartório de Humaitá, um deles o do PAE Urupiara, registrado pelo INCRA. Em conformidade com a Lei n.º 14.701/2023, foram adotadas todas as medidas cabíveis para efetivar as notificações, por meio de entregas presenciais (in loco) durante as atividades de campo e publicação de Edital de Notificação no Diário Oficial da União (DOU) e em jornal local de grande circulação, visando dar ciência a todo e qualquer interessado, em casos de não localização desses. O quadro de ocupantes não indígenas a seguir consolida os titulares da ocupações identificadas nos estudos fundiários. Os nomes relacionados abaixo não implicam prejuízo de qualquer particular que, eventualmente, tenha interesse em oferecer, na forma da Lei, contestação administrativa ao processo demarcatório.

Nº	Nome do ocupante	CPF/RG /CNPJ	Nome do imóvel	Município
1	Sérgio Freitas De Lima	926.***.***-91	Sem Denominação	Humaitá
2	Raimunda Santos De Magalhães	028.***.***-59	Sem Denominação	Humaitá
3	Delmara Lima Carril	058.***.***-22	Sem Denominação	Humaitá
4	José Almeida Da Silva	009.***.***-57	Sem Denominação	Humaitá
5	Jackson Pereira Lima	082.***.***-20	Sem Denominação	Humaitá
6	Marildo Pereira Lima	516.***.***-06	Sem Denominação	Humaitá
7	Sebastiana Pereira Lima	022.***.***-20	Sem Denominação	Humaitá
8	Elielson Pereira Lima	028.***.***-07	Sem Denominação	Humaitá
9	Antônio Domingos Da Fonseca	160.***.***-48	Sem Denominação	Humaitá
10	Edino Márcio Amorim Duarte	032.***.***-33	Sem Denominação	Humaitá
11	Sérgio Naveca De Lima	238.***.***-00	Sem Denominação	Humaitá
12	Raimundo Nelso De Souza	926.***.***-00	Sem Denominação	Humaitá
13	Isaias Ferreira De Souza		Sem Denominação	Humaitá
14	Zilo Andrade Da Silva	975.***.***-34	Sem Denominação	Manicoré
15	Leonil Barata De Lima	711.***.***-00	Sem Denominação	Manicoré
16	Adenilson Oliveira Da Silva	054.***.***-06	Sem Denominação	Humaitá
17	Nilson De Oliveira Da Silva	018.***.***-65	Sem Denominação	Humaitá
18	Aldenora Oliveira Da Silva	018.***.***-90	Sem Denominação	Humaitá
19	José Augusto Andrade Da Silva	020.***.***-07	Sem Denominação	Humaitá
20	Iraci Andrade Da Silva	862.***.***-04	Sem Denominação	Humaitá
21	José Anchieta Da Silva Araújo		Sem Denominação	Humaitá

22	Joaquim Monteiro Leão	213.***.***-87	Sem Denominação	Humaitá
23	Honório Chagas De Araújo	073.***.***-00	Sem Denominação	Humaitá
24	Odair José Amorim Duarte	712.***.***-90	Sem Denominação	Humaitá
25	Sesa Augusto Lima De Almeida	833.***.***-91	Sem Denominação	Humaitá
26	Gustavo De Araújo Silva	061.***.***-31	Sem Denominação	Humaitá
27	Fabiana De Araújo Zacarias	061.***.***-00	Sem Denominação	Humaitá
28	Douglas Araújo Da Silva	091.***.***-77	Sem Denominação	Humaitá
29	Juvenal De Oliveira Lima		Terra Preta	Humaitá
30	Marcos Aurélio Da Silva Duarte	923.***.***-20	Santa Rosa	Manicoré
31	Não identificado		Sem Denominação	Manicoré
32	Alcimar Almeida De Oliveira	688.***.***-7	Japonesa	Humaitá
33	Amadeu Ferreira De Queiroz	063.***.***-00	Sem Denominação	Humaitá
34	Arlindo Zacarias Melo	831.***.***-91	Sem Denominação	Manicoré
35	Adalberto De Souza Silva	854.***.***-91	Sem Denominação	Manicoré
36	Ivladimir Gama Sevalho	594.***.***-15	Sem Denominação	Humaitá
37	Francinei Da Silva Pereira	973.***.***-34	Sem Denominação	Humaitá
38	Assentamento Pae Urupiara		PAE Uruapiara	Humaitá
39	Adriana Maria Silveira	086.***.***-12	Fazenda Juqui	Manicoré
40	Adriano Calixtro Hajdasz	016.***.***-50	Fazenda Maravilha	Manicoré
41	Alex Diéverson Dias Carneiro	994.***.***-49	Sitio Tinepu	Manicoré
42	Andreus Oliveira Da Costa	640.***.***-91	Sitio Oliveira	Manicoré
43	Bernardo Silva Coelho	126.***.***-63	Fazenda Mapiguari	Manicoré
44	Caroline Mesquita Maciel	057.***.***-88	Fazenda Linda Vista	Manicoré
45	Cezar Augusto Cruz De Castro	457.***.***-34	Sem Denominação	Manicoré
46	David Hungria De Freitas	956.***.***-15	Fazenda Pau D'álho	Manicoré
47	Deosmar Bras Gonzalez	674.***.***-20	Fazenda Fundão	Manicoré
48	Diomédes Do Prado Girão	078.***.***-87	Montanha	Manicoré
49	Donizete Barbosa Do Nascimento	208.***.***-49	Fazenda Boa Esperança	Manicoré
50	Donizete Barbosa Do Nascimento	208.***.***-49	Fazenda Nascimento	Manicoré
51	Ediane Da Silva Bispo Vieira	906.***.***-20	Sitio Verde Oliva I	Manicoré
52	Eduardo Zucolotto Da Silva	866.***.***-87	Fazenda Santa Luzia	Manicoré
53	Elia Rodrigues Dias	011.***.***-07	Sitio Machado Gleba Imóvel Sepoti	Manicoré
54	Eliel Ribeiro De Souza	414.***.***-06	Fazenda Acássia	Manicoré
55	Eliel Ribeiro De Souza	414.***.***-06	Fazenda Elimibeta	Manicoré
56	Eliel Ribeiro De Souza	414.***.***-06	Fazenda Matão	Manicoré
57	Emerson Alan Henriques Da Silva	869.***.***-87	Fazenda Pedra Branca	Manicoré
58	Erika Araujo Da Veiga Cabral	082.***.***-52	Fazenda Santa Erika	Manicoré
59	Eriton Chagas Azevedo	438.***.***-15	Santa Maria	Manicoré
60	Francineide Mendes De Almeida	974.***.***-04	Fazenda Santa Érika	Manicoré
61	Francisco Da Silva Maciel Junio	804.***.***-15	Fazenda Doce Sabor	Manicoré
62	Frederico Botelho Nolasco	135.***.***-28	Fazenda Verde Esperança	Manicoré
63	Georgia Paula Coutinho	977.***.***-49	Fazenda Santa Carolina	Manicoré
64	Gilmar Nogueira Rocha	317.***.***-04	Fazenda Bahia	Manicoré
65	Helio Rodrigues Dias	779.***.***-00	Fazenda Noia I	Manicoré
66	Hélio Rodrigues Dias	129.***.***-00	Fazenda Rodrigues	Manicoré
67	Idson Bruce Campos	861.***.***-68	Fazenda Campos	Manicoré
68	Jheniely De Oliveira Silva Araujo	028.***.***-76	Imóvel Araújo-Título Provisório De Posse N° 230712	Manicoré
69	Joao Bosco Nali	978.***.***-53	Imóvel Nali	Manicoré
70	João Bosco Souza De Azevedo	745.***.***-53	Santo Antônio	Manicoré
71	Jose Divino Da Silva	130.***.***-72	Fazenda Sete Ouro	Manicoré
72	Josefina Panetto Nali	688.***.***-53	Imóvel Josefina	Manicoré
73	Lindomara Alves De Moura	617.***.***-87	Fazenda Moura	Manicoré
74	Luiz Carlos Fernandes Da Rocha	772.***.***-91	Fazenda Do Meio	Manicoré
75	Marcelo Paula Coutinho	909.***.***-91	Fazenda Ouro D'água	Manicoré
76	Maria Das Graças Bueno Mesquita Maciel	755.***.***-04	Fazenda Recanto Do Brasil	Manicoré
77	Natalícia Do Rosario Da Silva Souza	290.***.***-00	Gleba Miriti - Setor Auxiliadora - Lote N° 27 - São Francisco	Humaitá
78	Normerio Barcelos Rangel	302.***.***-91	Fazenda Boa Vista	Manicoré
79	Océlio Pereira De Brito	651.***.***-72	Fazenda Sumaúma Ii	Manicoré
80	Paulo Cezar Macedo Ferraz	806.***.***-53	Fazenda Nossa Senhora De Fatima	Manicoré
81	Paulo Roberto Dos Santos	053.***.***-27	Fazenda Independência	Manicoré
82	Rafael Calebe Pereira Lima	018.***.***-74	Fazenda Calebe Gleba Bom Futuro - Parcela 1	Manicoré
83	Rita De Cassia Bastos De Araujo	561.***.***-04	Fazenda Santa Rita	Manicoré
84	Rubens Antônio Da Silva	906.***.***-30	Fazenda São Sebastião	Manicoré
85	Samile Geisiele Do Amaral Saraiva	965.***.***-15	Fazenda Saraiva	Manicoré
86	Sidney Luiz Silva Da Veiga Cabral	302.***.***-20	Fazenda Mapinguari	Manicoré
87	Sidney Luiz Silva Da Veiga Cabral Junior	086.***.***-27	Fazenda Heitor Do Espirito Santo	Manicoré
88	Sueli Rodrigues	399.***.***-72	Fazenda Santa Fé	Manicoré
89	Suely De Paula Coutinho	623.***.***-49	Fazenda Santa Rita De Cassia	Manicoré
90	Tania Mari Scusiato	000.***.***-86	Fazenda Terra Brasilis 5	Manicoré
91	Tereza Cardoso Mendes	698.***.***-04	Fazenda Mendes	Manicoré

92	Tomas Leao Ursi	398.***.***-50	Fazenda Natureza Viva	Manicoré
93	Valmir Martins De Paula	780.***.***-72	Fazenda Gavião	Manicoré
94	Vicente Afonso Colle	324.***.***-49	Fazenda Nova Canaã	Manicoré
95	Victoria Neves Maciel	190.***.***-58	Fazenda Santa Rita De Cassia	Manicoré
96	Wallisson Alves Lima	024.***.***-23	Fazenda Lima	Manicoré
97	Wesley Marchesim De Oliveira	007.***.***-78	Lote 7	Manicoré
98	Zaqueu Pinheiro De Carvalho	697.***.***-87	Fazenda Pinheiro	Manicoré
99	PAE Santa Fe	----	PAE Santa Fé	Humaitá
100	Pedro De Brito Prestes	073.***.***-00	Bananal Do Tio Pedro	Manicoré
101	Raimundo Dos Prazeres Prestes	044.***.***-54	Santa Clara	Manicoré
102	Antônio De Brito Prestes	160.***.***-72	Recreio	Manicoré
103	Ângela Dos Prazeres Prestes	018.***.***-24	Sítio Robert	Manicoré
104	Jeferson Honorato De Carvalho	612.***.***-68	Fazenda Marmellos	Manicoré
105	Deuzalina Monteiro Da Costa	683.***.***-53	Conceição	Manicoré
106	Eliel Ribeiro De Souza	414.***.***-06	Fazenda Matão - Parte 1	Manicoré
107	Eliel Ribeiro De Souza	414.***.***-06	Fazenda Elimibeta - Parte 1	Manicoré
108	Eliel Ribeiro De Souza	414.***.***-06	Fazenda Acássia - Parte 1	Manicoré
109	Vicente Afonso Colle	324.***.***-49	Fazenda Nova Canaã - Parte 1	Manicoré
110	Normerio Barcellos Rangel	302.***.***-91	Fazenda Boa Vista - Parte 1	Manicoré
111	Jose Divino Da Silva	130.***.***-72	Fazenda Sete Ouro - Parte 1	Manicoré
112	R Pereira S/A	.***.***0001/25	Boa Esperança - Boa Esperança	Manicoré
113	Donizete Barbosa Do Nascimento	208.***.***-49	Fazenda Nascimento - Parte 1	Manicoré
114	ATDL Transportes Rodoviários Ltda - Em Recuperação Judicial	80.***.***0001/37	Área Remanescente Da Fazenda Dez Dias - 001	Manicoré
115	Jeferson Honorato De Carvalho	612.***.***-68	Marmellos - Parte 1	Manicoré

VII – CONCLUSÃO E DELIMITAÇÃO

A Terra Indígena Baixo Marmelos é dividida em três áreas: Área 1 com superfície de 28.284,00 ha (vinte e oito mil duzentos e oitenta e quatro hectares aproximadamente) e perímetro de 106.641,00 m (cento e seis mil seiscentos e quarenta e um metros aproximadamente); Área 2 com superfície de 216.165,00 (duzentos e dezesseis mil, cento e sessenta e cinco hectares aproximadamente) e perímetro de 328.863,00 (trezentos e vinte e oito mil, oitocentos e sessenta e três metros aproximadamente); Área 3 com superfície de 18.814,00 (dezoito mil e oitocentos e quatorze hectares aproximadamente) e perímetro de 79.288,00 (setenta e nove mil e duzentos e oitenta e oito metros aproximadamente). A delimitação segue da foz do rio Marmelos, onde este deságua em um paraná do rio Madeira, compreendendo as duas margens do rio Marmelos em direção montante até o ponto no qual este rio adentra a Terra Indígena Tenharim Marmelos, então segue compreendendo as duas margens do rio Juqui, afluente da margem direita do rio Marmelos, englobando na totalidade as sub-bacias de seus afluentes, até um ponto acima do igarapé do Mutum, onde sobrepõe uma parte da Área de Proteção Ambiental dos Campos de Manicoré. A terra indígena tem uma população de cerca de 600 indígenas e é habitada ao modo tradicional por pessoas dos povos Torá, Matanawi, Munduruku, Mura e Tenharim há vários séculos. Há registros históricos e etnográficos sobre a ocupação dos Torá e dos Matanawi desde os séculos XVII e XVIII. A colonização da região foi marcada pelos “descimentos” forçados dos grupos indígenas para as missões religiosas e posteriormente pela inserção dos mesmos no violento sistema seringalista no fim do século XIX e início do século XX, levando à dispersão, à perda da língua e ao refúgio em locais mais isolados. Os Torá foram invisibilizados nos registros oficiais do início do século XX e os Matanawi foram equivocadamente considerados como extintos. Os novos arranjos territoriais do interflúvio Tapajós-Madeira levaram à migração de famílias dos Munduruku, Mura e alguns Tenharim para a região do baixo Marmelos, resultando historicamente num arranjo multiétnico complexo, que se compreende enquanto uma unidade sociopolítica indígena com compartilhamento de território, parentesco, economia e memória histórica. As aldeias atuais mais antigas têm origem no início do século XX, pelo menos, e as duas glebas da terra indígena são habitadas de modo contínuo e permanente por oito aldeias e duas comunidades com maioria indígena. As atividades produtivas dos povos da Terra Indígena Baixo Marmelos integram agricultura, caça, pesca e extrativismo em um sistema adaptativo de grande complexidade. As áreas imprescindíveis da terra indígena incluem a região da foz do Rio Marmelos, as duas margens do Rio Marmelos no seu baixo curso e as duas margens do Rio Juqui, afluente da margem direita do Rio Marmelos, englobando as sub-bacias de seus afluentes. A demografia local tem uma relativa estabilidade, com crescimento populacional moderado nos últimos anos. As redes de parentesco desempenham papel fundamental na reprodução cultural e o sistema de casamentos interétnicos reforça um sistema de intercâmbio e comunicação que garante a coesão social e a continuidade da identidade. Certos locais do território são considerados sagrados, associados a narrativas míticas e a eventos históricos de fundação. Pode-se concluir que se trata de terras de ocupação tradicional dos Torá, Matanawi, Munduruku, Mura e Tenharim da Terra Indígena Baixo Marmelos, ocupadas em caráter permanente, utilizadas para suas atividades produtivas, imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições, levando-se em consideração o disposto no artigo 231 da Constituição Federal de 1988, os elementos técnicos reunidos pelo grupo técnico e a anuência da população indígena.

Maria Elisa Martins Ladeira - Antropóloga-Coordenadora do Grupo Técnico Portaria Funai nº 972, de 26 de abril de 2024

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Terra Indígena : BAIXO MARMELOS (ÁREA 1) Superfície : 28.284,00 ha (vinte e oito mil duzentos e oitenta e quatro hectares aproximadamente) Perímetro : 106.641,00m (cento e seis mil seiscentos e quarenta e um metros aproximadamente)

Inicia-se a descrição deste perímetro no Ponto PT-01, de coordenadas geográficas aproximadas (Latitude) 6°15′41,4562″S e (Longitude) 61°51′22,7164″WGr, localizado na margem direita do rio Madeira; deste, segue por linha ideal até o Ponto PT-02, de coordenadas geográficas aproximadas 6°16′06,5555″S e 61°50′20,2603″WGr, localizado na margem esquerda do rio Marmelos e confluência de um igarapé sem denominação; deste, segue pela margem esquerda do rio Marmelos, a montante, até o Marco MC-01, de coordenadas geográficas 6°25′24,6264″S e 61°42′23,9372″WGr, localizado na margem esquerda do rio Marmelos e no limite da Terra Indígena Sepoti; deste, segue por linha ideal, confrontado com a Terra Indígena Sepoti, passando pelos seguintes marcos: Marco M-04, de coordenadas geográficas 6°25’24.9335”S e 61°42’54,4058”WGr; Marco M-03, de coordenadas geográficas 6°25′25,2571″S e 61°43′26,8723″WGr; Marco MC-02, de coordenadas geográficas 6°25′25,5900″S e 61°43′57,0660″WGr; Marco M-02, de coordenadas geográficas 6°25’36,9813”S e 61°43’56,9461”WGr; Marco MC-03, de coordenadas geográficas 6°26′9,5090″S e 61°43′56,6270″WGr; Marco M-01, de coordenadas geográficas 6°26’08,1342″S e 61°43’39,5408”WGr; Marco MSAT-1, de coordenadas geográficas 6°26’05,3502”S e 61°43’04,7168”WGr; localizado próximo a margem esquerda do Rio Marmelos; deste, segue pela margem esquerda do rio Marmelos, até o Marco SAT-12, de coordenadas geográficas 6°27′47,7913″S e 61°45’13,4105”WGr, localizado na foz do igarapé Cantagalo e no limite da Terra Indígena Pirahã; deste, segue por linha ideal, confrontando com a Terra Indígena Pirahã; passando pelos vértices marcos: Marco MF-45, de coordenadas geográficas 6°27’48,0629”S e 61°46’18,1816”WGr; Marco MF-46, de coordenadas geográficas 6°27’48,4522”S e 61°47’31,9245”WGr; Marco MF-47, de coordenadas geográficas 6°27’48,7453”S e 61°48’33,3728”WGr; Marco MF-48, de coordenadas geográficas 6°27’49,0736”S e 61°49’40,7918”WGr; Marco MF-49, de coordenadas geográficas 6°27’49,3755”S e 61°50’ 45,6340”WGr; Marco MF-50, de coordenadas geográficas 6°27’49,7214”S e 61°51’57,0883”WGr; Marco MF-51, de coordenadas geográficas 6°27’50,0941”S e 61°53’10,3219”WGr; MF-52, 6°27’50,4080”S e

61°54’16.9167”WGr, até o Marco MF-53, de coordenadas geográficas 6°27’50,7709”S e 61°55’29,6364”WGr, localizado na confluência de um igarapé sem denominação com o igarapé Paulino; deste, segue pelo igarapé Paulino, a jusante, até o Ponto PT-03, de coordenadas geográficas aproximadas 6°17’38,9600”S e 61°54’59,1993”WGr, localizado na confluência do igarapé Paulino com o rio Uruapiara; deste, segue pela margem direita do rio Uruapiara, a jusante, até o Ponto PT-04, de coordenadas geográficas aproximadas 6°16′24,4406″S e 61°52′12,7315″WGr, localizado na margem direita do rio Madeira; deste, segue pelo rio Madeira, a jusante, até o Ponto PT-01, início da descrição deste perímetro.

Terra Indígena : BAIXO MARMELOS (ÁREA 2) Superfície : 216.165,00 (duzentos e dezesseis mil, cento e sessenta e cinco hectares aproximadamente) Perímetro : 328.863,00 (trezentos e vinte e oito mil, oitocentos e sessenta e três metros aproximadamente)

Inicia-se a descrição deste perímetro no Ponto PT-01, de coordenadas geográficas (Latitude) 6°16’04,84705” e (Longitude) 61°49’49,8370”WGr, localizado na confluência do rio Marmelos com o igarapé Argentina; deste, segue pelo referido igarapé, a montante, até o Ponto PT-02, de coordenadas geográficas 6°16’07,08200”S e 61°49’39,4500”WGr, localizado no limite da Terra Indígena Torá; deste, segue continuando pelo referido igarapé, a montante, confrontando com a Terra Indígena Torá, até o Marco SAT-11, de coordenadas geográficas 6°16’57,5079” S e 61°48’39,8625”WGr, localizado na cabeceira do igarapé Argentina; deste, segue por linha ideal, confrontando com a Terra Indígena Torá, passando pelos Marcos: Marco M-54, de coordenadas geográficas 6°17’09,96030”S e 61°48’23,9277”WGr; Marco M-53, de coordenadas geográficas 6°17’31,5020”S e 61°47’56,3617”WGr; Marco M-52, de coordenadas geográficas 6°17’51,5471”S e 1°47’30,7097”WGr; Marco M-51, de coordenadas geográficas 6°18’11,5875”S e 61°47’05,06300”WGr; Marco M-50, de coordenadas geográficas 6°18’31,6298”S e 61°46’39,4127”WGr; Marco M-49, de coordenadas geográficas 6°18’51,6735”S e 61°46’13,7601”WGr, até Marco MC-04, de coordenadas geográficas 6°19’11,7145”S e 61°45’48,1097”WGr, localizado na cabeceira do Igarapé Cabeça de Anta; deste, segue por linha ideal, confrontando com a Terra Indígena Torá, passando pelos marcos: Marco M-48, de coordenadas geográficas 6°19’16,3625”S e 61°45’44,0781”WGr; Marco M-47, de coordenadas geográficas 6°19’40,9566”S e 61°45’22,7466”WGr; Marco M-46, de coordenadas geográficas 6°20’05,54763”S e 61°45’01,41698”WGr; Marco M-45, de coordenadas geográficas 6°20’30,5501”S e 61°44’39,7296”WGr; Marco M-44, de coordenadas geográficas 6°20’54,7346”S e 61°44’18,7512”WGr; Marco M-43, de coordenadas geográficas 6°21’19,3289”S e 61°43’57,4162”WGr; Marco M-42, de coordenadas geográficas 6°21’47,6176”S e 61°43’32,8759”WGr; Marco M-41, de coordenadas geográficas 6°22’9,15181”S e 61°43’14,1944”WGr; Marco M-40, de coordenadas geográficas 6°22’33,1067”S e 61°42’53,4125”WGr, até o Marco MC-03, de coordenadas geográficas 6°22’57,7039”S e 61°42’32,0718”WGr, localizado na cabeceira do igarapé Mutum; deste, segue por linha ideal, confrontando com a Terra Indígena Torá, passando pelos marcos: Marco M-39, de coordenadas geográficas 6°22’57,4137”S e 61°41’59,0161”WGr; Marco M-38, de coordenadas geográficas 6°22’57,1317”S e 61°41’26,9660”WGr; M-37, de coordenadas geográficas 6°22’56,8448”S e 61°40’54,4139”WGr; Marco M-36, de coordenadas geográficas 6°22’56,5510”S e 61°40’21,1320”WGr; Marco M-35, de coordenadas geográficas 6°22’56,2703”S e 61°39’49,3638”WGr; Marco M-34, de coordenadas geográficas 6°22’55,9812”S e 61°39’16,7421”WGr; Marco M-33, de coordenadas geográficas 6°22’55,6932”S e 61°38’44,2573”WGr, até o Marco SAT-10, de coordenadas geográficas 6°22’55,4341”S e 61°38’15,0941”WGr, localizado no igarapé Camujá; deste, segue pelo referido igarapé, a montante, confrontando com a Terra Indígena Torá, até o Marco SAT-09, de coordenadas geográficas 6°25’29,2025”S e 61°31’34,6983”WGr, localizado na cabeceira do igarapé Camujá; deste, segue por linha ideal passando pelos Pontos: Ponto PT-03, de coordenadas geográficas 6°30’12,2034”S e 61°30’21,82477”WGr,localizado na cabeceira de um igarapé sem denominação, formador do rio Manicoré; Ponto PT-04, de coordenadas geográficas 6°31’02,20744”S e 61°28’13,1142”WGr, localizado na confluência de igarapés sem denominação, formador do rio Manicoré, até o Ponto PT-05, de coordenadas geográficas 6°34’13,9065”S e 61°26’25,7464”WGr, localizado na cabeceira de um igarapé sem denominação, formador do igarapé Grande; deste, segue por linha ideal, acompanhando aproximadamente a linha de cumeada que separa os igarapés formadores da margem direita do rio Juqui e da margem esquerda do rio Manicoré, passando pelos seguintes Pontos: Ponto PT-06, de coordenadas geográficas 6°36’01,46695”S e 61°22’16,1562”WGr; Ponto PT-07, de coordenadas geográficas 6°38’36,9221”S e 61°23’05,42713”WGr; Ponto PT-08, de coordenadas geográficas 6°41’55,6560”S e 61°21’42,9741”WGr; Ponto PT-09, de coordenadas geográficas 6°43’25,5595”S e 61°20’09,61540”WGr; Ponto PT-10, de coordenadas geográficas 6°47’07,55358”S e 61°21’57,1334”WGr; Ponto PT-11, de coordenadas geográficas 6°58’22,4882”S e 61°18’57,5305”WGr; Ponto PT-12, de coordenadas geográficas 6°59’08,50019”S 61°19’55,3871”W; Ponto PT-13, de coordenadas geográficas 7°02’28,4999”S 61°19’51,1445”WGr; Ponto PT-13a, de coordenadas geográficas 7°03’10,0850”S 61°20’34,6203”WGr; Ponto PT-14, de coordenadas geográficas 7°06’45,0074”S 61°20’22,9849”WGr; Ponto PT-14a, de coordenadas geográficas 7°09’58,3535”S 61°21’31,5585”WGr, Ponto PT-15, de coordenadas geográficas 7°10’14,3618”S 61°22’06,6400”WGr; Ponto PT-16, de coordenadas geográficas 7°12’29,7651”S 61°22’25,8860”WGr; Ponto PT-17, de coordenadas geográficas 7°12’00,37920”S 61°23’31,9967”WGr; Ponto PT-18, de coordenadas geográficas 7°13’40,3880”S 61°22’47,3074”WGr; até o Ponto PT-19, de coordenadas geográficas 7°14’13,9417”S 61°25’24,4952”WGr, localizado no limite da Terra Indígena Sepoti; deste, segue linha ideal, confrontando com a Terra Indígena Sepoti, passando pelos marcos: M-66, de coordenadas geográficas 7°13’55,9607”S e 61°25’32,2363”WGr; Marco M-65, de coordenadas geográficas 77°13’26,5037”S e 61°25’44,8906”WGr; Marco M-64, de coordenadas geográficas 7°12’56,5914”S e 61°25’57,7659”WGr; Marco M-63, de coordenadas geográficas 7°12’26,6472”S e 61°26’10,6406”WGr; Marco M-62, de coordenadas geográficas 7°11’56,8335”S e 61°26’23,4524”WGr; Marco M-61, de coordenadas geográficas 7°11’26,9546”S e 61°26’36,3284””WGr; Marco M-60, de coordenadas geográficas 7°10’56,6872”S e 61°26’49,2959”WGr; Marco M-59, de coordenadas geográficas 7°10’24,2086”S e 61°27’3,27056”WGr; Marco M-58, de coordenadas geográficas 7°9’55,3388”S e 61°27’15,7069”WGr; Marco M-57, de coordenadas geográficas 7°9’25,4625”S e 61°27’28,5181”WGr; Marco M-56, de coordenadas geográficas 7°8’55,6511”S e 61°27’41,3305” WGr; Marco M-55, de coordenadas geográficas 7°8’25,8073”S e 61°27’54,1751”WGr; Marco M54, de coordenadas geográficas 7°7’55,9315”s e 61°28’7,01921”WGr; Marco M-53, de coordenadas geográficas 7°7’25,9589”S e 61°28’19,8944”WGr; Marco M-52, de coordenadas geográficas 7°6’56,0839”S e 61°28’32,7387”WGr; Marco M-51, de coordenadas geográficas 7°6’26,2744”S e 61°28’45,5516”WGr; Marco M-50, de coordenadas geográficas 7°5’55,6532”S e 61°28’58,6773”WGr; Marco M-49, de coordenadas geográficas 7°5’25,8767”S e 61°29’11,4909”WGr; Marco M-48, de coordenadas geográficas 7°4’54,8331”S e 61°29’24,8381”WGr; Marco M-47, de coordenadas geográficas 7°4’25,4478”S e 61°29’37,4627”WGr; Marco M-46, de coordenadas geográficas 7°3’55,6730”S e 61°29’50,2441”WGr; Marco M-45, de coordenadas geográficas 7°3’25,6383”S e 61°30’3,15172”WGr; Marco M-44, de coordenadas geográficas 7°2’55,4088”S e 61°30’16,1540”WGr; Marco M-43, de coordenadas geográficas 7°2’25,6028”S e 61°30’28,9352”WGr; Marco M-42, de coordenadas geográficas 7°1’55,8618”S e 61°30’41,7175”WGr; Marco M-41, de coordenadas geográficas 7°1’26,2836”S e61°30’54,4373”WGr; Marco M-40, de coordenadas geográficas 7°0’56,9660”S e 61°31’7,03120”WGr; Marco M-39, de coordenadas geográficas 7°0’26,1210”S e 61°31’20,2848”WGr; Marco M-38, de coordenadas geográficas 6°59’56,0568”S e 61°31’33,1926”WGr; Marco M-37, de coordenadas geográficas 6°59’25,9273”S e 61°31’46,1647”WGr; Marco M-36, de coordenadas geográficas 6°58’55,9611”S e 61°31’59,0418”WGr; Marco M-35, de coordenadas geográficas 6°58’25,8980”S e 61°32’11,9500”WGr; Marco M-34, de coordenadas geográficas 6°57’55,8998”S e 61°32’24,8594”WGr; Marco M-33, de coordenadas geográficas 6°57’26,2595”S e 61°32’37,6117”WGr; Marco M-32, de coordenadas geográficas 6°56’56,1648”S e 61°32’50,5523”WGr; Marco M-31, de coordenadas geográficas 6°56’26,2656”S e 61°33’3,39850”WGr; Marco M-30, de coordenadas geográficas 6°55’59,3562”S e 61°33’14,9894”WGr; Marco M-29, coordenadas geográficas 6°55’29,1975”S e 61°33’27,9619”WGr; Marco M-28, de coordenadas geográficas 6°54’59,4618”S e 61°33’40,7459”WGr, até o Marco SAT-1, de coordenadas geográficas 6°54’29,5636”S e 61°33’53,6250” WGr, localizado na cabeceira do igarapé das Pedras, afluente da margem direita do rio Sepoti; deste, segue por linha ideal, confrontando com a Terra Indígena Sepoti, passando pelos marcos: Marco M-27, de coordenadas geográficas 6°53’57,1912”S e 61°33’51,4465”WGr; Marco M-26, de coordenadas geográficas 6°53’24,4637”S e 61°33’49,2630”WGr; Marco M-25, de coordenadas geográficas 6°52’52,0583”S e 61°33’47,1180”WGr; Marco M-24, de coordenadas geográficas 6°52’19,4920”S e 61°33’44,9386”WGr; Marco M-23, de coordenadas geográficas 6°51’47,2160”S e 61°33’42,7646”WGr; Marco M-22, de coordenadas geográficas 6°51’14,8427”S e 61°33’40,6224”WGr, até o Marco MC-05, de coordenadas geográficas 6°50’59,8494”S e 61°33’39,6030”WGr, localizado na cabeceira do igarapé Peruano, afluente da margem direita do rio Sepoti; deste, segue por linha ideal, confrontando com a Terra Indígena Sepoti, passando pelos marcos: Marco M-21, de coordenadas geográficas 6°50’28,8633”S e 61°33’49,9270”WGr; Marco M-20, de coordenadas geográficas 6°49’57,9430”S e 61°34’0,18713”WGr; Marco M-19, de coordenadas geográficas 6°49’27,2173”S e 61°34’10,4179”WGr; Marco

M-18, de coordenadas geográficas 6°48'56,3950"S e 61°34'20,6475"WGr; Marco M-17, de coordenadas geográficas 6°48'25,1834"S e 61°34'31,0341"WGr; Marco M-16, de coordenadas geográficas 6°47'54,4591"S e 61°34'41,2331"WGr; Marco M-15, de coordenadas geográficas 6°47'23,6374"S e 61°34'51,4959"WGr; Marco M-14, de coordenadas geográficas 6°46'52,5245"S e 61°35'1,81964"WGr; Marco M-13, de coordenadas geográficas 6°46'21,7035"S e 61°35'12,0830"WGr; Marco M-12, de coordenadas geográficas 6°45'50,9806"S e 61°35'22,2830"WGr, até o Marco M-C-04, de coordenadas geográficas 6°45'24,5077"S e 61°35'31,0844"WGr, localizado na cabeceira do igarapé Cominação, afluente do rio Sepoti; deste, segue por linha ideal, confrontando com a Terra Indígena Sepoti, passando pelos marcos: Marco M-11, de coordenadas geográficas 6°44'55,4923"S e 61°35'45,7082"WGr; Marco M-10, de coordenadas geográficas 6°44'26,3144"S e 61°36'0,42728"WGr; Marco M-09, de coordenadas geográficas 6°43'57,2993"S e 61°36'15,0837"WGr; Marco M-08, de coordenadas geográficas 6°43'28,2523"S e 61°36'29,7398"WGr; Marco M-07, de coordenadas geográficas 6°42'59,2058"S e 61°36'44,3959"WGr; Marco MC-03, de coordenadas geográficas 6°42'39,2668"S e 61°36'54,4725"WGr; Marco M-06, de coordenadas geográficas 6°42'43,7382"S e 61°37'26,8468"WGr; até o Marco M-05, de coordenadas geográficas 6°42'48,2078"S e 61°37'59,2865"WGr, até o Marco PT-05, de coordenadas geográficas 6°42'51,6444"S e 61°38'26,1310"WGr, localizado na margem direita do rio Marmelos e no limite com a Terra Indígena Sepoti; deste, segue pela margem direita do rio Marmelos, a jusante, até o Ponto PT-01, início da descrição deste perímetro.

Terra Indígena : BAIXO MARMELOS (ÁREA 3) Superfície : 18.814,00 (dezoito mil e oitocentos e quatorze hectares aproximadamente) Perímetro : 79.288,00 (setenta e nove mil e duzentos e oitenta e oito metros aproximadamente)

Inicia-se a descrição deste perímetro no Ponto PT-01, de coordenadas geográficas aproximadas (Latitude) 6°08'14,7321"S e (Longitude) 61°48'24,1697"WGr, localizado na margem direita do rio Madeira; deste, segue pela margem direita do rio Madeira, a jusante, Ponto PT-02, de coordenadas geográficas aproximadas 6°8'38,2905"S e 61°47'9,19334"WGr, localizado na margem esquerda do rio Marmelos; deste, cruzando o referido rio até o Ponto PT-03, de coordenadas geográficas aproximadas 6°8'44,2763"S e 61°46'58,0190"WGr, localizado na outra margem do rio Marmelos; deste, segue por linha ideal até o Ponto PT-04, de coordenadas geográficas aproximadas 6°8'8,52296"S e 61°44'24,0568"WGr, localizado na margem do lago Preguiça; deste, segue por linha ideal até o Ponto PT-05, de coordenadas geográficas aproximadas 6°7'34,4029"S e 61°43'9,54232"WGr, localizado na margem do lago da Anta e no igarapé Paulino; deste, segue pelo igarapé Paulino, a montante, até o Ponto PT-06, de coordenadas geográficas 6°8'37,9962"S e 61°40'30,7985"WGr, localizado na confluência de um igarapé sem denominação com o igarapé Paulino; deste, segue por linha ideal até o Marco SAT-22, de coordenadas geográficas 6°10'13,8146"S e 61°37'17,8231"WGr, localizado na cabeceira de um igarapé sem denominação e no limite da Terra Indígena Rio Manicoré; deste, segue pelo igarapé sem denominação, a jusante, confrontando com a Terra Indígena Rio Manicoré, até Ponto o P-08, de coordenadas geográficas aproximadas 6°11'12,8921"S e 61°35'50,7079"WGr, localizado na sua confluência com o igarapé Maloca ou Salsal; deste, segue pelo igarapé Maloca ou Salsal, a montante, confrontando com a Terra Indígena Rio Manicoré, até o Marco SAT-05, de coordenadas geográficas 6°12'18,3466"S e 61°36'55,3797"WGr, localizado na margem esquerda do igarapé Maloca ou Salsal e no limite das Terras Indígenas Rio Manicoré e Torá; deste, segue por linha ideal, confrontando com a Terra Indígena Torá, passando pelos marcos: Marco M-23, de coordenadas geográficas 6°12'16,3272"S e 61°37'07,2301"WGr; Marco M-22, de coordenadas geográficas 6°12'10,2616"S e 61°37'40,9734"WGr; Marco M-21, de coordenadas geográficas 6°12'04,8861"S e 61°38'11,2808"WGr; Marco M-20, de coordenadas geográficas 6°11'59,1883"S e 61°38'43,3999"WGr; Marco M-19, de coordenadas geográficas 6°11'53,5048"S e 61°39'15,4342"WGr; Marco M-18, de coordenadas geográficas 6°11'47,5426"S e 61°39'49,0335"WGr; Marco M-17, de coordenadas geográficas 6°11'43,8298"S e 61°40'21,7842"WGr; Marco M-16, de coordenadas geográficas 6°11'36,2671"S e 61°40'52,5615"WGr; Marco M-15, de coordenadas geográficas 6°11'30,4694"S e 61°41'25,2200"WGr; Marco M-14, de coordenadas geográficas 6°11'24,7827"S e 61°41'57,2456"WGr; Marco M-13, de coordenadas geográficas 6°11'19,0977"S e 61°42'29,2556"WGr; Marco MC-01, de coordenadas geográficas 6°11'13,4083"S e 61°43'01,2859"WGr; deste, segue ao sul pelos seguintes Marcos e respectivas coordenadas geográficas : Marco M-12, de coordenadas geográficas 6°11'20,6556"S e 61°43'01,3733"WGr; Marco M-11, de coordenadas geográficas 6°11'53,1725"S e 61°43'01,7636"WGr; Marco M-10, de coordenadas geográficas 6°12'25,7414"S e 61°43'02,1356"WGr; Marco M-9, de coordenadas geográficas 6°12'56,4349"S e 61°43'02,5257"WGr; Marco M-8, de coordenadas geográficas 6°13'28,9806"S e 61°43'02,9192"WGr; Marco M-7, de coordenadas geográficas 6°14'01,5310"S e 61°43'03,3129"WGr; Marco M-06, de coordenadas geográficas 6°14'34,0803"S e 61°43'03,7073"WGr; Marco SAT-04, de coordenadas geográficas 6°15'06,6292"S e 61°43'04,1016"WGr; localizado na margem direita do igarapé Camujá; deste, segue pela margem direita do igarapé Camujá, a jusante, até o Ponto PT-07, de coordenadas geográficas aproximadas 6°15'11,3873"S e 61°44'17,3509"WGr, localizado na margem direita do rio dos Marmelos, na confluência deste Rio com o igarapé Camujá; deste, segue cruzando o rio dos Marmelos, até o Ponto PT-08, de coordenadas geográficas aproximadas 6°15'10,4474"S e 61°44'30,4487"WGr, localizado na margem esquerda do rio dos Marmelos; deste, segue pela margem esquerda do rio dos Marmelos, a montante, até o Ponto PT-09, de coordenadas geográficas aproximadas 6°15'14,3265"S e 61°46'01,2180"WGr, localizado na confluência com do igarapé Piquiá com o rio dos Marmelos; deste, segue pelo igarapé Piquiá, a montante, confrontando com a Terra Indígena Torá, até o Marco SAT-03, de coordenadas geográficas 6°14'39,1031"S e 61°46'18,3396"WGr, localizado em sua cabeceira; deste, segue por linha ideal, confrontando com a Terra Indígena Torá, passando pelos marcos: Marco M-7A, de coordenadas geográficas 6°14'09,6976"S e 61°45'59,9358"WGr; Marco MC-A2, de coordenadas geográficas 6°13'37,9923"S e 61°45'40,1061"WGr; Marco M-6A, de coordenadas geográficas 6°13'39,4680"S e 61°45'54,0132"WGr; Marco M-5, de coordenadas geográficas 6°13'43,0621"S e 61°46'27,7087"WGr; Marco M-4, de coordenadas geográficas 6°13'46,9105"S e 61°47'03,9298"WGr; Marco M-3, de coordenadas geográficas 6°13'50,3083"S e 61°47'35,8929"WGr; Marco M-2, de coordenadas geográficas 6°13'53,0960"S e 61°48'02,1065"WGr; Marco M-1A, de coordenadas geográficas 6°13'57,0168"S e 61°48'39,0612"WGr, até o Marco MC-A1, de coordenadas geográficas 6°14'00,9658"S e 61°49'16,2835"WGr; deste, segue em linha ideal até o Ponto PT-01, início da descrição do perímetro.

Base cartográfica de referência para representação do perímetro deste memorial descritivo 1:100,000 (Banco de Dados geográficos do Exército): M-I 1002/SB-20-Z-A-III, Confrontação com as seguintes Terras Indígenas: Ipixuna, Decreto de 3 de novembro de 1997; Pirahã, Decreto de 3 de novembro de 1997; Rio Manicoré, Decreto de 11 de dezembro de 2001; Sepoti Decreto de 27 de outubro de 2004; Torá, Decreto de 27 de outubro de 2004; Tenharim Marmelos (Gleba B), Decreto de 5 de junho de 2012, As coordenadas geográficas da descrição do perímetro estão referenciadas ao Datum horizontal SIRGAS2000.

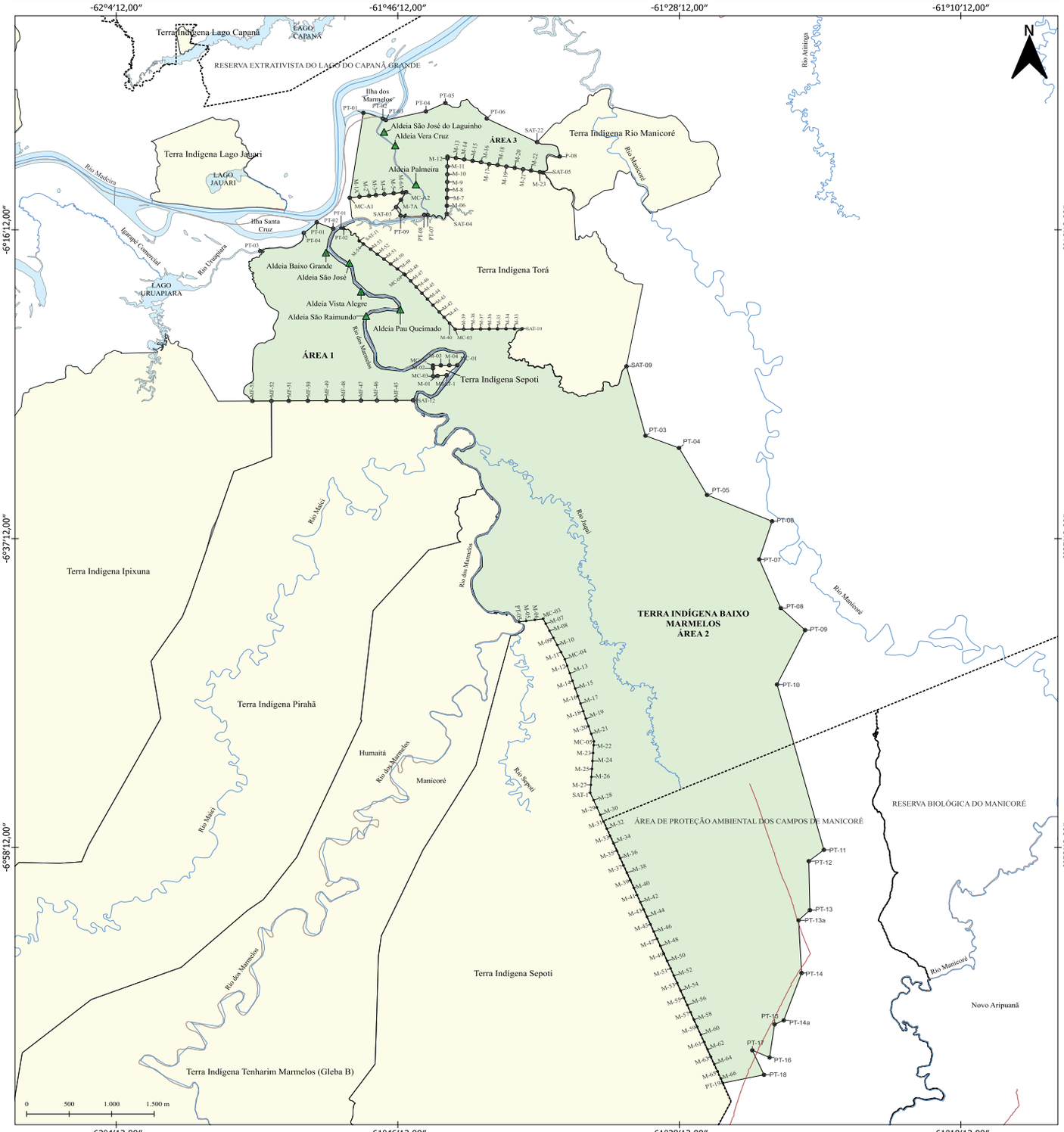
JOENIA WAPICHANA
Presidenta



MINISTÉRIO DOS POVOS INDÍGENAS
FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS

TERRA INDÍGENA BAIXO MARMELOS

UF: AM



LOCALIZAÇÃO DA TERRA INDÍGENA EM RELAÇÃO AOS MUNICÍPIOS



SINAIS CONVENCIONAIS

- Poligonal - Terra Indígena Baixo Marmelos
- Terra Indígena - Regularizada
- Massa D'água
- Aldeia
- Malha Municipal
- Unidades de Conservação
- Vértice - Terra Indígena Baixo Marmelos
- Hidrografia
- Estrada

BASE CARTOGRAFICA:
FUNAI - Fundação Nacional dos Povos Indígenas. (2026). Terras Indígenas.
ANA – Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico. (2025). Base cartográfica da Hidrografia Nacional.
DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes. (2025). Malha Viária Oficial.
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2025). Mapa Político do Brasil.
DATUM HORIZONTAL: SIRGAS-2000

DIRETORIA DE DEMARCAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS - DIDEM
COORDENAÇÃO-GERAL DE GEOPROCESSAMENTO - CGGEO

DENOMINAÇÃO: TERRA INDÍGENA BAIXO MARMELOS	FASE ADMINISTRATIVA: IDENTIFICAÇÃO E DELIMITAÇÃO
MUNICÍPIOS: HUMAITÁ E MANICORÉ	PROCESSO Nº: 08620.003896/2024-79
ESTADO: AMAZONAS	ÁREA (hectares): 263.263,00 / PERÍMETRO (metros): 514.792,00
JURISDIÇÃO ADMINISTRATIVA: COORDENAÇÃO REGIONAL MÉDIO PURUS	ESCALA NUMÉRICA: 1:200.000 / DATA: MARÇO/2026

Responsável técnica pela identificação dos limites:	Responsável pela Cartografia:	Confere: Coordenador - CODEM:	Visto: Coordenadora-Geral - CGGeo:	Visto: Diretor de Demarcação de Terras Indígenas-DIDEM:
(Assinatura eletrônica) Maria Elisa Martins Ladeira Antropóloga	(Assinatura eletrônica) Carolina Boccato Dias de Góes Geógrafa	(Assinatura eletrônica) José Antônio de Sá Coordenador de Demarcação - CODEM	(Assinatura eletrônica) Rosane Amaral Alves da Silva Coordenadora-Geral de Geoprocessamento - CGGEO	(Assinatura eletrônica) Manoel Batista do Prado Júnior Diretor de Demarcação de Terras Indígenas-DIDEM

Protocolo 267732

VÁLIDO SOMENTE COM AUTENTICAÇÃO

MANAUS AMBIENTAL S.A - torna público que recebeu do IPAAM, **a Outorga de Uso de Recurso Hídrico n.º 099/2025 1ª Alteração**, que autoriza autoriza o Tratamento de Efluente doméstico, localizado na ETE Eldorado, Rua Amapá, Conjunto Residêncial Eldorado, Parque Dez de Novembro, nas coordenadas geográficas: 03°05'14,99"S e 60°,01'23,10"O, Manaus-AM, **com validade de 1.398 Dias**.

Protocolo 272986

MANAUS AMBIENTAL S.A, torna público que recebeu do IPAAM, **a Outorga de Uso do Recurso Hídrico n.º 118/2026**, que autoriza o Lançamento de Efluentes, localizado na Rua Paraopeba, nº 135, Condomínio Laranjeiras Village, Flores, nas coordenadas geográficas: 03º03'18,77"S e 60º0'45,96"W, Manaus-AM, **com validade de 05 ANOS.**

Protocolo 273487

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO IÇÁ
AVISO DE LICITAÇÃO DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA - Nº 90004/2026.

Processo Licitatório Nº 90004/2026 - A Comissão Municipal Permanente de Licitação de Santo Antonio do Içá, torna público a abertura da licitação, na modalidade CE 90004/2026, nos termos da Lei 14.133, de 01/04/2021 e da Lei Complementar 123/2006, Decreto 136/2025-GPMSAI - de 26/05/2025, Decreto 023/2026-GPMSAI de 29/04/2026 e Decreto 024/2026-GPMSAI de 14/05/2026 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos: CP 90004/2026, tipo menor preço global, tendo como objeto a Contratação de empresa especializada em arquitetura/engenharia para execução da obra de Construção de Campo de Futebol de Grama Sintética no Município; No dia 30/06/2026 às 11h (horário de Brasília), através do endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br; O Edital da CE está disponível no site: www.comprasnet.gov.br, PNCP e Portal de Transparência do Município e poderá ser adquirido em formato PDF através de ofício/requerimento assinado sem custos através do e-mail: licitacoesecontratos.sai@gmail.com;

Santo Antonio do Içá, 15 de junho de 2026

TIAGO DA SILVA GARCIA
Agente de Contratação

Protocolo 275689

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARATI
AVISO DE COMPRA DIRETA - DISPENSA DE LICITAÇÃO -PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 066/2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARATI/AM, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em andamento o Processo Administrativo n° 066/2026, que tem por objeto a "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO CORPORATIVA DIGITAL". Visando atender o disposto no Inciso II do art. 75 da Lei n° 14.333/21 e artigo 73, abre-se prazo aos interessados neste objeto para a apresentação de propostas adicionais a este órgão. O Termo de Referência encontra-se disponível para consulta no Setor de Compras Públicas Municipal da Prefeitura Municipal de Itamarati/AM, o qual poderá ser solicitado por meio do e-mail: licitacao@itamarati.am.gov.br, e as propostas deverão ser encaminhadas ao mesmo até as 13:00 horas do dia 19 de junho de 2026, no setor de Licitação, situado a Rua Vitória Régias, s/n, bairro Centro, cidade Itamarati/AM - CEP 69.510-000, ou por e-mail supracitado. O detentor da proposta mais vantajosa será contatado para envio da documentação que comprove reunir as condições necessárias para contratar com a Administração, em até 03 (três) dias úteis após a convocação.

Itamarati (AM), 17 de junho de 2026.

ALCIBIRDES BARBOSA PINHEIRO
Agente de Contratação
Portaria Nº 2051/2025

Protocolo 275718

PREFEITURA MUNICIPAL DE EIRUNEPÉ
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Eirunepé, através do Setor de Compras Públicas Municipais, torna público a realização do seguinte certame: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2026 - SRP. Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de ambulâncias novas, zero quilômetro, visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, fortalecendo a estrutura da assistência à saúde, ampliando a cobertura dos serviços de transporte sanitário e garantindo condições adequadas para o atendimento de urgência e emergência no âmbito municipal. Tipo: Menor preço por item. Data da abertura: 29 de junho de 2026. Hora: 16:00. Regência legal: Lei nº 14.133/21, suas alterações posteriores e demais normas pertinentes. Informações: O edital bem como seus anexos poderão ser retirados na íntegra no Setor de Compras localizada na Avenida Prefeito João Cavalcante, s/n - bairro Nossa Senhora de Fátima, Eirunepé/AM. Cep. 69.880-000, no horário das 8h às 12h, de segunda-feira a sexta-feira, através do site www.portaldecompraspublicas.com.br e do Portal de Transparência da Prefeitura Municipal de Eirunepé. Maiores esclarecimentos serão prestados pelo e-mail: licite.eirunepe@outlook.com.

Eirunepé (AM), 17 de junho de 2026.

FELIPE VIEIRA DAS NEVES
Agente de contratação
Portaria nº 412/2025 - GABPRE

Protocolo 275721

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARATI
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Itamarati, através do Setor de Compras Públicas Municipais, torna público a realização do seguinte certame: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2026 - SRP. Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de veículos automotores novos, zero quilômetro, tipo Pick-Up 4x4, transformados em ambulância para transporte e remoção de pacientes, devidamente licenciados, emplacados e equipados conforme as normas técnicas vigentes do Ministério da Saúde, ABNT, CONTRAN, conforme especificações contidas no Termo de Referência. Tipo: Menor preço por item. Data da abertura: 29 de junho de 2026. Hora: 10:00. Regência legal: Lei nº 14.133/21, e suas alterações posteriores, Portaria Municipal nº 2051/2025, e demais normas pertinentes. Informações: O edital bem como seus anexos poderão ser retirados na íntegra no Setor de Compras localizada na Rua Vitória Régias, s/n, bairro Centro, cidade Itamarati/AM - CEP 69.510-000, no horário das 8h às 12h, de segunda-feira a sexta-feira, através do site www.portaldecompraspublicas.com.br e do Portal de Transparência da Prefeitura Municipal de Itamarati. Maiores esclarecimentos serão prestados pelo e-mail: licitacao@itamarati.am.gov.br.

Itamarati (AM), 17 de junho de 2026.

ALAN CERCINO DA COSTA
Agente de contratação
Portaria nº 2051/2025

Protocolo 275726

1ª PUBLICAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
PARA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O Presidente da Sociedade dos Pediatras do Estado do Amazonas LTDA, CNPJ 00750351/0001-10, no uso de suas atribuições Legais e Estatutárias, faz a CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, a seus Médicos Sócios, a ser realizada no dia 07 de julho de 2026, terça-feira no Auditório da UNIMED situado na Av. Constantino Nery, nº 1786 - São Geraldo, Manaus/Am, às 17:30h, com 2/3 (dois terços) dos sócios em condições de votar em primeira convocação; às 18:30h, com metade mais um dos sócios em segunda convocação; e às 19:30h, com número mínimo de 10 (dez) sócios, em terceira convocação; para deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

1. Entrada, Saída de sócios;
2. Reunião de Escala.

Obs: Assinam esta ATA de Alteração Contratual nas quantidades estabelecidas no código Civil Brasileiro.

Manaus, 16 de junho de 2026.

EUGÊNIO DE CASTRO TAVARES
Diretor Presidente

Protocolo 275833

PREFEITURA MUNICIPAL DE TEFÉ
EXTRATO DA CARTA CONTRATO Nº 46/2026- CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 06/2026- PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 44/2026

Espécie e Data: Carta Contrato nº. 46/2026, Celebrado em 16/06/2026. Contratante: Prefeitura Municipal de Tefé/Am, CNPJ n. 04.426.383/0001-15. Contratado: R G Serviços Locação e Terraplenagem Ltda., CNPJ nº 13.646.464/0001-11. Objeto: Contratação de empresa especializada para pavimentação e recuperação asfáltica nos bairros de São João, Fonte Boa e Jerusalém, no município de Tefé -AM, conforme Projeto Básico,

planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e demais documentos integrantes do processo. Valor Global: R$ 18.730.525,65 (dezoito milhões setecentos e trinta mil quinhentos e vinte e cinco reais e sessenta e cinco centavos). Dotação Orçamentária: Objeto- Pavimentação e Recuperação de Ruas; II.-Órgão -020601- Secretaria Munic. de Infraestrutura e Obras; III.- Proj/Ativ -04.122.0014.1001.0000 Obras e Infraestrutura do Município; Iv.- Elemento - 4.4.90.51.00- Obras e Instalações; Recurso-Transferência do Estado(96,05% = R$ 18.000.000,00).VI- Recurso-Recurso Próprio (3,95% = R$ 740.382,38).Prazo de Execução dos Serviços 90 dias, acrescido de 120 (cento e vinte) dias para recebimentos e encargos administrativos, contados a parti da ordem de serviço. Prazo de Vigência: 210 (duzentos e dez) dias, contados da assinatura, podendo ser prorrogado nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021. Obrigações da Contratada: Cumprir rigorosamente todas as suas cláusulas da Carta Contrato n° 46/2026. Fundamentação Legal: com fundamentos legais da Lei 14.133 de 2021, Tefé/AM, 16/06/2026.

NICSON MARREIRA LIMA
Prefeito de Tefé

Protocolo 275897

PREFEITURA MUNICIPAL DE TEFÉ
EXTRATO DA CARTA CONTRATO Nº 47/2026- CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 07/2026- PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 50/2026

Espécie e Data: Carta Contrato nº. 47/2026, celebrado em 16/06/2026. Contratante: Prefeitura Municipal de Tefé/Am, CNPJ n. 04.426.383/0001-15. Contratado: R G Serviços Locação e Terraplenagem Ltda., CNPJ nº 13.646.464/0001-11. Objeto: Contratação de empresa especializada para pavimentação do ramal da ponte de ferro, no município de Tefé-Am - convênio n° 966271/2024, conforme Projeto Básico, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e demais documentos integrantes do processo. Valor Global: R$ 3.986.655,96 (três milhões novecentos e oitenta e seis mil seiscentos e cinquenta e cinco reais e noventa e seis centavos). Dotação Orçamentária: Objeto-Pavimentação em Área Rural no Município De Tefé/Am, Órgão 020601 Secretaria Munic. de Infraestrutura e Obras Proj/Ativ-04.122.0014.1001.0000-Obras de Infraestrutura do Município Elemento - 4.4.90.51.00 - Obras e instalações. Prazo de Execução dos Serviços: 60 (sessenta) dias corridos, contados a parti da ordem de serviço. Prazo de Vigência: 365 dias corridos, contados da assinatura, podendo ser prorrogado nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021. Obrigações Da Contratada: Cumprir rigorosamente todas as suas cláusulas da Carta Contrato n° 47/2026. Fundamentação Legal: com fundamentos legais da Lei 14.133 de 2021, Tefé/AM, 16/06/2026.

NICSON MARREIRA LIMA
Prefeito de Tefé

Protocolo 275898

PONTÃO BEIRA RIO COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES LTDA. - "Pontão Beira Rio", torna público que recebeu do IPAAM **a Licença de Operação nº 356/08-09**, que autoriza a comercialização de combustíveis derivados de petróleo (gasolina, diesel e óleo lubrificante) em posto flutuante, localizada na Margem Esquerda do Rio Amazonas, s/nº, Bairro Colônia, nas coordenadas geográficas: 03°08'50,3"S e 58°27'27,046"W, Itacoatiara-AM, para comercialização de combustível, **com validade de 03 anos.**

Protocolo 275899



